

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**AS NOVAS AÇÕES COLETIVAS FRENTE À CRISE DO MODELO  
SINDICAL CORPORATIVISTA:  
SINDICALISMO CIDADÃO E FUSÃO DE SINDICATOS**

**João Alfredo Costa de Campos Melo**

**SÃO CARLOS  
2007**

**JOÃO ALFREDO COSTA DE CAMPOS MELO**

**AS NOVAS AÇÕES COLETIVAS FRENTE À CRISE DO MODELO SINDICAL  
CORPORATIVISTA: SINDICALISMO CIDADÃO E FUSÃO DE SINDICATOS**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Ciências Sociais da Universidade Federal de São  
Carlos, como requisito parcial à obtenção do título de  
Doutor em Ciências sociais.**

**Orientador: Professor Doutor Eduardo Garuti Noronha**

**2007**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

M528na

Melo, João Alfredo Costa de Campos.

As novas ações coletivas frente à crise do modelo sindical corporativista : sindicalismo cidadão e fusão de sindicatos / João Alfredo Costa de Campos Melo. -- São Carlos : UFSCar, 2007.

298 f.


Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Ação coletiva. 2. Sindicatos e sindicalismo. 3. Fusão de sindicatos. Sindicato cidadão. I. Título.

CDD: 302.5 (20<sup>a</sup>)




**BANCA EXAMINADORA DA TESE DE**  
*João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior*  
28/03/2007




---

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha  
Orientador e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



---

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



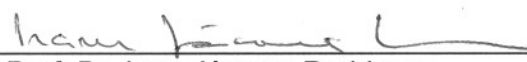
---

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



---

Profa. Dra. Magda Maria Bello de Almeida Neves  
Pontifícia Universidade Católica (PUC)



---

Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues  
Universidade de São Paulo (USP)

*Ao Miguel, meu amado filho,  
que me possibilitou o reencontro com uma infância há muito esquecida.*

## AGRADECIMENTOS

Ao sentar em frente ao computador para escrever os agradecimentos, um turbilhão de emoções e sentimentos apoderou-se de mim. Misturaram-se diferentes sensações: a alegria incontida pelo dever cumprido, a satisfação de um trabalho realizado, mas, acima de tudo, a certeza de que, durante esses quatro anos, várias pessoas contribuíram para o amadurecimento deste trabalho — que sempre me pareceu estar apenas começando. Posso dizer que cada uma delas tem (prefiro o presente), a seu modo, parcelas de contribuição para o resultado final. Se não fosse muita responsabilidade, diria que a construção deste trabalho foi feita coletivamente, com a participação de todos que me ajudaram ao longo do percurso.

Ao meu orientador, Eduardo Noronha, só tenho palavras de agradecimentos e lembranças agradáveis de nossas longas e prazerosas seções de orientação. Muito mais que simples orientações, transformavam-se em verdadeiras aulas sobre teoria política e outros temas relacionados à pesquisa. Foi um grande aprendizado trabalhar durante esses anos com um profissional que atua com brilho nos olhos e com solidez acadêmica. Durante todo esse tempo, nunca me disse que assim seria melhor, ou que tal escolha teórica seria a certa. Sempre me apontou caminhos e rotas, dando-me a liberdade intelectual de fazer minhas próprias opções. No entanto, nunca se furtou de acompanhar-me nas escolhas. Sempre esteve presente em cada uma delas, ajudando-me a superar as inseguranças naturais da caminhada, com palavras de incentivo e encorajamento. São essas as razões da qualidade de sua orientação, da densidade de seus comentários, da leitura atenta e minuciosa das várias versões que lentamente foram ganhando uma feição. Só não sei se consegui incorporá-las com a devida competência em meu texto. Muito obrigado.

A Magda Neves, que me acompanha desde o mestrado, e agora como participante da banca de defesa, sempre com muito carinho e paciência, ajudando-me, dentro de minhas limitações estruturais, a compreender o trabalho e a função do Cientista Social, bem como a necessidade de uma formação teórica sólida para o desempenho da nossa tarefa profissional.

Agradeço também a Iram Jácome Rodrigues, pela oportunidade e gentileza de compartilhar comigo sua vasta experiência intelectual e acadêmica. Seus precisos apontamentos no texto de Qualificação foram essenciais para a elaboração deste texto de doutorado. Obrigado por enriquecer ainda mais o meu trabalho, compondo a banca de defesa.

Ao Jacob Lima, que, na Qualificação, abriu-me os olhos para a ausência do sindicalismo mineiro, esquecido ao longo das linhas e páginas. Procurei, no texto final, incorporar grande parte de suas sugestões. Como membro da banca de defesa, seus comentários ajudarão a amadurecer este trabalho.

A Cibele Rizek, que gentilmente aceitou participar da banca de doutorado, enriquecendo esta pesquisa com suas preciosas reflexões, que, com certeza, terão grande influência nos rumos deste trabalho.

Agradeço também a Mara Hissa, pela revisão final do texto, as normatizações técnicas e a impressão.

Não poderia me furtar de agradecer a Ana, secretária do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, um verdadeiro anjo da guarda na vida acadêmica de doutorandos e mestrandos ansiosos. Com um afável sorriso, nos acalmava, ajudando-nos diante de pequenas questões administrativas. Ao agradecer a Ana, estendo aos demais funcionários do PPGCSO.

Aos meus colegas de turma, que contribuíram substancialmente com suas experiências pessoais e profissionais, na discussão da tese e de seu futuro encaminhamento. Aos professores responsáveis pelas instigantes aulas, ao longo do período de realização dos créditos.

Este trabalho definitivamente não se realizaria sem a presteza, a amabilidade e a empolgação, no bom sentido do termo, do amigo Fazzi, assessor político e de formação do Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais. Fazzi soube acalmar minhas angústias empíricas, com documentos salvadores, palavras amigas e, principalmente, com o compartilhar de experiências, anseios que ele, na condição de doutorando em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, também vivenciava. Posso dizer que o meu trabalho é um pouco seu também.

Faço, aqui, um enorme agradecimento aos funcionários do Sindieletro, que me “aturaram” durante três longos anos em que se realizava a pesquisa de campo. Todos, sem exceção, ajudaram-me no que foi possível na condução do meu campo de pesquisa. Agradeço aos trinta sindicalistas entrevistados, espalhados por diversas cidades das “muitas Minas Gerais”, que me receberam em suas casas e locais de trabalho para conversamos sobre o tema da pesquisa, embalados por cafezinhos, almoços e cheirosos pães de queijo, que me ajudavam a diminuir a saudade de casa.

Agradeço aos amigos Carlos Veriano, Fádua e Gilmara, pela saudável convivência intelectual e de amizade cotidiana, regada nas pequenas coisas e encontros do dia-a-dia, que serviram como estimulantes nos momentos em que a jornada se mostrava mais complicada. Também não poderiam faltar agradecimentos aos amigos que acompanharam de perto, nos bastidores, os momentos de descrença e euforia causados pela pesquisa. Suas presenças se confirmavam com palavras de apoio ou com o silêncio certo: Augusto Antônio, Vicente de Paulo, Marcelo, Bia, Paulo Henrique, Helinho, Tia Isabel, Tio Álvaro, Aparecida, Gilmar, Marcelo Baranga, Jante, Euclides, Oliveiros, Sensei Antônio (o fato que nos uniu é mais forte do que a circunstância que nos separou), Serginho, Fabiana, Marilene, Jair Fernandes, Ruvinho e muitos outros. Obrigado a todos vocês.

A construção de uma tese de doutorado acaba envolvendo toda família, e a minha foi imprescindível, seja com gestos, com olhares ou com atos. João Alfredo e Leonor, meus pais, referências de vida, que desde o começo sonharam comigo este sonho, que apostaram e acreditaram que era possível sua plena realização. As manifestações afetivas de apoio, as ajudas financeiras quando tive que deixar minhas funções docentes para dedicar-me a pesquisa, o cantinho acolhedor em Patos de Minas, onde me refugiei em alguns momentos, as deliciosas conversas, o bom vinho e os incentivos constantes me fizeram continuar. Esta tese é um pequeno resultado disso tudo. A vocês dois, todas as palavras (...), as belas palavras e os gestos de carinho.

A Keidy, minha companheira, esposa, amiga e confidente. Mulher de fibra, que soube rir e chorar comigo nas mais diferentes situações. Mesmo sendo de outra área do conhecimento, interessava-se em ler a evolução da escrita, suportando minhas longas ausências, meu mau humor e o arrastar de chinelos pela casa em “busca de uma luz”. Definitivamente esta tese não sairia sem a sua compreensão, incentivo e apoio incondicionais.

Agradeço a minhas irmãs, Ana Luiza (leitora atenta de pequenos fragmentos textuais) e Ana Carolina (suporte necessário para alguns momentos que necessitava ficar só). Obrigado pelo companheirismo, vibrações positivas e pela torcida.

Agradeço ao meu sogro, Sebastião Andrade, um sindicalista autêntico, que me apoiou com desenvoltura e solidez necessárias. Muito de nossas conversas se refletiram aqui.

Deixo propositalmente para o fim os agradecimentos a meu filho Miguel. Na sabedoria de seus três anos de idade, Miguel teve, talvez, a contribuição mais importante na condução da pesquisa e da escrita. Mesmo sem saber, ele me tirava salutarmente do rigor acadêmico para um mundo novo. A transposição se dava por algumas palavrinhas mágicas: “Papai vamo binca (...) binca (...) binca (...)”. E, sem esboçar a menor resistência, deixava-me conduzir para um local imaginário, habitado por Batman, Dragões, Cachorros babões, “Gugu Lele”, Dinossauros e Robôs. As inesquecíveis horas de brincadeiras e aventuras cotidianas proporcionadas pelo Miguel auxiliaram-me na superação e enfrentamento das preocupações inerentes à produção acadêmica.



*“Compreendeu isso: que as associações tornam o homem mais forte e põem em destaque os melhores dotes dos indivíduos, e produzem a alegria que raramente se obtém ficando isolada, ao ver quanta gente honesta e séria e capaz existe e pelas quais vale a pena desejar coisas boas (ao passo que, vivendo por conta própria é mais freqüente o contrário, acabamos por ver o outro lado das pessoas, aquele que exige manter sempre a mão na espada)”*

Ítalo Calvino, em *O Barão nas Árvores*

*O essencial é saber ver,  
Saber ver quando se vê  
E nem pensar quando se vê  
Nem se ver quando se pensa.  
Mas isso (triste de nós que trazemos a alma vestida!)  
Isso exige um estudo profundo,  
Uma aprendizagem do desaprender*

Fernando Pessoa

## RESUMO

Este estudo tem como tema a aplicação de novas ações coletivas, tendo como foco o sindicalismo mineiro, representado pelo Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletro). Aqui, foram analisadas duas ações coletivas, intituladas sindicalismo cidadão e fusão de sindicatos. Encaradas como realizações do sindicalismo CUT, o sindicato cidadão e a fusão de sindicatos inscrevem-se como ações coletivas em busca de conquistas, sob uma perspectiva mais otimista, de espaços de atuação e integração social, ou de tentativa de manutenção, por uma ótica mais pessimista, dos antigos ganhos. A criação de outras formas de ação coletiva, diversas das tradicionais, possibilitou a construção de um sindicalismo que passou a buscar, com frequência, a participação em espaços institucionais até então pouco usuais, a diversificação da agenda tanto nacional como internacionalmente. A busca por parcerias com outros movimentos sociais e organizações permitiu aos Sindicatos, entre eles o Sindieletro, a unificação de políticas regionais/locais, através de programas de geração de trabalho e renda, oferta de cursos de qualificação profissional e formação cultural, apoio a outros movimentos sociais e ao cooperativismo. A fusão de sindicatos assenta-se como outra modalidade de ação coletiva. Ao contrário das práticas cidadãs, as fusões mostram-se propostas mais radicais e modificadoras de toda a estrutura administrativa das entidades envolvidas no processo. A fusão do Sindieletro com o Sindelt foi, talvez, um dos exemplos mais bem sucedidos de emprego dessa ação coletiva no Brasil. Contudo ela ainda continua sendo amadurecida dia a dia. A criação/implantação de novas modalidades de ação coletiva pelo sindicalismo cutista, como apresentado pelo Sindieletro, precisa ser tematizada e compreendida por estudiosos sindicais e pelos próprios atores, uma vez que vem se colocando com o centro das mudanças prático-discursivas da CUT e de seus associados.

Palavras-chave: Ação Coletiva, Sindicato Cidadão, Fusão de Sindicatos, Sindieletro.

## ABSTRACT

This study intend to tematizar the application of new class actions, having as focus the mining unionism, represented for the Union of the Eletricitários of Minas Gerais (Sindieletro). Here two collective actions intituled unionism had been analyzed citizen and fusing of unions. Faced as accomplishments of unionism CUT, the union citizen and the fusing of unions are enrolled as class actions in search of conquests, under a more optimistical perspective, of spaces of performance and social integration, or attempt of maintenance, for a more pessimistic optics, of the old profits. The creation of other forms of collective action, diverse of the traditional ones, made possible the construction of a unionism that started to search with frequency the participation in institutional spaces until then little usual, the diversification of the in such a way national agenda as internationally. The search for partnerships with other social movements and organizations, allowed the Unions, between them the Sindieletro, the unification of regionais/locais politics through programs of work generation and income, offers of courses of professional qualification and cultural formation, support to other movements you beat and cooperatives. The fusing of unions is based as another modality of class action. In contrast of the practical citizens, the fusing reveals to more radical and modifies proposals of all the administrative structure of the involved entities in the process. The fusing of the Sindieletro with the Sindelt, was perhaps, one of the examples most succeeded of job of this class action in Brazil. However it still continues being ripened day the day. The creation/introduction of new modalities of class action for the cutista unionism, as presented for the Sindieletro, in such a way needs to be tematizado and to be understood by studious syndical and the proper actors, a time that comes if placing with the center of the changes practical-discursive of the CUT and its associates.

Key words: Collective action, Union Citizen, Fusing of Unions, Sindieletro.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de Desemprego Aberto nas Regiões Metropolitanas*: 1991-2002 .....	129
Tabela 2: Oferta de Energia .....	196
Tabela 3: Sindicalização nos Países Avançados .....	210
Tabela 4: Número de Sindicatos em Alguns Países .....	211
Tabela 5: Entidades Participantes do I Comel .....	238

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escolas Sindicais Cutistas e sua Abrangência .....	146
Quadro 2: Atuação das Confederações e Federações Operárias .....	148
Quadro 3: Atuação das Confederações e Federações Operárias .....	149
Quadro 4: Atuação das Confederações e Federações Operárias .....	149
Quadro 5: Atuação das Confederações e Federações Operárias .....	150
Quadro 6: Atuação das Confederações e Federações Operárias .....	151
Quadro 7: Atuação das Confederações e Federações Operárias .....	152
Quadro 8: Cursos Oferecidos pelo Sindieleetro .....	180

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. O Mundo do Trabalho em Crise e os Impactos do Sindicalismo Internacional</b> .....	29
1.1. A Ação Coletiva e seus Intérpretes .....	34
1.1.1. A Escola de Chicago e a inauguração das teorias sobre ação coletiva .....	38
1.1.2. As abordagens clássicas marxistas sobre as ações coletivas .....	41
1.1.3. Claus Offe e as novas abordagens marxistas sobre as ações coletivas .....	45
1.1.4. A ação coletiva sob a perspectiva sociohistórica de Charles Tilly .....	49
1.1.5. A ação coletiva sob a perspectiva de Mancur Olson .....	52
1.2. As Transformações no Trabalho e nas Ações Coletivas Sindicais .....	59
<b>2. Interpretações sobre o Sindicalismo no Brasil</b> .....	71
2.1. Primeiro Momento: os sindicatos sob fogo cerrado — a ditadura militar e o novo sindicalismo .....	74
2.1.1. A Ecloração do Novo Sindicalismo em Minas Gerais .....	99
2.2. Segundo Momento: a década de 1990 e a instabilidade sindical .....	111
<b>3. O Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais no Contexto do Sindicalismo Cidadão</b> .....	123
3.1. A Construção de um Projeto Sindical Alternativo: o sindicalismo cidadão .....	128
3.1.1. Educação operária e sindical: uma educação cidadã .....	144
3.1.2. Plano Nacional de Qualificação Profissional da CUT: uma concepção de educação aliada às novas opções metodológicas .....	161
3.2. O Sindieletro e a Construção de uma Agenda Sindical Cidadã .....	173
3.2.1. Por uma educação operária e integrada: as incursões do Sindieletro no campo educacional ..	176
3.2.2. O Sindieletro e a construção de uma matriz energética alternativa: alguns apontamentos .....	195
<b>4. Descobrimo Novas Possibilidades de Luta: a unificação sindical e a construção de um Sindieletro mais forte</b> .....	203
4.1. A Fusão Sindical como uma Resposta Organizatória Radical .....	205
4.2. É hora de recomeçar! As experiências do Sindieletro no campo da unificação sindical .....	226
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	262
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	272
<b>ANEXOS</b> .....	281
<b>Anexo 1: O Sindieletro em Imagens</b> .....	282
<b>Anexo 2: Roteiro para entrevistas semi-estruturadas em Belo Horizonte</b> .....	297
<b>Anexo 3: Roteiro para entrevistas semi-estruturadas no interior de Minas Gerais</b> .....	298

## **INTRODUÇÃO**

Iram Jácome Rodrigues (1991), em um artigo que se tornou referência para os estudos sobre as relações sindicais e operárias no Brasil, escreve que a organização dos trabalhadores em sindicatos e nos locais de trabalho é uma forte tendência iniciada com o aparecimento das primeiras e rudimentares indústrias têxteis brasileiras. Pode-se dizer, hipoteticamente, que a função dessa organização estava ligada à idéia de conseguir certa proteção e controle sobre as decisões referentes aos processos de trabalho. O autor ainda apontava outra motivação que teria levado os operários a se organizarem em grupos e associações: trata-se de uma atitude defensiva frente ao capitalismo e às condições de trabalho. Seria, portanto, uma atitude democrática dos trabalhadores diante do sistema fabril (RODRIGUES, 1991).

A organização fabril dos trabalhadores, historicamente, precede o surgimento dos sindicatos que são originários do começo do século XX. O apaziguamento entre capital e trabalho era feito por essas associações de operários que se formavam dentro das empresas. Além de contribuir para a regulamentação das relações entre patrões e empregados, invariavelmente as associações de trabalhadores eram utilizadas como mecanismos de ajuda e bem-estar social.

Os empregados, normalmente, recorriam a esse tipo de organização, quando precisavam lutar por seus direitos. Talvez, esse fosse o principal motivo que levava os trabalhadores a procurarem uma organização que lhes garantissem condições estruturais de proteção e resistência diante da construção de novas relações de mercado e trabalho.

Sobre esse momento, existem significativas e importantes obras, cujo alicerce foi edificado sobre o nascimento, ainda na passagem do século XIX para o XX, das primeiras organizações fabris de trabalhadores. Entre elas, é possível mencionar a



clássica trilogia de Edward Thompson, traduzida sob o título de *a Formação da Classe Operária Inglesa*<sup>1</sup>.

Thompson pretendeu, com essa abrangente pesquisa publicada inicialmente em 1963, articular a organização das primeiras instituições de trabalhadores britânicos com a cultura popular inglesa, rompendo com antigas teses que identificavam a formação das associações operárias apenas às lutas classistas, como propunha os teóricos do Partido Comunista da Grã Bretanha. A grande inovação de Edward Thompson foi perceber a estruturação da classe operária nas suas múltiplas experiências culturais associadas a elementos de resistência popular. Assim, o autor foi inovador em suas pesquisas ao colocar em evidência os diversos aspectos formadores do operariado inglês do século XVIII, associando, nesse contexto, tradição e valores culturais nascidos da experiência histórica e social.

Existem consideráveis estudos sobre a formação sindical e operária no Brasil, algumas fortemente influenciadas por Edward Thompson, que procuraram discutir o nascimento do sindicalismo organizado no país. Os recortes encontrados são os mais diversos, cada qual com uma temática diferente sobre o assunto.

Entre os diversos temas, existem aqueles que se encaixam na proposta deste trabalho de doutorado, como é o caso da obra de Sílvia Maria Manfredi (1996). A autora analisou a formação do movimento sindical brasileiro por meio de suas práticas educacionais iniciadas com os anarquistas em fins do século XIX e começo do XX. Todas as respostas organizatórias pensadas pelo sindicalismo nacional são analisadas pela autora a partir de uma concepção educacional; em outras palavras, a formação sindical no Brasil é compreendida através de práticas culturais e educacionais formadoras do operariado nacional.

---

<sup>1</sup> Composta por três volumes intitulados: *A Árvore de Liberdade*, *A Maldição de Adão* e *a Força dos Trabalhadores*, a tradução do título original, *The Making of the English Working Class*, para *A Formação da Classe Operária Inglesa* não conseguiu, como adverte a tradutora do livro, captar a real intenção de Thompson ao propor esse título. Ao utilizar o termo substantivado *The Making*, o autor conscientemente pretendia evidenciar o movimento de autoconstituição das classes operárias inglesas ao longo da história, através, principalmente, da luta de classes.

Seguindo uma trajetória retilínea, Manfredi (1996) aborda as experiências educativas anarco-sindicalistas, analisando-as como práticas culturais de formação operária que contribuíram para gerar uma identidade coletiva para os trabalhadores nacionais. Em suas análises, a autora discute a formação sindical nos anos de 1945 até 1960. Sua obra está dividida em dois capítulos que abordam a formação sindical no período citado, assim como as ações de trabalhadores e a criação de novas frentes de ação através da educação sindical.

Em outros dois momentos, são estudadas, aqui, as ações do sindicalismo nas décadas de 1970 e 1980, culminando com a construção das principais Centrais Sindicais de trabalhadores. Essa parte, em especial, discorre sobre as estratégias executadas pelo sindicalismo nacional, entre elas o novo sindicalismo.

Foi apenas no final dos anos 70 e começo dos anos 80 que os sindicatos brasileiros, especialmente na região do ABC paulista, cravaram suas bandeiras no cenário político a partir da implantação do novo sindicalismo. Porém, para além de sua contribuição para o enraizamento do movimento sindical, o novo sindicalismo proporcionou, nessas duas últimas décadas, um revigoramento das reivindicações trabalhistas, colocando-os de volta no seu lugar de origem; ou seja, nos locais de trabalho e em organismos destinados à representação operária. De outra parte, à medida que se fortaleciam, os sindicatos transformavam-se em atores políticos importantes, trabalhando fortemente a ampliação do campo da política e dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, o sindicalismo começa a conquistar um novo espaço, independente do Estado, ganhando mais autonomia.

Quando comparado a outros momentos do sindicalismo nacional, percebe-se que nos anos 70 e 80 o movimento sindical pode deslocar suas ações das estruturas do Estado para outros sujeitos históricos que se encontravam diluídos no macro poder estatal. Portanto, é possível mensurar que, no período, os atores sindicais conseguiram

se constituir através de uma nova e própria racionalidade assentada na desconstrução de antigas práticas sindicais.

A instauração da nova faceta sindical conjugada com outros movimentos sociais permitiu a entrada de “novos personagens em cena”, como atesta Eder Sader (1988), que trazendo suas experiências, contribuíram para o amadurecimento dos movimentos sociais constituídos à margem do Estado. No entanto, o “aparecimento” dos novos movimentos sociais colabora para o fortalecimento de uma nova institucionalidade, orientada de acordo com a nova postura dos atores sociais.

O novo sindicalismo, como um fenômeno de massa, teve profundo impacto na vida associativa e política brasileira. Talvez, sua principal contribuição tenha sido a reorientação da práxis sindical e popular. Por isso mesmo, autores das mais diferentes estirpes teóricas consideram-no como um dos mais importantes movimentos populares ocorridos no período da transição política.

Contudo, a partir de 1978, ainda sob a vigência do Regime Ditatorial Militar, o movimento sindical organizado conquistou o *status* de novos sujeitos políticos (VÉRAS, 2002), beneficiados pelo processo de transição política que se iniciava. A “Transição Conservadora” (O’DONNELL, 1988) se caracterizou por um pacto firmado entre as elites nacionais, de modo lento, gradual, pactuado pela direita, mas sob eleições (NORONHA, 1992).

O novo sindicalismo soube aproveitar um quadro econômico e político desfavorável, marcado por estagnações financeiras, instabilidade monetária e de investimentos. A existente crise distributiva evidenciou o potencial conflitivo, principalmente pelas greves operárias e outras manifestações de trabalhadores<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Os movimentos grevistas foram uma das mais preponderantes características do novo sindicalismo. Mais do que um movimento puramente de conflito, as greves eram consideradas Ações Coletivas articuladoras da massa trabalhadora, tanto nos locais de trabalho quanto na sociedade. Para maiores detalhes, ver Eduardo Noronha (1991a, b; 1992).

As décadas que se seguiram presenciaram uma reviravolta no quadro político e institucional do País, com os governos dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, que implantaram uma reordenação política no país, inserindo-o em uma dinâmica internacional, claramente neoliberal. A adoção das propostas neoliberais provocou mudanças na condução das políticas sociais e econômicas brasileiras que afetaram os movimentos sociais e suas conquistas anteriores. A opção repercutiu também negativamente nas ações sindicais que vivenciou um período de estagnação causado, em grande medida, pela abrupta abertura comercial e pela onda privatizante que assolou o país.

Em verdade, a abertura comercial somada aos processos de privatização, desnacionalização, terceirização e reestruturação produtiva contribuíram para o aumento do desemprego e, conseqüentemente, para precarizar as relações de trabalho. Diante dessas alterações, o sindicalismo começou esboçar algum tipo de reação marcada por um tom puramente defensivo, mas que serviu de base para a criação de ações coletivas de reação mais consistentes e aprofundadas, que possam trazer perspectivas alentadoras para a classe que vive do trabalho.

As possibilidades que se colocam para sindicalismo apontam para a ampliação de sua luta, seja fortalecendo através de fusões, seja incorporando outros elementos que trazem à tona a noção de cidadania (o chamado *sindicato cidadão*), mas que consigam, ao mesmo tempo, caminhar nesse difícil terreno. É sobre isso que trata esta tese.

A hipótese central que rege esta pesquisa foi construída buscando evidenciar que o sindicalismo cidadão e a fusão sindical são alternativas positivas para o crescimento e desenvolvimento do movimento sindical organizado em Minas Gerais. A utilização dessas ações sindicais ocorreu em função das transformações estruturais nas relações trabalhistas e sindicais.

Não obstante, o sindicalismo nacional não conseguiu acompanhar as evoluções/transformações do setor empresarial, permanecendo preso às suas

importantes conquistas históricas<sup>3</sup>. Sendo assim, foi necessário pensar outras formas de ação coletiva que conseguissem acompanhar as evoluções do mercado de trabalho competitivo. O sindicalismo cidadão e a fusão de sindicatos inscrevem-se nesse novo perfil de ação coletiva sindical.

Pois bem, o sindicalismo cidadão, em especial, e a fusão de sindicatos são estudados como alternativas exeqüíveis para a crise do movimento sindical. Elas são, em outros termos, propostas atuais que conseguem, ao contrário das puramente corporativas, manter um diálogo com o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e de mercado.

Portanto, o fundamento desta pesquisa reside na crescente participação do movimento sindical em atividades menos corporativas, mais voltadas para as ações sociais e para a promoção cidadania, seja através de cursos de Qualificação Profissional e Formação Cultural, seja pela adoção de parcerias com outros movimentos sociais. A promoção das parcerias com outras entidades de classe leva, inevitavelmente, ao desenvolvimento de ações que abragem o local e o regional<sup>4</sup>. Essa seria outra característica do sindicalismo cidadão.

O texto que ora se apresenta discute as possibilidades de novas ações coletivas articuladas pelo Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletro), aqui descritas como sindicato cidadão e fusão de sindicatos. Foram eleitos como objeto de estudo os cursos de *Qualificação Profissional e Formação Cultural* realizados pelo sindicato entre os anos de 2000 e 2004 e, em menor dimensão, o projeto de energia renovável junto ao assentamento rural Dom Orione, na cidade de Betim, região metropolitana de Belo

---

<sup>3</sup> Argumenta-se que a história de sucesso que o movimento sindical vivenciou no Brasil no fim dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980 não permitiu que ocorresse a evolução natural das relações sindicais, permanecendo estagnadas ao longo do tempo. Em outras palavras, as greves e as antigas formas de manifestações coletivas não mais respondiam eficazmente as novas demandas da categoria profissional.

<sup>4</sup> A união com outros movimentos sociais evidencia outra característica do sindicalismo cidadão, que é a aproximação do local/regional. As investidas dos sindicatos no sindicalismo cidadão levam em consideração aspectos regionais e locais para a realização de suas atividades.

Horizonte. Com relação à fusão sindical, é estudado o processo que levou à unificação do Sindieletro com o Sindelt<sup>5</sup>, em 1996.

A escolha do tema justifica-se por expor a renovação das estratégias e ações coletivas do sindicalismo nacional. Tomando-se os eletricitários de Minas Gerais como exemplo, é possível mencionar modificações nas pautas reivindicatórias ao inserirem discussões sobre o desenvolvimento do mercado e suas repercussões para os trabalhadores. A preocupação central do sindicato foi criar condições locais/regionais favoráveis aos eletricitários para que pudessem se posicionar dignamente como cidadãos dentro desse novo e fluido cenário.

A rigor, o período que se inicia a partir de 1993 foi caracterizado pelo sindicalismo cutista pela adoção, nas suas bases, de práticas centradas nas relações entre o poder local e o regional, fato que obrigatoriamente exigiu uma nova formatação da agenda dos sindicatos pertencentes a CUT. Configurou-se, com isso, uma realidade na qual os sindicatos começaram a propor novos rumos e novas possibilidades, pautando sua ação por um foco local/regional. Para tal, buscou-se apoio de outros movimentos sociais, como ONGs, entidades representativas, movimentos de bairro, associações profissionais, poder público e até mesmo o empresariado. A constituição dessas parcerias visava construir espaços onde fosse possível estimular e promover políticas públicas locais destinadas ao atendimento de uma gama de operários e cidadãos comuns.

Através da posse de tais espaços, o sindicalismo da CUT procurou reparar a diminuição de seu poder de barganha e pressão política advindos da globalização e do neoliberalismo através da adoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e ao aumento das taxas de emprego, de geração de renda, saúde, moradia e assim por diante. Essas eram as preocupações centrais das políticas de sindicalismo cidadão, ou

---

<sup>5</sup> Sindicato dos Trabalhadores em Energia do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas (Sindelt).

seja, possibilitar aos sindicatos a conquista de novos espaços institucionais que atuariam como revigorantes para o movimento sindical.

Seria complicado propor uma definição precisa sobre o que significa a terminologia *sindicalismo cidadão*. O termo é polissêmico, guarda em seu interior diferentes significados e sentidos. Portanto, sindicato cidadão pode ser empregado em situações nas quais a entidade ultrapassa seus antigos e tradicionais limites de ação, enveredando por outras frentes pouco usuais para os padrões sindicais corporativistas. Os temas abordados pelo sindicalismo cidadão são os mais diversos possíveis: emprego, auxílio saúde, meio ambiente, moradia, energias renováveis e não poluentes, serviços públicos, condições de vida, cursos de capacitação profissional, formação cultural, entre outros.

Por ser um tema bastante recente, ainda existem poucas pesquisas acadêmicas sobre a implantação de políticas de sindicalismo cidadão no Brasil<sup>6</sup>. Por outro lado, o sindicato cidadão é mais uma das formas de ação coletiva empregadas atualmente pelos atores sindicais, tanto no Brasil como em outras partes do mundo. Isso quer dizer que o termo e seu emprego são construções empíricas e pouco teóricas, residindo, talvez, nesse fato a dificuldade de clarificar plenamente o que seria o sindicalismo cidadão.

Em alguns momentos e situações definidas, sindicato cidadão torna-se um termo inadequado para expressar a ampliação das pautas do sindicalismo, como a criação de novas parcerias e a redução do corporativismo classista. Todavia, o sindicalismo cidadão continua sendo o melhor e o mais adequado título para expressar os novos interesses do sindicalismo cutista.

---

<sup>6</sup> Existem duas teses de doutorado, defendidas recentemente junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, que abordam o sindicalismo cidadão. A primeira delas, defendida em 2002 e de autoria de Roberto Véras, é intitulada *Sindicalismo e Democracia no Brasil: atualizações do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão*; a outra, de autoria de Marco Alexandre Ferraz, defendida em 2006, é intitulada *Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário: o sindicalismo-CUT e os desafios para inventar uma nova cidadania*. O primeiro estudo serviu como referência para esta pesquisa, mostrando possibilidades e idéias sobre o objeto de estudo. Entretanto, o presente trabalho se diferencia dos dois outros citados por abordar especificamente as ações coletivas de um único sindicato de empresa pública de Minas Gerais.

Pelos dados finais da pesquisa realizada junto ao Sindieletro, foi possível compreender a abertura da pauta sindical, principalmente no que concerne a criação/implementação de iniciativas voltadas à valorização de seus membros em consonância com outros organismos sociais vindos de fora dos muros sindicais.

O Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais pautou toda sua atuação cidadã em cima dos cursos de *Qualificação Profissional e Formação Cultural* que, segundo fontes documentais e orais pesquisadas, visavam proporcionar, tanto aos associados como à comunidade, reais chances de competir no mercado de trabalho. Para tal, procuravam através de seu projeto educacional aliar a formação profissional a um projeto educativo global e emancipador, integrado ao sistema regular de ensino. Todos os cursos não eram encarados pelo sindicato como um mero adestramento de mão-de-obra; pelo contrário, visavam formar quadros conscientes e consistentes para que pudessem atuar na transformação da realidade social vivida<sup>7</sup>.

Para seu pleno funcionamento, os cursos seguiam um padrão específico e estipulado previamente pela CUT. Suas diretrizes básicas encontravam-se no *Plano Nacional de Qualificação Profissional da Central Única dos Trabalhadores (PNQP-CUT)*. Porém, muitas vezes não eram levadas em consideração as especificidades dos locais onde os cursos eram realizados. Isso gerava problemas de adaptação e até mesmo de participação. Os exemplos mais notórios são os cursos de negociação coletiva que o sindicato oferecia a suas bases no interior. O curso foi totalmente estruturado a partir de acordos firmados, levando em conta a realidade de Belo Horizonte. Obedecia, nesse caso, uma pauta própria, que muitas vezes não se encaixava a um grupo de trabalhadores terceirizados pertencentes a uma determinada usina de geração de energia<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Para os cursos, foram desenvolvidos módulos itinerantes nas regionais do sindicato espalhadas por Minas Gerais, com o objetivo de contemplar o maior público possível.

<sup>8</sup> Algumas categorias profissionais dentro da Cemig negociam seus acordos separadamente. Normalmente são trabalhadores pertencentes a pequenas empresas que foram recentemente encampadas pela Cemig.



Por tudo isso, os sindicalistas e os participantes acreditavam que, pelos cursos de *Qualificação Profissional e Formação Cultural*, o Sindieleiro estaria realmente fazendo uma intervenção social, articulando o regional e o local de forma cidadã. Em outros termos, os cursos seriam uma das muitas maneiras de inserção social de trabalhadores desqualificados e desempregados no mercado formal de emprego, gerando o aumento da cidadania operária, objetivo principal dos cursos<sup>9</sup>.

Para além dos cursos, o sindicato desenvolveu um programa de economia solidária destinado à produção de energia renovável e álcool combustível. O programa, criado como um projeto piloto num assentamento rural, é apoiado por grande parte dos eletricitários que o concebiam como outra maneira de construir uma cidadania abrangente.

Outra proposta de sindicalismo cidadão, envolvendo o local e o regional, refere-se a um projeto piloto de produção de álcool combustível e energia renovável realizado num assentamento rural do MST em Betim. Esse projeto é filiado ao *Programa Nacional do Álcool e do Leite* (PRONAL) do governo federal.

Em suma, o Sindieleiro utilizou ações coletivas voltadas ao sindicalismo cidadão como forma de aglutinar os trabalhadores dentro do sindicato, quando conquista terrenos menos classistas.

A fusão de sindicatos pode ser também emoldurada no campo das renovações das ações coletivas do sindicalismo nacional. Apesar de ser uma resposta que valoriza exclusivamente o corporativismo sindical, não tendo, ao menos teoricamente, inserção com outros movimentos sociais e populares, a unificação apresenta-se como uma alternativa interessante. Ao contrário do sindicato cidadão, a fusão é uma ruptura radical com a antiga realidade estrutural, criando-se uma nova, completamente diferente da anterior.

---

<sup>9</sup> Como ficará evidenciado ao longo dos capítulos deste trabalho, alguns sindicalistas entrevistados têm uma posição diferente com relação aos cursos de *Qualificação Profissional e Formação Cultural*, por acreditarem que grande parte do que é planejado não é executado, seja por motivos de ordem política ou financeira.

O Sindieleiro vivenciou essa experiência quando, no ano de 1996, unificou-se com o Sindelt. Toda a estrutura teve que ser repensada e o sindicato unificado foi transformado em um novo sindicato. Ao final, o saldo da unificação foi positivo para as duas associações envolvidas. O Sindieleiro unificado ganhou mais representatividade política e maior poder de fogo, e os trabalhadores em eletricidade ganharam um sindicato mais articulado e coeso, com capacidade renovada de negociação junto à Cemig<sup>10</sup>.

Dados mostram que a unificação entre o Sindieleiro e o Sindelt foi marcada por avanços e também retrocessos de uma proposta que continua sendo amadurecida. Antes da concretização da unificação, a Cemig era mais intransigente na mesa de negociação e raramente apresentavam-se propostas conjuntas entre os sindicatos pertencentes à empresa. Eram cinco os sindicatos, cada qual com suas demandas e necessidades próprias, fato que dificultava a unificação de propostas.

Todavia, desses cinco sindicatos de eletricitários de Minas Gerais, apenas dois eram afinados em termos de proposta e ações coletivas: o Sindieleiro e o Sindelt, as duas entidades que se unificaram. Porém no Congresso de Unificação, além dos dois sindicatos já citados, o Sindsul participou ativamente de todos os momentos, abandonando a discussão ao final.

A unificação ainda é muito recente: data de 1996. Ainda continua sendo amadurecida e, por isso, alguns problemas de relacionamento foram relatados nas entrevistas orais. Parte das reclamações tinha suas origens nos antigos filiados do Sindelt, que julgavam que a unificação afastou o sindicato de sua base, já que todas as decisões passaram a ser tomadas em Belo Horizonte, longe do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba.

---

<sup>10</sup> Além dos ganhos políticos, a pesquisa de campo mostrou que o Sindieleiro, após a unificação, passou ofertar os cursos de *Qualificação Profissional e Formação Cultural* com mais tranquilidade, eficiência e com intervalos mais regulares. As explicações dadas normalmente se relacionavam ao aumento da base de filiados e, portanto, à necessidade mais aparente de qualificar um maior número de eletricitários.

A unificação, como todos os entrevistados afirmaram, ainda continua sendo efetivada dia-a-dia. O maior reflexo foi a diminuição das disputas internas, mas não sua completa extinção. Mesmo com todas as dificuldades, o Sindieleiro continua criando condições de aproximação com o Sindsul e outros sindicatos de eletricitários. A estratégia utilizada para se aproximar dos outros sindicatos foi o apoio formal a chapas de oposição. O que se pleiteava com isso era a entrada naquela base eletricitária. Tudo indica que essa estratégia se mostrou falha e de pouco sucesso. A última tentativa nesse sentido ocorreu nos dias 3 e 4 de setembro de 2005, em função do *Segundo Congresso Mineiro dos Eletricitários (II Comel)*<sup>11</sup>.

Para a presente pesquisa foi utilizado como recurso investigativo uma metodologia qualitativa que articulou diferentes possibilidades em torno de um objetivo comum: analisar as novas ações coletivas empregadas pelo Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais.

Num primeiro momento, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica e teórica sobre a ação coletiva e seus interpretes. Também foram feitas incursões na teoria sindical, tanto nacional quanto internacional. A teoria serviu como uma bússola de orientação geral para condução do tema. Como bem lembra Jörn Rüsen (2001), a visão do conjunto, conseguida através da teoria, permite ao pesquisador fazer um trabalho especializado e competente sobre seu tema de origem.

Na verdade, a parte teórica se estendeu por todos os momentos da pesquisa, auxiliando os momentos em que a especialização era exigida diante de problemas surgidos no campo. De fato, a teoria permitiu a constituição de múltiplos saberes que, associados, fizeram avançar a pesquisa<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Um dos itens que continha a pauta de discussão era o estabelecimento de novos contatos com os outros sindicatos de eletricitários de Minas Gerais, visando à abertura de novas negociações para a unificação.

<sup>12</sup> A necessidade da teoria nas pesquisas de campo é assim relatada: "A teoria cuida para que o conjunto da floresta da ciência especializada, como constituição estrutural do pensamento histórico, não seja perdido de vista, nos múltiplos processos do conhecimento histórico, em benefício das árvores dos processos particulares de conhecimento" (RÜSEN, 2001, p. 27).

Foi realizada também uma ampla pesquisa documental, abrangendo a imprensa sindical entre os anos de 1987 e 2004, resoluções de congressos, publicações e documentos do sindicato. Os documentos, como fontes privilegiadas de análise, descortinaram questões pendentes como também suscitaram algumas dúvidas que foram confrontadas com os depoimentos colhidos de sindicalista e ex-sindicalistas. Colocados frente a frente, os documentos escritos e os documentos orais promoveram um útil diálogo que contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa de campo, bem como auxiliou para a constituição de um olhar mais preciso sobre as duas ações coletivas empreendidas pelo Sindieleiro em Minas Gerais.

Foram feitas entrevistas orais semi-estruturadas com dirigentes e ex-dirigentes sindicais que, além de terem atuado no momento da fusão com o Sindelt, articularam a criação de projetos de sindicalismo cidadão, entre eles os cursos de *Qualificação Profissional* e de *Formação Cultural*. Os entrevistados também atuaram na construção do projeto de energia renovável em parceria com assentados do MST. Ao total, foram realizadas 30 entrevistas em diversas cidades de Minas Gerais. As viagens pelo Estado possibilitaram a compreensão das dinâmicas e das lógicas de funcionamento das regionais do Sindieleiro. Permitiram também observar como a unificação e as novas ações coletivas de sindicalismo cidadão empreendidas pelo sindicato contribuíram para o fortalecimento político e social da entidade no interior.

Realizou-se uma ampla pesquisa iconográfica, através da qual foi possível catalogar 52 fotografias referentes aos cursos de *Qualificação Profissional* e *Formação Cultural*, ao *Primeiro Congresso dos Eletricitários de Minas Gerais* (I Comel) e ao *Congresso de Unificação*. As fotos serviram como fonte de pesquisa, garantindo qualidade visual ao texto final.

As informações e as reflexões produzidas pelo campo de pesquisa resultaram em quatro capítulos, sendo que os dois primeiros são teóricos e os dois últimos são analíticos.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão geral sobre a crise do sindicalismo internacional, iniciado com um debate sobre as possibilidades reais de se formar um novo internacionalismo operário, tomando-se as associações e sindicatos de trabalhadores como ponto de partida. Essa parte culmina no ponto central do capítulo que se constitui em uma interpretação das ações coletivas. Nessa parte do trabalho são eleitos seis pensadores que abordam o tema. As idéias de cada um deles são expostas de modo ordenado, formando, com isso, um elo com a última parte do capítulo voltada para a crise do sindicalismo internacional.

No segundo capítulo, também teórico, há uma verticalização para o sindicalismo nacional. Tentando perceber diversos ângulos, esse capítulo é dividido em dois momentos, sendo o primeiro relativo à construção do novo sindicalismo em finais da década de 1970 no ABC paulista. Essa parte foi pensada a partir da promulgação do Golpe Ditatorial Militar de 1964 e os focos de resistência, chegando-se, posteriormente, à eclosão dos movimentos grevistas de 1978 a 1980. Incorporado a esse primeiro momento, realiza-se um mapeamento do novo sindicalismo em Minas Gerais, destacando os sindicatos mineiros que trouxeram o novo sindicalismo para o Estado. A segunda e última parte do capítulo apresenta os sindicatos imersos na crise que os atingiu nos anos de 1990, provocando reviravoltas comportamentais nesses atores sociais. A parte final do segundo capítulo serve como ponte para os dois últimos capítulos que trabalham as novas ações coletivas organizadas pelo sindicalismo nacional, em especial as pensadas pelo Sindieletro.

O terceiro capítulo é dedicado ao Sindieletro e suas ações coletivas a respeito do sindicalismo cidadão. Para tal, ele parte do geral para o específico, isto é, começa abordando outros exemplos bem sucedidos de sindicalismo cidadão organizados por outros sindicatos, até chegar às propostas do Sindieletro. Por se tratar de um capítulo analítico, ele se serve das entrevistas e dos documentos coletados no campo de pesquisa, enriquecendo ainda mais as análises e sua redação final. Parte considerável

do terceiro capítulo assenta-se nos cursos de *Qualificação Profissional e Formação Cultural* ofertados pelo Sindieleiro entre os anos de 2000 e 2004. Os cursos foram tratados, na perspectiva de Charles Tilly, como novas modalidades de ação coletiva que visam à reintegração de trabalhadores no mercado formal de trabalho, contribuindo, portanto, para a construção de outra cidadania. O capítulo encerra-se com as parcerias firmadas entre o Sindieleiro e os assentados rurais do MST em Betim para a produção de álcool combustível e energia não poluente renovável.

Finalmente, o quarto e último capítulo trabalha com outra forma de ação coletiva referente à unificação entre o Sindieleiro e o Sindelt em 1996. A exemplo do capítulo anterior, esse parte de um caso de fusão ocorrido no ABC paulista, chegando ao *Congresso de Unificação* que promulgou e ratificou a fusão dos dois sindicatos mineiros. Esse capítulo apresenta uma dificuldade adicional: existem poucos materiais disponíveis para consulta sobre processos de unificação sindical ocorridos no Brasil. Foram feitas várias consultas ao Dieese e ao Ministério do Trabalho, mas sem nenhum resultado palpável.

A intenção de estruturar os capítulos seguindo essa ordem dá-se pela tentativa de apresentar um panorama das novas ações coletivas empregadas pelo Sindieleiro, como o sindicato cidadão e a fusão de sindicatos, em contraposição às antigas estratégias sindicais corporativistas.

Enfim, o que aqui é apresentado são outras possibilidades de ação sindical, nascidas com o sindicalismo cidadão e a fusão de sindicatos. A pretensão do presente trabalho é a produção de uma tese ampla e qualificada para o debate acadêmico.

## **CAPÍTULO 1**

### **O Mundo do Trabalho em Crise e os Impactos no Sindicalismo Internacional**

Boaventura de Sousa Santos (2005), talvez com certa descrença, ressalta a dificuldade de se criar um novo internacionalismo operário, tal qual propunha Marx em seu *Manifesto do Partido Comunista*<sup>1</sup>. Todavia, como aponta o próprio autor, o desejo de se criar um internacionalismo operário ainda continua vivo e latente dentro do movimento sindical organizado<sup>2</sup>.

Santos (2005) acrescenta em suas observações que, se por um lado os trabalhadores ainda não conquistaram a tão almejada organização, o capital, por sua vez, é uma força reconhecidamente internacionalizada e coesa. A estabilização do capitalismo, sem dúvida alguma, é um princípio destabilizador para o movimento operário e sindical, que sofre as conseqüências das intempéries do sistema<sup>3</sup>.

Não há como negar que os sindicatos e os trabalhadores, em geral, estão à mercê da volatilidade de um mercado instável — o que dificulta a articulação operária — como, também, de outras categorias como os terceirizados, subcontratados, em domicílio, setores de serviço, tanto nacional quanto internacionalmente. Entre os obstáculos que se interpõem ao sindicalismo, o principal deles, conforme avalia Boaventura de Sousa Santos, seria a atual incapacidade de organizar-se enquanto categoria.

---

<sup>1</sup> O *Manifesto* foi escrito a quatro mãos por Karl Marx e Friedrich Engels, em dezembro de 1847 e janeiro de 1848. Sua publicação inaugural aconteceu em março de 1848. Nesse manifesto revolucionário, pode-se ler a seguinte passagem: “Os trabalhadores não têm pátria. Não se lhe pode tomar uma coisa que não possuem. Porém, ao conquistar o poder político, ao se constituir em classe dirigente nacional, o proletariado precisa se constituir ele mesmo em nação; assim, ele continua sendo nacional, embora de modo algum no sentido burguês [...]. O domínio do proletariado fará com que tais contradições desapareçam ainda mais. A ação unificada do proletariado, pelo menos nos países civilizados, é uma das condições primordiais para sua emancipação” (MARX; ENGELS, 1998, p. 26).

<sup>2</sup> Boaventura de Sousa Santos (2005) não apresentou nenhuma evidência que minimamente conseguisse comprovar que a busca por um novo internacionalismo operário continue vivo e latente no movimento sindical organizado. Talvez fosse muito mais um desejo incontido do próprio autor.

<sup>3</sup> Os dados levantados por Santos (2005, p. 21) parecem elucidar essa relação inversamente proporcional: “Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2000 havia no mundo 160 milhões de desempregados, dos quais, 50 milhões trabalhadores nos países desenvolvidos. Além disso, 500 milhões de trabalhadores dispunham de rendimento inferior a 1 dólar por dia (ILO, 2001)”.



Assim, um novo desafio é posto para o movimento operário: o surgimento de novos objetivos e o restabelecimento dos antigos. Seu pleno cumprimento implicaria a atualização de suas frentes de batalha, como, também, a criação de estratégias de luta e sobrevivência (SANTOS, 2005).

Todavia, a tarefa que ora se apresenta não é fácil. Diante dos embaraços e os percalços enormes, Santos (2005) expõe algumas dificuldades adicionais, que porventura poderiam se revelar ao longo da jornada que se iniciava para o movimento sindical e operário organizado. Uma delas, e a mais importante, seria a identificação das possíveis causas responsáveis pela diminuição do poder e prestígio das entidades de trabalhadores. A superação dessa barreira implicaria a remodelação das atitudes sindicais diante de um mercado fortalecido e com alto poder de adaptação.

A nova estrutura sindical passaria, obrigatoriamente, pela cooperação entre os diversos atores sociais, criando com isso um novo e eficaz *internacionalismo operário*, para usar um termo de Santos (2005). Como observa o referido autor, a criação desse novo internacionalismo operário ajudaria a superar dois blocos complicados e de difícil acesso.

O primeiro deles é irreversível, ou seja, ele diz respeito às transformações estruturais que já fazem parte da realidade do mundo do trabalho. Entre elas, mencionam-se as revoluções informacionais, a dinamização da produção, a revolução comunicacional. A globalização estabeleceu uma nova e dinâmica realidade que acelerou as alterações no mundo do trabalho. Contudo, como alerta Boaventura de Sousa Santos (2005), seria uma incongruência desmedida associar trabalho global com um mercado de trabalho global. A relação não é equilibrada e muito menos harmônica; os mercados de trabalho são cada vez mais segmentados, como anteriormente.

O segundo bloco é fruto direto do primeiro: são as novas concepções de um mercado que apresenta graus variados de ação, gerando, com isso, uma fugacidade que não permite o estabelecimento de uma rotina laboral consistente, seja aqui ou em outras

partes do mundo. A nova realidade do mundo do trabalho compromete as reflexões teóricas acerca do tema (SANTOS, 2005).

Ambos os blocos suscitam intrigantes ponderações a respeito do produto e do produtor nesse cenário. Ora, o desenvolvimento capitalista provocou uma curiosa modificação nas relações trabalhistas e de sociabilidade fora e dentro do espaço fabril. Boaventura de Sousa Santos apresenta uma tese que, no mínimo, pode ser classificada de polêmica ao asseverar que as diversas formas de lazer e interação social adquiriram uma crescente importância descartando as relações trabalhistas nos espaços de produção. Os principais responsáveis por essa modificação foram os próprios sindicatos de trabalhadores que se renderam, no final dos anos de 1960 e início dos anos 70, à lógica capitalista em troca de ganhos salariais. As anotações, extraídas do pensamento de Santos, podem ser classificadas como um real retrato das suas posições:

[...] a diminuição da importância do espaço-tempo da produção deu-se a partir do momento em que o movimento operário, os sindicatos e os partidos operários se renderam, no final da década de 1960, à lógica capitalista a troco de aumentos salariais, segurança no emprego e outros benefícios sociais, transformando o capital no único horizonte possível de transformação social [...]. (SANTOS, 2005, p. 23)

As inquietações na natureza do capitalismo<sup>4</sup> transbordam diretamente na inserção operária dentro de um contexto excludente, permitindo a fragmentação do trabalho humano em atividades parceladas que implicam a desconstrução dos regimes de regulação e produção e a precarização do emprego formal.

Uma série de fatores advindos dessa nova realidade desregula as organizações trabalhistas, inclusive financeiramente, incapacitando a mobilização e a criação de

---

<sup>4</sup> As implicações registradas nas relações trabalhistas originadas pelas transformações do capitalismo internacional são apresentadas: “[...] a ação das empresas transnacionais (ETNs), que converte as economias nacionais em economias locais, dificultando os mecanismos sindicais de regulação nacional; o aumento do desemprego estrutural gerador de processos de exclusão social; o deslocamento dos processos produtivos e a predominância dos mercados financeiros sobre os mercados produtivos; uma crescente segmentação dos mercados de trabalho que conserva os segmentos degradados das forças de trabalho abaixo do nível de pobreza; o desenvolvimento de uma cultura de massas dominada pela ideologia consumista e pelo crédito ao consumo; o aumento dos riscos contra os quais os seguros apropriados se revelam inacessíveis à grande maioria dos trabalhadores [...]” (SANTOS, 2005, p. 23).

estratégias operárias e sindicais de resistência a esse ambiente — algumas vezes, hostil — que afeta totalmente os sindicatos, gerando mutações difusas nas identidades sindicais e laborais (HYMAN, 1996; 1999).

É nítido que a flexibilização nas relações capitalistas, aqui compreendida como um processo de gestão construído racionalmente que estabeleceu novos contornos administrativos e de produção, focalizados no mercado, causou inúmeras alterações, como bem lembra Richard Sennett (2001), na ética do trabalho<sup>5</sup>.

A estruturação de novas estratégias organizacionais — evidenciado outra lógica econômica e reduzindo os processos de trabalho e as regulações sociais — gerou modernas formas de produção, algumas vezes de compreensão pouco inteligível quando analisadas apressadamente.

Este capítulo que se inicia procura desvendar os contornos institucionais do sindicalismo internacional que se encontra imerso num momento de estagnação política e em busca de novos caminhos. Com o propósito de cercar todas as possibilidades, o capítulo é subdividido em duas partes que discutem momentos distintos das relações trabalhistas e do movimento sindical. A primeira é mais genérica. Já a segunda está centrada na discussão da crise do sindicalismo internacional. Nesse sentido, no primeiro momento, trabalha-se a idéia de ação coletiva através de cinco perspectivas teóricas, a saber: o interacionismo simbólico e a Escola de Chicago, Marx, Offe, Tilly e Olson. Os dois primeiros itens deste capítulo desembocam na terceira parte, que retrata o sindicalismo internacional na década de 1990 dentro de um contexto de privatização, terceirizações e neoliberalismo.

---

<sup>5</sup> Richard Sennett (2001) argumenta que a recente ética do trabalho é uma das áreas mais contestadas atualmente, diferentemente da velha ética do trabalho que é baseado no autocontrole do tempo utilizado, evidenciando práticas voluntaristas e a submissão passiva a horários e rotinas. O autor lembra que a rigidez temporal era percebida como a única e eficaz forma de controlar o caos da natureza.

## 1.1. A Ação Coletiva e seus Intérpretes

As abordagens sobre os movimentos sociais, desenvolvidas pelas Ciências Sociais, são estimuladas pelas mutações ocorridas nos grupos e em seus comportamentos coletivos e cooperativos, como já dizia George Hebert Mead. Para esse autor norte-americano, oriundo da Escola de Chicago, as razões que levam os seres humanos a buscar parcerias e cooperações ao longo das gerações não podem ser explicadas apenas por aspectos puramente fisiológicos. Para ele, a psicologia social e o interacionismo simbólico conseguiram capturar os motivos que levam os humanos a cooperarem uns com os outros.

Segundo Hebert Mead, a busca por organizações e modelos associativos acontece somente em dois casos: a) o ator individual percebe as ações e atos de outros e se identifica com elas; b) a partir disso, constrói suas respostas vinculadas aquele determinado grupo. Todavia, acrescenta o autor, para que ocorra o processo de cooperação entre as pessoas, de fato, seria preciso observar dois pontos cruciais: a) compreender as formas de ação do outro; b) conseguir acomodar o comportamento pessoal de acordo com os interesses coletivos (HAGUETTE, 2005).

Os comportamentos coletivos podem ser classificados como responsáveis pelas intenções dos outros envolvidos no processo de ação grupal. Tais intenções seriam transmitidas simbolicamente por gestos interpretáveis para aquele determinado grupo social (HAGUETTE, 2005). São esses gestos que articulam significativamente as relações entre diferentes pessoas, possibilitando um aprendizado social entre os grupos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Refletindo sobre as relações sociais, escreve Teresa Haguette (2005, p. 28): “Para Mead a relação dos seres humanos entre si surge do desenvolvimento de sua habilidade de responder seus próprios gestos. Esta habilidade permite que diferentes seres humanos respondam da mesma forma ao mesmo gesto, possibilitando a compartilhar de experiências, a incorporação entre si do comportamento. O comportamento é, pois, social e não meramente uma resposta aos outros”.

Contudo, vale lembrar que a ação coletiva está ligada apenas a um campo de ação, o que quer dizer que ela vem sempre relacionada a um determinado local ou grupo de interesses que servem como condutores para sua realização. Assim sendo, a ação sempre se realiza a partir de situações próprias que acabam demandando a articulação de estratégias específicas por parte dos grupos envolvidos: “Logo, a ação é construída através da interpretação da situação, consistindo a vida grupal de unidades de ação desenvolvendo ações para enfrentar situações nas quais elas estão inseridas” (HAGUETTE, 2005, p. 29).

Os primeiros apontamentos sobre as teorias de ação coletiva surgiram nos Estados Unidos, quase em paralelo com o desenvolvimento da sociologia no país. A produção intelectual sobre o assunto não ficou circunscrita às academias americanas, embora seu amadurecimento e desenvolvimento tenham ocorrido em solo norte-americano.

É consensual admitir que a *Escola Sociológica de Chicago* e suas pesquisas sobre ação coletiva e interação simbólica tiveram um longo período de prevalência: do fim do século XIX até meados dos anos 60 do século XX. Porém, como admite Maria da Glória Gohn (2004), ela não foi homogênea nem linear: houve diferentes fases, com ênfases teóricas diversas. Pelo menos cinco linhas de pesquisa podem ser elencadas e todas elas possuíam um núcleo aglutinador comum, qual seja: as teorias da ação social e coletiva e a tentativa de compreensão dos comportamentos coletivos<sup>7</sup> (GOHN, 2004).

Sendo a busca pelos comportamentos coletivos a principal meta a ser realizada, um enfoque sociopsicológico<sup>8</sup> era utilizado como recurso interpretativo, enfatizando, sobretudo, aspectos relacionados a ações coletivas institucionais e não-institucionais. A

---

<sup>7</sup> Enfatizando a busca pela compreensão dos comportamentos coletivos, Haguette (2005) observa que a sociedade era analisada como um processo de inter-relação com os indivíduos pertencentes a ela. Além do mais, o comportamento humano era considerado como parte fundamental e necessária para manutenção da dinâmica social e grupal.

<sup>8</sup> Hebert Mead (1863-1931) e, mais tarde, Hebert Blumer, em 1937, utilizaram largamente de conceitos oriundos da psicologia, adaptando-a para questões relacionadas com o meio social. Para os dois os aspectos subjetivos do comportamento humano são partes imprescindíveis da formação e manutenção do *self* social e de seu grupo social de origem.

citação que se segue parece contribuir para o esclarecimento da utilização dessa metodologia que unificava as Ciências Sociais e a Psicologia:

A mente é concebida por Mead como um processo que se manifesta sempre que o indivíduo interage consigo próprio usando símbolos significantes. Esta significância ou sentido é também social em sua origem [...]. Da mesma forma a mente é social tanto em sua origem como em sua função, pois ela surge do processo social de comunicação. (HAGUETE, 2005, p. 27)

Os movimentos e as ações sociais eram compreendidos como ciclos evolutivos, que se manifestavam, desde sua origem, através de processos comunicativos utilizados como atrativos. A procura por tais grupos acontecia, na maioria das vezes, devido a situações de desespero emocional e instabilidade financeira gerados por transformações nos processos produtivos e industriais. Nota-se a preocupação com questões de cunho psicológico e social, fato que justificava a utilização de metodologias sociopsicológicas na tentativa de alcançar as reações individuais dos participantes dos grupos sociais.

Maria da Glória Gohn (2004) argumenta que os comportamentos e as ações coletivas eram considerados, pela abordagem tradicional norte-americana, oriundas de tensões e conflitos sociais. Em outras palavras, os movimentos sociais surgiam em função de crises institucionais e debilidades sociais<sup>9</sup>.

A autora destaca que existem pelo menos cinco grandes linhas teóricas de abordagem clássica que discutem os movimentos sociais e coletivos. Ela esclarece que o agrupamento das correntes obedeceu a critérios próprios, organizados da seguinte forma: três receberam o título de movimentos sociais, enquanto as duas restantes foram concebidas como ações coletivas (GOHN, 2004).

A primeira teoria sobre as ações coletivas surgiu com a Escola de Chicago no início do século XX, quando marcadamente pesquisas sobre as cidades tiveram o seu

---

<sup>9</sup> De acordo com Gohn (2004, p. 24), "A idéia de anomia social estava sempre muito presente, assim como as explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e aos medos, e nos mecanismos de quebra de ordem social vigente. Estes elementos, aliados às ideologias homogeneizadoras, eram precondições importantes para emergência dos movimentos sociais".

início e, conseqüentemente, sobre os movimentos sociais resultantes dos conflitos urbanos. A principal metodologia utilizada era o interacionismo simbólico de Hebert Blumer (GOHN, 2004).

A segunda linha de pensamento surgiu um pouco mais tarde: entre o final dos anos 40 e o começo dos anos de 1950. O que caracteriza essa corrente, segundo Gohn (2004), é o desenvolvimento das teorias sobre as sociedades de massas, que concebiam os movimentos sociais como formas irracionais de comportamentos coletivos.

A terceira etapa teve predominância entre os anos de 1950, articulando classes e relações sociais de produção. Sua intenção era criar uma teoria que conseguisse abarcar tanto os movimentos sociais quanto as reivindicações partidárias (GOHN, 2004).

A quarta corrente teórica foi criada a partir de uma mescla entre as abordagens da Escola de Chicago e as teorias de ação social de Parsons (GOHN, 2004). A importância dessa concepção foi a realização de um longo trabalho sobre as ações coletivas, quando foram destacados desde os elementos mais básicos dos comportamentos sociais até as mais apuradas e refinadas formas ações coletivas. Gohn (2004) argumenta que a corrente retomou as pesquisas com as metodologias voltadas para a construção psicossocial, em detrimento dos vínculos entre as estrutura sociais e a política.

A última linhagem de abordagem clássica recebe o nome de organizacional-institucional. Apesar de ter contribuído para a desarticulação do paradigma clássico sobre os movimentos sociais, não se solidificou eficazmente. Somente nos anos de 1990, novamente passa a ser retomada (GOHN, 2004).

Deste momento em diante, alguns autores — e suas respectivas teorias — que têm como meta de pesquisa a idéia de ação coletiva, serão discutidos de modo mais verticalizado. Cumpre ressaltar que, para abordar os diferentes enfoques sobre o mesmo tema, será feita uma opção de recorte. Entretanto, não há como discutir conceitos sobre os movimentos sociais sem antes rememorar a Escola de Chicago e o interacionismo simbólico.

### 1.1.1. A Escola de Chicago e a inauguração das teorias sobre ação coletiva

Escrever sobre a produção sociológica sobre os movimentos sociais e suas ações coletivas sem mencionar a Escola de Chicago é algo impensado, pois foi através dela que a sociologia se constituiu enquanto disciplina de talhe científico.

Por Escola de Chicago entende-se um conjunto de trabalhos e pesquisas realizados por professores e estudantes daquela instituição de ensino. A marca indelével da escola será o incremento e o incentivo pela pesquisa de campo e empírica, voltada à solução de problemas estruturais da cidade<sup>10</sup>.

Por esse prisma, a Escola de Chicago desenvolveu metodologias de estudo e de trabalho voltadas principalmente para uma sociologia urbana, que procurava desvendar os problemas que a cidade de Chicago enfrentava, principalmente quando se tratava de uma intensa imigração que, à época, ocorria na cidade e nos Estados Unidos de um modo em geral.

Entre as principais contribuições trazidas pela sociologia de Chicago, talvez a mais importante, foi a inovação no trato com as fontes documentais. Os pesquisadores da instituição desenvolveram trabalhos a partir de documentos até então considerados pouco usuais, como cartas, fotografias, diários pessoais, mapas, entre outras fontes de pesquisa<sup>11</sup>. Percebia-se uma forte predileção pela metodologia qualitativa que se fortalece principalmente após a Segunda Grande Guerra.

O enfoque pretendido pelas produções acadêmicas resultava na reflexão acerca da interação entre o indivíduo e a sociedade. Para tal, eram utilizadas pelo menos duas metodologias: o pragmatismo e o interacionismo simbólico. A primeira analisava a

---

<sup>10</sup> Sobre essa forte tendência, Alain Coulon (1995, p. 8) comenta: “Ao contrário, a tendência empírica será marcada pela insistência dos investigadores em produzir conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos”.

<sup>11</sup> Vale acrescentar, a título de curiosidade, que a História viveu sua *revolução documental* a partir de 1929, com a fundação da *Escola dos Annales*.



atividade humana e suas ações em sociedade por três dimensões, que acreditavam inseparáveis: a biológica, a psicológica e a ética (COULON, 1995). Já a segunda metodologia buscava inserir, em cores vivas, a natureza simbólica da vida social dos seres humanos, destacando as significações sociais produzidas pelas relações interativas dos agentes executores<sup>12</sup> (COULON, 1995).

Todos os elementos articulares da Escola de Chicago concebiam o conflito social como inevitável e natural, uma vez que era originário do choque entre os diferentes estratos sociais e culturais (GOHN, 2004). Gohn mostra que os líderes grupais não seriam os responsáveis pela explosão dos conflitos. Todavia, teriam uma função imprescindível: organizar, da melhor forma possível, todos os envolvidos no processo. Graças à intervenção da *liderança esclarecida*, surgiam os movimentos sociais.

Os movimentos sociais não seriam, relativiza Gohn (2004), causados pelos líderes, mas pela situação de confronto que se estabelecia entre as camadas populares. Caberia aos líderes, catalisar as demandas e os clamores, transformando-os em organismos sociais que teriam a função de equacionar os possíveis atritos entre as esferas sociais. Contudo, continua Gohn (2004), a função dos líderes seria promover as mudanças estruturais, acomodando-as organizadamente na sociedade, evitando, com isso, confrontos mais sérios e problemáticos entre os diversos grupos envolvidos. É bastante nítido que as pesquisas de Chicago apontavam as lideranças populares como instrumentos diretos de coesão e controle dos clamores originados dos movimentos sociais. Assim sendo, pregavam a constituição de líderes preparados para exercerem a função que lhes era delegada pela população:

Ou seja, o líder era um instrumento básico de mudança, da acomodação, da reforma. Os problemas surgiam quando os movimentos sociais não

---

<sup>12</sup> Reafirmando a metodologia interacionista empregada pela Escola de Chicago, Gohn (2004, p. 27) admite que “Deveriam ser utilizados estudos comparativos e investigações sobre as condições particulares ocorridas onde se desenvolviam processos interacionistas, destacando-se aquelas relacionadas com a participação criativa dos indivíduos. O elemento da criatividade, visto como inerente aos indivíduos, era um dos pressupostos básicos da Escola”.

conseguiam ser controlados por seus líderes, dando origem a descaminhos na direção do movimento. A solução seria buscar, cada vez mais, formar lideranças responsáveis. (GOHN, 2004, p. 29)

O componente educacional era fundamental em todo esse processo, como deixa transparecer o trecho de texto citado. Os líderes precisariam estar preparados para os desafios que iriam encontrar ao longo da jornada. Por isso mesmo, juntamente com as instituições sociais, a educação era outro elemento prioritário para os pesquisadores da Escola de Chicago.

Entretanto, vale ressaltar que a educação concebida não se restringia somente aos bancos escolares: ela ia muito além, era bastante informal e se difundia cotidianamente nas ações feitas em sociedade e na vida urbana (GOHN, 2004). Os conflitos seriam, acima de tudo, considerados como escolas de cidadania que permitiriam a construção de aspectos voltados à criatividade dos indivíduos e em suas relações com o meio social que integravam<sup>13</sup>.

A metodologia de trabalho e pesquisa desenvolvida pela Escola de Chicago, resumindo, foi uma das responsáveis pelo amadurecimento teórico e empírico de pesquisas que tinham como foco central a idéia de ação coletiva. A partir do experimento metodológico, forneceu subsídios — até então pouco usuais, que enriqueceram as formulações sobre os movimentos e ações sociais — através da utilização de fonte.

---

<sup>13</sup> Segundo Gohn (2004, p. 30), “A criatividade e o individualismo eram coerentes com o desenvolvimento do processo e parte dele. Estes pressupostos tiveram grande repercussão nas políticas de desenvolvimento comunitário do pós-guerra e estiveram na base de várias propostas de educação popular da América Latina nos anos 70 e 80”.

### 1.1.2. As abordagens clássicas marxistas sobre as ações coletivas

Embora o desenvolvimento de uma teoria consistente sobre os movimentos sociais e ações coletivas, nas suas mais variadas acepções, não tenha sido uma das preocupações centrais de Karl Marx<sup>14</sup>, é inegável a sua contribuição, seja direta ou indireta, para o tema. A partir de Marx é que se desenvolvem sistemáticas teorias sobre os movimentos sociais e suas ações coletivas.

O *Capital* foi a mais expressiva obra de Marx voltada para o entendimento das questões relacionadas ao desenvolvimento capitalista no século XIX e suas conseqüências para a sociedade e as ações coletivas. O que fica claro, com a publicação desse clássico do pensamento social, é a compreensão do trabalho humano enquanto mercadoria. É a partir dessa articulação que Marx explica as facetas do desenvolvimento social capitalista.

A mais-valia juntamente com o aumento no tempo (mais-valia absoluta) e o aumento no ritmo do trabalho (mais-valia relativa) seriam formas de acumulação de capital impostas pela burguesia industrial, com o claro objetivo de desarticular os movimentos sociais e operários.

As reflexões sobre o desenvolvimento capitalista e industrial, naturalmente, levaram Marx a discutir as noções de classe e práxis social<sup>15</sup>. Estes dois pontos são, com certeza, os epicentros de suas análises sobre ação coletiva.

---

<sup>14</sup> De fato, as ações coletivas e os movimentos sociais nunca foram umas das maiores preocupações do autor. Ou seja, Marx não formulou uma teoria sobre as ações coletivas e os movimentos sociais do século XIX. Seu foco central de estudo foi o desenvolvimento capitalista e industrial. Sua intenção era tentar compreender os processos de acumulação e desenvolvimento capitalista, para tal desenvolveu, em *O Capital*, análises sobre a mercadoria e os efeitos sociais advindos dela.

<sup>15</sup> *Práxis* refere-se às ações coletivas realizadas em sociedade, de modo livre, universal, criativa. É através da *práxis*, completa Marx, que o homem transforma o mundo que o rodeia e a si mesmo, diferenciando-se dos demais. Desse modo, torna-se um ser da *práxis*, concebida como o conceito central da tese marxiana (BOTTOMORE, 1993).

Em algumas de suas obras, Marx faz alusões aos movimentos sociais como prováveis estopins de um projeto radical de transformação na estrutura da sociedade. A superação da histórica condição de exploração seria realizável pela práxis política que, em última instância, dependia da formação da consciência de classe e de uma ideologia adquirida pela vivência e maturidade política. A aquisição da consciência classista seria possível pela retomada/valorização de todas as ações coletivas, como se pode notar pela seguinte citação:

Marx defende ainda o ponto de vista de que todas as formas de luta, experiências embrionárias e particulares de organização sindical devem ser recuperadas — como as greves, as ligas e uniões —, precisamente pelo sentido geral de conteúdo político e revolucionário que indicam, não no futuro abstrato, mas no presente histórico de seu desenvolvimento, como processo único, vivo e complexo. (GOHN, 2004, p. 178)

Não obstante, não é uma tarefa fácil definir precisamente o conceito de classe social para o marxismo. Nem sequer o próprio Marx se preocupou em teorizar a respeito de movimentos e classes sociais. Seus objetivos eram outros e a discussão sobre classes sociais não fazia parte de seus intentos teóricos, embora retome o tema em alguns escritos esparsos.

Um alerta é feito por Marcelo Ridenti (2001): Marx, muitas vezes utiliza o conceito de classe social para definir diversas e diferentes formas de organização popular. Isto é, emprega o termo em situações que, muitas vezes, não são correspondentes<sup>16</sup>. Em outras palavras, o termo é utilizado para designar grupos sociais não semelhantes que convivem em sociedade, relacionando-se e lutando por ideais particulares, criando com isso relações de conflito, exploração e dominação entre os atores envolvidos (RIDENTI,

---

<sup>16</sup> Esclarece Sedi Hirano (1988) que Marx adotou o termo em diferentes momentos e sentidos: “genérico-abstrato”, “específico e particular”. Assim comenta o autor: “No primeiro são realçadas as determinações comuns e gerais pertencentes a todas as épocas, no segundo o fenômeno específico determinado pela produção capitalista moderna” (HIRANO, 1988, p. 82).

2001). Sendo assim, as classes<sup>17</sup> podem ser visualizadas em sociedades mais desenvolvidas do ponto de vista econômico, nas subdesenvolvidas, nas mais modernas, nas mais atrasadas e assim por diante.

Edward Thompson e parte dos revisionistas ingleses percebem classe social como uma categoria histórica, derivada de processos sociais e conflitivos estruturados através do tempo. Portanto, não é possível, segundo Thompson, teorizar sobre o conceito de classe social como um fenômeno global e imutável.

Nesse sentido, Thompson (2001) discorda de Marx e de seus intérpretes estruturalistas ao mostrar que é falso pensar a noção de classe social como uma categoria estática, tanto do ponto de vista sociológico quanto heurístico. O historiador inglês mostra que não é possível falar em classe social sem mencionar as pessoas ou os múltiplos grupos que dela fazem parte. Eles entram em contato uns com os outros através de processos de luta que, para Thompson (2001), acontece no âmbito cultural, modificando radicalmente as antigas estruturas e as antigas relações de classes herdadas.

Mais uma vez, tomando como referência *O Capital*, Marx expõe a existência de três grandes categorias de classe social. Cada uma delas, a seu modo, desenvolve relações em sociedade e diferentes formas de ação coletiva. Sinteticamente, as classes são divididas da seguinte forma: capitalistas, proprietários rurais e trabalhadores assalariados urbanos. Rigorosamente, seriam essas as únicas classes sociais para Karl Marx.

Observa-se, portanto, que essas três seriam as únicas classes oriundas do desenvolvimento capitalista e industrial. Elas são, de acordo com Ruy Fausto (1987), as

---

<sup>17</sup> Vale lembrar que, seguindo a tradição do marxismo, classes sociais só existem em sociedades em que o capitalismo industrial encontra-se consolidado. Dessa maneira, duas classes antagônicas tornam-se perceptíveis: de um lado, a burguesia que investe no capital e concentra a propriedade dos meios de produção, e, do outro lado, seu contraponto, a classe proletária que é obrigada a vender sua força de trabalho, uma vez que se encontra alienada da posse dos meios de produção. Todavia, os operários, segundo a visão clássica marxista, só podem ser considerados como classe quando se agrupam em sindicatos, associações ou partido políticos, com o intuito de lutarem eficazmente contra a exploração burguesa.

expressões mais tangíveis da relação de classe e de produção, pois se solidificaram como agentes expressivos dessa forma de relação. Não obstante, embora Marx não explicita em *O Capital*, existe, ainda, uma classe social à margem dos três grandes grupos aqui mencionados: o lumpenproletariado — composta normalmente por aquelas pessoas totalmente excluídas das relações de classe, como as prostitutas, os mendigos e outros.

Em resumo, as manifestações de classe, refletidas em suas formas de ação coletiva, dependem, para Marx, sobretudo de uma práxis construída no interior de entidades representativas. Por sua vez, elas seriam responsáveis pela construção e aquisição da consciência coletiva e individual. Ao que parece, a ação da classe operária deveria passar obrigatoriamente pela constituição de um coletivo operário “livre e igual”, com o rompimento do capitalismo industrial e com as formas de exploração dele advindo.

Enfim, a ruptura definitiva com as formas de exploração capitalista estaria genuinamente associada ao poder de luta e mobilização dos trabalhadores organizados, como demonstra Ridenti:

O futuro político não estaria predeterminado para Marx, nem seria totalmente indeterminado. Ele dependeria de uma competição entre os possíveis históricos não equivalentes, a História teria um sentido imanente potencial, a saber, a ruptura com a exploração de classe, que dependeria da capacidade de luta da classe trabalhadora, da práxis coletiva. (RIDENTI, 2001, p. 28)

A citação explícita, de certo modo, as análises de Marx sobre os movimentos sociais e suas formas de ação coletiva, empreendidas contra a burguesia industrial e contra o capitalismo. Apesar de não ter teorizado formalmente a respeito da temática, suas reflexões abriram caminhos para que seus seguidores pudessem, a partir das obras marxianas, articular teorias relativas aos movimentos sociais e às ações coletivas.

É imprescindível acrescentar que Marx deu uma contribuição incomparável para o entendimento do capitalismo moderno. Todavia, as teorias marxistas deterministas sobre classe social são analiticamente muito pobres. A clássica questão de “classe em si e para

si” apresenta-se como uma concepção puramente teleológica e de pouca aplicabilidade empírica. Tal crítica é compartilhada pela Escola Marxista Revisionista Inglesa e em especial por Thompson, que argumenta da seguinte forma:

Pois, se o proletariado é verdadeiramente privado da consciência de si mesmo como proletário, então não pode se definir assim [...]. Por meio de análises e definições similares, logramos descobrir as insuficiências escondidas sob o uso do termo classe operária, podendo reexaminá-lo. (THOMPSON, 2001, p. 275-276)

Todavia, as análises de Marx abriram caminho para a criação de outras, sejam elas feitas por críticos ou por seus seguidores. Sua importância é inegável e inquestionável.

### **1.1.3. Claus Offe e as novas abordagens marxistas sobre as ações coletivas**

Seguindo as tradições clássicas da sociologia marxista, Claus Offe desenvolve estudos referentes à crise da sociedade capitalista e do trabalho. Esse autor alemão, assumidamente marxista, incorpora novos elementos — como, por exemplo, aspectos socioculturais — às suas análises sobre a conjuntura sociopolítica no capitalismo avançado<sup>18</sup>. Pelo fato de apresentar uma nova visão às tradicionais abordagens marxistas, Offe é considerado um autor neomarxista ou pós-marxista. Ele avança em alguns pontos deixados de lado pela Escola de Frankfurt, principalmente no que concerne à teoria crítica de Habermas (GOHN, 2004).

Elegendo a Alemanha — seu país de origem — como local privilegiado para seus trabalhos, Claus Offe desenvolveu estudos que priorizavam o debate sobre a decadência

---

<sup>18</sup> Referindo-se às abordagens de Offe, expõe Gohn (2004, p. 164): “[...] ao contrário de Touraine — que prioriza a análise sociocultural — e de Melluci — que prioriza a psicossocial —, Offe prioriza a análise política, fazendo articulações entre o campo político e o sociocultural [...]”.

do *Welfare State* e o desenvolvimento da crise capitalista, além das incertezas dos partidos políticos ocidentais e autoritários. Refletiu também sobre a transição que assolava a esquerda européia, assim como sobre os problemas estruturais e as perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Em cada uma dessas múltiplas áreas de análise, tentava incorporar fatores dialéticos, materiais e simbólicos. A observação de Offe parece bastante providencial:

Um novo subjetivismo sociológico, evidenciado em uma série de abordagens interpretativas que representam mais que um mero modismo, pesquisando o cotidiano, analisando a vida e o espaço vital, rompe evidentemente com a concepção de que as experiências feitas na esfera do trabalho e nas condições aí predominantes possuiriam um poder de alguma forma privilegiado na determinação da consciência e da ação sociais. (OFFE, 1989, p. 17)

Caracterizando a transição capitalista como desorganizada e conflituosa, Offe (1989) demonstra, ancorado em Habermas, que a situação do trabalhador nesse contexto é mais variável e dependente das políticas estatais e de trabalho no campo social, e menos das artimanhas empresariais e da automatização e racionalização da produção que sacrificam aquele que vive do trabalho.

Parte de sua abordagem sobre as esferas do trabalho mostra que ele normalmente é constituído por forças externas ao próprio trabalhador, o que pode gerar dúvidas quanto à eficiência das análises macro-sociológicas clássicas referentes às estruturas de formação das classes sociais (OFFE, 1989). O autor ainda argumenta que esse tipo de pesquisa freqüentemente gera limitação dos modelos de sociedade “centrados no trabalho”, que são sublinhadas genericamente nas análises que evidenciam apenas o aspecto socioeconômico. Normalmente, comenta Offe (1989), as variáveis que incidem sobre esse modelo de estudo são inapropriadas para uma assimilação completa das sociedades industriais do Ocidente.

Existem algumas formas de conflito e ações coletivas nas sociedades industriais que ultrapassam os limites estreitos das abordagens tradicionais que destacam apenas



os aspectos econômicos e estruturais como fim último. O autor alerta que existem situações e formas de conflitos sociais e políticos e que as ações coletivas ultrapassam as percepções estabelecidas por algumas teorias sobre o trabalho e o capital. Offe (1989) deixa claro que essas formas peculiares de conflito ocorrem normalmente quando existe uma mescla de frentes de conflito referenciados pelo trabalho com conflitos não referenciados pelo trabalho<sup>19</sup>.

Observando os cenários atuais de publicação e pesquisa nas ciências sociais, Offe (1989) observa que parte considerável dos trabalhos centrados nos debates sobre os modelos de ação coletiva no capitalismo industrial e sobre a atividade remunerada nesse contexto assenta-se em bases intelectuais conservadoras.

Segundo o autor alemão, cientistas sociais “filiados” ao materialismo histórico ou à teoria crítica mostram de modo incisivo que os trabalhos clássicos da Escola de Frankfurt abandonaram premeditadamente as análises centradas nas estruturas, nos conflitos e nas perspectivas de desenvolvimento do trabalho social, para dedicarem-se a um “espaço vital” a ser protegidos de usurpações econômicas e políticas (OFFE, 1989).

Todavia, continua Offe (1989), apesar das abordagens sinalizarem progressos efetivos, é necessário, por outro lado, considerar os problemas resultantes das conjunturas políticas e econômicas como objetos da pesquisa sociológica. Ainda é necessária, para o autor, uma justificativa intelectual sobre o deslocamento do ângulo de interesse da pesquisa sobre as ações coletivas.

Em concomitância com esses diferentes modelos teóricos de análises aparecem os denominados “novos movimentos sociais”, que utilizam diferentes estratégias de ação coletiva. Parte considerável dos militantes é constituída por pessoas com nível cultural elevado, bem informadas e que não possuem histórico de militância em outros

---

<sup>19</sup> É assim que o autor mostra essas novas modalidades conflitivas e de ação coletiva: “No máximo, poder-se-ia falar de uma situação mesclada, onde frentes de conflito referidas ao trabalho se cruzam com outras frentes de conflito não referenciadas ao trabalho; o que de qualquer forma ressalta o ‘meta-conflito’, não menos teórica e politicamente explosivo, sobre os quais seriam então as contradições predominantes [...]” (OFFE, 1989, p. 18).

movimentos políticos, mas que lutam por objetivos comuns. Assim sendo, as novas demandas sociais e ações coletivas não se restringem apenas aos ativistas; elas se fragmentaram pela sociedade como um todo.

Não obstante, Offe (1989) revela que o comportamento dos novos ativistas sociais pode ser classificado como extra-institucionais, uma vez que não atuam em nome de uma doutrina política definida como revolucionária.

O princípio motivador da criação dos novos movimentos sociais surgiu a partir de problemas ideológicos encontrados na vida cotidiana e da construção de uma identidade coletiva desses novos atores sociais, que buscavam a complementação dos seus direitos sociais e democráticos (GOHN, 2004). Por isso mesmo, completa Offe (1989), reivindicavam junto às elites políticas dirigentes questões que são particulares e de interesse restrito àquele determinado tipo de movimento.

Conseguindo perceber diferenças ideológicas e estruturais entre os tipos de ação coletiva, o autor dividiu os movimentos em dois paradigmas distintos, que expressariam a concepção política de cada um deles. A divisão obedeceria ao seguinte critério: o tradicional, que se iniciou após a Segunda Grande Guerra, e o recente, surgido a partir da década de 1970 (GOHN, 2004).

O que caracterizava o primeiro momento, representado pelo *Welfare State*, eram as políticas de promoção da seguridade social, cabendo aos atores sociais envolvidos no processo atuarem como grupos de interesse econômico. Essa atuação poderia ser pensada de duas maneiras: internamente, nas organizações, associações representativas, ou, externamente, em intermediações corporativistas de interesses grupais, e na competição eleitoral entre partidos políticos (GOHN, 2004).

Por outra parte, o novo modelo de ação coletiva, apresentado nos anos de 1970, é constituído de uma miríade de instituições que buscavam conquistas particulares, voltadas para suas áreas de interesse. O conjunto das diferentes formas de ação coletiva recebeu o nome genérico de *Novos Movimentos Sociais*. Entre eles, pode-se lembrar de

alguns, tais como: movimento de estudantes, movimento de mulheres, de homossexuais, pela liberação sexual, movimento verde, de minorias, pela paz, entre tantos (GOHN, 2004). Como dito anteriormente, os novos movimentos sociais se constituíram em espaços políticos não-institucionalizados, que transbordam o Estado de Bem-Estar Social, reinventando uma nova forma de atuação<sup>20</sup>.

Em síntese, o argumento central de Offe mostra que os novos movimentos sociais e seus empreendimentos coletivos surgem como respostas estruturadas dentro de uma recente ordem. Seus desejos incontidos de expressão procuram reconhecimento com interlocutores responsáveis e credenciados a atuarem na esfera pública e privada em nome daqueles que representam. Compartilhando a mesma idéia com Richard Sennett (2006), Offe mostra que os novos movimentos sociais funcionam como críticos audazes do processo de modernização forçada em pauta na cultura do novo capitalismo.

#### **1.1.4. A ação coletiva sob a perspectiva sociohistórica de Charles Tilly**

Charles Tilly é atualmente um dos pesquisadores mais revisitados na área das ciências sociais. Sua produção acadêmica passa por temas como ação coletiva, formação dos Estados Nacionais europeus, metodologia e teoria da história, cidadania e urbanização.

Monsma (1996) argumenta que um dos pontos altos da produção teórica de Tilly foi o estabelecimento de conexões entre a sociologia e a história. Em dois estudos — *As Sociology Meets History* (1981) e *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*

---

<sup>20</sup> Sobre os *Novos Movimentos Sociais* e seus valores, diz Gohn (2004, p. 167): “Os valores básicos defendidos são autonomia pessoal e identidade em oposição a formas de controle centralizadas. Os modos de atuar são, internamente, predominância de informalidade, espontaneidade, baixo grau de diferenciação horizontal e vertical. O uso de métodos não-convencionais ocorre não por desconhecimento das formas convencionais, mas por negá-las ou por conhecer suas limitações”.

(1985) — discute a importância de aproximação entre as duas ciências. Entre os argumentos levantados por Tilly, o mais conspícuo foi mostrar que os historiadores, especialmente os marxistas revisionistas ingleses, como Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Albert Soboul e outros, já utilizavam teorias e métodos originalmente voltados às ciências sociais. A recíproca entre a sociologia e a história era verdadeira, dizia o autor, pois as principais teorias sobre os processos de modernização, utilizadas pelos sociólogos, tinham como base a história (MONSMA, 1996).

Com a publicação, em 1978, do seu consagrado *From Mobilization to Revolution*, Charles Tilly incorpora novas abordagens sobre os comportamentos e as ações coletivas, que se tornaram referências para os estudiosos da área. Nessa obra, Tilly procura trabalhar com as teorias sobre ação coletiva a partir das obras de Marx, Weber e Durkheim, não se restringindo somente aos três clássicos das ciências sociais. Ele congregou novos elementos teóricos ao seu estudo. Por exemplo, para compreender como as mudanças nas estruturas sociais afetavam as formas de ação coletiva, recorreu aos historiadores marxistas da escola inglesa — Hobsbawm e Thompson —, assim como a Escola dos Annales, principalmente às concepções de longa duração de Fernand Braudel.

A preocupação central era perceber se as transformações nas estruturas sociais afetariam as ações coletivas diminuindo seu impacto junto à sociedade<sup>21</sup>. Caso o poder de barganha dos movimentos sociais diminuísse em consonância com as transformações coletivas e estruturais, os resultados políticos visíveis desses grupos seriam, certamente, o retrocesso ou a completa estagnação de suas ações. Pois bem, com esse raciocínio, Tilly classificou as mobilizações em ofensivas e defensivas, dependendo do grau de comprometimento dos movimentos sociais executores.

---

<sup>21</sup> Vale lembrar que Charles Tilly concebia as mobilizações como movimentos amplos que não se restringiam somente a rebeliões ou atos terroristas. Para ele, as ações coletivas vão desde manifestações pacíficas, marchas, a demandas públicas. Ele conclui que as ações coletivas não são apenas movimentos políticos contrários à ordem política, econômica e social estabelecida. São também as movimentações de pessoas sem histórico partidário que se manifestam por objetivos comuns.

O sucesso das mobilizações era o resultado das formas como os movimentos sociais se organizavam. A conformação dos grupos era sistematicamente lembrada pelo autor como um importante fator responsável pelo sucesso das ações coletivas. Tilly lembra que as organizações podem apresentar diferentes nuances: confederações de trabalhadores, organizações estudantis, grupos de amigos, movimento de bairro, partidos políticos e outros. Portanto, são as conexões entre os integrantes de um mesmo grupo que permitem a ação coletiva (MONSMA, 1996).

Utilizando recursos investigativos próprios, o autor desenvolve critérios de estudo sobre as ações coletivas, priorizando dados quantitativos, arquivos e jornais. Porém, sua inovação acontece quando utiliza dados quantitativos em seus estudos sobre as greves, as rebeliões, os motins e outras formas de ação coletiva. O uso da metodologia quantitativa visava aprimorar hipóteses de trabalho que não conseguiam ser respondidas pelos métodos tradicionais. As transformações nas estruturas sociais e seus reflexos nos resultados das ações coletivas, as alterações sociais com o capitalismo industrial e o significativo aumento das organizações sociais foram mais bem compreendidos, para Tilly, com o uso de dados quantitativos (MONSMA, 1996).

Outra abordagem usual nos projetos acadêmicos do autor é o trabalho histórico comparativo sobre as ações coletivas. Tendo como referência os séculos XVIII e XIX, Tilly evidencia as alterações nas formas de mobilização política dos atores sociais. Em cada período, o “repertório de ação coletiva”<sup>22</sup> é completamente diferente, ou seja, as manifestações do XIX eram mais eficientes e organizadas do que as do século anterior.

Atualmente, os movimentos sociais e suas mobilizações pregam, segundo Tilly, o desenvolvimento da autonomia social, a ampliação dos espaços sociais e políticos abertos e democráticos e por instituições, de fato, representativas (GOHN, 2004). Assim, as novas formas de mobilização popular se revestem em: protestos, greves, pressões,

---

<sup>22</sup> Esclarecendo o que significado de “repertório de ação coletiva”, comenta Monsma (1996, p. 19) “Um repertório é uma espécie de caixa de ferramentas cultural de que as pessoas servem para fazer reivindicações coletivas [...]”.

manifestações populares — estilos de manifestações completamente diferentes e inovadoras se comparadas às dos séculos XVIII e XIX.

A explicação para as mudanças de atitude dos movimentos sociais e do repertório das ações coletivas estaria ligada ao desenvolvimento capitalista e industrial, como é basilar na citação:

Tilly vincula as mudanças nos repertórios de ação coletiva aos processos a longo prazo e em grande escala de mudança social, em especial o desenvolvimento do capitalismo nos Estados nacionais. Esses processos alteram de modo fundamental o contexto da contestação popular e, portanto, o conteúdo dos repertórios de ação coletiva. (MONSMA, 1996, p. 20)

Em resumo, Charles Tilly delinea claramente em seus trabalhos as transformações ocorridas nas ações coletivas ao longo do tempo, mostrando a contínua mudança de postura dos atores sociais. Em outras palavras, houve o deslocamento do foco das mobilizações de trabalhos locais para as greves e os protestos nacionais e de conflitos ilegais para ações sociais toleradas (MONSMA, 1996).

### **1.1.5. A ação coletiva sob a perspectiva de Mancur Olson**

Mancur Olson foi um dos grandes responsáveis pelas mudanças interpretativas que as ciências sociais norte-americanas vivenciaram nos anos de 1960, com a criação de uma nova corrente interpretativa denominada teoria da *Mobilização de Recursos*<sup>23</sup> (GOHN, 2004).

---

<sup>23</sup> Gohn (2004) observa que a teoria da Mobilização de Recursos (MR) começou discordando e rejeitando a tradicional concepção norte-americana dos movimentos sociais que associava todas as frustrações grupais a condições materiais e culturais dos envolvidos.

O argumento desenvolvido contra a sociologia interacionista clássica norte-americana mostrava a fragilidade teórica das explicações pelo campo psicológico, bem como rejeitava conscientemente as explicações construídas ao abrigo dos comportamentos coletivos dos grupos sociais. Em outras palavras, Olson e sua teoria da Mobilização de Recursos não concebiam uma identidade coletiva irracional das ações coletivas, como queria o interacionismo simbólico.

De acordo com essa produção teórica, as explicações oriundas da Escola de Chicago eram superficiais e inconsistentes para explicar as motivações iniciais que desembocavam nas ações coletivas. Ou seja, não concordavam com o realce dado pela Escola aos sentimentos individualizados que moviam as ações em grupo, como observa Gohn (2004, p. 50): “A nova teoria enquadrava as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando portanto a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal”.

No entanto, a grande inovação trazida por Olson foi enquadrar os movimentos sociais em grupos de interesses. Esse sentimento seria, talvez, a mola propulsora para organização e/ou estruturação dos movimentos sociais — o principal motivo para as mobilizações. Assim sendo, as ações coletivas, no seu sentido mais polissêmico, transformavam-se em “moedas de troca” para os atores envolvidos no processo, pois, como bem lembra Olson, a ideia de se promover quaisquer manifestações grupais é precedida de cálculos racionalmente elaborados com o intuito de vislumbrar os possíveis ganhos e benefícios que o ato pode proporcionar.

O modelo de análise pensado pelo autor pode ser classificado como utilitarista, uma vez que procurava, como fim, a realização de seus objetivos, fato que implicaria em decisões morais, políticas e econômicas para o indivíduo participante. Essa era uma lógica completamente racional, na qual os envolvidos estariam em constante interação dentro do grupo.

Fica nítido que Olson não trabalha com a noção de movimentos sociais, mas, sim, com as pessoas que formam grupos de interesses, que, cada vez mais, atraíam outras pessoas que buscavam ganhos e conquistas através dos grupos de interesse. Todavia, alerta o autor — em sua polêmica, mas importante e necessária obra *A Lógica da Ação Coletiva* —, quanto maior e diferente o grupo, mais fácil de organizar os interesses coletivos; quanto menor o grupo, mais difícil fica sua organização.

Os líderes seriam os responsáveis pelas conquistas dos grupos. Atuariam como administradores dos interesses dos participantes, convertendo-os em aquisições para aqueles que apostassem na promoção coletiva e pessoal. O sucesso das organizações, pela ótica de Olson, dependeria, invariavelmente, de sua formação hierárquica. A graduação social deveria ser respeitada, sendo que os líderes seriam os únicos e verdadeiros guias, responsáveis pelas mobilizações populares e pelas ações coletivas. As conquistas e as derrotas também deveriam ser creditadas aos comandantes<sup>24</sup>.

Por outro lado, as lideranças deveriam agir energeticamente, coagindo os membros de seu grupo para que, racionalmente, buscassem os resultados almejados pelo coletivo. Vale ressaltar que as formas de coerção não são necessariamente ostensivas ou violentas: em alguns casos elas se travestem de incentivos<sup>25</sup>, financeiros ou não, aos membros do grupo para que cumpram as determinações propostas para a consecução das metas iniciais.

Portanto, o autor avalia que grande parte dos integrantes de grupos de interesses não irá, em hipótese alguma, promover objetivos comuns por livre vontade. É preciso algum tipo de convencimento: físico ou financeiro. Admite que a coerção seja necessária até para situações em que exista unanimidade, dentro do grupo, sobre os caminhos a serem percorridos para atingir o objetivo proposto (OLSON, 1999).

---

<sup>24</sup> Para Gohn (2004, p. 52), “Os movimentos que teriam sucesso seriam aqueles que possuísem atributos de uma organização formal e hierárquica. Seus líderes eram seus organizadores: profissionais com dedicação integral ao trabalho e a capacidade para mobilização efetiva de suportes externos”.

<sup>25</sup> Para Olson, os incentivos dados individualmente aos componentes do grupo deveriam ser ganhos à parte daqueles que seriam conquistados, caso a mobilização tivesse pleno êxito.



O autor destaca que não é verdadeira a noção de que os membros de um determinado grupo de interesses irão agir racionalmente para atingir aquele determinado objetivo. Afirma Olson que nem todos os filiados correriam em uníssono e voluntariamente pelo bem comum. Para o autor, os sindicatos, enquanto associações coletivas, são os exemplos vivos.

O elemento coercitivo é preponderante e totalmente lícito para o crescimento de um sindicato, assegura Olson (1999). Segundo o autor, não é possível que trabalhadores dispersos e não-organizados criem um sindicato de base nacional. Por outro lado, um sindicato pequeno e bem estruturado possui enormes chances de se tornar grande. A explicação, ressalta Olson (1999), encontra-se no poder de coerção que as entidades exercem sobre seus filiados. Muitas vezes ela pode adquirir contornos de violência, sobretudo nos períodos de expansão dos sindicatos para o âmbito nacional (OLSON, 1999).

Almejando novas filiações, os sindicatos utilizam diferentes estratégias de atração de novos membros, entre elas a afiliação compulsória e os investimentos no trabalhador. Ao que parece, as metas foram alcançadas satisfatoriamente num primeiro momento<sup>26</sup>: os sindicatos tiveram um expressivo aumento de sua base de filiados. A aquisição de novos membros, além de fortalecer economicamente o sindicato, promoveu, também, um ganho político extremamente consistente, revelado no infindável aumento do número de greves vitoriosas nos Estados Unidos.

O autor observa que a afiliação compulsória é essencial para a manutenção dos sindicatos enquanto instituições duradouras e estáveis, e qualquer menção contrária seria falaciosa e inconsciente. As críticas são feitas, na maioria dos casos, por economistas profissionais, que fazem erroneamente associação com negócios privados e

---

<sup>26</sup> Para Olson (1999, p. 91), "O sindicalismo norte-americano fez seu maior e mais duradouro avanço para uma escala nacional entre 1897 e 1904. Naquele período, o número de trabalhadores sindicalizados aumentou de 447 mil para 2,072 milhões [...]. E essa foi uma época de considerável prosperidade [...]. Os notáveis ganhos dos sindicatos em quadros de membros nesse período estiveram, além do mais, intimamente relacionados com a evolução da afiliação compulsória".

comuns (OLSON, 1999). A argumentação é construída no sentido de mostrar que a empresa deve, por obrigação, agradar a seus clientes, se quiser continuar atuando no segmento. O sindicato, por sua vez, deveria seguir o mesmo padrão de conduta, pois somente assim conseguiria satisfazer seus membros mais exigentes. A busca incessante do lucro não é uma exclusividade do mundo empresarial: é estimulante também para os trabalhadores. Por isso mesmo, a imposição de normatizações jurídicas pelo direito do trabalho poderia causar a morte dos sindicatos trabalhistas (OLSON, 1999). A relação é bem simples:

Um trabalhador racional não irá contribuir voluntariamente para um (grande) sindicato que proveja uma benfeitoria coletiva, visto que ele sozinho não irá fortalecer perceptivelmente o sindicato e visto que iria desfrutar das vantagens das conquistas de qualquer sindicato tanto se o apoiasse quanto se não o fizesse (OLSON, 1999, p. 102).

Levantando mais uma vez a bandeira do sindicalismo compulsório, o autor mostra que é enganosa a premissa que esse tipo de política sindical não respeita a liberdade individual de seus filiados; pelo contrário. O que existe é uma confusão conceitual que associa a falta de liberdade individual com a coerção utilizada na busca e manutenção de serviços de caráter coletivo. Não há aí, enfatiza o autor, nenhuma infração de direitos do sindicalizado.

Finalizando, Olson (1999) acredita que a crença já convencional e petrificada de que os sindicatos e as associações de trabalhadores não podem utilizar estratégias coercitivas é totalmente inadequada quando se trata da distribuição de benefícios coletivos e não coletivos.

Ao cotejar essa seleção de autores<sup>27</sup>, buscou-se evidenciar como um mesmo objeto pode ganhar interpretações diversas quando apreciado por prismas teóricos que

---

<sup>27</sup> É sabido que toda seleção é excludente. Dessa forma, muitos estudiosos que se dedicam ao tema não foram contemplados, o que não quer dizer que seus trabalhos sobre ação coletiva e mobilização social não sejam importantes, pelo contrário. A escolha desses nomes (Escola de Chicago, Karl Marx, Claus Offe, Charles Tilly e Mancur Olson) ocorreu por representarem diferentes visões sobre o mesmo tema — inclusive do ponto de vista geográfico — que, em alguns casos, são até mesmo contraditórias.

assumem conotações próprias. É o caso, por exemplo, da produção norte-americana representada aqui pelas teorias clássicas e interacionistas da Escola de Chicago, pela sociologia histórica de Charles Tilly e pela teoria da Mobilização de Recursos de Olson. Noutra vertente, tem-se a Escola Européia, em especial a corrente alemã de Claus Offe e a de Karl Marx.

Ao se eleger as ações coletivas sindicais como tema central desta pesquisa, especificamente aquelas denominadas de sindicato cidadão e fusão sindical, realizadas pelo Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletro), optou-se por abordar, num primeiro momento, a construção dos paradigmas responsáveis pela orientação dos estudos vinculados ao mundo do trabalho e a mobilização dos atores sociais.

Assim, como significativo e imprescindível critério para estudar o movimento sindical e suas respostas ao atual cenário, foi necessário, neste primeiro momento, elaborar táticas que complementassem satisfatoriamente, enriquecendo o debate sobre as relações trabalhistas e sindicais na atualidade. Em outras palavras, não é possível conceber o movimento sindical, internacional ou nacional, sem mencionar suas lutas e ações em prol da categoria a qual representa. Portanto, o sindicalismo é o palco privilegiado das ações coletivas e mobilizações classistas, daí a necessidade de se apresentar algumas análises sobre os movimentos sociais e suas ações coletivas. O estudo sobre os movimentos sindicais não ficaria completo, e muito menos consistente, caso não fossem contempladas as teorias sobre ação coletiva.

A opção por trabalhar com autores que discutem a ação coletiva nas suas múltiplas facetas aparece como base para esta pesquisa, principalmente no que se refere às duas propostas de ação coletiva pensadas pelo Sindieletro: sindicalismo cidadão e fusão de sindicatos. Cada um desses fenômenos é analisado empiricamente de acordo com as teorias e seus respectivos autores, facilitando, dessa forma, a compreensão das respostas organizadas pelo Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais.

As teorias sobre ação coletiva contribuem para pensar o campo de pesquisa a partir de diferentes óticas que, em determinados momentos, se completam, formando um arcabouço teórico e conceitual interessante, colaborando para o amadurecimento do campo de pesquisa. Por outro lado, é evidente que foram feitas opções preferenciais com a intenção de acurar ainda mais a observação dos fenômenos empíricos. Tais escolhas serviram de referência para o desenvolvimento deste trabalho.

Em grande medida, esta pesquisa se assenta nas teorias oriundas da *sociologia-histórica* de Charles Tilly, que tiveram grande repercussão na Ciência Política norte-americana. Pode-se afirmar que as teorias de Tilly penetraram na Ciência Política dos Estados Unidos incorporando elementos da história, principalmente da Escola Marxista Revisionista e da Escola dos Annales.

A teoria de Tilly caracteriza-se pela associação das idéias de Karl Marx, Emile Durkheim e, principalmente, Max Weber, embora existam enormes discordâncias entre elas. Tal teoria compreende a razão como uma capacidade puramente humana e, sob essa perspectiva, os atores sociais agem racionalmente em busca de seus objetivos e de seus interesses.

Busca, assim, perceber as propostas de sindicalismo cidadão e o processo de fusão sindical organizados pelo Sindieletro por uma ótica racional e weberiana de Charles Tilly. Em outras palavras, as duas respostas foram percebidas como atos racionais daqueles atores sociais e políticos.

As escolhas políticas do Sindieletro são frutos das crenças de seus executores que racionalmente as constroem como parte de um projeto político que mobiliza recursos de ação social oriundos daquela determinada instituição. O processo de Unificação do Sindieletro com o Sindelt, ocorrido em 1996, talvez seja a expressão mais eloqüente e viva dessa relação.

Todavia, o fato de se optar pela teoria de Charles Tilly não exclui e muito menos inviabiliza outras que porventura apareçam. Tenta-se estabelecer, ao longo dos capítulos,

um diálogo entre as teorias de Tilly e outras — como a marxista e suas vertentes analíticas. Sem dúvida, a interseção teórica ilumina alguns pontos empíricos, tornando-os mais seguros e de compreensão mais fácil. Seria esta a razão principal do presente capítulo.

Ancorado na primeira parte deste capítulo, o momento que se inicia dedica-se à discussão da crise do trabalho e do movimento sindical internacional, destacando os modelos de ação sindical na sociedade contemporânea.

## **1.2. As Transformações no Trabalho e nas Ações Coletivas Sindicais**

Contemporaneamente, o trabalho tem passado por transformações que acarretaram substanciais alterações nas práticas sindicais ao longo do século XX e, mais recentemente, no século XXI. José Ricardo Ramalho (2003) esclarece que os impactos mais profundos dessa nova realidade foram sentidos, principalmente, nas organizações de trabalhadores e nos sindicatos.

“Os novos tempos” trouxeram novos formatos e texturas para o trabalho. Aquela atividade única e quase imutável, que se tornou objeto das mais diversas considerações, da Antiguidade Clássica até Max Weber e os teóricos do século XIX e XX, não era mais a mesma. Ou seja, o trabalho sofreu inúmeras mutações, assumindo diversos formatos e modelos que parecem escapar da compreensão dos cientistas sociais e dos trabalhadores<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Ramalho (2003, p. 12) assim retrata o novo momento: “Nesse quadro, o trabalho assumia novos formatos e os atores sociais, descentrados deles, pareciam não mais querer identificar-se nos marcos genéricos da classe e de suas correlatas máquinas de representação como partidos e sindicatos. A segurança do pleno emprego foi substituída pelo desemprego de tom perene, cuja extensão no corpo social e a duração no tempo têm levado mesmo a uma re-significação do termo”.

Quem discute as conseqüências das modificações no ato laborativo é Richard Sennett (2001). Nesse agradável texto, o autor mostra quais são os impactos para os trabalhadores das novas e enxutas estruturas empresárias. Tomando como objeto privilegiado de estudo uma cadeia de padarias de Boston, Sennett discute, a partir de entrevistas com antigos e novos empregados, quais seriam os impactos para as relações de trabalho, principalmente para o setor de panificação.

Dividindo seu estudo em dois momentos completamente distintos, Sennett (2001) visitou essa padaria norte-americana em um período em que a produção ainda era praticamente artesanal, as condições de trabalho eram precárias e as instalações insalubres e quentes, com um forte e enjoativo odor de suor. Retornando 25 anos depois, encontrou um ambiente completamente diferente do anterior. Já incorporada a uma imensa rede de alimentos, a padaria funcionava seguindo a cartilha da produção flexível, analisada por Priore e Sabel. Para isso, utilizava máquinas e aparelhos sofisticados e programáveis e a produção estava totalmente voltada para as demandas do mercado. O local de trabalho não era mais o mesmo: a padaria não tinha mais o terrível cheiro de suor, o ambiente era fresco e funcionava sob tranqüilizantes luzes de néon e fluorescentes (SENNETT, 2001).

A aparente melhoria das condições de trabalho, com horários flexíveis e com a panificação computadorizada, trouxe, segundo o autor, um sentimento paradoxal em relação ao trabalhador e seu ambiente. Os padeiros admitiam ter um sentimento de não-pertencimento àquele local. Eles não se sentiam integrantes do processo produtivo, já que a máquina executava a tarefa. Em outras palavras, a flexibilização da produção transformava o trabalho em algo inegável para o próprio produtor.

As novas concepções produtivas implantadas na rede de padarias de Boston acarretam, para Richard Sennett (2001), uma visível diminuição salarial, uma vez que os trabalhadores não precisam mais de qualificação profissional. Por outro lado, no entanto, eles possuem uma condição técnica e operacional mais requintada.

Assim, ao finalizar seu ensaio, o autor mostra que, no local de trabalho flexível, o único padrão de ordem subjacente é o da máquina. Por isso, deve ser fácil e manuseável por todos os operários. A dificuldade operacional é contra produtiva, podendo gerar sérias restrições econômicas, diminuindo consideravelmente a margem de lucro da empresa.

O exemplo estudado por Richard Sennett ilustra a ampliação do conceito de trabalho e suas transformações para o sujeito laboral. Tese compartilhada com diferentes estudiosos que dedicam esforços para o entendimento das questões relacionadas à ação sindical e à organização dos atores sociais envolvidos.

Compartilhando essa mesma perspectiva, Huw Beynon (2003) revela que as antigas formas de “trabalho para toda a vida” não são, atualmente, parte integrante das grandes corporações empresariais. O trabalho humano vem sendo dramaticamente reduzido pela incorporação de máquinas, computadores e robôs no piso fabril, fato que levou muitos analistas a decretarem prematuramente o fim do trabalho.

Desde logo, cabe sublinhar que a reestruturação produtiva “sistêmica”, para utilizar uma expressão de Nadya Araújo, impactou pesadamente os trabalhadores manuais e não-qualificados, gerando um alto índice de desemprego desestrutural no atual cenário.

No contexto latino americano, Enrique de la Garza Toledo (2000) sustenta que a reestruturação produtiva<sup>29</sup> e a flexibilização das relações trabalhistas se apóiam, guardadas as devidas diferenças históricas, em três perspectivas teóricas que se originaram da abertura econômica provocada pela globalização.

A primeira teoria baseia-se no argumento de que a flexibilização do trabalho seria uma condição abstrata e necessária para que haja um equilíbrio entre as tendências de mercado, formando uma única forma de convergência reconhecida pelos diversos

---

<sup>29</sup> Para Toledo (2000, p. 150), “La restructuración productiva en América Latina ha sido efectivamente impulsionada por apertura económica y por el cambio del Estado hacia el neoliberalismo, y se trata de un fenómeno más abarcador que la flexibilidad del trabajo”.

setores. A segunda teoria discute as novas doutrinas administrativas que evidenciam a produção *just-in-time* e o *toyotismo*. A terceira perspectiva teórica é o resultado das propostas intelectuais pós-fordistas, reivindicando uma flexibilidade negociada ou ofensiva<sup>30</sup>.

Tanto na América Latina como em outras partes do mundo, o crescimento desse modelo de políticas industriais enfraqueceu a capacidade de organização dos sindicatos, acarretando uma estrondosa diminuição dos índices de sindicalização.

Retratando o caso inglês, John Mclroy (1995) conta que, entre os anos de 1979 e 1992, os sindicatos britânicos sofreram uma redução de quatro milhões de filiados. Foi a Central TUC (*Trade Unions Congress*) que mais sofreu com a diminuição do contingente de filiados; mais da metade de seus sócios se desligaram por motivos de ordem estrutural. O autor relata ainda que a desarticulação do poder sindical na Inglaterra não provocou transformações consideráveis nas relações trabalhistas e sindicais. Entretanto, continua Mclroy (1995), os sindicatos perderam um importante espaço de representação política, o que não acarretou, contudo, sua completa extinção: eles ainda continuaram sendo atores cruciais no país.

Analisando a crise de outra forma, Richard Hyman (1994) mostra os impactos da reestruturação produtiva e da flexibilização da legislação trabalhista na Inglaterra e em outros países europeus. Alguns efeitos sobre os sindicatos devem ser destacados: desestabilização do poder político e de barganha dos sindicatos; redução da margem de representatividade original; enfraquecimento do poder das centrais sindicais e confederações de trabalhadores; confusão jurídica entre os sindicatos que disputavam a representação de novas categorias de trabalhadores terceirizados e subcontratados, entre outras tensões trabalhistas.

---

<sup>30</sup> Toledo (2000) revela que o conceito de flexibilidade utilizado atualmente tem três origens: a teoria neoclássica, a pós-fordista e as modernas teorias gerenciais de organização empresarial.



Hyman (1994) argumenta que os sindicatos foram perdendo sua capacidade mobilizatória devido às recorrentes transformações no mercado de trabalho, exigindo, com isso, trabalhadores mais qualificados e com contratos diferenciados dos operários menos qualificados ou sem nenhuma qualificação.

Leôncio Martins Rodrigues (1999) assevera a tese de Hyman ao mostrar que as alterações no sistema produtivo e na organização das empresas modificaram substancialmente as relações de trabalho entre as partes envolvidas no processo<sup>31</sup>. Parte da responsabilidade sobre as elevadas taxas de desindicalização seriam creditadas às oscilações nos sistemas de representação sindical.

O cenário das relações trabalhistas não se mostrava favorável às práticas sindicais. Frutos de um ambiente de crise institucional, os sindicatos encontravam-se submersos num oceano de turbulências. A principal delas seria a oposição ostensiva que as empresas faziam em cima dos sindicatos. Rodrigues acredita que os fatos se assemelharam em diferentes países europeus. Ele demonstra que ocorre uma variação nos graus de confronto entre as empresas e os sindicatos. Existem, relativiza Rodrigues (1999), especificidades de cada país e de cada organização que devem ser levadas em consideração para critérios de análise<sup>32</sup>.

De um modo geral, continua o autor, grande parte das motivações que levaram os empresários a combater radicalmente os sindicatos assentava-se em questões de produção e competitividade empresarial. Para tal, necessitava desmobilizar a força dos sindicatos, identificados como os verdadeiros entraves ao amadurecimento do mercado capitalista. A estratégia utilizada foi a criação de canais de comunicação diretos com os

---

<sup>31</sup> De acordo com Rodrigues (1999, p. 199), “[...] as transformações induzidas pela situação de mercado e pelas novas tecnologias passam por um filtro institucional construído pelas tradições, por uma cultura, por práticas e prescrições de condutas, fortemente enraizadas na sociedade e, amiúde, formalizadas em legislações ou contratos mais ou menos extensos que se conectam com estruturas especializadas que têm seus próprios interesses, tal como os sindicatos, as associações patronais, os partidos e os organismos internacionais”.

<sup>32</sup> Rodrigues (1999) mostra que entre as diversas situações que poderiam diferenciar as relações trabalhistas e sindicais estariam incluídas: o poder de barganha dos sindicatos, o grau de combatividade de cada instituição, sindicalismo mais radical ou cooperativo, as negociações coletivas mais ou menos centralizadas, maior ou menor grau de intervenção do Estado, relacionamento com outros sindicatos e partidos políticos.

funcionários, inviabilizando o poder dos sindicatos (RODRIGUES, 1999). Seria essa uma das estratégias mais persuasivas, ou seja, valorizar o trabalhador individualmente, retirando-o, ao menos teoricamente, da coletividade, através de programas de integração pessoal e de incentivos trabalhistas e financeiros à não filiação.

Muitos autores, entre eles Leôncio Martins Rodrigues, acreditam que a crise que atingiu o sindicalismo internacional não pode ser reduzida a questões estruturais<sup>33</sup>. Ela ultrapassa os frágeis limites puramente infra-estruturais. De acordo com essa concepção teórica, a crise sindical também pode ser percebida como institucional. Por exemplo, a desconfiança patronal com relação à organização sindical operária seria um dos principais fatores influenciadores da queda dos níveis de sindicalização.

Concebendo como falha a hipótese de que a crise do movimento sindical organizado acontece somente por fatores estruturais e macroeconômicos, Rodrigues (1999) argumenta que, se assim fosse, o índice de desindicalização seria elevado em todos os países, não oscilando de nação para nação. Em alguns países europeus, o aumento do percentual de filiados é uma realidade tangível, explica o autor.

De outro ângulo, há, entre os pesquisadores, alguma concordância sobre as origens da crise sindical. Ela é concebida como oriunda de fatores exógenos aos sindicatos, mas que afetam diretamente seu poder de arrecimação operária. Consensualmente, atribui-se às mutações capitalistas e industriais a responsabilidade pelo desacerto dos atores sindicais na contemporaneidade.

Existem, sim, pequenas discordâncias quanto aos fatores que levam à queda abrupta dos números relativos à sindicalização dos trabalhadores. Ilustrando algumas dessas diferenças teóricas, Leôncio Martins Rodrigues (1999) apresenta, sucintamente, concepções diversas sobre o mesmo tema. Certos autores levantados por Rodrigues explicam a crise por meio de três fatores relacionados: conjuntural, que remete à

---

<sup>33</sup> As teorias estruturais são de origem marxista. Concebem a crise sindical como resultado de problemas na economia, sendo os demais fatores consequência da estrutura econômica.

recessão dos anos de 1980; político, referindo-se ao balanço do poder econômico no final da década de 1980; e estrutural, relativo às mudanças dos sistemas produtivos e nas forças de trabalho.

Há ainda, continua Rodrigues (1999), autores que separam as causas da crise em dois grandes blocos explicativos: os ambientais e os institucionais. No primeiro estão encaixadas as mudanças estruturais e econômicas que podem ser desdobradas em outras possibilidades. Já a segunda hipótese está relacionada às transformações institucionais das empresas.

As outras hipóteses explicativas sobre o declínio sindical se relacionam, em grande medida, com as duas possibilidades expostas acima, ou seja, provavelmente são originárias de mudanças estruturais, institucionais e ambientais. Vê-se, portanto, que as diferenças entre as concepções dos pesquisadores são bastante sutis e pontuais<sup>34</sup>.

Evidentemente, quando analisadas na sua totalidade, as respostas levantadas pelos pesquisadores podem ser resumidas em duas frentes principais: questões estruturais e conjunturais. Ao que parece Leôncio Martins Rodrigues concorda com essa classificação. O autor vai além ao mostrar quais seriam as situações que se encaixariam perfeitamente no primeiro caso:

[...] poder-se-ia colocar os eventos e processos de natureza mais estável, de efeitos de médio ou longo prazos e (ao menos aparentemente) menos sujeitos ao controle e a intervenção deliberada de vários atores do campo político e sindical (partidos, sindicatos, associações patronais, governos). (RODRIGUES, 1999, p. 164)

Já aquelas que incidem sobre questões conjunturais são relatadas por Rodrigues da seguinte maneira:

---

<sup>34</sup> Focalizando atentamente as observações dos autores sobre o tema, pode-se perceber que todos os componentes estruturais responsáveis pela decadência do número de filiados nos sindicatos europeus e norte-americanos estão inter-relacionados. Normalmente, as explicações estão condicionadas a mudanças nas características do emprego; alterações nas relações industriais; modificações nas legislações governamentais; transformações na sociedade; busca de uma maior flexibilidade empresarial; mudança do perfil dos trabalhadores nos anos recentes; os sindicatos ainda não conseguiram se adequar à nova realidade. Portanto, são questões de cunho institucional, estrutural, ambiental, político, programáticas, entre outras.

Entre as causas do tipo conjuntural, mais sujeitas à reversão, estariam as alterações no campo do jogo político-partidário, das leis trabalhistas, dos modelos de relações de trabalho, das estruturas sindicais, das modalidades de negociação e de relações dos sindicatos com as empresas e com os governos. (RODRIGUES, 1999, p. 164)

Todavia, a separação é puramente analítica e, por isso, não pode ser aplicada no dia-a-dia dos atores sindicais, pois em muitos casos podem existir situações nas quais os dois componentes se interagem, dificultando, dessa forma, análises mais objetivas. Mas, de modo geral, um detalhe deve ser levado em consideração: o encolhimento sindical acontece tanto por fatores econômicos quanto por variáveis políticas<sup>35</sup>.

Nesse contexto, os sindicatos buscam melhores condições de sustentabilidade dentro da nova realidade que se fazia presente. Em razão de mudanças desfavoráveis na conjuntura política e econômica, esses atores perderam seu poder de barganha política. Tentando sobreviver, começavam a articular novas estratégias sindicais, voltadas para ações menos corporativas e de integração a outros movimentos sociais e à sociedade civil.

O estabelecimento de novas possibilidades de articulação para os atores sindicais passava prioritariamente por projetos integracionistas, buscando novas parcerias com outros movimentos sociais que não faziam parte do cotidiano operário e sindical. A intenção era estabelecer relações de igualdade entre as instituições envolvidas no processo.

Hyman (1994) considera que a fundação de sistemas de cooperação não significaria, necessariamente, a harmonia ou a subordinação de um grupo em detrimento de outro. O autor chama atenção para o fato de que as relações seriam reguladas por ganhos coletivos e econômicos. A alternativa formulada pelo autor teria como critério

---

<sup>35</sup> As análises estabelecidas sob parâmetros conjunturais condenam os sindicatos à completa extinção, caso não ocorra mudanças no cenário político, legislativo, governamental. Por outro lado, os estudos calcados nas análises estruturais apresentam resultados mais pessimistas ao apontarem o inevitável declínio dos sindicatos, transformando-os em instituições de segunda classe (RODRIGUES, 1999).

básico a ampliação de uma agenda sindical, promovendo novas relações sociais, até mesmo internacionais, que pudessem contemplar a nova realidade operária, marcada pelo uso de novas tecnologias, reestruturação produtiva, globalização e flexibilização do mercado de trabalho.

Todavia, Hyman (19994) mostra que é preciso relativizar os efeitos das oscilações do mercado sobre os sindicatos. Ou seja, cada entidade sofreu os impactos de maneira diferente. Os sindicatos mais estruturados política e economicamente conseguiriam suportar as agruras do momento negativo, saindo, ao final, fortalecidos pela experiência. Já para os menores, os efeitos seriam mais amargos, podendo culminar na sua falência.

O que prevalecia, era a idéia, segundo Hyman, de que a crise dos sindicatos não poderia ser explicada somente por processos estruturais, relacionados às intempéries de um mercado cada vez mais volátil. Ela deveria contemplar aspectos conjunturais tanto externos como internos.

As transformações na estrutura do capitalismo obrigaram os sindicatos a alterarem seus papéis frente à sociedade. Nesse sentido, tentavam romper com um passado oposicionista e revolucionário, buscando um presente mais cooperativo e reivindicativo. Dessa maneira, poderiam atuar com mais eficácia nos processos de reestruturação produtiva, diminuindo consideravelmente seus efeitos sobre os trabalhadores. Portanto, os sindicatos assumiriam um papel muito mais voltado à cooperação do que ao conflito<sup>36</sup>.

É evidente que parte considerável dos sindicalistas entende que o movimento sindical organizado vive atualmente seu pior momento. Os elevados percentuais de

---

<sup>36</sup> Vale ressaltar que a cooperação não inviabilizaria situações em que o sindicato deveria agir como uma força opositora e conflitiva em favor de seus filiados. Dada a complexidade do contexto, o alargamento da agenda sindical, alterando posturas historicamente construídas, se fazia imprescindível. Por outro lado, em alguns momentos específicos, a negociação era precedida de mobilizações e confrontos contra o patronato. Nestes casos o conflito era usado como estratégia de convencimento.

desindicalização colocam em permanente risco a integridade física das entidades operárias e dos trabalhadores<sup>37</sup>.

Nessa situação difícil, os sindicatos começam a reagir, tentando estancar um pouco das perdas, principalmente aqueles que diziam respeito aos benefícios coletivos. Gary Chaison (1996) relativiza afirmando que as antigas reivindicações trabalhistas, como os aumentos salariais, vão perdendo terreno em detrimento de iniciativas voltadas para a manutenção de postos de trabalho. Em outras palavras, atualmente, mais do que nunca, as respostas sindicais podem ser classificadas como defensivas.

Entretanto, alerta Rodrigues (1999) que algumas alternativas começam a ser gestadas pelos atores sindicais, procurando-se romper definitivamente com o invólucro corporativo e ampliando-se as parcerias com outros segmentos sociais. Entende-se que, assim, poderá haver a construção de respostas consideradas ofensivas.

Rodrigues (1999) divide as alternativas sindicais em três modalidades distintas: respostas coletivas, respostas orientadas para o trabalhador individual e respostas organizatórias. Na construção de cada uma delas, o autor utilizou as noções de interesse, que podem aparecer tanto em análises típicas da Ciência Política como também da Economia.

Foi Mancur Olson (1999) um dos principais construtores da teoria que conseguiu trabalhar a noção de interesses comuns nas ações coletivas<sup>38</sup>. Essa construção olsoniana foi importante para a elaboração de muitas teorias sobre organização de grupos políticos e sindicais que trazem como base a idéia de grupos de interesses centrados racionalmente em seus próprios interesses, como ressalta o autor:

---

<sup>37</sup> Rodrigues (1999, p. 273) assim descreve os efeitos negativos para os sindicatos: “No Reino Unido, cerca de 80% das rendas dos sindicatos vêm das contribuições dos associados, 7% de investimentos e os restantes de outras fontes. Em 1991, oito dos vinte maiores sindicatos britânicos estavam operando em déficit”.

<sup>38</sup> Como o próprio Mancur Olson (1999) ressalta, grupos de indivíduos com interesses comuns geralmente buscam promover esses interesses. Sendo assim, como argumenta o autor, espera-se que, racionalmente, esse grupo de indivíduos procure agir em conformidade com esse interesse coletivo, como também indivíduos isolados devam agir em busca de interesses pessoais e intransferíveis.

Em outras palavras, geralmente se deduz que se os membros de um determinado grupo têm um interesse ou objetivo comum, e se todos eles ficarem em melhor situação se esse objetivo fosse atingido, logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas em seus próprios interesses, agir para atingir esse objetivo. (OLSON, 1999, p. 14)

Sobre as modalidades de alternativas sindicais propostas por Rodrigues (1999), deve-se esclarecer que a primeira delas — as respostas coletivas — são as que pouco alteraram sua função mais precisa. Seria a busca por novas filiações, pela organização dos trabalhadores por categoria profissional. De modo geral, buscam incentivar a criação de grupos operários, formados essencialmente por jovens trabalhadores, mulheres, imigrantes, entre outros. O autor revela que não é eficaz essa modalidade de iniciativa sindical (RODRIGUES, 1999).

Já as respostas individuais são destinadas a servir aos trabalhadores não enquanto coletividade, mas o operário enquanto indivíduo. Para tal, utilizam de estratégias motivacionais, oferecendo cursos de qualificação profissional, empréstimos, cartão de créditos, clubes de lazer, consultorias e outras vantagens adicionais. O grande inconveniente seria uma possível confusão: o sindicato acabaria concorrendo com as empresas no que se refere à prestação desses serviços (RODRIGUES, 1999).

Já as respostas organizatórias seriam aquelas referentes a mudanças nas estruturas organizatórias dos sindicatos. O exemplo mais notório seriam as fusões sindicais, quando as entidades de unificariam tentando sobreviver aos “tempos difíceis” (RODRIGUES, 1999).

As observações anteriores refletem as recentes posturas adotadas pelos atores sindicais diante do novo quadro estrutural que se configura nas relações trabalhistas. Cabe aos sindicatos buscarem formas e meios de renovação de sua antiga fórmula, incorporando elementos que tradicionalmente não faziam parte do perfil das entidades de trabalhadores.

O sindicalismo busca novas estratégias, reorientando-se, reorganizando-se, buscando novos objetivos, novas formas de negociação e de conflito<sup>39</sup>. Nesse caso, os sindicatos deveriam criar alternativas que conseguissem abarcar as demandas dos trabalhadores junto às empresas.

Os sindicatos nacionais estão longe da organização de seus consortes europeus. Entretanto, já experimentaram momentos de euforia e de crise. Atualmente, vivenciam um período de instabilidade política e econômica. Todavia, alguns, principalmente os mais organizados e estruturados, começam a gerir possibilidades para o momento, entre elas o sindicato cidadão e a fusão sindical.

Evidentemente as ações sindicais empreendidas não podem ser identificadas como consenso nem como uniformidade. Cada entidade, a sua maneira, utiliza alternativas para superar as turbulências pelas quais passam os sindicatos. Porém, a mudança de perfil, a utilização de práticas cidadãs menos corporativas e a união com outros sindicatos são, sem sombra de dúvidas, um poderoso passo rumo à longa e lenta transição que se inicia no Brasil e também, seguramente, em outras partes do mundo.

---

<sup>39</sup> Leôncio Martins Rodrigues (1999) relembra que os confrontos entre os sindicatos e as empresas não são necessariamente movidos por ideologias políticas e programáticas de esquerda ou socialistas.



## **CAPÍTULO 2**

### **Interpretações sobre o Sindicalismo no Brasil**

Hoje, talvez mais do que nunca, se impõe a quem  
 opta por um mundo “gentificado” a luta sem  
 trégua pelo sonho  
 possível...  
 Formação sindical no Brasil é um estímulo  
 a quem não se rendeu às manhas da  
 ideologia fatalista que ameaça  
 — é um livro que alenta nossa necessária  
 esperança.  
 Paulo Freire.

Os sindicatos, direta ou indiretamente, têm cumprido um importante papel no desenvolvimento social e histórico do Brasil. Ora atuando como catalisadores da mão-de-obra, mobilizando-a e organizando efetivamente suas ações juntos à sociedade, ora inserindo-se verticalmente nos processos produtivos e econômicos do país, seja no papel de contundentes críticos ou como eficazes fomentadores. Fato é que os sindicatos são instituições de dinâmicas faces que, muitas vezes, apresentam-se antagônicas em virtude tanto das transformações vividas pelos trabalhadores como do processo produtivo no qual estão inseridos<sup>1</sup>.

Por conseguinte, as instituições sindicais brasileiras, ao longo de sua trajetória, passaram por modificações de cunho político e social que afetaram enormemente sua postura, proporcionando o aparecimento de outras formas de intervenção sindical na sociedade. As distintas etapas de posicionamento dos atores sindicais e suas nuances propiciam estudos e teorias sobre questões relativas ao sindicalismo brasileiro.

Este capítulo constitui-se em uma tentativa de mapear algumas concepções teóricas referentes à temática sindicato/sindicalismo, destacando as contribuições

---

<sup>1</sup> Ao que parece José Albertino Rodrigues (1979) concorda com a tese da dinamicidade das instituições sindicais. O autor argumenta que as alterações empreendidas pelos atores políticos ocorrem em consequência de demandas sociais, percebidas em diferentes fases históricas, como se pode observar: “Tratando-se de uma instituição de características essencialmente dinâmicas — por seus objetivos de organizar uma classe em formação e em crescimento e cujo grau de inconformismo é elevado — pode-se apreender, desde sua gestação, os processos de mudança social com repercussões que ultrapassam os limites da classe que é própria” (RODRIGUES, 1979, p. 01).

interpretativas deixadas por pensadores da área. A abordagem se dá por caminhos teóricos e empíricos diversos. Há estudos que contemplam a conjuntura político-econômica nacional e internacional, os sindicatos e o movimento social, o trabalho e os trabalhadores, entre outras perspectivas de análise.

Seria completamente inviável tentar abraçar todas as fases do movimento sindical e operário no Brasil, bem como suas linhas teóricas e investigativas. Por isso mesmo, optou-se por realizar um recorte que abrangesse diferentes etapas do movimento sindical no Brasil. Assim, foram eleitos dois momentos representativos da vida associativa e sindical no país, que são: o novo sindicalismo e o sindicalismo na década de 1990.

Ao cotejar esses dois momentos vividos pelo sindicalismo nacional, pretende-se discutir diferentes e antagônicas modalidades de institucionalidade sindical. O primeiro momento retrata um sindicalismo mais pulsante e vigoroso, que, ao arrostar as contingências sociais e políticas que lhe confrontava, alterou sua prática discursiva — com o novo sindicalismo — posicionando-se vicejantemente frente à realidade que se avizinhava, trazendo, com isso, novas determinações.

Já o segundo momento é o inverso do primeiro. Ele apresenta uma realidade de desencanto sindical, inaugurada no Brasil nos anos 90 com o advento de governos sintonizados com as políticas neoliberais e de mercado, que, de certa forma, intimidaram o movimento sindical organizado, desorientando seu foco de ação.

Acredita-se que, através dessa escolha, seja possível entender como ocorreu o desenvolvimento da literatura sobre o movimento sindical em diferentes momentos históricos<sup>2</sup>, facilitando a assimilação de um movimento que tem a eterna capacidade de se remoçar cotidianamente.

---

<sup>2</sup> Cumpre ressaltar que, em cada um dos momentos, serão mostradas as contribuições da literatura especializada que discute o período em questão. Não é tarefa deste texto apresentar uma visão completa e definitiva de cada período, muito menos elaborar profundas elucubrações pertinentes aos temas propostos. O que se deseja é discutir separadamente esses episódios através de seus intérpretes, para mostrar as diferentes estratégias sindicais utilizadas por aqueles atores.

## 2.1. Primeiro Momento: os sindicatos sob fogo cerrado — a ditadura militar e o novo sindicalismo

Sem sombra de dúvidas, o tema ainda provoca vigorosos debates no meio acadêmico. As controvérsias suscitadas pelos embates intelectuais normalmente orbitavam em torno das abordagens teóricas e suas linhagens intelectuais temáticas. Grande parte dos estudos filia-se a escolas teóricas, como as marxistas, as norte-americanas vinculadas às ações coletivas, a Sociologia Econômica, a Sociologia do Direito, aos paradigmas europeus sobre os novos movimentos sociais e assim por diante.

Todavia, como acrescenta Maria da Glória Gohn (1997), grande parte das interpretações sobre os movimentos sociais, entre eles o sindical, que predominou nos anos de 1970 e no começo dos anos 80, seguia uma linhagem marxista, seja ela mais tradicional ou mais variada. Desse modo, Gohn elenca algumas possibilidades de análises estruturadas a partir do marxismo, tais como: a corrente franco-espanhola com Castells, Lojkin e outros; a corrente acionista de Touraine. A autora coloca que, já nos anos 80, os estudos sobre os movimentos sociais ganharam o reforço de autores neo-marxistas, como Foucault, Castoriadis, Melucci, Offe e outros.

A novidade trazida por essa linha interpretativa foi a adição de um componente culturalista em contraposição ao árido economicismo marxista até então presente, com muita força, nas análises sobre o movimento social. Paulatinamente, outros elementos começaram a ser incorporados aos estudos, como, por exemplo, a construção de uma identidade coletiva social e operária, enfatizando o surgimento de novos atores políticos e sociais. É o caso da indispensável obra *Quando Novos Personagens Entram em Cena*, de Eder Sader (1988).

As mudanças socioculturais e as transformações políticas também são enfatizadas nos estudos atuais sobre os movimentos populares no período da ditadura

militar. As recentes preocupações teóricas procuram priorizar outros elementos que conseguissem superar a velha idéia das contradições urbanas e operárias. Em suma, o que se digladiava eram dois paradigmas teóricos importantes: o europeu e o norte-americano<sup>3</sup>.

O golpe militar de 1964 e o movimento sindical, por sua vez, são objetos de estudo que despertam interesses variados tanto em pesquisadores como em leitores ávidos por informações sobre um período histórico instigante e, ainda, desperta curiosidades e interesses de um público não especializado).

Existem, pelo menos, quatro hipóteses de trabalho que norteiam a produção sobre o período militar, o novo sindicalismo e a redemocratização. Uma vertente analisa somente os sindicatos, concebendo-os como importantes atores políticos e sociais. Uma segunda concepção discute o movimento sindical e suas relações com o Estado, apresentando quais seriam os caminhos de inserção num contexto social político e econômico mais amplo. A terceira corrente paradigmática enfatiza a idéia de luta de classes, destacando o confronto entre a classe trabalhadora e o Estado. Finalmente, a última linha, porém não menos importante, volta-se para uma Sociologia Econômica e do Direito, encarando o movimento sindical como uma forma de ação coletiva inserida num contexto econômico e de direito.

Nesta parte do trabalho, como nas duas outras que a sucederam, realiza-se um mapeamento dessas quatro vertentes teóricas dentro do movimento sindical e do novo sindicalismo. Ressalta-se que elas serão apresentadas em conjunto, num texto único.

A efetivação do golpe militar de 1964 trouxe mudanças significativas para a vida associativa dos sindicatos brasileiros, eliminando quaisquer vestígios de participação política, já bastante comprometida pela tradição populista que imperava no movimento sindical nacional. Os prejuízos causados pela subida dos militares foram incalculáveis.

---

<sup>3</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o cerne desse debate, ver: Gohn (1997, p. 284).

Leôncio Martins Rodrigues (1991), que pode ser encaixado confortavelmente na primeira perspectiva, levanta uma suposição controversa, quando coloca que, nos momentos iniciais do período ditatorial militar, aconteceu um esvaziamento dos atores políticos de oposição ao golpe, centralizando-se, com isso, em duas forças opositoras<sup>4</sup>. Entretanto, é o próprio Leôncio Rodrigues (1991) que relativiza sua afirmação, ao mencionar que seria uma completa imprecisão afirmar que os demais movimentos sociais desapareceram ao ponto de entrar em processo de extinção. O autor mostra que houve uma retirada estratégica para que pudessem se fortalecer para a árdua batalha que era anunciada, como ele próprio aponta:

Com o campo político estraçalhado pela luta entre as Forças Armadas e a guerrilha, todos os demais atores, se não desapareceram, retiraram-se para os bastidores, aguardando melhores tempos. Paradoxalmente, a derrota da guerrilha, que fez das Forças Armadas o grande vencedor, minou as bases que justificavam e legitimavam o poder militar. Desaparecida a guerrilha, para usarmos um jargão da esquerda, reapareceu o movimento de massas. (RODRIGUES, 1991, p. 13)

Para o autor, simbolicamente, a oposição ao golpe militar concentrou-se dentro do movimento estudantil organizado. Pretendendo marcar território, as forças estudantis opositoras empenharam-se na construção de um projeto alternativo e de destruição do regime e, para tal, contaram com o apoio de diversas forças políticas aglutinadas em torno de um objetivo comum. Se, por um lado, ocorreu o fortalecimento do movimento de estudantes, por outro, condensar com outros movimentos sociais foi seu ponto de desequilíbrio. Polemizando, Leôncio Rodrigues deixa claro que o declínio estudantil,

---

<sup>4</sup> Leôncio Martins Rodrigues (1991) argumenta que, no período imediatamente posterior à decretação do golpe militar de 1964 e nos momentos que se subseguem, apenas era possível a visualização de dois atores políticos: de um lado, as forças militares, e, de outro, seu contraponto refletido no movimento estudantil.

como força oposta ao regime militar, ocorreu com a promulgação do Ato Institucional nº. 5, em dezembro de 1968<sup>5</sup>.

A promulgação do dispositivo fez com que muitas lideranças estudantis<sup>6</sup> se vinculassem à luta armada clandestina. Leôncio Rodrigues (1991) apresenta dados que comprovam sua hipótese. Segundo ele, num total de militantes mortos pelo regime e por seus órgãos de repressão, aproximadamente 39% eram estudantes que aderiram à luta armada. Acrescenta, ainda, que, na composição das guerrilhas urbanas e rurais entre as décadas de 1960 e 1970, o contingente de estudantes era alto<sup>7</sup> (RODRIGUES, 1991).

É preciso dizer que a abordagem que retrata a movimentação sindical não a faz independente de suas relações políticas, sociais e econômicas: isso seria inviável. De acordo com essa interpretação, o movimento sindical foi eleito, entre outros, como opositor do sistema e, por isso, passível de ser controlado através de restrições nas entidades.

Houve uma intensa eliminação de dirigentes contrários aos rumos tomados pelos sindicatos. Em seus lugares, interventores nomeados pelo governo federal integravam as diretorias dos sindicatos, coadunando com as diretrizes impostas de cima para baixo pelo

---

<sup>5</sup> O AI-5 foi promulgado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo militar do general Costa e Silva, e perdurou até dezembro de 1978. Entre seus dispositivos era permitido ao executivo federal, independentemente de qualquer ação judicial em contrário, decretar recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas pela Constituição, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens de todos aqueles que tinham enriquecido ilegalmente, suspender a garantia de hábeas corpus, entre outros termos. Em suma, o Ato Institucional nº. 5 foi o retrato mais duro do regime militar (1964-1985), concedendo poder de exceção para os presidentes militares, para que pudessem punir arbitrariamente todos que fossem declarados inimigos do regime em vigor.

<sup>6</sup> Para um maior entendimento da geração estudantil da década de 1970, ver João Roberto Martins Filho (1997).

<sup>7</sup> Analisando a “geração estudantil” do final da década de 1970, Martins Filho (1997) aponta diferenças substanciais entre o movimento de estudantes do final dos anos de 1970 e aquele ocorrido em 1968. Apesar dos caminhos se cruzarem em certa medida, as duas gerações pautaram-se por trajetórias distintas e algumas vezes antagônicas. A participação dos estudantes no cenário político brasileiro nos anos 70 foi massivamente menor se comparada à geração anterior. Há que ressaltar que o percentual de alunos matriculados nos cursos superiores era mais elevado do que em 1968. A explicação pode ser encontrada, segundo o autor, no fato dos estudantes de cada geração pertencerem a extratos sociais diferentes, culminando em outras “formas de produção cultural”. Num quadro mais geral, entre os anos de 1964 a 1968, não é possível falar de um movimento estudantil amplo e de massa e muito menos tecer qualquer proximidade com a militância partidária. Normalmente, as aproximações políticas e ideológicas aconteciam em função da inserção do estudante em seu grupo social e de origem. Já a geração de estudantes de 1970 a 1978/80 empreendeu uma aproximação mais profunda e eficaz com a militância partidária organizada, estabelecendo contatos e projetos comuns (MARTINS FILHO, 1991).

Ministério do Trabalho<sup>8</sup>. Para Betina Schürmann (1998), outra autora que pode ser enquadrada na opção de número um — daqueles se preocupam exclusivamente com os sindicatos —, o momento seguinte ao dismantelamento dos sindicatos foi inaugurado com uma irascível repressão aos envolvidos no processo, começando com os trabalhadores participantes das greves de Osasco e Contagem<sup>9</sup>.

Eduardo Noronha (1991), autor que trabalha com o movimento sindical e principalmente suas manifestações grevistas, procura, inspirado por Charles Tilly, associar os sindicatos a um contexto econômico e de direitos mais amplos e mostrar que as associações que não tiveram suas portas e atividades sumariamente fechadas foram transformadas em prestadoras de serviços, meramente assistencialistas. Em sua maioria, eram disponibilizados atendimentos médicos, odontológicos e, algumas vezes, jurídicos. Os sindicatos passam a ter, naquele momento, uma nova função em detrimento da defesa corporativa e salarial de seus filiados (NORONHA, 1991).

O ano de 1968 é marcado pelo recrudescimento do regime militar com a promulgação do AI-5, que reprimiu duramente o movimento sindical organizado, expurgando vários dirigentes do cenário político. Todavia, Noronha (1991) deixa claro que a ação governamental estava voltada contra as lideranças, preservando toda a infraestrutura das instituições, perpetuando, inclusive, a contribuição sindical.

Paradoxalmente, as diretrizes do Ato Institucional nº. 5 (AI-5) ao invés de silenciarem definitivamente o sindicalismo brasileiro, arrefeceram ainda mais o ânimo e o movimento de oposição dos trabalhadores. As primeiras manifestações contrárias ao regime político ocorreram, respectivamente, em Contagem e Osasco. As duas cidades,

---

<sup>8</sup> Entre as novas normatizações impostas pelo Ministério do Trabalho, destacam-se a completa extinção das centrais sindicais e as intervenções do órgão governamental nos sindicatos. No que se refere ao quesito, a ação do ministério foi contundente: 70% das entidades com mais de cinco mil membros sentiram o peso da mão intervencionista do governo; 38% com filiação até cinco mil associados também sofreram com os processos de intervenção; apenas 19% dos sindicatos menores e com baixo índice de filiação foram alvos da ação ministerial (SCHÜRMAN, 1998).

<sup>9</sup> Betina Schürmann (1998, p. 27) retrata a passagem da seguinte forma: “Esse dismantelamento inicial foi seguido de violenta repressão, desencadeada em 1968, após os movimentos de Contagem e Osasco, que tentaram reverter o quadro do imobilismo e acomodação do movimento sindical. Foi o prenúncio do endurecimento que resultou na exclusão dos sindicatos do cenário político brasileiro”.



uma mineira e a outra paulista, se tornaram palco de greves que foram reprimidas energicamente pelo governo federal. A realização dessas duas greves revelou que a estratégia do executivo em minar apenas as mais importantes lideranças sindicais, tecendo sobre elas um aparato de repressão e deixando intacta a estrutura sindical populista, se mostrou falha e equivocada. Com o aparecimento de líderes sindicais mais “combativos”, o poderio logístico dos sindicatos foi revertido para o financiamento de greves, bem como para publicações operárias, cursos de formação, palestras e outras atividades políticas e sindicais (RODRIGUES, 1991).

O fenômeno de massas conhecido como novo sindicalismo<sup>10</sup> teve uma trajetória linear e impactante na vida política/associativa brasileira em fins da década de 1970 e começo dos anos 80. A evolução da práxis sindical foi talvez a principal virtude do movimento de 1978.

O novo sindicalismo surgiu no Brasil em fins dos anos de 1970, rompendo com as amarras burocráticas e clientelistas do sindicalismo populista que prevalecia antes do golpe ditatorial militar de 1964. A literatura especializada sobre o sindicalismo pós-70 revela que os sindicatos, de uma maneira geral, assumiram uma política de confronto com as autoridades patronais, tanto no interior da empresa como na sociedade.

Normalmente, as demandas dos atores sindicais extrapolavam o cotidiano fabril, perpassando por questões de moradia, condições de vida e ampliação da cidadania. No entanto, as questões imediatamente visíveis do movimento foram as greves e a luta pela reposição salarial<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Segundo Wilma Mangabeira (1993), o novo sindicalismo promoveu relações mais democráticas entre as lideranças e as bases e, ainda de acordo com a autora, esse movimento de trabalhadores representou uma ruptura com a cidadania do período getulista ao estender os direitos trabalhistas e colocar o operário e o movimento sindical organizado num lugar de destaque no cenário nacional.

<sup>11</sup> Para Iram Rodrigues (1999) houve outros canais de manifestação, embora a greve fosse um dos mais importantes. Diz o autor que “A greve não foi o único canal de manifestação desses segmentos (os chamados ‘movimentos sociais’ e as campanhas das diretas já são outro exemplo), mas certamente a forma mais duradoura e talvez eficaz de expressão de descontentamento social e político” (RODRIGUES, I., 1999, p. 77).

O momento especial se deu na campanha salarial de 1977, capitaneada no ABC paulista pela Oposição Metalúrgica, que esteve á frente de um grande número de paralisações entre os anos de 1977 e 1978. Eder Sader (1988) mostra que o novo sindicalismo se beneficiou em larga medida do período de abertura política, que se iniciou com o governo militar de Geisel (1974-1979) e se encaminhou no governo Figueiredo (1980-1985). Porém, isso não quer dizer que houve certa dose de apatia e acomodação. Pelo contrário, os sindicatos extrapolaram as possibilidades do período de distensão política, transformando-se em legítimos defensores dos interesses específicos dos trabalhadores. Segundo Sader (1988), os operários se tornaram, pela voz de seus sindicatos, cidadãos, de fato, respeitáveis, que exigiam respeito por parte do governo e das autoridades dirigentes do país.

Considerado por muitos autores como um dos mais importantes movimentos sociais ocorridos no período da transição política em que passava a sociedade brasileira<sup>12</sup>, o novo sindicalismo foi o segundo momento mais importante do processo de redemocratização. Iram Jácome Rodrigues (1999) observa que o primeiro momento, e mais importante ainda, foi uma manifestação ocorrida em 1974 em função das eleições parlamentares de novembro. Na oportunidade, o antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) — partido da oposição concedida — obteve uma expressiva vitória eleitoral na região centro-sul do País.

Sobre o mesmo momento, têm-se duas posições distintas. De um lado, as análises de Iram Jácome Rodrigues que mostram perfeitamente a relação entre o

---

<sup>12</sup> Eduardo Noronha (1992) analisa a somatória de algumas características gerais da transição política aliada a algumas peculiaridades do movimento sindical. Em um contexto de crise econômica, evidencia-se o potencial conflitivo e de desentendimento dos atores sociais envolvidos. A argumentação do autor parte de alguns pressupostos que afirmam que a transição foi lenta, gradual e pactuada pela direita, excluindo, dessa forma, segmentos populares e operários que se tornaram a base da reinvenção sindical no País. Por outra perspectiva, acrescenta Noronha (1992), os atores sindicais não conseguiram superar a dicotomia entre a renovação das lideranças e o aumento de sua capacidade de ação, associada à velha estrutura legislativa sindical. Ressalta-se que todo esse imbricado processo aconteceu em um contexto de incerteza econômica que evidenciava substancialmente a crise distributiva existente: “A transição brasileira se deu, de fato, através de um pacto das elites (como salienta O’Donnell), mas sob eleições (como relativiza Lamounier) e, do ponto de vista das relações de trabalho, sob greves — o que definiu, tal como o calendário eleitoral, diferentes possibilidades no pacto das elites e na composição das oposições” (NORONHA, 1992, p. 40).

movimento sindical organizado e o Estado; e de outro, as percepções de Ricardo Antunes, centradas na fórmula marxista da luta de classes.

A primeira abordagem indica que o crescimento oposicionista no processo eleitoral de 1974 foi surpreendente e inusitado para o momento de exceção política que vivia o Brasil. De certo modo, o episódio revelou o início da reação de setores oposicionistas à ditadura militar. Por outro lado, admite Iram Jácome Rodrigues (1999), o movimento serviu para mapear as condições reais das organizações da sociedade civil, bem como para apontar as definições e os caminhos da oposição que se articulavam lentamente. A incipiente abertura que se iniciava provocou o crescimento de vários e diferentes acontecimentos contrários ao regime.

Num outro plano, as impressões de Ricardo Antunes (1988) mostram que a tímida (re)organização sindical aconteceu no mês de setembro de 1978, num congresso realizado na cidade paulista de São Bernardo do Campo. Nessa ocasião, foi traçado um perfil completo das atividades sindicais nacionais, destacando-se: o contrato coletivo de trabalho, a liberdade sindical e uma lei básica do trabalho que complementasse seus direitos fundamentais.

Embora possa parecer que os dois movimentos não possuem qualquer semelhança, a dependência entre eles era enorme. Em outras palavras, o grau de proximidade de dependência entre os dois períodos era gigantesco. Os acontecimentos de 1974, de certa forma, influenciaram positivamente os trabalhadores que se sentiram mais seguros para se organizar em associações e sindicatos. O alvo inicial das críticas feitas pelos metalúrgicos era inspirado, em grande medida, por aquelas realizadas pelos militantes do MDB. Normalmente elas se assentavam em torno de alguns pilares básicos, como por exemplo: a política econômica do governo militar, a luta contra os baixos salários, o direito à greve, a negociação direta com o patronato sem interferência do Estado, a autonomia e a liberdade sindical (RODRIGUES, I., 1999).

A interessante análise feita por Iram Jácome Rodrigues (1999) ressalta a necessidade de uma urgente redefinição do papel dos sindicatos no intuito de se proporcionar aos trabalhadores melhores condições de subsistência e trabalho. Para o autor, a classe operária carecia, ainda, de uma identidade coletiva, para que pudesse conquistar espaços de intervenção na esfera pública.

Nesse sentido, o autor observa que o novo sindicalismo adquiriu contornos próprios e a classe operária ganhou uma identidade coletiva, quando foram criados o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>13</sup>. É completamente tangível que a estruturação da institucionalidade operária, inaugurada com o novo sindicalismo, não se restringia somente ao universo específico dos sindicatos. Os espaços de atuação ganhavam outra dimensão, fato que possibilitava o desenvolvimento de outras potencialidades e perfis que até então eram desconhecidos ou negligenciados pelos atores sindicais.

Certamente, os limites estabelecidos anteriormente não mais serviram como referência para o novo sindicalismo. Pois bem, a partir daquele momento em diante, as lideranças sindicais passaram a atuar numa área de abrangência maior e, portanto, menos definida. Isto quer dizer que extrapolaram as fronteiras classistas, conquistando novas frentes e possibilidades no cenário político nacional<sup>14</sup>.

Roberto Véras (2002) deixa claro que o deslocamento de atitude não era somente físico; ultrapassava-o. Era, sobretudo, político partidário, como é explicitado na seguinte citação:

---

<sup>13</sup> Iram Jácome Rodrigues (1999, p. 77) assim descreve a importância da central: “Representativa em alguma medida, das aspirações trabalhistas por direitos sociais, políticos e econômicos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nasceu defendendo um lugar para os trabalhadores na sociedade brasileira. Com forte presença na sociedade civil, esta corrente sindical tem tido importante papel na condução das demandas de amplos setores assalariados e trouxe para esfera pública temas que antes não tinham na agenda política”.

<sup>14</sup> Reconhecendo a aquisição de novas formas de atuação — reverenciadas pela transposição de interesses —, Véras (2002) destaca que o novo sindicalismo permitiu que as lideranças sindicais e seus sindicatos representativos deslocassem de suas experiências de origem, centradas nas lutas trabalhistas, para outras mais amplas, voltadas à política partidária e nacional. Véras (2002) lembra o nome de Lula como o exemplo mais representativo desse momento: um líder sindical que se despontou com o novo sindicalismo, tornando-se o símbolo incontestável das lutas operárias e políticas, tanto no ABC como também no cenário político partidário brasileiro.

Neste caso, contrastado flagrantemente pela coincidência de duas situações. Ou seja, ao mesmo tempo em que, de um lado, as mobilizações refluíam, do outro, as lideranças do novo sindicalismo, embaladas pelo crescente desgaste político do regime e pelo acirramento das disputas sobre os rumos da “transição”, lançavam-se em um frenético ciclo, seja de articulações partidárias (visando consolidar o PT como projeto alternativo), seja de articulações intersindicais, quando se assumem como bloco combativo. (VÉRAS, 2002, p. 132)

Ora, é perfeitamente dedutível a entrada de um novo público no cenário de relacionamento dos sindicatos. A diversificação era notória e compreensível, uma vez que o novo sindicalismo apresenta uma nova agenda para o sindicalismo nacional, incluindo militantes partidários, agentes pastorais e religiosos, movimento de bairro, entre outras categorias sociais<sup>15</sup>. O engajamento em novas frentes exigia, algumas vezes, posicionamentos mais radicais que contrastavam com opiniões mais brandas, “vacilantes”, “conciliadoras” e “moderadas” que ecoavam de segmentos da própria esquerda, consideradas reformistas (VÉRAS, 2002).

A posição defendida por Leila Maria Blass (1999) vai ao encontro daquelas enfocadas por Iram Jácome Rodrigues (1999), Magda Neves (1996, 1999), Eduardo Noronha (1992), Almérico Lima (1999) e Roberto Vêras (2002), entre outros pensadores que discutem movimento sindical. Argumenta a autora que o novo sindicalismo permitiu uma nova institucionalização dos sindicatos, extrapolando os muros das fábricas.

Talvez, a melhor forma de visualizar tais mudanças seja através das manifestações operárias e sindicais<sup>16</sup> em busca demandas reivindicatórias que procuravam unificar lutas classistas com interesses mais gerais de cidadania. Sendo assim, os sindicatos começam a se firmar como instituições representativas de importância extrema no cenário político brasileiro.

---

<sup>15</sup> Para uma melhor visualização das parcerias dos atores sindicais, ver, entre outras, as obras de Eder Sader (1988), José Álvaro Moisés (1982) e Lúcio Kowarick (2000).

<sup>16</sup> Sobre as manifestações operárias do novo sindicalismo, Leila Blass (1999, p. 35) faz a seguinte consideração: “Nesse processo, os sindicatos, enquanto instituição, transformam-se em referência política para os trabalhadores(as) e seus representantes passam a ser reconhecidos como interlocutores políticos válidos pelo patronato e pelo Estado [...]. A maior parte das mobilizações e movimentos que ocorrem no Brasil, em fins dos anos 70 e início da década de 80, traz estas características”.

Magda Neves (1999), seguindo a tradição de Leôncio Martins Rodrigues, aponta três características definidoras que marcaram a mudança da postura sindical com o advento do novo sindicalismo. A primeira é o rompimento com a estrutura oficial, corporativista e burocrática dos antigos sindicatos. O sistema getulista passou a ser duramente questionado pela nascente política sindical. A proposta de uma concepção alternativa refletia-se basicamente no desejo empedernido de autonomia sindical, no anseio pela livre organização das entidades sem interferências externas e, ainda, na vontade incontida de promoverem a livre negociação por ramo de atividade.

Uma segunda característica apresentada pela autora corresponde diretamente ao cotidiano fabril, isto é, ao piso fabril. Seria essa a mais expressiva manifestação operária: a organização no interior das empresas e por local de trabalho. Seu objetivo era resguardar o trabalhador de eventuais problemas que viessem a acontecer na linha de montagem, como a precarização dos serviços, a exploração da mão-de-obra, as péssimas condições de trabalho, os salários aviltantes. Ao propor esse tipo de organização, os sindicatos pleiteavam conter, ou pelo menos diminuir, a avalanche de conflitos entre o capital e o trabalho.

A terceira e última característica abordada por Magda Neves (1999) vai ao encontro das posições de Iram Jácome Rodrigues, ao destacar a questão da ampliação da luta sindical por demandas maiores, com profunda inserção democrática e cidadã. O novo sindicalismo se pautou, desde sua gestação, por uma atuação que extrapolasse o mundo fabril, marcando presença integral na vida política e social do País. Por isso, como discute Iram Jácome Rodrigues (1997), os sindicatos, de uma maneira ou de outra, conseguiram interferir positivamente na conquista democrática<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Lembrando Maria Hermínia Tavares de Almeida (1996, p. 203), ressalta-se que o novo sindicalismo “[...] traduzia em demandas por maior autonomia o anseio profundo de afirmação de uma identidade operária, forjada na experiência do degredo político e de uma cidadania social de segunda classe, que convivía com o florescimento de uma sociedade de consumo. [...] apesar de minoritário, em termos do número de entidades sindicais que aglutinava, o **novo sindicalismo** chegou a ser predominante no que respeita à definição dos temas e ênfase das plataformas do movimento sindical, durante pelo menos três anos”.

É evidente que o revigoramento sindical do final da década de 1970 acirrou os conflitos operários, refletidos principalmente na ascensão do movimento grevista no País. Depois de um longo período sem nenhum tipo de movimentação por parte dos sindicatos, os trabalhadores ressurgiram com ânimo e disposição renovados, o que possibilitou conquistas históricas em fins dos anos de 1970 e na década de 1980. Apesar de a greve ter se transformado no mais conhecido instrumento de batalha, ela não foi a única estratégia utilizada pelos operários e sindicatos, mas, sem dúvida alguma, foi a mais duradoura e eficaz arma utilizada pelos sindicatos de trabalhadores<sup>18</sup>.

Uma das mais marcantes características do novo sindicalismo foi a articulação da massa trabalhadora, seja no interior das fábricas, seja na sociedade. O movimento conseguiu conquistar o espaço do trabalhador no centro das decisões políticas do País. No entanto, sua completa inserção no cenário político brasileiro não foi fácil nem amena; precisou confrontar com diferentes forças políticas, como a burguesia industrial, a sociedade, a justiça militar e o Estado. Com certeza, as greves foram as principais armas de ataque do novo sindicalismo.

Pensar o novo sindicalismo sem mencionar as greves seria impossível: o estudo ficaria incompleto. O novo sindicalismo e as greves são mais do que formas sinônimas; uma não existe sem a outra; uma é o necessário complemento da outra. Assim, a parte final deste tópico dedica-se a essa manifestação operária em sociedade.

Existem muitos estudos dedicados às greves, com diferentes linhas de abordagem. Alguns caminham por uma seara marxista, enfocando a luta de classes e a greve como seu resultado. Outras abordagens pensam as greves a partir de uma

---

<sup>18</sup> Além das tradicionais interpretações sobre o revigoramento do movimento sindical no final da década de 1970, existem três frentes teóricas que discutem o ressurgimento do movimento sindical. A primeira linha mostra que, na verdade, tal ressurgimento se deu em decorrência da exploração a que os trabalhadores brasileiros estavam submetidos. A segunda vertente mostra que a reação operária, através das greves, caracteriza-se como uma resistência ao processo de trabalho capitalista. E, por fim, a terceira abordagem mostra que o período é marcado por um discurso sobre a dignidade (RODRIGUES, I., 1997). Em outras palavras, os atos foram realizados em nome da dignidade operária contra a miséria, a superexploração e a opressão a que os operários brasileiros estavam submetidos, tanto no chão da fábrica como na sociedade como um todo. Elas demandavam conquistas básicas de cidadania, refletidas na luta pela ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais na sociedade e no interior das empresas (RODRIGUES, I., 1997).

perspectiva cultural. Já outras trabalham o tema por meio de um enfoque psicológico. Por sua vez, existe ainda outra concepção que tenta focalizar as greves a partir de um contexto social mais pleno, encarando-a como possível transformadora da realidade social, política e econômica do País. É nessa que se alinham às teses de Eduardo Noronha.

As teorias de Noronha (1991; 1992) sobre as greves no período de redemocratização são referências para os que estudam o movimento sindical recente. Seguindo a trilha deixada por Charles Tilly, o autor apresenta os atos grevistas como ações coletivas de impacto na sociedade e na própria classe operária.

Neste momento da pesquisa, são apresentadas as três fases da renovação sindical no Brasil propostas por Noronha (1991; 1992). Destacam-se seus pontos articulares e conflitantes, em cada uma das três etapas de conflitos sociais que marcaram as décadas recentes da história brasileira.

Ao tentar mapear a evolução dos conflitos trabalhistas no Brasil das últimas décadas, Eduardo Noronha admite a possibilidade das seguintes etapas sucessórias: o primeiro momento entre os anos de 1964 e 1977; o segundo entre 1978 e 1984; e, finalmente, o último período, que compreende os anos de 1985 a 1989. O autor acrescenta que

Cada uma dessas fases corresponde simultaneamente a um determinado volume de greves, a uma forma de relação entre sindicatos e governo, a níveis diversos de consolidação sindical e a estratégias diferenciadas de ação, sendo todas elas clara e evidentemente marcadas pelos principais momentos de transformação política brasileira. (NORONHA, 1991, p. 102)

A primeira fase, que compreende os anos de 1964 a 1977, é subdividida em três partes que, segundo o autor, de certa maneira, se complementam e se sobrepõem<sup>19</sup>. O momento inicial, relativiza Noronha (1991), acontece com o golpe militar de 1964 e é

---

<sup>19</sup> Noronha (1991) subdivide o período em três fases que se ligam por compreender que, entre 1964 e 1977, houve três diferentes mecanismos de exclusão dos trabalhadores do cenário político nacional.



reafirmado em dezembro de 1968 com o AI5. Acrescenta o autor que o período representou a total exclusão dos sindicatos do cenário político brasileiro. As perseguições ocorreram em três frentes, quais sejam: repressão às greves e às lideranças sindicais<sup>20</sup>, controle dos reajustes salariais e controle das negociações coletivas.

Por seu turno, o governo militar alterou a antiga fórmula populista que se assentava no binômio controle-incorporação, substituindo-a pelo polinômio repressão-exclusão (NORONHA, 1991). A mudança de orientação governamental refletirá na inserção dos sindicatos na vida associativa do País, promovendo a desarticulação das entidades e de seu poder de cooptação das massas trabalhadoras. Ora, o reflexo imediato foi a baixa perspectiva de renovação das lideranças sindicais. Todavia, se fossem renovadas, passariam a agir convenientemente com o governo, assumindo atitudes passivas e assistencialistas, com um baixo índice de mobilização e um inabalável apoio às políticas governamentais (NORONHA, 1991).

A segunda etapa, que compreende os anos de 1978 a 1984, intitulada pelo autor de “A cidadania política através de demandas econômicas”, é marcada pela recuperação das funções básicas e originais dos sindicatos. Ou seja, pela defesa corporativista e salarial, encaradas como meios de reconquistar a cidadania operária perdida.

Tavares de Almeida (1996) observa que os sindicatos elegeram como escopo a política salarial dos governos ditatoriais e o rigoroso controle governamental sobre as

---

<sup>20</sup> O autor deixa claro que as perseguições governamentais eram voltadas exclusivamente para as lideranças sindicais mais proeminentes, preservando a integralidade da estrutura sindical populista. O imposto ou a contribuição sindical, importante recurso utilizado pelo sindicalismo assistencialista, foi mantido inalterado (NORONHA, 1991).

<sup>20</sup> Quando aponta a dicotomia controle-incorporação/repressão-exclusão, Noronha (1991) quer dizer que, até 1964, os governos populistas utilizavam como estratégia a aproximação dos movimentos sindicais, no intuito de vigiá-los. A artimanha governamental era cooptar as lideranças sindicais, incorporando-os em cargos burocráticos e em agências estatais controladas pelo governo federal. Posteriormente ao golpe militar de 1964, a forma de controle foi mais coercitiva, isto é, os militares utilizaram instrumentos repressivos contidos na legislação sindical. Percebem-se, então, dois momentos antagônicos da relação entre governo e movimento operário e sindical (NORONHA, 1991).

associações de trabalhadores<sup>21</sup>. Demandavam negociação coletiva livre e direta, autonomia sindical e direito à greve (TAVARES DE ALMEIDA, 1996). Tais reivindicações serviram de combustível para o novo sindicalismo no final dos anos de 1970.

Contudo, o período em questão pode ser dividido em três etapas diferentes: a primeira é marcada pelo retorno de várias e importantes greves, na sua maioria, circunscritas ao setor privado. Seus efeitos em longo prazo, salienta Noronha (1991), foram as definições de traços comuns que marcaram o início da eclosão grevista em solo nacional.

Um segundo momento definido pelo autor compreende os anos de 1980 a 1982, e é caracterizado pela diminuição do percentual de greves. Ao contrário do período anterior, caracterizado inexoravelmente pelo surto grevista, a década de 1980 marca a retração do ímpeto grevista dos sindicatos operários. A causa da retração dos ânimos grevistas, alerta Noronha (1991), tem sua origem nos problemas estruturais, como, por exemplo, os econômicos<sup>22</sup>.

Um terceiro momento, que se estende por um ano, entre 1983 e 1984, marca a lenta retomada das greves no setor privado, ampliando-se lentamente para o setor público. A última etapa arrolada pelo autor vai de 1985 a 1989, momento em que os conflitos trabalhistas se acirram, colocando em evidência a figura do dirigente sindical. A característica mais marcante desses anos foi a enorme quantidade de greves e manifestações operárias, atingindo categorias consideradas pacíficas e alheias a manifestações de tal natureza (NORONHA, 1991).

---

<sup>21</sup> Segundo Tavares de Almeida (1996), o rígido controle que o governo militar exercia sobre a vida associativa de um modo geral, entre elas os sindicatos, ancorava-se nos dispositivos repressivos da Consolidação das Leis Trabalhistas. A CLT foi criada e promulgada em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas, na tentativa de controlar as ações sindicais, submetendo as entidades ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, evitando-se, assim, qualquer foco de tensão classista.

<sup>22</sup> Noronha (1991, p. 103) discute a recessão das greves nos anos 80 da seguinte forma: “[...] é marcada pela retração do movimento grevista em função de particulares alterações políticas e econômicas: o início do período recessivo, a instabilidade do processo de transição e o aumento das reações governamentais e empresariais às pressões sindicais [...]”.

Através das pressões políticas, foram consolidados o direito à greve e seus dispositivos legais. Nota-se uma substancial alteração no direito sindical, como bem coloca Noronha (1991) ao analisar as transformações jurídicas advindas das greves.

Entre os anos de 1978 e 1984, o direito à greve era considerado como a única forma de defender os interesses dos trabalhadores. A radicalização das greves causava um mal-estar nos empresários e no governo, como também nos próprios trabalhadores. Já por volta de 1985, a relação concentra-se entre os sindicatos e os empresários (NORONHA, 1991). A luta pela cidadania operária adquiriu novos contornos que possibilitaram a descoberta e a utilização de novos mecanismos de inserção social para a classe que vive do trabalho<sup>23</sup>.

A migração de um estado de confronto para um de interlocução com o governo e empresários, deixou entrever o amadurecimento das instituições sindicais e de trabalhadores ao longo dos anos. Todavia, é bom frisar que em momento algum houve abrandamento dos conflitos classistas e os sindicatos continuaram defendendo os interesses de seus associados frente às demandas trabalhistas.

A prova cabal é a manutenção das greves no ano de 1985. O conflito entre trabalhadores e patrões alcançou uma visibilidade social que lembrava os embates do final dos anos de 1970 (NORONHA, 1991). Destaca-se especialmente que o movimento grevista não tinha o mesmo peso e impacto das manifestações trabalhistas da década anterior. A explicação pode estar relacionada ao fato de que as manifestações daquele ano eram, na verdade, o anseio de extravasar demandas contidas desde 1980, ano em que o movimento sindical grevista encontrava-se receoso pelo eminente risco de desemprego originado pelas sucessivas crises econômicas (NORONHA, 1991).

---

<sup>23</sup> Como demonstra Noronha (1991, p. 113), a negociação “[...] a partir de 1985 passa a se dar fundamentalmente entre cada sindicato (ou associação profissional) de empregados e as empresas ou os sindicatos profissionais [...]. Se nos anos anteriores os trabalhadores readquiriram a cidadania política pela sua capacidade de pressão, não legitimada pelo Estado, nesses anos sua liderança adquire o status de interlocutor válido do governo, e, nesse processo, as estratégias da CUT e da CGT passam a se diferenciar também pela forma como valorizam essa nova relação com o Estado”.

Todavia, o período não pode ser considerado totalmente obscuro e perdido para o movimento sindical brasileiro. Seria uma incongruência pensar e agir por esse prisma. Com todas as dificuldades encontradas pelo caminho, os trabalhadores conseguiram organizar duas importantes centrais sindicais<sup>24</sup>, ampliando sua base de sustentação e pressão junto à sociedade organizada.

O aumento do percentual de greves foi pequeno entre os anos de 1984 e 1985, fato que caracterizou, de certa forma, a dificuldade de se consolidar um movimento de trabalhadores homogêneo na sua integralidade. Todavia, traçar um paralelo entre o aumento insignificante do número de greves e a ausência de manifestações operárias e sindicais seria uma imprecisão teórica grotesca. Ao contrário, expõe Noronha (1991), o período é marcado por movimentações reivindicatórias impulsionadas pelos sindicatos de trabalhadores. Na verdade, as manifestações grevistas tornaram-se mais visíveis e com duração prolongada, quando comparada às do ano anterior.

---

<sup>24</sup> A proposta de se organizar uma central sindical no Brasil ganhou força em 1977, quando os empresários lançaram a Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), com o claro objetivo de se unirem frente às demandas de um mercado internacional. Interessados também em se fortalecer, os trabalhadores promovem encontros intersindicais pelo Brasil — os encontros da Classe Trabalhadora (ENCLATS), visando à realização da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1ºCONCLAT). Tanto a CUT quanto a CGT tiveram uma origem comum: 1º Conferência da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada em Praia Grande, litoral de São Paulo. No congresso, aprovou-se a proposta de se criar uma comissão que tinha o objetivo de estruturar uma central de trabalhadores. Porém, com o passar do tempo, ficou clara a incompatibilidade ideológica das duas principais concepções, a reformista de Joaquinção, que defendia um sindicalismo de resultados, e a combativa de Lula e Meneguelli, favorável à liberdade e à autonomia sindicais. É praticamente impossível pensar o novo sindicalismo sem passar pelo nascimento da Central Única dos Trabalhadores. Sua base foi gestada dentro do movimento, com o intuito de ser uma entidade representativa dos trabalhadores brasileiros. O surgimento do novo sindicalismo, no final dos anos de 1970, possibilitou que as várias correntes existentes no movimento sindical pudessem se aglutinar, cada qual trazendo suas experiências e posicionamentos políticos, o que contribuiu para a criação de uma central sindical de representação operária. O ápice do movimento se deu com a criação das centrais sindicais, que teriam o claro objetivo de articular e coordenar nacionalmente os trabalhadores brasileiros. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi criada em 1983, por ocasião do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado na cidade de São Bernardo do Campo. Na oportunidade, mais de cinco mil representantes de sindicatos urbanos e rurais votaram pela criação da CUT que, atualmente, é referência para as massas operárias e é reconhecida como tal pelas mais diversas forças políticas. Em 1986, o grupo de Joaquinção fundou a Central Geral dos Trabalhadores. No interior da CGT encontrava-se agrupado um conjunto heterogêneo de tendências políticas e sindicais, que permanecia unido principalmente pela oposição à CUT. A convivência pacífica das correntes não durou muito tempo. As divergências explodiram durante um congresso realizado em janeiro de 1988, provocando, posteriormente, uma cisão dentro da central. O grupo pró-Joaquinção continuou com a nomenclatura Central Geral dos Trabalhadores, distanciando-se da Confederação Geral dos Trabalhadores, de Rogério Magri e Luís Antônio de Medeiros. Em março de 1991, no Memorial da América Latina em São Paulo, foi criada a Central Força Sindical, oriunda da Confederação Geral dos Trabalhadores. Luís Antônio de Medeiros foi eleito seu primeiro presidente.

Outro dado interessante apresentado por Noronha (1991) é o aumento das greves no decorrer do ano de 1985. Tentando referendar essa informação, o autor acrescenta que, nesse ano, houve um vertiginoso aumento dos atos grevistas, quando comparados ao o ano de 1984: de 14 milhões para 76 milhões (NORONHA, 1991). Uma das explicações para o impulso das greves foi a retomada da economia associada ao fim do governo militar, como é demonstrado por Noronha:

A coincidência da retomada da expansão da economia com a posse do novo governo civil, portador de promessas de mudança e de políticas pactuadas, era a sinalização para que as lideranças canalizassem as expectativas salariais ou as esperanças difusas de melhora de vida entre os assalariados para o campo da pressão grevista. (NORONHA, 1991, p. 114)

O aspecto econômico é fundamental na composição do novo perfil de sindicalismo mais combativo e de confronto<sup>25</sup>. É evidente que existia uma relação íntima e de proximidade entre a esfera sindical e a realidade econômica do País. Os laços de dependência dos atores sindicais com os sucessivos planos monetários de estabilização refletiam substancialmente na agenda de prioridades das entidades, condicionando, em alguns casos, as atividades sindicais em função da vida financeira do País; seja para apoiar, seja para criticar<sup>26</sup>.

Essa foi a expectativa causada pela adoção do Plano Cruzado. Concebido em fevereiro de 1986 como uma medida de estabilização econômica, outorgado pelo decreto-lei nº. 2.283, trouxe, desde sua concepção inicial, anseios dos mais diferentes grupos sociais. Entre suas medidas iniciais, destacam-se: congelamento dos preços e das taxas de câmbio; reforma monetária com desindexação e tablitas de conversão de

---

<sup>25</sup> Tavares de Almeida (1996, p. 44) faz o seguinte relato: "O sindicalismo de confrontação nasceu nessas circunstâncias, em que a busca da livre negociação coletiva era indissociável da oposição à política salarial do governo autoritário; a demanda por autonomia sindical transformava-se em oposição à presença abrangente do Estado nas relações socioeconômicas e a ação sindical abria caminho para a existência da política de massa de trabalhadores".

<sup>26</sup> A seguinte citação de Noronha (1991, p. 115), talvez, confirme a hipótese de dependência dos atores sindicais ao momento econômico: "O anúncio das medidas do Cruzado II, reajustando alguns preços e tarifas, logo após as eleições de 15 de novembro, levou à reunião da CUT e CGT no comando da greve geral de 12 de dezembro, no qual a adesão dos trabalhadores, embora parcial, foi sem dúvida a mais expressiva".

cruzeiros para a nova moeda; congelamento de salários previamente reajustados pelo salário real médio dos últimos meses; abono salarial de 8% e 16% para o salário mínimo; seguro-desemprego. Não obstante, o Cruzado se estabeleceu juntamente com uma política monetária expansionista e de juros baixos (TAVARES DE ALMEIDA, 1996).

Com efeito, como observou Noronha (1991), o plano Cruzado teve a virtude de acalmar o conflito sindical trabalhista de 1986. Paralelamente, naquele ano, o número de greves foi bem inferior se comparado a 1985<sup>27</sup>. Numa outra concepção, a oposição organizada ao plano Cruzado e sua política de estabilização monetária teve sua origem nas centrais de trabalhadores, quando a CUT e a CGT<sup>28</sup> declararam oposição ao programa de estabilização monetária, ameaçando convocar uma greve geral, por acreditarem que o impacto do Cruzado seria desastroso e recessivo para o trabalhador.

Para Tavares de Almeida (1996), o anseio oposicionista esvaiu-se com o mesmo furor e rapidez. A CUT foi perdendo pouco a pouco seus apoiadores de primeira ordem, e o mesmo aconteceu com a CGT. A Central Geral dos Trabalhadores, antiga Conclat, sucumbiu à opinião pública, logo nas primeiras semanas, desfalcando a base de apoio da CUT<sup>29</sup>.

No final do mês de março, a CGT apresentou uma resolução comunicando seu incondicional apoio à política antiinflacionária proposta pelo governo Sarney. O documento confirmava a intenção da Central de organizar os trabalhadores para que

---

<sup>27</sup> Ocorreram pequenas e esparsas manifestações operárias de curta duração, localizadas em setores específicos do movimento sindical.

<sup>28</sup> As críticas dos sindicalistas ao plano Cruzado se assentavam em dois pilares básicos: o econômico e o político. O primeiro, ressalta Tavares de Almeida (1996), estava ancorado em estudos realizados pelo Dieese, que alertavam para os possíveis desníveis da política de estabilização, que recairiam pesadamente sobre a massa operária. Por sua vez, as críticas políticas tinham como escopo o autoritarismo reinante na implantação do Cruzado. Os movimentos sindicais alegavam que o plano econômico foi imposto à população por meio de decretos presidenciais sem uma consulta prévia à sociedade (TAVARES DE ALMEIDA, 1996).

<sup>29</sup> Referindo-se aos motivos que levaram a antiga Conclat a abandonar a organização dos trabalhadores em uma greve geral, argumenta Tavares de Almeida (1996, p. 78): "No dia 5 de março, a Conclat já havia desistido de organizar, juntamente com a CUT, uma greve geral contra o plano e falava em organizar comandos de fiscalização, para garantir o cumprimento da tabela de preços editada pelo governo e para esclarecer a população sobre os 'aspectos negativos do pacote'. Aceitou também participar da reunião com o ministro do Trabalho. No dia 7, o dirigente da central, Antônio Rogério Magri, declarava apoio irrestrito ao plano de estabilização".

fiscalizassem o congelamento dos preços e ajudassem o governo federal, como fica claro na seguinte citação:

O plano de lutas aprovado pelo II Congresso Nacional das Classes trabalhadoras, que criou a CGT, afirmava no seu capítulo 4: “Organizar o povo para fiscalizar o congelamento de preços: o II Conclat aprovou que os sindicatos devem se organizar junto com as associações de moradores, Cipas, comissões de fábrica e comitês de defesa do consumidor, a fim de garantir os preços congelados: denunciar os atravessadores, sonegadores e especuladores que tentam sabotar o plano de estabilização econômica; lutar pela aplicação da lei delegada”. (Dieese, 1986, p. 25-26, *apud* TAVARES DE ALMEIDA, 1996, p. 79)

A despeito de tudo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) continuou firme em seus propósitos iniciais de oposição consistente ao modelo de recuperação econômica do governo. Entretanto, foi obrigada, por fatores externos, a abdicar de suas pretensões de organizar uma greve geral e ampla que atingisse os mais diversos estratos trabalhistas. Mesmo encabeçando a lista de opositores, manifestou solidariedade e apoio ao congelamento de preços e ao abastecimento dos produtos alimentícios<sup>30</sup>.

A oposição pretendida pela CUT contra o plano Cruzado não se efetivou plenamente. Pelo contrário, as ações cutistas ficaram mais no campo discursivo e não se reverteram em ações efetivas contra o governo. É inevitável não associar a postura tomada pela CUT, nesse caso específico, às formulações traçadas por Albert Hirschman (1970), quando estabelece três tipologias: “Saída, Voz e Lealdade”. Na esteira desse autor, o padrão de objeção traçado pela Central encaixaria perfeitamente em “Voz”.

---

<sup>30</sup> Segundo Tavares de Almeida (1996, p. 79), “No começo de julho, as mesmas críticas ao Plano Cruzado eram repetidas no documento do congresso estadual da CUT paulista, preparatório do II Congresso Nacional. Elas vinham misturadas com a defesa do congelamento. Dizia o documento: ‘O objetivo estratégico do Plano Cruzado é promover uma maior estabilização do capital para gerar condições mínimas para promover um processo de modernização conservadora do capitalismo. No entanto, este pacote não enfrentou o impasse de fundo do capitalismo brasileiro, a dívida externa e a dívida pública. [...] O pacote econômico do governo representou um verdadeiro golpe contra a classe trabalhadora e o movimento sindical. De um lado, impôs um profundo confisco salarial e, de outro, porque seu impacto político quebrou temporariamente a tendência ao ascenso e à unificação das lutas, na tentativa de conter novas conquistas. A campanha nacional de luta deve ser o grande instrumento de unificação das lutas no próximo período, tendo como eixos: 1. recuperação das perdas salariais e aumento real dos salários; 2. salário mínimo real; 3. garantir o congelamento dos preços e o abastecimento, e 4. escala móvel a 5%; e emprego: 1. estabilidade no emprego; 2. redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais. Reforma agrária sobre controle dos trabalhadores. Não pagamento da dívida externa. Participação popular na Constituinte”.

Hirschman (1970) define “Voz” como as tentativas de alteração dos hábitos políticos de uma instituição qualquer. As oposições podem ser encabeçadas por vontades individuais ou coletivas, visando mobilizar a opinião pública através de protestos e ações organizadas. A opção por fazer barulho pode precipitar a melhora do produto ou do serviço (HIRSCHMAN, 1970). Desse modo, “Voz” constitui-se em articulação de interesses em torno de questões ligadas às práticas cotidianas de determinados segmentos sociais e políticos, não excluindo as possibilidades de recuos por seu uso indiscriminado. Se assim o fosse, seu efeito seria inverso, prejudicando quaisquer esforços de recuperação pensados anteriormente pelo grupo ou associação política.

Os argumentos de Albert Hirschman (1970) revelam que, normalmente, “Saída” são estratégias de cunho econômico e “Voz”, por outro lado, são estratégias políticas. Pode existir a relação entre os dois princípios<sup>31</sup>. Nesse sentido, talvez, as organizações que forneçam serviços a seus associados, sem uma contrapartida financeira e monetária direta — como os sindicatos de trabalhadores —, podem ser considerados os exemplos de aproximação entre “Saída” e “Voz” (HIRSCHMAN, 1970). A afirmação é reforçada pela seguinte passagem do autor: “Em geral, o declínio do desempenho se reflete tipicamente, tanto em firmas como em organizações, numa deterioração comparativa ou absoluta da qualidade do produto ou serviço oferecido” (HIRSCHMAN, 1970, p. 16).

O autor prossegue mostrando que as semelhanças e aproximações entre os dois mecanismos são ressaltadas no momento em que as falhas administrativas tornam-se evidentes, sejam elas oriundas das grandes companhias industriais ou de organizações sociais, tais como sindicatos, partidos políticos, associações beneficentes, associações de moradores, seitas religiosas, torcidas organizadas, entre outros exemplos.

---

<sup>31</sup> Relata Hirschman (1970, p. 41): “Assim como em economia sempre se imaginou que quanto mais elástica é a demanda (ou seja, quanto mais rápida mais a saída, quando ocorre a deterioração), melhor o funcionamento do sistema econômico, também é artigo de fé da teoria política que o funcionamento adequado da democracia requer um povo alerta, ativo, que faça o máximo uso da voz”.



As falhas são certamente constadas quando antigos e fiéis clientes, no caso das indústrias, deixam de adquirir aquele determinado produto em busca de outro que melhor satisfaça suas exigências enquanto consumidor. Por outra perspectiva, quando as organizações sociais não conseguem mais gerir a seus membros ganhos monetários ou simbólicos, acontece uma debandada de seus sócios em busca de outras entidade que possam prover suas necessidades imediatas.

Ambos os casos podem ser enquadrados na categoria “Saída”, pois a motivação inicial para a busca de novas opções de representação e de consumo é de base econômica e monetária. Os resultados, como ressalta Hirschman (1970), são a diminuição da renda das empresas e a queda no percentual de sócios para as organizações sociais, obrigando as direções a buscarem alternativas viáveis de correção dos problemas para estancar as causas da “Saída”.

Outra maneira de se identificar as falhas, tanto no campo empresarial como no associativo, é através dos reclames de insatisfação de clientes e consumidores junto à direção das empresas fornecedoras, ou através de protestos políticos e sociais dirigidos as entidades de classe ou ao governo. Esses dois exemplos são colocados no mecanismo “Voz”, por mostrarem elementos que perpassam o econômico, atingindo as esferas político-participativas e de manifestação social. Novamente, Hirschman (1970) considera que as conseqüências dos atos é uma mudança de postura das direções, buscando possíveis soluções para contornar a insatisfação de clientes e sócios.

As categorias “Saída” e “Voz” são percebidas e articuladas como componentes contrastantes de um mesmo sistema de forças. Contudo, são mutuamente exclusivas, como diria Hirschman (1970). Cada uma delas reflete, a seu modo, aspectos da economia e da política — sendo que “Saída” é parte integrante da primeira, refletindo

todas as dimensões de movimentação das forças do mercado, voltadas para a defesa do bem-estar econômico e financeiro do agente executor<sup>32</sup>.

Por esse foco, “Voz” é o oposto. Mostra-se, essencialmente, como ação política clássica. Porém, um problema adicional com a estratégia “Voz” é estatisticamente mapeado, ou seja, esse é um conceito, ao contrário do primeiro, mais confuso e fluido na sua percepção. A confusão assenta-se na diversidade de práticas que podem ser taxadas de voz: desde grandes manifestações políticas organizadas, violentos protestos de grupos extremistas, até pequenos e individuais lamentos sociais. Para Hirschman (1970), seja qual for a intensidade e o tamanho dos protestos, é necessário que haja anteriormente uma articulação de posições e a afirmação coletiva das opiniões.

As particularidades e os contrastes de “Saída” e “Voz” seriam, para o autor, encontrados da seguinte forma: enquanto que, para a primeira opção, as formas de reivindicação normalmente acontecem no anonimato, exclusivas ao grupo executor, a segunda abrange um número maior de participantes, sendo refletida e exposta em diversas camadas da sociedade onde é realizada.

Contudo, apesar de todas as dificuldades de conciliar “Saída” e “Voz”, muitas ações realizadas em sociedade podem atingir os dois patamares, articulando os resultados de manifestações políticas com mudanças no mercado econômico e na base de consumo da população. Nesses casos específicos, “Saída” seria considerada alternativa à “Voz”, e vice-versa<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Recorrer ao mercado como possibilidade de defesa dos interesses do indivíduo é algo natural e corriqueiro dos consumidores. O cliente insatisfeito com a oferta de serviços de uma determinada rede de lojas procura, utilizando as leis da oferta de produtos, outra empresa que lhe satisfaça suas exigências. Essa busca consciente por novas oportunidades de consumo dinamiza e aquece as forças do mercado através da concorrência, recuperando o fluxo normal da economia. Estaria aí, resumidamente, o princípio básico da tese da *Mão Invisível* de Adam Smith.

<sup>33</sup> “Voz” interferindo em “Saída” e mostrando-se como alternativa para a segunda é assim descrita por Hirschman (1970, p. 45): “Para se conhecer o volume de voz determinado pela elasticidade-qualidade da demanda assume-se que, clientes frente ao declínio da qualidade, antes de qualquer outra coisa, decidem se mudarão de firma ou produto, independentemente da influência no comportamento da empresa da qual normalmente compram; só se não mudarem é que lhes pode ocorrer a idéia de reclamar. É evidente que a decisão de mudar ou não será tomada à luz das possibilidades de uso da voz com bons resultados”.

Existe, portanto, uma proximidade entre os sistemas econômicos e políticos: fato que não pressupõe uma relação de simplicidade entre as duas esferas. A conjugação de ambas possibilita uma maior estabilidade democrática e governamental, o que assegura a participação de diversos grupos no sistema decisório.

Todavia, como desenha Albert Hirschman, para que “Saída” e “Voz” ganhem consistência e resultados, é preciso que ocorra a efetivação de outro componente: a “Lealdade”. Para o autor, “As condições que favorecem a coexistência da saída e da voz são melhor compreendidas ao introduzir-se o conceito de lealdade. A presença da lealdade diminui nitidamente a probabilidade de saída. Será que a voz é, da mesma forma, ampliada?” (HIRSCHMAN, 1970, p. 82).

A adição da “Lealdade” possibilita conjugar de maneira mais apurada “Saída” e “Voz”. Por outro lado, “Lealdade” a uma determinada organização social ou empresa, diminui exponencialmente as probabilidades de “Saída”, ampliando a utilização de mecanismos referentes à “Voz”. A “Lealdade” leva os membros de associações classistas ou industriais a utilizem propostas políticas como forma de resguardar a integridade daquela organização social. A restituição das antigas estruturas leva à redução da saída de pessoas em busca de oferta de melhores serviços. De modo geral, quando a “Voz” é restituída e reafirmada através da “Lealdade”, ocorre um descredenciamento da opção “Saída”, uma vez que se desenvolvem graus de afinidade com a instituição de origem.

Seria essa a importância da “Lealdade”: neutralizar, dentro de certos parâmetros, a saída de antigos e tradicionais sócios, de colaboradores mais conscientes de sua função, de clientes mais exigentes, evitando a deterioração prematura da instituição (HIRSCHMAN, 1970).

Como atesta o autor, a “Lealdade” é o ponto de equilíbrio entre as duas outras concepções, porque facilita a retomada de antigas qualidades — fato que exige uma dose de criatividade e amadurecimento e aumenta o custo social da “Saída”. Não obstante, a “Lealdade” não funciona como uma barreira impermeável contra a fuga de

peças pertencentes ao grupo social ou de consumidores. Ela apenas retarda e diminui a saída, mas não a evita.

Teoricamente, a lealdade a uma determinada marca ou associação política ocorre racionalmente. Isso quer dizer que a opção é feita obedecendo a critérios tecnicamente estabelecidos e aplicáveis de acordo com a situação. Esse tipo de racionalidade pode ser dividido, de acordo com Max Weber, em duas direções: racionalidade formal — compreendida como uma gestão econômica realizada a partir de um cálculo tecnicamente possível de ser materializado — e racionalidade material — em que o grau de abastecimentos de bens que um grupo de pessoas consegue efetivar mediante a uma ação social economicamente orientada está de acordo com determinados postulados valorativos<sup>34</sup> para aquele grupo específico (WEBER, 1999).

Ainda de acordo com Weber, do ponto de vista técnico, o dinheiro é o cálculo econômico mais perfeito, ou seja, é o ambiente racionalmente pensado que serve como orientação para a busca de ganhos econômicos e financeiros (WEBER, 1999). Assim, o consumidor, mesmo o mais leal, irá racionalmente procurar outras oportunidades de negócios e atividades que lhe garantam lucros e benefícios mais elevados.

É por isso que a “Lealdade” pode diminuir ou retardar o ímpeto da “Saída”, elevando a “Voz”, mas nunca determinar seu completo fim. Apenas em um único caso a “Lealdade” transforma-se numa barreira intransponível, evitando totalmente a saída de membros: quando ela é irracional. Para Hirschman (1970), a “Lealdade” irracional é percebida em clubes, times de futebol, e, em alguns casos, nos partidos políticos e nos sindicatos de trabalhadores.

A Central Única dos trabalhadores (CUT) promove, através da lealdade de seus membros associados, manifestações em que a voz é o principal instrumento de ação política. O novo sindicalismo talvez seja o seu exemplo mais notório.

---

<sup>34</sup> Para Weber, os postulados valorativos, qualquer que seja sua natureza de formação, vai variar de grupo para grupo, de categoria social para categoria social.

### 2.1.1. A Eclosão do Novo Sindicalismo em Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais também presenciou o fenômeno do novo sindicalismo, quase em concomitância com São Paulo e com o ABC<sup>35</sup>. Em Minas Gerais, o novo sindicalismo teve sua origem especialmente no Vale do Aço e nas cidades de João Monlevade, Betim, Contagem e Belo Horizonte (NEVES, 1999; LE VEN, 1988). O movimento foi responsável pela afirmação dos sindicatos operários no Estado como atores sociais e políticos indispensáveis para a construção e ampliação da cidadania.

O Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade teve um papel fundamental na formação do novo sindicalismo em Minas Gerais, seja atuando corporativamente no piso fabril, seja em questões de cunho coletivo e cidadão, ou até mesmo promovendo relações com o movimento metalúrgico do ABC.

Desde muito cedo, a cidade de João Monlevade<sup>36</sup> já apresentava enorme potencial para a área da siderurgia. Michel Le Ven (1988) mostra que, desde 1820, a cidade já comportava uma fundição que contava com aproximadamente 150 trabalhadores escravos, treinados para a fabricação de ferro, utilizando tecnologias avançadas para o período. A funilaria ficava a cargo do francês Jean Monlevade (LE VEN, 1988). As histórias da cidade e da metalurgia se confundem principalmente a partir de 1937, quando lá se instala a Companhia Metalúrgica Belgo Mineira, pertencente ao grupo empresarial luxemburguês ABBED. Esse vínculo se fortalece ainda mais,

---

<sup>35</sup> Seria completamente inviável e perigoso tentar traçar comparações entre o movimento sindical mineiro e o do ABC, seja num contexto de novo sindicalismo ou não. Isso porque o desenvolvimento sindical da região do ABC é mais consolidado e organizado quando comparado ao de outros Estados, entre eles Minas Gerais. Todavia, é bom salientar que, em momento algum, o desenvolvimento do sindicalismo mineiro é contestado, ou é colocado que em Minas Gerais os atores sindicais encontram-se dispersos e desorganizados: não se trata disso. O que se pretendeu foi mostrar que são níveis diferentes de organização operária: basta lembrar que São Paulo e o ABC são considerados a “Locomotiva” industrial do País, sendo que Minas Gerais ainda não possui tal tradição.

<sup>36</sup> A cidade de João Monlevade foi fundada em 1962 e se localiza na região centro-leste de Minas Gerais.

construindo laços de sociabilidades e identidades entre as duas esferas: entre a cidade e os metalúrgicos (NEVES, 1999).

A partir de 1972, a nova diretoria do sindicato começa a tecer aproximações mais efetivas com os trabalhadores e com a sociedade de um modo mais amplo. A estratégia utilizada pelo sindicato foi a realização de ações que envolviam os trabalhadores e a cidade. Normalmente eram feitas discussões e debates com os metalúrgicos sobre as condições de trabalho dentro da empresa, as mudanças que deveriam ser empreendidas, as alterações nos turnos de trabalho, as horas trabalhadas, a qualificação profissional e outras demandas trabalhistas. As primeiras conquistas dos metalúrgicos da cidade foram resultado, sem sombra de dúvidas, dessas reuniões públicas com os operários metalúrgicos.

O Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade pleiteou a organização dos trabalhadores por local de trabalho e, no interior da entidade, o objetivo central talvez fosse promover uma massiva sindicalização de todos os operários. Ao que parece, a campanha foi plenamente vitoriosa e o número de trabalhadores filiados cresceu consideravelmente.

O aumento do percentual de sindicalizados gerou maior autonomia para o sindicato e, conseqüentemente, a categoria ganhou mais força política e respeitabilidade — fato que promoveu o questionamento pelos trabalhadores das relações que a empresa mantinha com seus funcionários. Com o passar do tempo, os operários, através do seu sindicato representativo, foram estabelecendo limites políticos e sindicais com o intuito de criar um ambiente mais propício e digno ao trabalho. De acordo com Magda Neves,

É importante salientar que fortalecia em João Monlevade a organização dos trabalhadores no local de trabalho e também no sindicato, com a sindicalização expressiva dos operários o lugar da produção era questionado pelos trabalhadores e aos poucos a relação paternalista existente entre os gerentes e operários, forma bem peculiar de controle dos trabalhadores, vai dando lugar a interesses bem delimitados pelos operários. Essa relação paternalista camuflava os problemas reais do dia-a-dia do cotidiano fabril e subordinava os metalúrgicos, perdia força e os conflitos começavam a surgir expressando o desejo da construção de

um projeto coletivo que pudesse afirmar a dignidade do trabalho. (NEVES, 1999, p. 189)

Com esse espírito, o sindicato apresenta à empresa uma pauta de reivindicações que demandava, entre outras coisas, o revezamento de turnos e a comissão sindical e operária<sup>37</sup>, destinada a resolver e amainar problemas trabalhistas (NEVES, 1999).

Os acontecimentos do final da década de 1970 aproximam o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade dos metalúrgicos do ABC. As entidades promoviam uma série de manifestações e movimentos contestatórios. Em 1978, ocorrem, concomitantemente, movimentos nas duas regiões: o sindicato de João Monlevade apresentou suas propostas reivindicativas, que não foram aceitas de imediato. A recusa da empresa Belgo Mineira a aceitar a pauta operária foi o estopim para a deflagração de uma greve que contou com o maciço apoio dos metalúrgicos. Talvez, essa tenha sido a prova incontestável do fortalecimento daquele sindicato<sup>38</sup>.

Em Betim — outro importante foco de nascimento do novo sindicalismo em Minas Gerais —, o Sindicato dos Metalúrgicos procurou romper com a antiga estrutura oficial, subvencionada pelo regime ditatorial militar, que atrelava os sindicatos ao Estado<sup>39</sup>.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim foi criado em 1976, anos antes da instalação da Fiat Automóveis S.A. na cidade. Todavia, como sustenta Neves (1999), o nascedouro daquele órgão sindical acontece, verdadeiramente, dois anos antes, em 1974, quando é criada a Associação dos Metalúrgicos de Betim, que contava com o apoio declarado dos metalúrgicos de Belo Horizonte e de Contagem. Por seu turno, a

---

<sup>37</sup> A idéia de criação da comissão operária e sindical, que deveria ser paritária, foi recebida como inovadora e surpresa. A comissão sugerida seria formada por seis membros, sendo três do sindicato e três da empresa. Sua principal meta seria discutir aspectos relacionados ao cotidiano operário dentro da empresa (NEVES, 1999).

<sup>38</sup> A citação comprova o argumento desenvolvido: “Muito mais do que afirmar publicamente as reivindicações, a greve de 78 em Monlevade expressou, no espaço público, uma organização que aos poucos foi se consolidando no local de trabalho, demonstrando a relação fecunda ente o sindicato e os trabalhadores” (NEVES, 1999, p. 190).

<sup>39</sup> Conforme apresentado anteriormente, o regime militar, que começa a vigorar no Brasil a partir de 1964, deixou intacta toda estrutura sindical que havia sido gestada pelo governo populista de Getúlio Vargas. Assim, tal qual no populismo pré-64, o regime militar propunha um sindicalismo totalmente voltado ao assistencialismo como a única forma de representação operária.

construção da empresa Fiat inicia-se em 1973<sup>40</sup>, juntamente com outras montadoras, como a FMB e a Krupp (atualmente fechada). Dá-se início, assim, à formação do pólo automobilístico betinense, que alterou todo o perfil da mão-de-obra empregada do município e região (NEVES, 1999).

Mesmo com todas as dificuldades oriundas da política repressiva e anti-sindical da Fiat, o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim ampliou sua base formal, que passou a ser composta por 15.000 operários, muito dos quais com certa trajetória de militância operária e política. Esses sindicalistas assumiram a liderança e a organização trabalhista da empresa, formando comissões de trabalhadores.

Vale a pena acrescentar que as comissões de fábricas contavam com o respaldo tanto interno quanto externo. Em outros termos, internamente eram depositárias da confiança dos operários metalúrgicos; externamente eram apoiadas por segmentos da igreja católica — como, por exemplo, a Pastoral Operária — e pelas oposições sindicais de Belo Horizonte e região. Normalmente, o perfil de trabalhadores que compunham tais comissões era de operários com vivência no movimento sindical e político partidário. Cabia a eles a discussão de temas de interesses coletivos. Foram também responsáveis diretos pelas greves de 1978 e 1979.

As manifestações de 1978 e 1979 são consideradas históricas e decisivas para os metalúrgicos betinenses, pois conseguiram modificações comportamentais importantes da direção da empresa, principalmente no que concerne ao relacionamento com os empregados. Depois daqueles episódios, a montadora começou a pensar em mecanismos e propostas voltadas para integração operária com a empresa.

---

<sup>40</sup> Sobre a implantação da Fiat Automóveis S.A. em Betim, esclarece Neves (1999, p. 193): “[...] fazia parte de um programa da matriz italiana que tinha o objetivo a descentralização da produção, a desconcentração da mão-de-obra empregada e, por conseguinte, o enfraquecimento do coletivo operário turinense [...]. A montadora foi construída no Distrito Industrial de Ibiruçu, em Betim, Minas Gerais, região que nos anos 1970 encontrava-se isolada das aglomerações populacionais. Dessa maneira, o acesso à montadora só poderia ser feito por carros particulares ou por ônibus especiais contratados pela empresa. Buscava-se, assim, criar uma separação radical entre a fábrica e a vida dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, dificultar a ação coletiva dos operários que, recrutados em pontos diversos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, habitavam locais cuja distância oscilava entre 12 e 100 quilômetros. Permanecer na área após o horário de trabalho implicava enfrentar dificuldades bastante consideráveis para retornar ao local de moradia”.



A experiência dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foi completamente diferente da vivida pelos seus consortes de Betim e João Monlevade. Com o advento do regime ditatorial militar em 1964, o sindicato, como outros, sofreu um rigoroso processo de intervenção. Seus principais diretores foram cassados e colocados na ilegalidade. Todavia continuaram atuando no piso fabril, agora em comissões de fábrica (NEVES, 1999). As comissões de fábrica serviram como o alicerce para a fomentação de um movimento sindical denominado Oposição Sindical. Lá dentro, conviviam uma série de agrupamentos e tendências políticas, como descreve Neves:

A Oposição Sindical articulou-se na região de BH/Contagem no final dos anos 70, fazendo, evidentemente, referência a herança das greves de 1968 na região [...]. Na Oposição Sindical estavam presentes vários grupos de esquerda. PCdoB, MR8, PCB, grupos trostkistas e membros da igreja, principalmente da JOC e da ACO, que tiveram um papel importante na região nos anos 60, nas greves de 1968 (NEVES, 1999, p. 198).

Talvez, um dos feitos mais importantes da Oposição Sindical tenha sido a organização de pequenos movimentos de trabalhadores nas metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem, que buscavam melhores condições de trabalho e de salários. Outro importante fato foi a criação do Centro Cultural Operário (CCO). Naquele espaço de convivência operária, operários reuniam-se semanalmente para a realização de cursos profissionalizantes e de formação política.

Não obstante, a Oposição Sindical de Belo Horizonte e de Contagem, através do CCO, organizou os trabalhadores do setor, promovendo diversas manifestações operárias, inclusive atos grevistas. Denunciaram o arrocho salarial promovido pelos governos militares e se engajaram em campanhas pela democratização e pela cidadania operária (NEVES, 1999).

O Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais (Sinttel-MG) surgiu primeiro que a Telemig, em janeiro de 1956, representando, nesse momento, os trabalhadores da CTB e, posteriormente, os telefônicos da Telemig, Embratel e CTBC.

A partir de 1980, após 23 anos sem alteração na diretoria do sindicato e nas estratégias de ação da entidade, ocorreu uma renovação no Sinttel de Minas Gerais. Ao incorporar-se ao novo sindicalismo, mobilizando os operários através dos problemas vivenciados no dia-a-dia de trabalho, aproximou democraticamente o sindicato de sua base.

O Sinttel foi o primeiro sindicato do Estado a se informatizar. Para tanto, criou uma comissão voltada exclusivamente ao acompanhamento das inovações estratégicas do setor de telecomunicações. Devido as inovações trazidas pela nova diretoria e o alto grau de comprometimento de seus diretores, o Sinttel-MG gradativamente torna-se referência para a organização dos telefônicos em todo o Brasil (NEVES, 1999). É importante observar que o sindicato teve um papel primordial na criação da CUT em Minas Gerais, chegando inclusive a sediar a regional mineira por algum tempo, contribuindo, desse modo, para a renovação sindical no Estado nos anos de 1980.

Em 25 de julho de 1951, nascia a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Energia Hidroelétrica de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Itabirito<sup>41</sup>. Um ano depois, a Associação transformou-se no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hidroelétrica de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Itabirito<sup>42</sup>, tornando-se, posteriormente, o Sindieleto, que hoje representa a maioria dos eletricitários de Minas Gerais.

Inicialmente, o sindicato representava os trabalhadores da Companhia Força e Luz, de propriedade anglo-canadense. Posteriormente, passou a representar os empregados das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), fundada em 22 de maio de 1952 pelo então governador mineiro Juscelino Kubitschek<sup>43</sup>. Em seus momentos iniciais, o Sindieleto estruturou seu departamento jurídico, que desenvolveu ativamente um

---

<sup>41</sup> Desde 1946, os trabalhadores da Empresa Força e Luz, de capital inglês e canadense, que à época fornecia energia às cidades de Belo Horizonte, Itabirito e Santa Bárbara e administrava os bondes da capital de Minas Gerais, procuravam se organizar através de entidade representativa. Com esse propósito, foram articulados encontros que dariam origem à futura Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Energia Hidroelétrica de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Itabirito.

<sup>42</sup> As cidades de Santa Bárbara e Itabirito pertencem à denominada Região Metropolitana de Belo Horizonte.

<sup>43</sup> O objetivo central da fundação da Cemig seria proporcionar suporte técnico ao programa de modernização, diversificação e expansão do parque industrial do Estado (Fonte: Cemig Notícias. Jornal de circulação interna das Centrais Elétricas de Minas Gerais, de 2 de fevereiro de 2003).

trabalho de conscientização junto aos eletricitários. Foram realizados, no período, diversos encaminhamentos de ações em defesa dos interesses dos trabalhadores. Outras pequenas lutas, que afetavam o cotidiano dos operários, também eram travadas pelo Sindieleto — como, por exemplo, melhorias das instalações sanitárias, instalação de bebedouros, chuveiros, refeitórios adequados, salas para o corpo administrativo e eletricitário da empresa, além de melhorias nos maquinários que serviam aos trabalhadores.

Já nesse período, o sindicato travou disputas em torno do plano de carreira dos eletricitários, encaminhando ofícios a Cemig e à empresa Força e Luz<sup>44</sup>, exigindo a criação de um quadro de carreiras dentro da empresa. A preocupação com a formação operária já era observada. Mesmo com um incipiente trabalho, o Sindieleto oferecia cursos de formação cultural e aulas de português, aritmética e geografia econômica.

O Sindieleto, como muitos outros sindicatos, sofreu intervenção governamental com a implantação da ditadura militar em 1964. A diretoria do sindicato foi destituída e, em seu lugar, assumiu uma Junta Governativa Provisória<sup>45</sup> com a função de administrar a entidade<sup>46</sup>.

Em função das intensas perseguições políticas do regime autoritário, o Sindieleto viveu um período de “hibernação” forçada, que se estendeu de 1964 até aproximadamente 1970. Os anos finais da década de 1970 parecem trazer um sopro de vitalidade para os movimentos sociais organizados, entre eles os sindicatos, que começam a questionar o regime repressivo e autoritário oriundo da ditadura civil militar instalada no Brasil. No ABC, em especial o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, inicia-se uma série de mobilizações e atos em favor da liberdade e da

---

<sup>44</sup> A empresa de eletricidade Força e Luz, juntamente com seu quadro de funcionários, foi transferida para a Cemig no ano de 1973.

<sup>45</sup> Em Minas Gerais, 350 sindicatos, 22 federações de trabalhadores e 6 confederações tiveram suas diretorias destituídas ou substituídas por interventores (Fonte: Especial comemorativo de 30 anos do Sindieleto).

<sup>46</sup> Segundo um livro de atas referente ao período, houve uma reunião no dia 23 de março de 1964, e o novo registro das atividades sindicais só foi feito em 23 de março de 1966, sob o olhar vigilante da ditadura militar.

democracia, manifestadas principalmente nas greves de 1978 e 1979. O movimento iniciado no interior do Estado de São Paulo foi a fagulha que ascendeu o estopim de resistência das entidades sindicais.

Numa perspectiva regional e local, o Sindieleto articulou campanhas que desafiavam a Cemig em plena vigência do regime ditatorial militar. Uma delas, bastante lembrada, foi a manifestação feita pelos eletricitários juntamente com o sindicato contra a Cemig, exigindo a gratificação denominada Maria Rosa<sup>47</sup>. A empresa alegava que não pagava o benefício por falta de recursos. Houve uma intensa mobilização do sindicato que denunciava o não pagamento de um direito adquirido pelos trabalhadores, denominando a atitude da empresa de autoritária, já que a Maria Rosa era uma conquista histórica que estava sendo paga ininterruptamente há quatro anos. A regularização do pagamento só foi possível com a intervenção da Justiça do Trabalho, que decretou causa de ganho aos trabalhadores.

Outro tipo de manifestação feito pelo sindicato à época denunciava a entrada de militares no comando de usinas de transmissão de energia, como no caso de Três Marias. Em um artigo panfletário, o sindicato mostrava que a hidroelétrica era comandada por dois majores e 36 vigilantes fortemente armados<sup>48</sup>.

Outras denúncias referentes às condições de trabalho eram veiculadas na imprensa operária. Uma delas dizia respeito aos acidentes de trabalho ocorridos na Cemig. O sindicato responsabilizava a empresa por tais acidentes, argumentando que a equipe de eletricitistas atua de modo incompleto e, ainda assim, era constantemente

---

<sup>47</sup> A Maria Rosa é uma gratificação que já era dada aos trabalhadores vinculados à antiga Companhia Força e Luz. Quando a Cemig encampou a empresa em 1973, ela eliminou o benefício. Todavia, os antigos empregados da empresa Força e Luz ajuizaram uma ação judicial contra a Cemig e conseguiram restabelecer a Maria Rosa. Em 1980, ela é estendida a todos os trabalhadores da Cemig. O termo Maria Rosa refere-se a uma lingüiça tipo salsichão, vendida em Belo Horizonte. Os eletricitários diziam que a gratificação seria para comprar a Maria Rosa, isto é, a lingüiça.

<sup>48</sup> De acordo com o jornal o Hidroelétrico de 1972, “[...] o Campo de Concentração da Usina de Três Marias é comandado por dois majores e trinta e seis vigilantes ostensivamente armados de revólveres e autorizados a praticar tiro ao alvo com mira nos eventuais pescadores que ousarem aproximar-se do território sagrado da empresa”.

submetida a pressões por parte da chefia. Os trabalhadores não recebiam treinamento adequado, fato que ocasionava sérios acidentes.

Tentando preservar a integridade física e emocional dos eletricitários, o sindicato lança-se numa incessante campanha, em 1978, pelo adicional de 30% de periculosidade. O sindicato e os trabalhadores só conseguiram obter esse ganho em 1990, por intermédio de ações protocoladas na Justiça do Trabalho pela direção da entidade.

Os anos de 1980 foram, sem sombra de dúvidas, memoráveis para o movimento sindical organizado. Talvez, o momento mais importante tenha sido a criação da CUT, em 1983. Em paralelo, surge no Sindieletro, uma chapa de oposição que pleiteava a direção da entidade. Vitoriosa, a nova diretoria começa a pavimentar e a solidificar as relações com a Central. Ao contrário da antiga direção, a nova se mostra mais combativa e com disposição para luta. Assim, em 1987, o Sindieletro realiza sua primeira greve pela implantação do Plano de Cargos e Carreira (PCC). Tempos depois, é realizada outra manifestação pela campanha salarial, que conta com a adesão de 90% dos eletricitários (SINDIELETRO, 2002).

A filiação do Sindieletro a CUT parecia ser inevitável. Em janeiro de 1989, portanto, acontece a concretização do ato. A aproximação aconteceu em função da renovação que a Central propunha para o movimento sindical e também pela explosão de greves desencadeada no ABC paulista.

Muitos sindicalistas afirmam que o período foi o mais rico no que diz respeito às conquistas do Sindieletro. Entre as principais conquistas da categoria, que se tornava mais organizada com o passar do tempo, podem ser mencionadas: creches para os filhos de até seis anos de idade; garantia de 13 delegados sindicais para as regionais do interior; quatro representantes dos trabalhadores ativos no Conselho Curador da Forluz<sup>49</sup>;

---

<sup>49</sup> A Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz) foi fundada em dezembro de 1971, como parte da política de recursos humanos da Cemig e de suas subsidiárias: Cemig Distribuição, Cemig Geração/Transmissão, Gasmig e Sá de Carvalho. É uma entidade sem fins lucrativos, mantida pelas contribuições das empresas e de seus funcionários. A Forluz é o maior fundo de pensão de Minas Gerais e em sua diretoria existe uma representante dos trabalhadores e do Sindieletro.

equiparação salarial dos eletricitistas da capital e do interior; organização das mulheres eletricitárias; criação de uma comissão feminina no Sindieletro; criação de uma comissão de mães eletricitárias; anuênio; pagamento do sobreaviso; implantação de comissões sindicais nos locais de trabalho; tíquete-refeição e garantia de emprego por um ano (SINDIELETRO, 1988).

A chegada dos anos de 1990 é impactante para o movimento sindical. Mudanças profundas na economia, na política, nas relações trabalhistas, na flexibilização dos direitos sociais, privatizações, entre outras, exigem dos sindicatos a articulação de novas propostas e diferentes estratégias de mobilização. O Sindieletro, inserido nesse contexto caótico, começa a pensar e gerir alternativas para o cenário de instabilidade que refletia-se na retirada de direitos históricos dos trabalhadores. Assim, em 1991, é realizado o *I Congresso Mineiro dos Eletricitários* (I Comel), que define como prioridades inabaláveis: a defesa irascível da empresa pública e contra a privatização da Cemig<sup>50</sup>, da segurança e saúde dos trabalhadores eletricitários, de uma gestão mais democrática e transparente da Forluz, contra demissões de lideranças sindicais, da lisura das contratações da Cemig, da unificação dos sindicatos pertencentes à empresa.

A unificação entre o Sindieletro e o Sindelt, talvez um dos únicos exemplos bem sucedidos no Brasil, acontece em abril de 1996 pelo Congresso de Unificação. Todavia, antes da fusão entre os dois sindicatos, havia sido criada a Intersindical, que reunia os cinco sindicatos que representavam os trabalhadores da Cemig. Uma vez consolidada a unificação, o novo Sindieletro resolve devolver integralmente o imposto sindical à categoria. Na verdade, essa é uma prática que já vinha sendo debatida intensamente na CUT, que sempre se posicionou contrária ao imposto sindical, por percebê-lo como o pendão do corporativismo sindical, que tutelava as organizações de trabalhadores a um Estado autoritário e interventor.

---

<sup>50</sup> O projeto governamental de privatização da Cemig, ocorrido em abril de 2001, reuniu na oposição, além do Sindieletro, políticos de campos opostos, como o então governador de Minas Gerais Itamar Franco, do PMDB, e o deputado federal Aécio Neves do PSDB.

Atualmente, nesse novo milênio, o Sindieleiro volta-se para as demandas cidadãs, com apoio de outras entidades sociais e classistas — é o caso, por exemplo, do *Projeto de Biodiesel e Energia Não-Poluente*, uma parceria entre o sindicato, o assentamento rural Dom Orione do MST, com o apoio técnico do *Programa Nacional do Alcool e do Leite* (Pronal).

O sindicato oferta à sua categoria<sup>51</sup> cursos de *Qualificação Profissional e Formação Cultural* como forma de superar o crescente desemprego estrutural que assola o País, bem como campanhas e mobilizações contra as formas de retirada de direitos trabalhistas, discriminações, pressões, assédio moral e sexual<sup>52</sup>, ataques à autonomia e liberdade sindical, entre outros temas. Além de tudo isso, o sindicato ainda continua pressionando fortemente pela campanha salarial. Os desafios são enormes e os embates com a empresa ainda continuam acirrados, mas a categoria e o sindicato, orgulhosos de seu passado, acreditam na organização para superar as ingerências de um mercado de trabalho cada vez mais desigual e seletivo.

É preciso observar que o sindicalismo mineiro pretendeu, nessa última década, transpor a antiga atuação corporativista, em função de um projeto mais aberto e voltado para demandas sociais que procuram uma interação mais plena com a sociedade e outros organismos classistas: “Fundamentalmente, a atuação dos sindicatos objetiva transformá-los em centros de ação política, não só organizando a categoria, mas interferindo na vida urbana e política” (NEVES, 1999, p. 98).

É com esse espírito que o movimento sindical entrou na década de 1990, tentando se equilibrar nas esferas políticas e econômicas. Porém, o momento era de

---

<sup>51</sup> Um rápido perfil dos eletricitários: Sexo: masculino: 84%; feminino: 16%. Faixa Etária: até 34 anos: 26%; 35 a 44 anos: 45%; 45 anos ou mais: 29%. Escolaridade: de 4º a 8º série: 9%; ensino médio: 53%; ensino superior: 31%; pós-graduação: 7%. Renda: até 2 salários mínimos: 1%; de 2 a 5 salários mínimos: 12%; de 5 a 10 salários mínimos: 49%; de 10 a 20 salários mínimos: 28%; mais de 20 salários mínimos: 8%. Regime de Trabalho: horário flexível: 2%; escala de plantão: 20%; horário fixo: 78%. Tempo de Trabalho na Cemig: mais de 20 anos: 27%; até 10 anos: 11%; de 11 a 20 anos: 62%. Trabalhadores Filiados: filiados: 71%; não filiados: 29%.

<sup>52</sup> O Sindicato criou a *Secretária de Raça e Gênero* e promove, com certa constância, debates sobre relações de trabalho para homens, mulheres, negros, homossexuais.

incertezas para os atores sindicais que se viram dentro de uma tormenta sem proporções e jamais enfrentada. Os anos 90 trouxeram modificações estruturais para os sindicatos, que ainda procuram uma solução para a crise.

As dificuldades sindicais no Brasil e também em outros países latino americanos justificam-se pela redefinição do modelo de desenvolvimento do capital nesses países, calcado em bases mais competitivas e sólidas, ao contrário das décadas anteriores, que pautavam o desenvolvimento industrial ainda muito preso ao velho binômio taylorista/fordista<sup>53</sup>.

A década de 1990, tanto no Brasil como em outros países, acarretou a redefinição das empresas privadas e estatais, incentivada por políticas governamentais e pela busca de novos conhecimentos produtivos que dinamizassem a modernização da produção industrial, como aponta um Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, concebido pelo Ministério da Ciência e da Tecnológica (1994) (SOUZA, 2002). De acordo com suas proposições:

A reestruturação produtiva depende fortemente da incorporação contínua dos conhecimentos em produtos e processos. Rompe a barreira da estagnação. É impensável a modernização da indústria se não forem ampliadas as bases geradoras do conhecimento. Investimentos em ciência e tecnologia são caminhos seguros para a capacidade de reestruturação. O Brasil necessita recompor seus investimentos em C e T de modo a alcançar níveis compatíveis com aqueles feitos pelos países desenvolvidos e os Tigres Asiáticos. Os conhecimentos e a tecnologia se tornam cada vez mais restritos e de difícil acesso. As empresas devem aumentar sua presença como geradoras de conhecimento e sua aplicação. É necessário ultrapassar a barreira de 1% do PIB em investimentos em C e T e estabelecer a meta de 2% na virada do século. Novos instrumentos precisam ser agregados aos incentivos fiscais para promover maior participação das empresas. (Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1994, p. 12).

O estudo governamental mostra a necessidade de investimentos em tecnologias e a redefinição do padrão empresarial brasileiro para alcançar patamares de produtividade

---

<sup>53</sup> Há que se ressaltar que países de economia subdesenvolvida, como o caso do Brasil e de seus vizinhos, não vivenciaram a concretização das políticas industriais tayloristas/fordistas. Por isso mesmo, é complicado falar que nesses locais também houve um esgotamento do taylorismo e do fordismo, como na Europa e Estados Unidos. Contudo, seria injusto não admitir que esse padrão de acumulação não se fez presente em países da América Latina, mesmo que de modo mais tortuoso e frágil.



e competitividade mais elevadas na década que se iniciava. O empresariado nacional tentou se modernizar acompanhando as tendências mundiais, e ao que parece, suspeita-se que o movimento sindical organizado não se atentou para esse fato, e não procurou acompanhar tais transformações, criando alternativas para os trabalhadores, sujeitos diretos de todas as modificações sociais, políticas e econômicas.

## **2.2. Segundo Momento: a década de 1990 e a instabilidade sindical**

As recentes metamorfoses vivenciadas pelo mundo do trabalho repercutiram frontalmente no movimento sindical organizado, configurando um novo padrão de atuação frente à nova realidade que teimava em se apresentar. Efetivamente, começa a existir, na contemporaneidade, a lógica voltada ao capital que prioriza a busca pela maximização do lucro excessivo, utilizando estratégias empresariais específicas que tinham por princípio a completa desarticulação dos sindicatos e dos trabalhadores reunidos em torno das associações.

Todavia, é importante ressaltar que as mudanças na economia tornaram mais complexa a vida dos sindicatos, que não buscaram outras fontes de resistência além da “velha e corroída greve” — que, em muitos casos, se mostra totalmente ineficaz e com resultados, no mínimo, desanimadores. Por outro lado, a crise sindical e a desarticulação dos sindicatos não tornaram a vida dos trabalhadores brasileiros mais trágica: são situações diversas.

Os sindicatos, acrescenta Leôncio Martins Rodrigues (1999), passam atualmente por uma situação extremamente complicada, e até mesmo melindrosa. Suscetível às leis de mercado, o sindicalismo encontra-se enfraquecido, principalmente em virtude da

acentuada queda nas taxas de filiação e do declínio das greves (RODRIGUES, 1999). Segundo o autor, seriam esses os dois principais indicativos do enfraquecimento das instituições sindicais. Porém, o cerne da crise encontra-se nas avassaladoras transformações políticas, sociais e econômicas recentes<sup>54</sup>.

Jelle Visser (1989) lembra que o movimento sindical nunca enfrentou uma crise tão aguda como a atual, podendo, inclusive, comprometer seu futuro em alguns países. Portanto, estudar o sindicalismo atual é discutir, antes de qualquer pretensão temática, a crise das instituições sindicais.

De um modo geral, a década de 1980 trouxe prejuízos incalculáveis para o sindicalismo europeu, especialmente aquele localizado na parte ocidental. As mais claras evidências da desestruturação sindical naquela década foi, sem dúvida, o profundo desnível nas taxas de sindicalização<sup>55</sup>. Contudo, aponta Leôncio Rodrigues (1999), não é possível generalizar: países como a Dinamarca, Suécia, Finlândia e Alemanha sofreram com menos intensidade o desmantelamento da antiga estrutura sindical construída e consolidada ao longo da década de 1970. Todavia, apesar da satisfatória manutenção dos índices de filiação e das atividades sindicais naqueles países, o sindicalismo começa a decair no final dos anos 90, colocando em evidência toda a fragilidade dessas instituições de trabalhadores. Não há dúvidas de que, de um jeito ou de outro, com maior ou menor intensidade, com graus variados de comprometimento, os sindicatos europeus e, com certeza, de outros locais, tiveram sua estrutura afetada, causando sérios danos a seus membros filiados.

---

<sup>54</sup> Leôncio Martins Rodrigues argumenta que a redução do percentual de manifestações grevistas e a queda do número de filiações são as pontas do fio que se estende até os resultados negativos da globalização econômica, responsável direta pela crise que atingiu o sindicalismo ocidental.

<sup>55</sup> Leôncio Martins Rodrigues (1999) comenta que o “túnel escuro”, pelo qual caminham os sindicatos da Europa Ocidental, tem suas causas em questões de cunho estrutural, ou seja, a crise dos anos 80 não é conjuntural e muito menos peculiar a cada sindicato. Para o autor, “[...] à medida que o século XX chegava ao seu término, foi se tornando cada vez mais claro que as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo não eram conjunturais e nem específicas de alguns países, e fatores estruturais mais duradouros e profundos minavam a força de uma das instituições mais características e importantes das democracias capitalistas do Ocidente” (RODRIGUES, 1999, p. 11).

Quais teriam sido os fatores, endógenos ou exógenos aos atores sindicais, que contribuíram decisivamente para o desmantelamento do sindicalismo na década de 1980, em algumas partes do mundo? A complexidade da questão exige um sério esforço intelectual destinado à confecção de uma resposta que permita, ao menos, mapear satisfatoriamente as origens da crise e seus efeitos destrutivos para a organização operária mundial.

Propõe-se aqui, apresentar, em linhas gerais, a construção de um sistema de promoção do bem-estar social, que se caracterizava pela constante intervenção do Estado na economia e o gerenciamento de políticas sociais. O *Welfare State* tecia pesadas críticas ao *Laissez-Faire*, sendo que a principal delas consistia em mostrar que somente os nexos monetários e de mercado não garantiriam a verdadeira eficiência econômica (HOBBSAWM, 1995). Aproveitando as oportunidades surgidas com o fordismo, o *Welfare State* e seus idealizadores forjaram o caminho para o seu estabelecimento na Europa Central e nos Estados Unidos, pleiteando sempre o desenvolvimento social e estatal dos países envolvidos.

Coube a Henri Ford a racionalização da empresa e de sua tecnologia, bem como a organização de uma detalhada divisão do trabalho, ao colocar o operário numa posição fixa na linha de montagem, aumentando, dessa maneira, a produtividade da companhia<sup>56</sup>. No cerne do pensamento fordista estava o reconhecimento de que a produção encontrava-se intimamente ligada ao consumo. Assim, era necessária uma larga produção em massa, fator que diferenciava o fordismo do taylorismo. O argumento de David Harvey (1989) mostra a preciosa relação de dependência que existia entre a produção em massa e o consumo em massa para o fordismo, pois, somente assim, segundo Ford, aconteceria a dinamização da economia capitalista.

---

<sup>56</sup> Eugène Enriquez (1997, p. 69), mudando completamente o foco, assim descreve esse complicado processo: “Em relação aos empregados, a estandardização do trabalho de escritório, a precisão dos procedimentos do trabalho e sua codificação rigorosa, a introdução do computador como meio de gestão, de parcialização das tarefas, tornaram cada vez mais incompreensíveis ao empregado o sentido do seu trabalho, acrescido dos riscos de erro, demandando uma coordenação cada vez mais desenvolvida”.

Com efeito, o fordismo, para se estabelecer como sistema de produção eficiente, passou por inúmeras restrições e fatores de empecilho. Harvey (1989) menciona a grande depressão econômica norte-americana dos anos entre guerras como um dos muitos obstáculos à disseminação do fordismo. O autor argumenta que foi necessária uma miríade de decisões individuais, coletivas, corporativas, institucionais que visavam criar respostas, mesmo que improvisadas, às tendências de crise do sistema capitalista — particularmente em função da grande depressão de 1929. Além do mais, a sociedade e a economia não estavam preparadas para o novo modelo de fábrica fordista, com o trabalhador fixo, executando, à exaustão, um trabalho repetitivo imposto pela esteira móvel. Do operário era exigida pouca habilidade manual: ele não mais controlava o tempo e a organização do processo produtivo.

Tais fatores contribuíram para reforçar a resistência operária a essa concepção empresarial. Ao contrário dos Estados Unidos, sempre sequiosos por novidades na cadeia produtiva, na Europa, a implantação do fordismo se mostrou bastante incipiente antes dos anos de 1930. As fábricas européias de automóveis, com raras exceções, ainda continuavam se utilizando do trabalho eminentemente artesanal e destinado à elite. Para Harvey (1989), foi preciso uma profunda transformação nas relações de classe para que o fordismo fosse acomodado confortavelmente na Europa.

Os mecanismos de intervenção do Estado na economia precisaram ser repensados para que o fordismo se consolidasse como um eficaz regime de acumulação de capital. Assim, marcou um determinado tipo de desenvolvimento capitalista em países centrais, no exato momento em que o Estado conseguia organizar sua nova fase de expansão após a Segunda Grande Guerra (1939-1945). Para tanto, teve que assumir uma nova forma política de organização e intervenção no mercado. A regulação

keynesiana<sup>57</sup> da economia — seu eixo fundamental — seria a geração de um círculo virtuoso, como assevera Antônio Carvalho Neto:

[...] implementado no pós-guerra pelos Estados Unidos no Japão e na Europa, realizou-se um círculo virtuoso: investimento — expansão da produção — pleno emprego — aumento da produtividade — aumento real dos salários — consumo de massa — ganhos de escala — investimento. Na Europa e no Japão houve uma acentuada intervenção estatal no tocante à política industrial e de investimentos [...]. (CARVALHO NETO, 2001, p. 29)

A “Era do Ouro”, usando um termo cunhado por Eric Hobsbawm (1995), veio tomar a prosperidade econômica européia como certa, inevitável e mundial, apesar de sua opulência se limitar essencialmente aos países desenvolvidos. Somado a tudo isso, a regulação salarial e a proteção social fornecidas por um Estado agigantado e intervencionista permitiam um desenvolvimento fenomenal dos atores sindicais. Essa formulação ficou conhecida como *Welfare State*.

Os sindicatos tiveram um papel extremamente importante no sistema fordista de regulação e no processo histórico de formação do *Welfare State*. As organizações sindicais transformaram-se em expressivos interlocutores dos processos de trabalho e das negociações coletivas. Entretanto, como bem aponta Harvey (1989), a acolhida dos sindicatos pelas corporações empresariais não foi tranqüila nem amistosa. Ao contrário: o aceite foi feito muito a contragosto e as animosidades prevaleceram durante o tempo de adaptação<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> Enquanto os economistas ortodoxos atribuíam ao desemprego as exigências salariais dos trabalhadores, Keynes provou que, ao contrário, tais exigências contribuíam para o pleno emprego: salários baixos acarretam insuficiência de poder aquisitivo, o que conduz à contração da demanda e, conseqüentemente, à baixa de preços, superprodução e desemprego. Mostrou que a solução para o desemprego só pode ser obtida por intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito de despesas produtivas. Para isso, o Estado deveria reduzir a taxa do lucro, incrementar os investimentos públicos, estimular o consumo por meio das classes menos favorecidas e encorajar a exportação.

<sup>58</sup> Harvey (1989, p. 129) apresenta a seguinte argumentação: “Mesmo assim, as corporações aceitaram a contragosto o poder sindical, particularmente quando os sindicatos procuravam controlar com a administração em planos de aumento da produtividade em troca de ganhos de salário que estimulassem a demanda efetiva de maneira originalmente conhecida por Ford”.

Ampliações dos direitos trabalhistas foram necessárias e urgentes, encaradas como uma maneira de cooptar a massa operária, visando debelar, antecipadamente, possíveis revoltas operárias. Essas reformas conservadoras foram adotadas como estratégias dominantes, com apoio de alguns sindicatos fordistas, que acreditavam sinceramente numa política social verdadeiramente emancipadora como pré-condição para a eficiência econômica.

Por outro lado, o incremento da legislação tinha subliminarmente a função de barrar as idéias socialistas que se faziam perceber como potenciais ameaças aos países capitalistas, gerando, assim, um intervencionismo estatal, direta ou indiretamente, nos acordos salariais e na produção dos trabalhadores. Ressalta-se que essa forma de organização e gestão empresarial possuía características comuns em torno das quais eram organizados os princípios constitutivos que norteavam o fordismo e, conseqüentemente, o estado de bem-estar social<sup>59</sup>.

Os avanços observados no movimento sindical foram estrondosos nos anos de 1970 em quase todos os países europeus, principalmente naqueles localizados na parte ocidental e também na América do Norte. Leôncio Rodrigues (1999) lembra que houve um espantoso crescimento do número de trabalhadores sindicalizados e um aumento da capacidade de mobilização, pressão e barganha política, arrefecendo a participação dos sindicatos em diferentes níveis sociais. Não obstante, alerta o autor, os avanços sindicais não foram similares em todos os países, ou seja, houve diferenças visíveis entre os envolvidos em todo o processo. Porém, no cômputo geral, o sindicalismo europeu e o norte americano, mesmo os poucos desenvolvidos, foram fertilizados e beneficiados, como aponta Leôncio Rodrigues:

---

<sup>59</sup> Entre os seus pontos norteadores podem ser destacados: a) a racionalização do trabalho com sua divisão, parcelamento de tarefas (horizontal) e a separação entre a concepção e a execução (vertical); b) o desenvolvimento de maquinário e a mecanização de equipamentos; c) a produção, em massa, de bens padronizados; d) salários que incorporam ganhos reais de produtividade. Esse conjunto de características configura as organizações fordistas que, por muito tempo, foi o apanágio de algumas empresas capitalistas.

Mas no conjunto, havia para o sindicalismo dos vários países, inclusive para aqueles em que se encontravam menos desenvolvidos, uma perspectiva de crescimento que dava a esperança aos “retardatários” (como os da Europa Latina) de alcançar os mais “adiantados” (geralmente os da Europa do Norte), para ficarmos com duas situações polares. (RODRIGUES, 1999, p. 19)

Em um instigante trabalho apresentado num congresso anual da ANPOCS<sup>60</sup>, Iram Jácome Rodrigues (2004) constata que, nas últimas décadas, especialmente a partir de 1990, o movimento sindical vem sofrendo profundas e severas contingências que desnortearam sua usual práxis, colocando o sindicalismo na “corda bamba”. O desafio que se apresenta para os sindicatos brasileiros e de outros lugares é a articulação de novas propostas de atividades diante de um processo de transformações econômicas, sociais e políticas observadas no mundo do trabalho.

Algumas constatações são imediatas, como aponta Iram Jácome Rodrigues (2004). De fato, recentemente, houve alterações nas concepções e nas atitudes dos sindicatos. O autor ressalta que o sindicalismo transmigrou de uma relação de confronto puro e simples para outra de negociação. De imediato, essa primeira modificação remete a uma segunda, isto é, ocorre uma alteração de um “sindicalismo de oposição” para um “sindicalismo de controle”, ou de um sindicalismo de contestação para um de participação (RODRIGUES, I., 2004). A transformação dos sindicatos é proposital: ela visa a enfrentar a difícil situação pela qual atravessam esses atores coletivos. Por fim, partes das mudanças de ação são intrínsecas ao cotidiano atual (RODRIGUES, I., 2004).

As raízes da crise que paira sobre o movimento sindical têm sua origem nos anos de 1970, quando, notadamente nos países centrais, articula-se a substituição do padrão de produção taylorista/fordista por formas produtivas mais flexíveis e desregulamentadas.

---

<sup>60</sup> XXVIII Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), realizado na cidade de Caxambu, Minas Gerais, entre os dias 26 e 30 de outubro de 2004. Trabalho apresentado na sessão *Sindicato, Estado e Desenvolvimento: uma relação em debate*.

As transformações nas formas de organização da produção foram tão intensas que refletiram na composição das classes trabalhadoras<sup>61</sup>.

Com a emergência de novos processos de trabalho, o cronômetro — principal instrumento da empresa taylorista — foi substituído pela incessante busca de padrões mais flexíveis de produtividade, para atender às novas exigências do mercado. A organização racional, característica intrínseca da produção *just-in-time*, vem substituir o rígido padrão taylorista/fordista, não só em países de capitalismo avançado como também nos periféricos<sup>62</sup>.

A bibliografia sobre o tema é unânime ao considerar que, nos momentos seguintes, o setor industrial deixou de ser o grande atrativo para as legiões de trabalhadores, sendo substituído pelo setor de serviços. Essas alterações, como salienta Iram Jácome Rodrigues (2004), apresentam desafios para a nova agenda sindical. Um dos efeitos mais trágicos para os trabalhadores foram as reduções dos postos de trabalho, refletindo, em contrapartida, na diminuição da força política dos sindicatos e no seu desmantelamento.

Esse processo não é tão simples como se apresenta, suas implicações são múltiplas. Tem-se a precarização do trabalho individual devido às mudanças ocorridas no capital. Nota-se também a edificação de novas categorias de trabalho, como, por exemplo, o trabalho parcial e temporário atuando em empregos precários sem nenhuma representatividade sindical e com baixos salários. Além disso, nos mais variados setores industriais, as empresas estão reduzindo a força de trabalho contratada com carteira assinada e, em seu lugar, aumenta-se o número de trabalhadores terceirizados e

---

<sup>61</sup> O antigo operário de Taylor, especializado em determinada tarefa — que executava um pequeno número de funções repetidas à exaustão —, perde lugar para o “moderno e versátil” trabalhador toyotista, que realiza inúmeras tarefas devido à flexibilização da produção e à rotação quase permanente dos cargos por ele ocupado. Smemente assim ele pode realizar um maior número de atividades ligadas à produção.

<sup>62</sup> Magda Neves (1998, p. 329) descreve o novo desenho dos processos produtivos com o advento da produção flexível: “Nesse novo contexto, o trabalho não se organiza mais na interface do operador/máquina/posto de trabalho, onde os tempos são programados e controlados. A necessidade do trabalho em equipe dos tempos compartilhados, na troca constante de informação e participação dos trabalhadores na gestão da mesma produção surge como imprescindível. Tenta-se a todo custo a eliminação dos tempos mortos [...], buscando o máximo de produtividade”.



subcontratados. Tal movimento altera a natureza do trabalho em todos os setores produtivos.

O fenômeno, como aponta Iram Jácome Rodrigues (2004), não é exclusivo do Brasil: também é observado nos países capitalistas que possuem uma economia estabilizada e madura. Em todos os ambientes, a flexibilização<sup>63</sup> da produção causa inseguranças e precarização das relações trabalhistas e sindicais.

Foram os sindicatos os que mais sofreram com o reajuste das práticas empresariais e com as alterações no âmbito do trabalho. A crise dos atores sindicais é bastante profunda e estaria inserida numa realidade que sobrepuja os aspectos políticos, sociais, ideológicos e de sua própria natureza (RODRIGUES, I., 2004).

Naturalmente os sindicatos foram concebidos como estruturas reivindicativas, pautadas pelas ações trabalhistas que buscavam ganhos objetivos e reais, seja através do poder público, seja através do poder privado. Seria essa, talvez, a causa das dificuldades encontradas pelo sindicalismo nesse novo modelo de produção flexibilizada:

[...] o sindicato tem encontrado muitas dificuldades para enfrentar a chamada revolução micro-eletrônica e o fenômeno da globalização da sociedade. Nesse processo, o que se tem observado é que as reivindicações, muitas vezes, se espraiam, do nível econômico e/ou político para a sociedade como um todo e, de outra parte, em muitos casos, muda do âmbito nacional, tanto para a esfera local quanto em direção à esfera global. (RODRIGUES, 2004, p. 9)

Uma intervenção sindical em meio às metamorfoses do mundo do trabalho tornou-se difícil e complexa. A nova realidade colocou o sindicalismo em uma posição defensiva.

---

<sup>63</sup> Iram Jácome Rodrigues (2004, p. 8) aponta cinco diferentes formas pelas quais se expressaria a flexibilização da cadeia produtiva: "1. flexibilidade numérica externa: os empregadores decidem quantos empregados querem em qualquer momento; 2. externalização: várias formas de sub-contratação ou atividades fora do local de trabalho (trabalho doméstico); 3. flexibilidade numérica interna: jornada de trabalho e turnos decididos de acordo com as necessidades dos empregadores; 4. flexibilidade funcional: atividades de trabalho e rotação de tarefas de acordo com as necessidades dos empregadores; 5. flexibilidade salarial: salários reajustados de acordo com a performance e produtividade dos empregados".

Nos últimos anos, a estrutura sindical passou por processos de mudança incisivos e inquestionáveis devido à fragmentação industrial<sup>64</sup>.

A chegada da crise no Brasil aconteceu na década de 1990, com a eleição do presidente Fernando Collor (1990-1992) que empreendeu uma série de mudanças liberalizantes na economia do País. Uma nova agenda governamental começou, paulatinamente, a ser introduzida no Brasil. Entre seus principais quesitos, destacam-se: as privatizações e a abertura econômica. O Brasil iniciava, ali, sua estréia em palcos neoliberais. Seu sucessor e vice, o mineiro Itamar Franco, assumiu o cargo de presidente da República com um plano de estabilização monetária, comandado pelo então Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso. Foi lançado o Plano Real, que visava promover um equilíbrio fiscal, o fim da inflação e a estabilidade monetária.

Como suposto “pai” do Real, Fernando Henrique foi eleito Presidente da República com uma expressiva votação. Mesmo assim, enfrentou forte oposição sindical. A era FHC deu continuidade aos processos de privatização que, de certa forma, desarticularam o movimento sindical<sup>65</sup>. O desmantelamento sindical teria como base a redução do número de trabalhadores do setor público.

Juntamente com as privatizações, acirraram-se os processos de reestruturação produtiva, de terceirizações, de sub-contratações e de incorporação de novos padrões produtivos. Soma-se a tudo isso uma enorme precarização das relações de trabalho, que afetou substancialmente a ação dos sindicatos. O emprego industrial sofreu um abalo, como aponta Iram Jácome Rodrigues (2004). O autor traz dados incisivos referentes ao ABC paulista, ao mostrar que, no período que vai de 1989 a 1999, o emprego formal na indústria caiu de 52% para 30%. No comércio, houve uma ligeira melhora, subindo de

---

<sup>64</sup> A pulverização da cadeia produtiva é apresentada por Iram Jácome Rodrigues (2004, p. 9): “[...] um dos principais resultados é o crescimento dos trabalhadores hifenizados: desse modo, o final do século XX assistiu ao aumento expressivo desse tipo de empregado: *party-time-workers*, *temporary-workers* e *self-employed-workers* [...], ao adentrarmos no século XXI, esses trabalhos hifenizados estarão se tornando parte cada vez mais significativa da economia”.

<sup>65</sup> Com relação aos impactos da privatização das telecomunicações nas relações sindicais e trabalhistas, ver: Melo Júnior (2002).

12% para 22%. Já o emprego no setor de serviços sofreu um aumento de 38% para 48%. O setor terciário apresentou um aumento nos postos de trabalho de 48% para 70% (RODRIGUES, 2004).

Os números apresentados por Iram Jácome Rodrigues mostram o desgaste do emprego industrial na região, causado, em grande medida, pela intensificação da reestruturação industrial do ABC. Essa é uma tendência mundial que assola o mundo do trabalho, e é resultado de uma reorganização da cadeia produtiva, fruto da globalização. Tal tendência afeta todos os envolvidos no processo, principalmente os trabalhadores e suas entidades representativas.

É nesse cenário tumultuado que se encontra o movimento sindical. Essas mudanças e transformações afetaram a ação dos sindicatos, colocando em pauta uma nova agenda sindical. Os sindicatos mais ou menos organizados sentiram o impacto das modificações em curso no mundo do trabalho. Mesmo atônito, o movimento sindical tentou reagir, deflagrando algumas greves que foram duramente reprimidas pelo governo. O endurecimento governamental pode ser expresso nas atitudes enérgicas contra os petroleiros em 1995.

O maior cerceamento do movimento sindical obrigou a uma mudança nas pautas de reivindicação. Ao contrário da década anterior, em que o embate se dava por elevação salarial, na década de 1990, o embate ocorria em torno da garantia da manutenção dos postos de trabalho e do combate ao desemprego. Não obstante, novas temáticas são incorporadas à discussão sindical, como a qualificação profissional dos trabalhadores e a formação de agências e centros de solidariedade operária, com apoio das centrais sindicais. A essa demanda sindical convencionou-se denominar *sindicalismo* ou *sindicato cidadão*. A *fusão de sindicatos* é outro exemplo de alternativa pensada e gerida pelo movimento sindical nas últimas décadas. Correndo num sentido oposto em relação ao sindicalismo cidadão, a unificação de sindicatos afeta toda a estrutura das entidades envolvidas no processo, acarretando uma profunda mudança institucional. Conforme

mencionado anteriormente, as práticas recentes de sindicalismo cidadão e de fusão de sindicatos são uma tentativa de criar e consolidar um novo modelo de institucionalidade sindical<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Para Iram Jácome Rodrigues (2004, p. 15), “São esses acontecimentos que levarão os metalúrgicos do ABC a fazer uma reflexão sobre suas práticas cotidianas, suas demandas, suas necessidades e a propor novas formas de atuação na tentativa de (re)construção das relações de trabalho e novas bases, especialmente no espaço da indústria automotiva, construir novas relações com outros atores da sociedade civil da região, com vistas à formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e regional”.

## **CAPÍTULO 3**

### **O Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais no Contexto do Sindicalismo Cidadão**

Como foi mostrado anteriormente, um novo cenário começou a ser configurado na década de 1980 em alguns países europeus, aportando no Brasil a partir dos anos de 1990. Em ambos os casos, o que havia de especial e semelhante eram as inexoráveis mudanças na postura e na agenda sindical.

O que saltam aos olhos são os revezes sofridos pelos atores sindicais no decorrer desse período, acarretando perturbações nas antigas estruturas sindicais e comprometendo o poder político e social dessas organizações. Como realça Peter Waterman (1999), o trabalho continuou se metamorfoseando, mas os sindicatos não tiveram a capacidade de acompanhar tantas transformações, diminuindo sensivelmente sua capacidade emancipatória.

Na perspectiva de Robert Castel (2001), os sindicatos e as associações de trabalhadores na sociedade informacional parecem condenadas ao completo desaparecimento, já que, historicamente, continua o autor, parecem superadas devido à sua incapacidade de articular saídas consistentes para os trabalhadores.

Certamente, Castel conseguiu identificar comprometimentos na estrutura de poder dessas entidades, fato que poderia acarretar prejuízos para a organização sindical e operária. Todavia, é complicado afirmar que os sindicatos estão definhando e caminhando para a extinção, como é retratado por Castel (2001). Apesar de atuarem na defensiva, já ensaiam — contrariando as teses fatalistas que apregoam seu provável fim — alternativas que procuram evidenciar uma postura mais corajosa diante dos desafios que lhes são impostos.

A grande questão que se coloca para os atores sindicais diz respeito às mudanças das atitudes e do comportamento coletivo, buscando enfrentar as

adversidades impostas pela nova realidade, cada vez mais globalizada<sup>1</sup>. A diversificação das práticas sindicais irá promover a possibilidade de inserção de novos temas na agenda sindical. Concomitantemente, os sindicatos começam a buscar parcerias com outras entidades classistas, tanto nacionais quanto internacionais. Amplia-se a participação dos sindicatos em espaços públicos, que passam a atuar como responsáveis pela fiscalização, implantação e execução de políticas públicas voltadas ao emprego, à saúde do trabalhador, à educação, à previdência social e complementar, à assistência social, ao seguro desemprego, ao meio ambiente, entre outras esferas da sociedade.

De fato, esclarece Roberto Véras (2005), a abertura para que os movimentos sociais, e em especial os sindicatos nacionais, atuassem propositivamente junto à sociedade através de segmentos públicos acontece em função da Constituição de 1988. Porém, a efetivação das propostas ocorre no começo dos anos de 1990, com a consolidação de parcerias e a conjunção de fatores externos e internos aos atores sindicais<sup>2</sup>.

Talvez, uma das experiências mais bem sucedidas dessa fase de renovação das práticas sindicais foram as Câmaras Setoriais na região do ABC paulista<sup>3</sup>. Criadas em 1997, funcionavam como uma espécie de um fórum público, onde se reuniam, além dos sindicatos participantes, o governo do Estado de São Paulo, governos municipais e

---

<sup>1</sup> Para Tom Bottomore e Willian Outhwaite (1996), a globalização é um processo através do qual a população mundial torna-se cada vez mais unida numa única sociedade. Por outro prisma, o termo gera consideráveis transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, alterando a estrutura de um país. Os autores salientam que o conceito de globalização é controverso por indicar que a criação de uma sociedade mundial não é mais tarefa de um Estado-nação hegemônico, mas fruto de uma interação social mais ampla e global. Não obstante, o termo globalização tornou-se mais conhecido como estratégia de mercado, com as dissoluções das barreiras alfandegárias e comerciais, graças a operações em mercados de futuro e bolsas de valor. Os efeitos da globalização sobre as pessoas e seus relacionamentos sociais são visíveis e incontestáveis, gerando novas modalidades de culturas, conhecidas como pós-modernas (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996).

<sup>2</sup> Roberto Véras (2005, p. 261) acredita que a agenda sindical no Brasil foi ampliada principalmente a partir de 1990: "Destacam-se na agenda sindical, além das câmaras setoriais (que existiram de 1992 a 1993): o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e as comissões estaduais e municipais de emprego e Trabalho; o Conselho Administrativo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (destinado ao financiamento de políticas de habitação); conselhos de educação, saúde, criança e adolescente, entre outros".

<sup>3</sup> Iram Jácome Rodrigues acredita que as respostas gestadas pelos sindicatos oriundos do ABC são diferenciadas quando comparadas com as de outras regiões do País que também possuem histórico de militância sindical. A explicação estaria no amplo desenvolvimento industrial da região, fato que naturalmente contribuiu para o aparecimento e desenvolvimento de sindicatos e associações de trabalhadores industriais.

associações civis. O principal objetivo seria a articulação de projetos voltados ao desenvolvimento regional (VÉRAS, 2005).

É evidente que o fortalecimento econômico da região acarretaria ganhos políticos incalculáveis para os sindicatos, que seriam revertidos, ao menos teoricamente, em melhoramentos e conquistas para seus matriculados. Nesse sentido, alguns investimentos foram feitos, pela CUT e outras centrais sindicais, na promoção de programas destinados a servir sua base de filiados e a população. Dentre os trabalhos desenvolvidos pode-se destacar: programas de formação profissional e elevação de escolaridade; criação da Central de Trabalho e Renda, responsável pela intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional e seguro desemprego<sup>4</sup>; criação de redes de solidariedade e desenvolvimento, através da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT.

A percepção de uma nova postura das ações sindicais é nítida. Em grande medida, as mudanças ocorrem devido a fatores que extrapolaram os próprios sindicatos. Em outras palavras, o ambiente inseguro obrigou a diversificação das estratégias que outrora faziam parte do repertório sindical. A nova realidade — intensificada por massivos ataques aos direitos trabalhistas e sociais — mostrou que era necessário e urgente repensar os modelos de luta hermeticamente corporativos.

As novas orientações pautavam-se pela abertura e pela aproximação dos sindicatos a outros movimentos sociais, na busca de alianças e parcerias que pudessem fortalecer e preparar o terreno para uma ofensiva mais eficaz e produtiva. A constante procura por alianças viabilizava-se como alternativa às opções políticas neoliberais.

Vagarosamente, outros elementos vão se incorporando ao discurso cutista. Temas que até então não faziam parte de suas práticas cotidianas começam a entrar nas pautas de trabalho, no planejamento estratégico e nas reivindicações da entidade. A

---

<sup>4</sup> A Central de Trabalho e Renda sediada no ABC funciona com financiamento público, apesar de não-estatal, sendo controlada por um sistema tripartite. Para maiores detalhes sobre o tema, ver: Maria Célia Paoli (2002) e Nadya Araújo Guimarães (2004).



novidade encontra-se na salutar diversificação de áreas de atuação da Central e de seus sindicatos filiados.

Priorizando uma agenda mais propositiva e integrada a outros movimentos sociais, culturais e políticos, convencionou-se utilizar, como denominação para o momento, a expressão *sindicalismo cidadão*<sup>5</sup>. Momento este, retratado da seguinte forma por Roberto Véras:

O discurso da CUT incorpora cada vez mais a expressão “sindicato cidadão”, para (não sem tensões internas) designar, em um contexto adverso, uma prática sindical de caráter mais “propositivo”, que toma como centrais a defesa do emprego e dos direitos sociais, que busca ampliar a atuação nos espaços institucionais e influir de maneira mais direta na formulação e execução de políticas sociais, que procura articular-se mais fortemente com outras organizações e movimentos sociais, seja no âmbito local (sob o tema do “poder local”) e nacional (sob a discussão de um “projeto nacional”), seja no âmbito internacional. (VÉRAS, 2005, p. 264).

A intenção central deste capítulo é discutir a implantação das políticas de sindicato cidadão no Brasil no final da década de 1980 e ao longo dos anos de 1990. Tentando aperfeiçoar o desempenho do presente texto, são trabalhadas duas partes complementares sobre a mesma temática. A primeira retrata a preocupação da CUT e de outras centrais sindicais brasileiras com a realização de uma agenda sindical mais propositiva e aberta, voltada para as práticas cidadãs. A segunda parte, por sua vez, volta-se para o Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais, doravante denominado

---

<sup>5</sup> A Utilização das políticas de sindicalismo cidadão encontrou enormes resistências dentro de setores do próprio movimento sindical organizado, que afirmavam que não era essa a função original das associações de trabalhadores. Por outro lado, vale registrar que a expressão *sindicato cidadão* não é uma construção teórica. Ao contrário, foi cunhada pela militância para expressar a abertura que os sindicatos realizaram no começo dos anos 90, tentando superar o momento crítico no qual se encontravam. Recentemente, tal temática despertou a curiosidade dos pesquisadores da área. Sendo assim, toda e qualquer expressão dos sindicatos que ultrapasse a barreira corporativa era classificada como sindicalismo cidadão. Talvez por isso, a expressão, às vezes, pode ser considerada vaga, pouco clara e inconsistente.

Sindieletro<sup>6</sup>, destacando as incursões desse sindicato de representação local em searas até então inóspitas para os atores sindicais mineiros<sup>7</sup>.

Ressalta-se, ainda, que a redação de ambas as partes é fruto da pesquisa de campo realizada junto ao Sindieletro, entre os anos de 2003 e 2006. Na oportunidade, buscou-se apreender os processos decisórios e políticos envolvidos nos eventos realizados em torno das propostas de sindicato cidadão.

### 3.1. A Construção de um Projeto Sindical Alternativo: o sindicalismo cidadão

As alterações econômicas e políticas iniciadas pelo governo Fernando Collor revelaram-se dramáticas para a *classe-que-vive-do-trabalho*. Basicamente, três foram as principais frentes de desestruturação da identidade dos trabalhadores brasileiros nos anos de 1990. São elas: a) o vertiginoso aumento do desemprego estrutural; b) a flexibilização na produção; e c) a introdução dos processos de automação nos grandes conglomerados industriais (CRUZ, 2000).

A junção de todos esses elementos acima mencionados contribuiu para a desarticulação do movimento operário e sindical, colocando um ponto de interrogação nas práticas discursivas inauguradas com o novo sindicalismo. O papel dissociador encontrado na nova realidade foi consequência do alto grau de competitividade que permeou as relações empresariais nos últimos anos.

---

<sup>6</sup> Vale recordar que no capítulo anterior foi apresentado um perfil histórico dos eletricitários de Minas Gerais, bem como de outros sindicatos mineiros que, no começo dos anos 80, aderiram ao novo sindicalismo, renovando suas diretorias.

<sup>7</sup> É importante relatar que o Sindieletro foi um dos desbravadores das práticas cidadãs no Estado de Minas Gerais. O sindicato foi um dos primeiros, juntamente com o Sinttel (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação do Estado de Minas Gerais), a incorporar, no seu planejamento estratégico anual, um vigoroso espaço totalmente voltado para as temáticas que buscavam ampliar os limites de atuação das entidades, favorecendo seus trabalhadores associados e a comunidade atingida.

De uma outra perspectiva, o crescimento econômico hesitante e frágil elevou, naquele momento, as taxas de desemprego no Brasil. As seis principais Regiões Metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre) foram as que mais sentiram a diminuição no número de empregos formais. A partir da tabela que se segue, pode-se observar que o desemprego estrutural no Brasil apresentou, durante a década de 1990, um aumento constante e quase ininterrupto. Contudo, alguns dados merecem destaque especial: entre os anos de 1993 e 1996, houve certa estabilidade, porém com forte aumento no final de 1997 e no ano de 1998, mantendo-se quase inalterado no ano seguinte. Já anos 2000, assistem uma considerável redução desse percentual.

**Tabela 1**  
**Taxa de Desemprego Aberto nas Regiões Metropolitanas\*: 1991-2002**

Ano	Taxa (%)
1991 .....	4,8
1992 .....	5,9
1993 .....	5,3
1994 .....	5,1
1995 .....	4,7
1996 .....	5,4
1997 .....	5,7
1998 .....	7,6
1999 .....	7,5
2000 .....	7,1
2001 .....	6,2
2002** .....	6,2

Fonte: PME/IBGE (2002).

\* São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre.

\*\* Janeiro a Setembro de 2002.

Não obstante, é preciso considerar que o desemprego estrutural — causado pela diminuição de postos de trabalho pelo advento de novas tecnologias informacionais — não é superado apenas com o crescimento econômico<sup>8</sup>. Por outro lado, a indústria não foi a única responsável pela perda de postos de trabalho: outros setores da economia, como a agricultura, comércio, prestação de serviços, também contribuíram para o aumento de desempregados no período mencionado.

A instabilidade da economia, associada a um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, serviu como momento de inflexão para os trabalhadores sobre as (des) vantagens de procurarem uma filiação sindical. Portanto, traduzindo em outras palavras, o cenário que se configurou serviu como critério para a escolha de participação na vida associativa da categoria profissional<sup>9</sup>.

É importante notar que as alterações acontecidas no mundo do trabalho expuseram pequenas rachaduras do novo sindicalismo<sup>10</sup>. Esse fato obrigou os atores sindicais a buscarem novos caminhos e artifícios que passavam prioritariamente por uma nova identidade coletiva e social, assim como por mudanças nas relações sindicais. Assistia-se a uma lenta e gradativa opção por caminhos distintos daqueles que o movimento sindical, principalmente o cutista, estava acostumado a percorrer. Veja-se com Antônio Cruz:

As crescentes transformações no mundo do trabalho, a construção internacional da hegemonia neoliberal (ajudada pela crise do socialismo real), as mudanças na estrutura social da América Latina e do Brasil, a persistência da estrutura sindical corporativista, enfim, uma evolução marcada pela instabilidade e pela fragmentação/dissolução dos padrões

---

<sup>8</sup> Todavia, é evidente que quando a economia encontra-se aquecida, em ritmo ascendente de crescimento, mais oportunidades de emprego são gestadas, podendo-se minimizar o problema do desemprego conjuntural.

<sup>9</sup> Algumas empresas, apesar de não proibirem formalmente a filiação de seus funcionários aos sindicatos e associações representativas, desestimulam a prática alegando que a participação nessas entidades poderia acarretar prejuízos profissionais, dificultando a ascensão na empresa. Para conhecer maiores detalhes sobre as políticas de Recursos Humanos dentro de uma empresa de telefonia, ver: Melo Júnior (2002).

<sup>10</sup> É útil esclarecer que o novo sindicalismo, como qualquer outra estratégia coletiva, foi pensado de acordo com as circunstâncias específicas do momento político no qual se encontrava inserido, ou seja, o final da década de 1970. Portanto, possuía “data de validade”, fato que inviabilizaria uma ação mais efetiva diante do quadro estrutural dos anos de 1990. Assim, o novo sindicalismo começa a apresentar algumas pequenas rachaduras quando confrontado com uma realidade diferente daquela que o originou.

anteriores de acumulação e regulamentação social, vergaram o Novo Sindicalismo em direção a uma realidade na qual ele se constituía como sujeito coletivo, mas também como objeto das relações sociais. (CRUZ, 2000, p. 147)

As primeiras menções sobre as mudanças de orientação da CUT começam a adquirir forma e conteúdo em meados de 1988, quando a Central resolveu intensificar ainda mais a formulação de uma participação mais propositiva junto aos seus associados. Na oportunidade, foi evidenciada a necessidade urgente de uma nova alternativa sindical, mais eficaz, que conseguisse gerar respostas pertinentes ao momento pelo qual atravessava o sindicalismo nacional.

Por ocasião do *III Congresso Nacional da CUT (Concut)*<sup>11</sup>, realizado de 7 a 11 de setembro de 1988 na cidade de Belo Horizonte<sup>12</sup>, a Central começa a repensar sua postura histórica, articulando uma nova entonação para a CUT e seus sindicatos membros. A resolução do Concut parece bastante significativa, ao colocar em cores vivas a nova identidade que começava a ser construída pela Central:

A atual conjuntura está marcada por mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo e pela perspectiva de agravamento da crise mundial [...]. Os efeitos das mudanças estruturais, associados ao quadro crise, são devastadores para os países do chamado Terceiro Mundo e para a classe trabalhadora a nível internacional. Nas grandes potências capitalistas ocorre um intenso processo de inovação tecnológica com o avanço da automação, o desenvolvimento de novos processos produtivos e novos materiais, além da evolução da engenharia genética e novas fontes de energia [...]. O desemprego crescente e, apesar da existência de um sistema previdenciário que garante alguma proteção social, atinge 30 milhões de trabalhadores, 8,5% da população atual dos países industrializados [...]. A dívida externa é o grande mecanismo de dominação econômica e política. E principal instrumento de transferência crescente de riquezas dos povos do Terceiro Mundo para as potências imperialistas [...]. De outro lado, as reivindicações sindicais tendem a se transformar em demandas que se defrontam com toda a lógica imposta pelo capital transnacional e exigem respostas mais amplas e organizadas e de qualidade política superior. (CUT, 1988, [s.p.]

---

<sup>11</sup> Foi por ocasião do *III Concut* que, pela primeira vez, se cogitou o nome de Luis Inácio Lula da Silva para candidato operário a Presidência da República. Ali, foi confirmado o apoio formal da CUT à candidatura Lula. Para maiores detalhes sobre o assunto, ver: João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior (1999), José Pastore (1992), Vito Gianotti e Sebastião Lopes Neto (1990; 1991) e Leôncio Rodrigues (1990).

<sup>12</sup> Nesse congresso cutista, a tese majoritária defendia os seguintes pontos principais: "a) CUT de massas, aberta a todos os trabalhadores; b) superar as posições vanguardistas; c) CUT democrática, pluralista, unitária e representativa; d) CUT organizada a partir dos locais de trabalho; e) CUT independente e autônoma; f) lutar contra as discriminações; g) conquistar a liberdade sindical" (SOUZA, 2002, p. 145).

A citação comprova fielmente o deslocamento de atitude: a Central começava a preparar um perfil mais adequado ao momento político/trabalhista que era inaugurado naquele momento. Como lembra Cruz (2000), o discurso ancorado no tripé denúncia/superação/confronto vai perdendo espaço para outro, sintetizado na tríade análise/cautela/negociação. Novamente, as resoluções do congresso cutista evidenciam os novos caminhos que começavam a ser trilhados:

O desemprego crescente e o início de uma recessão mais acentuada na economia são alguns elementos presentes e que precisam ser levados em conta na análise, porque, na evolução das lutas sindicais, a defesa da estabilidade no emprego já está presente em 21% das greves, contra 3% em igual período no ano anterior. (CUT, 1988, [s.p.])

Por outra ótica, procurava-se criar um elo entre os diversos elementos que compunham a CUT, buscando garantir uma unidade de ação mais coesa, mais solidária e menos corporativista — como evidenciava o plano de lutas da Central, aprovado naquele congresso:

O corporativismo e a dispersão imposta pelas datas-base dificultam profundamente a unidade de ação em um momento em que as respostas de massa e classistas são o principal instrumento de luta frente à política econômica e o próprio governo Sarney [...]. A CUT entende que as lutas em curso são o momento privilegiado para a construção dos comandos de luta ou de greve das diferentes categorias e de comandos unitários, um Comando Nacional, que integrem as entidades sindicais, populares e partidos, num movimento conjunto contra a política econômica do governo Sarney, em defesa do salário e do emprego, contra a carestia e a inflação. É o momento de desenvolver a campanha pela reforma agrária e contra a violência no campo, estimulando as lutas pela terra, articulando as lutas no campo e na cidade, apoiando as ocupações e reconhecendo como legítimas as iniciativas de autodefesa para preservação da vida. (CUT, 1988, [s.p.])

O que chama atenção é a marcante posição contrária ao corporativismo sindical, entendido como fator de atraso e desacerto para a classe trabalhadora, uma vez que não permitia o diálogo com outros movimentos sociais e políticos. Além do mais, é a partir desse encontro nacional cutista que a classe operária passa a ser entendida não mais como um bloco único e amorfo. Pelo contrário. Uma das determinações do *III Concut* é

evidenciar os trabalhadores como diferentes e diversos, compreensão esta que facilitaria objetivamente as condições de intervenção sindical e de desenvolvimento de políticas mais amplas voltadas aos sindicalizados.

Evidentemente, as resoluções do *III Concut* mapearam uma mudança de rumos, que ali se iniciava, alterando e fragmentando antigos ideários cutistas, ressaltando novos perfis e modelos. José dos Santos Souza (2002) adverte que o preceito marxista fundador da Central, já naquele ano, dava sinais de esgotamento e limitações de ordem política<sup>13</sup>.

Assemelhando-se às formações discursivas do início de fins do século XIX e começo do XX, a CUT atribuía à sociedade civil a responsabilidade pelas relações de produção e, ao Estado, toda a culpa pela burocracia e pelo seu alto teor repressivo, que beneficiava apenas a classe dominante. Assim, o Estado era encarado como o único e verdadeiro aparelho ideológico da burguesia, destinado à manutenção das relações sociais e da produção e reprodução do capital (SOUZA, 2002).

O tom eminentemente econômico dado aos discursos proferidos pela CUT mostra que, diuturnamente, o Estado vinha perdendo sua capacidade de investimentos em políticas sociais, comprometendo a criação desses serviços e fortalecendo ainda mais a onda privatista nacional (SOUZA, 2002). Ora, o contraponto oferecido pela Central denunciava que, na década de 1990, a cidadania no Brasil era atribuída àqueles que se constituíam como consumidores.

Compreendida como a antítese do Estado, a sociedade civil tornou-se o centro das atenções cutistas. Em outras palavras, a Central começou a formular planos que envolviam a sociedade organizada, estabelecendo objetivos e metas a serem alcançados em um determinado espaço de tempo. Notadamente, uma alteração de rumos começou a

---

<sup>13</sup> Segundo Souza (2002), o esvaziamento ideológico da Central ocorre de maneira lenta e paradoxal. Mesmo levantando a bandeira socialista como a única alternativa para a emancipação dos trabalhadores, não explica como o novo regime político será pautado e quais serão suas diretrizes básicas. O autor ainda relativiza que a CUT não faz uma discussão sobre as movimentações de abertura nos países socialistas do Leste Europeu através da *Perestroika* e, muito menos, tece uma análise crítica e criteriosa sobre as bases de sustentação desses regimes políticos.

ser sentida no interior da CUT. Tendo conhecimento de que a luta corporativa não existe fora de um contexto social, buscou-se, então, criar instrumentos para a realização de uma intervenção mais ampliada na sociedade civil. Todavia, por mais paradoxal que possa parecer, apesar de toda a transformação conceitual e programática da CUT, sua visão sobre a sociedade ainda continuava estacionada no mesmo ponto<sup>14</sup>.

O saldo final daquele congresso nacional cutista foi a avaliação da necessidade de profundas transformações estruturais nos sindicatos e em suas relações sociais. Para tanto, era preciso romper com as políticas sindicais equivocadas que atravancavam o desenvolvimento da CUT. Era preciso, portanto, estimular e impulsionar uma nova concepção para a entidade, que asseguraria uma participação mais sólida junto a outros movimentos sociais da cidade e do campo.

A unificação entre os movimentos e as diferentes lutas sociais, na visão da entidade, seria fundamental na construção de alicerces sólidos para o enfrentamento do capital internacional e financeiro. Entretanto, não existia uma clara definição de como e em que bases ocorreriam a conjugação de reivindicações tão díspares (SOUZA, 2002).

Nesse mesmo período, a CUT articulou sua luta em defesa das estatais e contra as privatizações, alertando que as empresas públicas eram patrimônios inalienáveis de todos os brasileiros e, por isso mesmo, deveriam ser preservadas como entidades públicas voltadas ao bem comum:

Assim a CUT define seu papel no contexto do final dos anos 80, enquanto entidade representativa da classe trabalhadora no Brasil, de caráter classista, de massas, democrática, independente e autônoma, com vistas na superação das posições vanguardistas. (SOUZA, 2002, p. 180)

---

<sup>14</sup> Para Souza (2002, p. 175), "Apesar de a Central ter posto em prática, a partir de 1989, uma redefinição de sua intervenção na sociedade, buscando superar seu caráter eminentemente reivindicatório e avançar para uma intervenção mais propositiva, buscando apresentar propostas concretas para o desenvolvimento socioeconômico do país, sua compreensão do papel do Estado e de sua relação com a sociedade civil não avançou até os dias atuais".



Uma nova visão começou a se firmar na Central Única dos Trabalhadores, e a questão social passou a ser compreendida como ferramenta política adotada de acordo com os interesses das classes que a utilizavam. Por isso, as políticas sociais passam a ser definidas pela CUT como estratégias criadas e implementadas pelo Estado, visando ao bem-estar coletivo. Dessa forma, o nível de abrangência e a área de atuação deveria contemplar um maior número de frentes, como educação, saúde, transporte, saneamento básico, moradia, ecologia, previdência e assistência social, seguro acidente de trabalho, serviços de seguro civil, entre outras demandas (SOUZA, 2002).

Não obstante, os primeiros passos rumo ao sindicalismo cidadão e a uma postura menos corporativa aconteceu no ABC paulista, procurando diversificar sua agenda, propondo novas temáticas, ampliando sua esfera de participação em outras frentes. O sindicalismo do ABC foi, talvez, o precursor no Brasil dessa nova postura política dos sindicatos.

Um importante marco foi, sem dúvida, o *I Congresso dos Metalúrgicos do ABC*, ocorrido em 1993. Na oportunidade, aconteceu o processo de unificação entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André<sup>15</sup>. O traço preponderante do congresso foi a adesão do sindicato à campanha *Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida*. Surgiriam, a partir daí, as primeiras manifestações, de fato concretas, sobre o sindicalismo cidadão (VÉRAS, 2002). A resolução final do encontro parece bastante sintomática:

Vamos estimular o surgimento de comitês da campanha com maior abrangência possível, trazendo para a luta outros setores da sociedade. E mostraremos com gestos concretos, que a mobilização não deve se limitar a qualquer perspectiva meramente assistencialista. Além de questionar todas as bases do atual modelo econômico-social, estaremos com essa campanha expressando nossa solidariedade, na prática, com todos aqueles que não têm hoje sequer um prato de comida e condições mínimas de saúde para poder sonhar, como nós sonhamos, e para lutar, como nós lutamos, por uma sociedade socialista. Foi com esse espírito que já organizamos uma Vigília em Defesa da Criança e do Adolescente

---

<sup>15</sup> O próximo capítulo da presente tese será inteiramente dedicado ao processo de unificação, ocorrido no ano de 1996, envolvendo o Sindieleiro e o Sindelt.

como atividade deste congresso, exigindo que seja resgatada a dignidade da infância e da juventude em nosso país, particularmente dos mais pobres. Como parte da luta mais geral contra a violência crescente na sociedade brasileira, defendemos a necessidade de os crimes cometidos por militares serem julgados pela justiça civil. Agindo como sindicato que não se fecha no horizonte corporativo de uma categoria, e sim como sujeito social em luta pela cidadania, devemos ter também como preocupação imediata a recuperação da rede pública de saúde e de educação, a erradicação completa do analfabetismo, o combate rigoroso a todas as formas de corrupção, a moralização e manutenção da Previdência, a defesa e o saneamento do FGTS, a construção de moradias populares, a proteção ao meio ambiente e várias outras prioridades nacionais. Manifestamos a decisão de reforçar nossa presença social e política na própria região do ABC, como ponto de partida para uma ampla e vigorosa intervenção no debate sobre os rumos do país. Saímos deste congresso mais conscientes quanto à gravidade da crise brasileira, dispostos a reforçar nossa organização a partir das fábricas e decididos a lutar para que todos os excluídos de hoje passem a ser respeitados como cidadãos e tenham preservada sua dignidade de seres humanos. Acreditamos na perspectiva real de iniciar a curto prazo, mudanças na vida brasileira, mostrando que este país é viável e que a classe trabalhadora pode ter nele um papel dirigente, reafirmamos a decisão inabalável de lutar pela conquista e construção da nova sociedade. Onde a distribuição da renda, o crescimento econômico, a reforma agrária, a dignidade e a cidadania tomarão lugar hoje ocupado pelo arrocho, pelo desemprego, pelo latifúndio, pela especulação financeira, pela miséria e marginalização de milhões. (*apud* VÉRAS, 2002, p. 363)

Apreende-se dessa citação uma enorme diversificação com relação à tradicional atuação sindical. O antigo modelo corporativista, voltado quase exclusivamente para o chão-da-fábrica, cede lugar a uma nova visão de inserção mais verticalizada dos atores sindicais em sociedade. Dessa forma, a participação sindical nas esferas de ação política é ampliada, conquistando searas que se diziam ilícitas para os sindicatos. O resultado mais pragmático é a formação de parcerias com associações públicas e governamentais, inserindo os sindicatos em uma perspectiva mais plural, que extrapola os estreitos limites do mundo do trabalho<sup>16</sup>.

A ampliação de possibilidades conquistadas com o sindicalismo cidadão possibilitou o avanço das ações sindicais para além da esfera fabril. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por exemplo, participou de programas de geração de renda,

---

<sup>16</sup> Roberto Vêras (2002) mostra que, com a criação do sindicalismo cidadão, diversificou-se a participação sindical em comissões, conselhos municipais e fóruns públicos, respaldada pelas administrações locais. Incorporaram-se outros anseios às iniciativas sindicais, tais como: saúde, educação, criança e adolescente, orçamento participativo, meio ambiente e ecologia.

alfabetização, intermediação de mão-de-obra, micro-crédito, formação profissional. De acordo com Roberto Vêras (2002), o espaço público vai adquirindo contornos e especificidades propícias para ações integradas e plurais dos sindicatos em parceria com outras entidades e associações.

É premente ressaltar que o movimento sindical do ABC soube utilizar positivamente todas as possibilidades da esfera pública — fato que o diferencia de outros sindicatos espalhados pelo Brasil<sup>17</sup>. Dito isso, observa-se que as experiências do sindicalismo do ABC nos espaços públicos, a começar pela participação na Câmara Setorial Automotiva, possibilitou uma renovação dos matizes sindicais, conferindo mais dinamicidade aos sindicatos daquela região.

As resoluções finais da *5ª Plenária Nacional da CUT*, em 1992, simbolizam a intenção da entidade em dar continuidade a uma proposta de intervenção nos espaços coletivos, em favor da classe trabalhadora. A articulação do movimento sindical cutista ocorreria da seguinte forma:

A CUT reafirma a orientação pela participação nas câmaras setoriais como espaço onde se disputa com o projeto neoliberal de reestruturação produtiva e modernização conservadora e onde os sindicatos, representando os trabalhadores e alicerçados na sua modernização conservadora e onde os sindicatos, representando os trabalhadores, e alicerçados pela sua mobilização, buscam deter a implantação desse projeto e acumular forças no sentido de um projeto alternativo, através de nossas conquistas trabalhistas e sociais. (CUT, 1992, [s.p.]

Para alguns autores<sup>18</sup>, o exemplo das Câmaras Setoriais do ABC se constituiu um dos pilares para o fortalecimento da concepção de um sindicalismo menos corporativo e mais aberto a outros chamados, que não só os do piso fabril. De outro lado, a participação sindical nesse tipo de comissão revelou uma nova atitude, isto é, o

---

<sup>17</sup> De acordo com Vêras (2002, p. 365), “A esfera pública, no espaço regional do ABC, configurada a partir de uma teia de espaços múltiplos, representações diversas e iniciativas plurais, foi ganhando uma amplitude, complexidade e consistência, que a tornou uma experiência diferenciada no país”.

<sup>18</sup> Entre os autores que compartilham essa idéia, ver: Roberto Vêras (2002), Celso Daniel (2001), Donaldo Bello Souza *et al.* (1999), Antônio Cruz (2000).

progressivo abandono de uma posição de confronto e hostilidade contra o patronato, caminhando para uma atitude de negociação, participação e busca de decisões coletivas<sup>19</sup>.

Assim, a entrada da CUT nos anos de 1990 é condicionada por uma postura mais fragmentada e, até certo ponto, voltada para ações sociais que ultrapassavam a lógica corporativa, buscando um modelo de sindicato mais aberto e plural. Em outras palavras, argumentava-se que a tradicional cultura corporativista, há muito arraigada nas relações sindicais, favoreceu a predominância de um sindicato débil e de atitudes fisiológicas<sup>20</sup>.

O ano de 1997 parece ser emblemático para o momento vivido pela CUT. A entidade passou a externar o desejo de aprimorar ainda mais a luta pelas políticas públicas sociais, sem, é claro, se esquecer das demandas corporativas e sindicais. Portanto, a intenção subjacente da Central seria integrar o trabalhador nas lutas sociais que, de certa forma, extrapolavam o cotidiano fabril. É óbvio que a implantação e execução desse ambicioso projeto encontrou enormes barreiras e dificuldades, principalmente advindas dos próprios sindicalistas que argumentavam não ser essa a real função de uma central sindical. Para alguns, ela deveria estar focada em questões relacionadas ao emprego e ao salário (SOUZA, 2002).

---

<sup>19</sup> De acordo com Cruz (2000, p. 165), “Ao participar do estabelecimento de políticas sob as quais não teria jamais nenhum poder efetivo, a direção da Central comprometia-se formalmente na busca de soluções propositivas, na esfera do sistema capitalista, para os problemas da classe trabalhadora. Esta prática discursiva aprofundou uma tendência que apenas em germe aparecia quando da definição reivindicatória pelo contrato coletivo de trabalho, qual seja, o abandono progressivo da posição de combate em relação à classe dominante e seu Estado, passando ao exercício do discurso da negociação, ao mesmo tempo que abandonava a idéia da totalidade da classe trabalhadora, pela idéia da fragmentação”.

<sup>20</sup> Veja-se um trecho central das resoluções do *V. Concut*: “Nosso projeto surgiu como uma ruptura com o sindicalismo pelego, assistencial, corporativo e subordinado ao Estado. Participou da disputa com o sindicalismo oficial para democratizá-lo e transformá-lo. Questionou a unicidade, o imposto sindical, a interferência estatal na vida sindical (estatuto padrão, intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos etc.) bem como a formação de contratação e o poder normativo da justiça do trabalho [...]. No entanto, a persistência do modelo sindical (unicidade, imposto, poder normativo da Justiça do Trabalho nos sindicatos e outros) e de uma cultura corporativista permitiu a sobrevivência de todo um setor atrasado e pelego do movimento sindical, pois coexiste com essa herança do sindicalismo oficial um limitado nível de consciência classista, essencialmente transformadora. Além disso, essa persistência provocou algo mais grave: uma crescente adaptação dos setores mais combativos à lógica corporativista e mesmo à incorporação de práticas fisiológicas típicas do sindicalismo — CLT por sindicatos filiados a CUT. A fragilidade organizativa da Central tem agravado esse quadro no período mais recente. Ela decorre da organização horizontal sem papel definido, particularmente nos Estados e regiões, e de uma estrutura vertical (sindicatos por ramo de atividade) ainda incipiente, e da ausência quase generalizada de organizações nos locais de trabalho, em particular pela dificuldade de enfrentar o processo de reestruturação da economia no chão da fábrica” (CUT, 1994, [s.p.]).

Mesmo com todos os empecilhos, as políticas do sindicalismo cidadão foram apresentadas e aprovadas por decorrência do *VI Concut*, realizado em agosto de 1997 em São Paulo. De acordo com parte das resoluções centrais, “Além dessa luta prioritária, vários sindicatos buscam complementarmente prestar serviços aos sócios, como cooperativas de habitação, assistência de serviços de seguro civil (de vida, carro, incêndio), além de outras prestações” (CUT, 1997, [s.p.]).

Contando com a participação 2.140 delegados e representando 2.570 entidades, o *VI Concut* caracterizou-se como um sinal evolutivo das políticas sociais da entidade, trazendo para o debater interno da Central um amadurecimento com relação às políticas públicas, destacando a necessidade premente de uma participação qualitativamente diferenciada da CUT neste quesito<sup>21</sup>. Os temas reivindicativos não são apenas verves discursivas:

Naturalmente, esse salto qualitativo no entendimento do papel das políticas sociais é fruto do acúmulo de experiência da disputa travada em duas eleições presidenciais, em que os representantes da classe trabalhadora, obrigatoriamente, tiveram que apresentar propostas concretas para o conjunto da sociedade, especialmente aquelas referentes ao desenvolvimento social. (SOUZA, 2002, p. 181)

Ao que parece, a idéia de Souza (2002) vai ao encontro das resoluções do *VI Concut*, especialmente quando referiam às ações políticas públicas estatais, como é perceptível na seguinte passagem:

Quanto ao papel do Estado em relação às políticas sociais é importante notar que a realidade hoje existente impõe sua redefinição. Acostumamos a enxergar o Estado como o único agente responsável pela definição e execução dessas políticas. Na perspectiva de um embate ideológico, Estado e mercado sempre surgiram como as únicas alternativas de viabilização do bem-estar social. No entanto, a dinâmica atual tem nos mostrado que os atores podem e devem contribuir nas definições, implementações, controle e eficácia das políticas públicas. (CUT, 1997, p. 43)

---

<sup>21</sup> Todavia, vale dizer que, mesmo com o aumento de sua base de sindicatos filiados — em torno de 47%, como demonstrou Souza (2002) —, não ocorreram alterações relevantes na postura política, ideológica e programática da Central.

É obvio que o trecho exposto deixa transparecer — e talvez essa tenha sido a tônica prevalecente do congresso — uma posição racionalmente construída de oposição ao governo FHC e sua política neoliberal. A Central argumentava que essa opção política inevitavelmente levaria ao aumento do contingente de desempregados, provocaria a redução de postos de trabalho e o congelamento dos salários. Enfim, os trabalhadores, segundo o entendimento da CUT, seriam os maiores prejudicados pela postura adotada pelo governo. Estabelecida as oposições, a CUT procurava, em parceria com os trabalhadores e outros movimentos sociais, articular propostas alternativas e contrárias ao projeto neoliberal.

Assim, as teses apresentadas no *VI Concut* versavam sobre a situação política do País e de outros lugares do mundo, naquele momento. Afirmavam que os avanços das teses neoliberais faziam parte de uma situação criada pela burguesia internacional, como possível alternativa ao momento desfavorável pelo qual passava o sistema capitalista. Pois bem, tendo o aumento dos percentuais de lucros das empresas multinacionais como elemento fundante do neoliberalismo, diversas estratégias — entre elas a desarticulação do poder sindical — foram utilizadas para incrementar e reavivar o crescimento econômico capitalista. Diante desse quadro estrutural desfavorável, as teses centrais do encontro assumiam a incapacidade dos sindicatos de gerarem alternativas e respostas eficazes contrárias às transformações econômicas.

Ainda nesse terreno, as resoluções e teses daquele encontro nacional da CUT tentam associar a crise do movimento sindical organizado à inserção do empresariado nacional a uma ordem mundial. O responsável direto pela entrada do Brasil na era da globalização ocorreu pelas mãos do Plano Real (SOUZA, 2002). O contraponto negativo para os atores sindicais foram a desarticulação e a precarização das relações trabalhista. Estaria, aí, outro forte motivo para a dramática situação vivida pelo sindicalismo nacional.

Portanto, era imprescindível que a CUT e seus sócios organizassem projetos alternativos em parceria com outros movimentos sociais. O plano de lutas deveria incluir

opções que agrupassem harmoniosamente o desenvolvimento econômico e social com uma distribuição de renda justa, aliada ao desenvolvimento de postos de trabalho. Contudo, como lembra Souza (2002), o caminho mais fecundo para alcançar tais objetivos seria através da solidificação de um regime socialista e democrático<sup>22</sup>.

Mesmo reforçando sua posição contrária ao governo FHC, a Central admite sua incapacidade de criar alternativas realmente eficazes para enfrentar consistentemente o plano econômico e político do mandato presidencial. Entre os muitos limites percebidos pela CUT, o principal talvez fosse o esgotamento do modelo sindical corporativista. Todavia, a sua superação era admitida pela coordenação da entidade como historicamente complicada<sup>23</sup>.

Não obstante, o *VI Concut* avançou substancialmente com relação à nova postura dos sindicatos diante de uma sociedade de classes. É justamente nesse congresso que se iniciaram as primeiras elaborações, até então inéditas, que permitiram um maior alargamento das políticas sindicais, ampliando os espaços institucionais de atuação, como é revela Roberto Vêras:

[...] o sindicalismo não só amplia sua participação em espaços institucionais como, disputando recursos públicos (sobretudo oriundos do FAT), passa a desenvolver, como executor, iniciativas no campo dos serviços públicos básicos (formação profissional, elevação de

---

<sup>22</sup> Sobre a idéia do socialismo como a última forma de salvação para o sindicalismo nacional e também mundial, Souza (2002) reproduz um trecho de um documento cutista da época do *VI Concut*, que parece bastante sintomático. Diz o trecho: “Os fatos indicam que não há solução para crise nos marcos do capitalismo. A fase crítica e decadente do sistema que em passado recente garantiu a prosperidade econômica, estabilidade política e avanço dos direitos sociais, só apresenta a perspectiva de crescimento da miséria social, arrocho dos salários, desemprego em massa, ameaças à democracia [obscurantismo neofascista], eliminação e redução dos direitos. Não parece viável uma solução intermediária no contexto do sistema. Por isso, o socialismo coloca-se como a única saída progressista para a humanidade, a única alternativa à degradação social. As condições históricas [econômicas principalmente, devido ao grau avançado da produtividade do trabalho, e mesmo políticas] para o novo sistema social são mais favoráveis na atualidade do que no início do século, possibilitando o advento de um socialismo mais avançado, renovado, com capacidade para superar muitos dos erros cometidos na URSS e outros países, principalmente no que diz respeito à democracia [...] só participando ativamente nas batalhas concretas, cotidianas, em defesa dos anseios e reivindicações das massas, e elaborando uma alternativa unitária das forças populares será possível elevar o nível de consciência dos assalariados e criar as condições subjetivas necessárias para a batalha maior visando à ruptura revolucionária do sistema capitalista e a conquista do socialismo” (CUT *apud* SOUZA, 2002).

<sup>23</sup> No que se refere a essa opção, a direção cutista admitia que, apesar de ser considerada como historicamente construída e com raízes fortemente consolidadas, a entidade buscava, a cada congresso, alargar sua participação na sociedade organizada, afrouxando com isso a antiga estrutura corporativa.

escolaridade, gestão de programas de geração de emprego e renda, intermediação de mão-de-obra). E muitas vezes articulação com tais iniciativas, passa a atuar (com uma centralidade que não tinha antes) na organização de experiências de autogestão e cooperativismo sejam elas incorporadas como responsabilidade direta das entidades sindicais, sejam na forma de apoio a novas formas organizativas. (VÉRAS, 2002, p. 17)

A adoção de novas facetas exigia uma readequação de posturas, alterando o próprio discurso, que se baseava no fortalecimento de um sindicalismo combativo e classista, que almejava organizar a massa operária em oposição à burguesia. A estratégia utilizada seria a articulação de uma greve geral e expropriadora, que levaria certamente ao socialismo — entendido como a única e verdadeira perspectiva emancipatória dos trabalhadores. Todavia, as mudanças não aconteceriam de maneira abrupta e muito menos com tranquilidade. As antigas referências seculares ainda permaneciam vivas, mas não tão explícitas como outrora foram<sup>24</sup>.

É interessante ressaltar que a mudança de postura propugnada pelo *VI Concut* trouxe alterações na percepção da esfera pública, sofrendo uma substancial modificação. Segundo Vêras (2002), a idéia do espaço público deslocou-se da noção estatal. Isto é, a partir do congresso, a noção de público deixa de ter o mesmo sentido que a noção de estatal. Houve o aparecimento de novas frentes de ação que eram renegadas pelo antigo e ortodoxo ideário cutista, embora muitas delas sem uma definição precisa.

É provável que esse congresso nacional tenha inaugurado uma participação da CUT mais verticalizada no cenário econômico e político do Brasil. Aprovou-se, naquele *Concut*, um conjunto de propostas voltadas à geração de emprego e renda, destinadas à aumentar a produtividade industrial do País, entre outros temas. Subjacente às intervenções sugeridas pela entidade, estava a necessidade urgente de reavivar atitudes que representavam o perfil fundador da CUT.

---

<sup>24</sup> Vêras (2002) lembra que as associações sindicais adotaram uma postura dúbia: ao mesmo tempo em que mantinham algumas práticas antigas e tradicionais, criavam novos programas estruturais, como os de formação profissional e elevação de escolaridade — verdadeiras inovações expressas nos programas de luta e ação das entidades pertencentes a CUT.



Todavia, as formulações finais do *VI Concut* desejavam, sobretudo, pressionar o governo federal para que fossem adotadas novas formulações econômicas, contemplando-se os mais variados setores populares e democráticos<sup>25</sup>. Para tanto, o caminho a ser percorrido deveria contemplar a reorientação governamental, a reestruturação produtiva, a valorização do trabalho humano em detrimento do capital, a redução das desigualdades sociais através de uma distribuição de renda mais igualitária, a reforma do Estado, a moralização da vida pública e uma participação popular mais consistente na gestão pública (SOUZA, 2002).

O principal contraponto desse congresso nacional cutista foi a solidificação de uma nova prática da Central, que buscava apoio e parceria com outros movimentos sociais. Talvez, naquele exato momento, a CUT passa a entender que não era a única representante dos anseios populares, isto é, que existiam outros movimentos sociais tão importantes quanto a Central. Dito isso, é inevitável pensar que a Central passa a disponibilizar uma série de inovações pertinentes à estrutura sindical e às relações de trabalho no final dos anos de 1990<sup>26</sup>. Na ocasião, outras temáticas de trabalho são incorporadas ao planejamento estratégico da CUT, tais como: saúde do trabalhador, meio ambiente, AIDS, racismo, sindicalismo e gênero<sup>27</sup>, políticas sindicais voltadas para a juventude operária, trabalho infantil, habitação e educação operária<sup>28</sup>.

O aumento de sua grade de participação em outras frentes de ação se dá em virtude de um momento de turbulência vivido pela CUT e por seus filiados. O período de

---

<sup>25</sup> Referindo-se aos movimentos populares e democráticos que deveriam ser contemplados pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Souza (2002) argumenta que a CUT buscava uma política industrial mais ampla e com os olhos nas camadas populares. Além disso, pleiteava a redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, a criação do Fundo Nacional de Emprego e Educação Profissional com recursos do FAT, como, também, lutava pela institucionalização do Programa de Renda Mínima Nacional (SOUZA, 2002).

<sup>26</sup> Parte considerável do texto teve sua origem na *IX Penaria Nacional da Central Única dos Trabalhadores*, realizada entre os dias 17 e 20 de agosto de 1999. Vale ressaltar que ali foram traçadas as primeiras linhas cutistas referentes a um projeto educacional mais amplo.

<sup>27</sup> Em relação às questões de gênero, a CUT volta suas atenções anos antes. Em 1980, é realizado o primeiro debate sobre mulheres operárias pela Central. O fruto é colhido em 1982, com a criação da Secretaria Nacional de Mulheres.

<sup>28</sup> Posteriormente será dada uma atenção especial às práticas de sindicalismo cidadão, voltadas para a educação operária e sindical.

refluxo será marcado, em grande medida, pelo crescente distanciamento da entidade de sua base de associados, bem como pela latente incapacidade de organização/resistência dos sindicatos nos espaços de ação pública.

Nesse contexto de incertezas para os atores sindicais, a CUT começa a promover e a estimular projetos que articulam a educação sindical e a formação profissional. Talvez, os cursos de qualificação e capacitação organizados pelos sindicatos e pela CUT sejam os exemplos mais notórios do novo perfil que a Central buscava delinear através das políticas de sindicalismo cidadão.

### **3.1.1. Educação operária e sindical: uma educação cidadã**

A formação profissional e a educação operária são temas relevantes e obrigatórios quando se pensa em sindicato cidadão. Assim, a *IX Plenária Nacional da CUT*, realizada em agosto de 1999, evidencia a opção cutista pelo viés educacional:

Sobre a formação profissional: consolidar os novos projetos de formação profissional, sem, no entanto secundarizar a formação sindical dos dirigentes e militantes por uma concepção de formação profissional para além das exigências da competitividade; pela expansão da educação e da formação profissional como políticas públicas, em contraposição à lógica da desregulamentação e da privatização pela garantia da educação de jovens e adultos; pela certificação dos conhecimentos dos trabalhadores; por uma intervenção nos espaços institucionais de modo cada vez mais consistente e qualificado; garantir a gestão dos recursos de formação profissional; definição de parâmetros para a gestão dos projetos de formação profissional no campo da CUT; afirmar uma concepção de política pública de educação integrada em contraposição à visão neoliberal; atuar ativamente no sentido da constituição de um sistema público de emprego no país, articulando seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, requalificação profissional e microcrédito. (VÉRAS, 2002, p. 407)

Em meados dos anos de 1990, a CUT e outras Centrais Sindicais nacionais<sup>29</sup> começaram a discutir e a desenvolver ações que tinham por objetivo capacitar o trabalhador através de cursos de capacitação profissional. A questão principal assentava-se na qualificação dos trabalhadores sob pena de perderem seus postos de trabalho. Os cursos de formação e qualificação profissional oferecidos pelos sindicatos e pelas escolas sindicais procuravam aliar o ensino técnico à formação política, para que seus participantes pudessem intervir eficazmente em algumas demandas sociais<sup>30</sup>.

O projeto educacional da Central procurou aliar formação profissional a um projeto educativo global emancipador e integrado ao sistema regular de ensino. Nesses termos, a formação profissional não era encarada pelos sindicatos filiados e pela própria CUT como um mero adestramento de mão-de-obra. O pressuposto educacional afirmava que o ensino profissionalizante é um patrimônio social que deve ser preservado e incentivado pelo Estado, por isso mesmo deveria ser responsabilidade do trabalhador (SOUZA, 1999). Seria, pois, obrigação dos cursos técnicos e profissionalizantes formarem quadros suficientemente organizados e capazes de atuarem propositivamente na luta pela transformação política da sociedade<sup>31</sup>.

Por esse prisma, o recém inaugurado *Programa de Educação Profissional* da CUT pretendia reafirmar os princípios democráticos e classistas para orientar os trabalhadores no sentido de se tornarem sujeitos autônomos e políticos, responsáveis pela gestão e controle das políticas públicas (CUT, 2001).

---

<sup>29</sup> Não é preocupação desta pesquisa focar o desenvolvimento dos cursos de formação profissional oferecidos por outras Centrais. Aqui, os esforços estão concentrados em entender como a CUT e o Sindieletro desenvolvem tais projetos.

<sup>30</sup> Para Donaldo Bello Sousa (1999, p. 119), os cursos de qualificação permitiram que os trabalhadores pudessem realizar “[...] intervenção nos rumos da reestruturação produtiva; para lutar contra o desemprego; e a favor da abertura de novos postos de trabalho; para afirmação do direito do jovem ao conhecimento, à profissionalização e ao trabalho; para o acesso ao conhecimento, à qualificação e re-qualificação profissional daqueles que se encontram empregados e desempregados; e para a luta contra as diversas formas de trabalho infantil e discriminação racial e de gênero”.

<sup>31</sup> Uma vez que o sistema educacional organizado pela Central Única dos Trabalhadores pretendia criar bases sólidas para a transformação social, deveria, em princípio, contemplar dois aspectos essenciais: educação profissional e educação política (SOUZA, 1999).

De acordo com um relatório da Central, a experiência em ações educacionais nasceu quase em consonância com a própria CUT, tornando-se uma estratégia permanente. Evidentemente, essa política (considerada de inclusão social e de cidadania por membros da CUT e sindicatos filiados) foi se aperfeiçoando com o amadurecimento da entidade. A prova mais cabal foi a construção da *Rede Nacional de Formação* que congregava dirigentes políticos da CUT nacional, dirigentes estaduais, confederações, federações e sindicatos, todos responsáveis pela articulação das formações operárias nacionais e regionais (CUT, 2001). Por outro lado, o apoio das sete escolas sindicais espalhadas pelo Brasil era imprescindível para o bom funcionamento dos cursos. O quadro abaixo revela as sete escolas sindicais e seus níveis de abrangência:

**Quadro 1**  
**Escolas Sindicais Cutistas e sua Abrangência**

Escolas Sindicais	Abrangência: Estados e Federação
Escola Sindical de São Paulo – São Paulo	SP
Escola Sindical Sul – Florianópolis	RS/SC/PR
Escola Sindical Sete de Outubro – Belo Horizonte	MG/ES/RJ
Escola Sindical Centro Oeste – Goiânia	DF/GO/MT/MS/TO
Escola Sindical Nordeste – Recife	MA/PI/SE/AL/BA/PE/PB/RN
Escola Sindical Amazônia – Belém	AM/PA/RR/AP
Escola sindical Chico Mendes – Porto velho	RO/AC

Fonte: CUT (2001).

Concretamente, a criação da *Rede Nacional de Formação* consolidou um maior número de iniciativas nacionais, estaduais e regionais, em função de uma educação continuada, profissional e sindical<sup>32</sup>. A criação de equipes multidisciplinares tinha como intenção acabar com o hiato existente entre ações, como pesquisa, educação

<sup>32</sup> A *Rede Nacional de Formação* da CUT objetivava a “[...] realização de um trabalho de formação amplo, planejado, sistemático, integrado e qualificado, em todos os níveis da Central, capaz de atingir desde organização de bases até instâncias e direções nacionais” (CUT, 1988, p. 05).

profissional, educação sindical e formação de formadores (SOUZA, 1999). Dessa forma, através da consolidação da *Rede Nacional de Formação*, a CUT passa a encarar a educação profissional como elemento indispensável para os trabalhadores que atuavam profissionalmente num contexto de incertezas extremas.

Sendo assim, a educação profissional passa a ser orientada exclusivamente por uma vertente politécnica que conseguia responder às demandas gerais dos trabalhadores e que estava integrada ao sistema regular de ensino e à luta pela universalização da escola pública, gratuita, laica, unitária e de qualidade (CUT, 1995).

As resoluções cutistas referentes à Educação Geral e Formação Profissional reafirmavam o compromisso por um ensino público e gratuito, ou seja, caberia exclusivamente ao Estado assumir o controle e a gestão dos cursos profissionalizantes. Porém, os conteúdos programáticos e pedagógicos deveriam ficar sob anuência da sociedade civil organizada e também sob a responsabilidade dos trabalhadores, representados por seus sindicatos de classe. Em outros termos, deveria acontecer o desenvolvimento de programas de ensino integrados ao sistema “S”<sup>33</sup> e administrados por um fundo tripartite<sup>34</sup>.

A laicidade era outro ponto importante na gestão educativa propugnada pela CUT, que acreditava que o ensino deveria ser livre de aspectos religiosos. Em outras palavras, a entidade argumentava que não era função de uma escola estatal discutir credos e concepções religiosas, mas trabalhar conteúdos estritamente científicos, respeitando quaisquer opções de fé.

---

<sup>33</sup> O sistema “S” são os serviços nacionais de aprendizagem composto pelos seguintes órgãos: SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEST, SENAT, SENAR e SEBRAI.

<sup>34</sup> As resoluções do *VI Concut* não deixam dúvidas quanto ao posicionamento da Central em relação ao tema, quando propõe a criação de um Fundo Nacional de Geração de Emprego e Educação Profissional, que seria administrado de modo tripartite e responsável pela aplicação e gestão das políticas públicas, intermediação de mão-de-obra, geração de emprego e seguro desemprego. Sua constituição se daria tanto pela totalidade de recursos do FAT, do sistema “S”, quanto pelos recursos destinados aos fundos de promoção regional e de taxas adicionais retiradas das importações dos produtos de consumo e intermediários (SOUZA, 1999).

Portanto, amparado por uma postura crítica na relação trabalho-educação, a CUT pretendia despertar a consciência classista dos trabalhadores envolvidos, com vistas à constituição de novos valores sociais. Souza (1999) defende que a entidade buscava criar uma escola que se contrapunha à reducionista e tradicional visão da formação profissional (SOUZA, 1999).

Diante desse novo cenário, começou-se a potencializar duas vertentes de ações supervisionadas pela Rede de Formação da CUT: de um lado as escolas profissionalizantes instaladas nas mais diversas regiões do País, e, de outro, a participação de algumas Confederações e Federações de Trabalhadores.

Os quadros que se seguem ilustram a atuação das diferentes confederações e federações operárias no segmento educacional cutista, em especial da *Rede Nacional de Formação*:

**Quadro 2**  
**Atuação das Confederações e Federações Operárias**

<b>Ramo Produtivo</b>	<b>Situação Geral do Ramo de Atividade</b>	<b>Demanda Geral da Qualificação Profissional</b>
<p style="text-align: center;"><b>CONTAC</b></p> <p>Entidades filiadas e categorias abrangidas: 73 federações e sindicatos (trabalhadores nas indústrias de laticínios, massas, bebidas, fumo, carnes e frigoríficos, doces e conservas, açúcar etc.).</p>	<p>Reestruturação produtiva tecnológica e de gestão com a perda acentuada de postos de trabalho. Trabalho cooperado. Trabalho clandestino. Relação com o desenvolvimento local e com a geração de emprego e renda.</p>	<p>Elevação da Educação Básica. Gestão de empreendimentos, cooperativismo e associativismo. Higiene e tecnologia de alimentos. Informática. Qualificação de dirigentes sindicais para atuar sobre as transformações ocorridas na base produtiva.</p>
<p style="text-align: center;"><b>CONTAG</b></p> <p>Entidades filiadas e categorias abrangidas: Federações estaduais de trabalhadores na agricultura e sindicatos.</p>	<p>Reestruturação produtiva – mecanização do campo com a perda acentuada de postos de trabalho. Reestruturação tecnológica e de gestão do trabalho no campo.</p>	<p>Modelos de desenvolvimento local e participação do trabalhador. Gestão de empreendimento, cooperativismo e associativismos. Elevação da Educação Básica.</p>

Fonte: CUT (2001).

**Quadro 3**  
**Atuação das Confederações e Federações Operárias**

<b>Ramo Produtivo</b>	<b>Situação Geral do Ramo de Atividade</b>	<b>Demanda Geral da Qualificação Profissional</b>
<p>Trabalhadores Rurais, abrangendo todos os estados brasileiros.</p> <p><b>CONTICOM</b> Entidades filiadas e categorias abrangidas: 88 federações e sindicatos, trabalhadores nas indústrias de construção civil, cimento, matérias de construção, montagem e manutenção industrial, móveis e beneficiamento da madeira etc.</p> <p>Entidades filiadas e categorias abrangidas: Federações e sindicatos de trabalhadores nos setores que compõem o complexo metal-mecânico. Bens eletrônicos de consumo.</p>	<p>Aprofundamento da precarização das relações e condições de trabalho.</p> <p>Rotatividade e sazonalidade. Alto potencial de geração de emprego. Introdução crescente de novas tecnológicas. Potencialidades sociais da atividade (habitações populares, saneamento etc.).</p> <p>Reestruturação produtiva, com inovações tecnológicas e de gestão. Acentuada terceirização e desemprego estrutural.</p>	<p>Qualificação de lideranças para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva e nos modelos de desenvolvimento locais.</p> <p>Elevação da Educação Básica. Atualização tecnológica. Cooperativismo e associativismo. Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva.</p> <p>Elevação da Educação Básica. Atualização tecnológica. Requalificação profissional. Autogestão.</p>

Fonte: CUT (2001).

**Quadro 4**  
**Atuação das Confederações e Federações Operárias**

<b>Ramo Produtivo</b>	<b>Situação Geral do Ramo de Atividade</b>	<b>Demanda Geral da Qualificação Profissional</b>
<p>Telecomunicações, bens de capital, naval, indústria, aeronáutica, siderurgia, alumínio, fundição, complexo automotivo. Aproximadamente 1 milhão de trabalhadores na base.</p> <p><b>CNQ</b> Entidades filiadas e categorias abrangidas: 83 federações e sindicatos (químicos, petroleiros, trabalhadores na indústria farmacêutica, de plásticos, papel e celulose, vidros, etc.).</p> <p><b>CNTSM</b> Entidades filiadas e categorias abrangidas: Federações e Sindicatos de trabalhadores no setor mineral</p>	<p>Extinção das profissões tradicionais.</p> <p>Reestruturação produtiva intensa (tecnológica e de gestão). Processo de privatização. Redução acentuada dos postos de trabalho e terceirizações em larga escala. Concentração industrial (pólos) e oligopolização.</p> <p>Reestruturação produtiva, com inovações tecnológicas e de gestão. Processo de privatização. Desemprego crescente.</p>	<p>Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva.</p> <p>Requalificação para setores vulneráveis (terceirizados/baixa escolaridade). Elevação da Educação Básica. Informática e atualização tecnológica. Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva.</p> <p>Elevação da Educação Básica. Atualização tecnológica. Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva.</p>

Fonte: CUT (2001).

**Quadro 5**  
**Atuação das Confederações e Federações Operárias**

Ramo Produtivo	Situação Geral do Ramo de Atividade	Demanda Geral da Qualificação Profissional
<p style="text-align: center;"><b>CNTSS</b></p> <p>Entidades filiadas e categorias abrangidas: 129 sindicatos e federações filiados (saúde, previdência e assistência social pública federal, estadual e municipal) e privada (filantropia e lucrativa).</p> <p style="text-align: center;"><b>CNTT</b></p> <p>Entidades filiadas e categorias abrangidas: 75 federações e sindicatos (rodoviários, ferroviários, metroviários, aeroviários etc.).</p>	<p>Grande diversidade de funções/profissões. Mudanças conceituais, institucionais e organizacionais nos sistemas. Ausência de políticas de recursos humanos. Inovações tecnológicas. Reforma do Estado. Privatização e terceirização.</p> <p>Reestruturação tecnológica e de gestão com perda acentuada de postos de trabalho. Processo de privatização. Acentuada redução de postos de trabalho. Crescimento da informalidade.</p>	<p>Adequação às transformações conceituais, institucionais e organizacionais. Elevação da Educação Básica. Necessidade de elaboração de percursos formativos para áreas/funções novas. Necessidade legal de requalificação (enfermagem). Línguas. Informática. Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas no sistema de saúde público e privado.</p> <p>Elevação da Educação Básica. Novo código nacional do trânsito. Informática. Alternativas ocupacionais. Línguas. Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva nos sistemas públicos e privados.</p>

Fonte: CUT (2001).



**Quadro 6**  
**Atuação das Confederações e Federações Operárias**

<b>Ramo Produtivo</b>	<b>Situação Geral do Ramo de Atividade</b>	<b>Demanda Geral da Qualificação Profissional</b>
<p><b>FASER</b> Entidades filiadas e categorias abrangidas: 31 sindicatos de trabalhadores em extensão rural. Com aproximadamente 28 mil trabalhadores na base.</p>	<p>Precarização das relações e condições de trabalho. Reforma do Estado. Redução de profissionais da área de atendimento social. Desemprego crescente, especialmente nos níveis hierárquicos inferiores da escala funcional.</p>	<p>Elevação da Educação Básica. Modelos e sistema de atendimento à produção rural e sistemas de apoio na cadeia produtiva agropecuária. Qualificação de dirigentes para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva no sistema público.</p>
<p><b>FITEL/FENADADOS</b> Ramo: Telemática. Entidades filadas e categorias abrangidas: 37 federações e sindicatos. Trabalhadores nas empresas de telecomunicação, informática e processamento de dados.</p>	<p>Reestruturação tecnológica e de gestão. Mudanças organizacionais profundas. Processo de privatização. Alta escolarização e formação específica. Níveis hierárquicos inferiores com baixa escolaridade básica.</p>	<p>Tópicos especiais de Telemática (elaboração da matriz profissional do ramo). Cooperativismo e associativismo. Gestão de microempreendimentos. Manutenção em computadores. Linguagens de programação. Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva nos sistemas público e privado.</p>
<p><b>SINPAF</b> Entidades filiadas e categorias abrangidas: subseções sindicais de trabalhadores em pesquisa e desenvolvimento agropecuário, com aproximadamente 10 mil trabalhadores na base.</p>	<p>Reestruturação produtiva, com ênfase na base tecnológica e nos sistemas de pesquisa. Reforma do Estado. Extinção de profissões. Desemprego crescente.</p>	<p>Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva nos sistemas público, semi-público e privado.</p>
<p><b>FNU</b> Entidades filiadas e categorias abrangidas: Sindicatos de trabalhadores dos serviços urbanitários.</p>	<p>Novos modelos de organização e gestão. Processo de privatização. Mudanças econômicas e desemprego no setor. Reforma do Estado. Introdução da informática e novas tecnologias nos sistemas de controle e gestão dos serviços urbanitários.</p>	<p>Elevação da Educação Básica. O serviço urbanitário como bem público. Qualificação e atualização tecnológica. Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas nos sistemas público, semi-público e privado.</p>
<p><b>CNTV</b> Entidades filadas e categorias abrangidas: 79 federações e sindicatos (trabalhadores nas indústrias de calçados, têxtil e vestuário em geral).</p>	<p>Reestruturação tecnológica e de gestão, com perda acentuada de postos de trabalho. Desconcentração e dispersão espacial. "Cooperativismo". Home-work.</p>	<p>Elevação da Educação Básica. Atualização tecnológica. Cooperativismo e associativismo. Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas na base produtiva.</p>

Fonte: CUT (2001).

**Quadro 7**  
**Atuação das Confederações e Federações Operária**

Ramo Produtivo	Situação Geral do Ramo de Atividade	Demanda Geral da Qualificação Profissional
<p><b>CONTRACS</b> Entidades filiadas e categorias abrangidas: 173 federações e sindicatos (comércio, hotelaria, turismo, limpeza urbana, vigilância, prestação de serviços em geral, serviço doméstico, ambulantes e feirantes etc.).</p>	<p>Grande diversidade. Crescimento do emprego através do esvaziamento de outros setores. Acesso ao 1º emprego (Adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos) representam 38% dos trabalhadores no ramo de atividade – RAIS – 1995).</p>	<p>Elevação da Educação Básica. Informática e atualização tecnológica. Exigência de formação generalista e reelaboração de matriz profissional. Língua estrangeira: inglês ou espanhol. Matemática Contábil. Qualificação de dirigentes sindicais para atuarem sobre as transformações ocorridas no setor.</p>

Fonte: CUT (2001).

Os seis quadros revelam a preocupação da CUT com o aprimoramento e a qualificação dos trabalhadores. Entendido como fundamental para a sobrevivência operária nesse novo contexto, a educação passa a ser encarada como prioridade das políticas de sindicalismo cidadão. Com o passar do tempo, a empreitada cutista no campo educacional revelou-se um patrimônio inalienável da Central, por isso sua expansão foi inevitável. Assim, a *Rede Nacional de Formação* foi um dos pilares de sustentação, e talvez a responsável direta pela composição de outros princípios educativos que nortearam as ações da CUT nesse sentido. A citação que se segue parece retratar bem as intenções de tal programa:

Elemento Chave da Política Nacional de Formação da CUT, a Rede Nacional de Formação pretende se consolidar pela composição do conjunto das iniciativas, equipes, coletivos, secretárias, departamentos e escolas que realizam formação no interior da Central, em âmbito nacional, regional, estadual, microrregional e local. (SOUZA, 1999, p. 122)

A análise de alguns documentos correspondentes à área de formação educacional da CUT revela projetos em execução, oriundos da *Rede Nacional de Formação*, que, de certo modo, corroboram com a citação de Souza (1999) — isto é,

contemplam os âmbitos regional e nacional<sup>35</sup>. De certo modo, todos os programas espalhados pelo Brasil possuem pontos comuns, fato que acaba transformando-os e amalgamando-os com outros diferentes. Em outras palavras, a tendência recorrente é que, em algum momento, os programas se integrem, acabando com as possíveis cisões advindas de regionalismos. O exemplo mais notório e bem sucedido de unificação de todos os programas educacionais cutistas é o *Projeto de Formação Integral* (PFI) da Central. Ele foi criado em 1998, a partir de programas regionais de formação que já eram realizados no interior da Central.

O acúmulo de experiências possibilitou o nascimento de um projeto maior e mais consistente, intitulado *Projeto de Formação Integral*, que pretendia contribuir para o enriquecimento do debate sobre o amadurecimento de um sistema integrado de emprego e formação profissional (SOUZA, 1999). Mais do que isso, almejava articular propostas e projetos sindicais que tinham por prioridade a requalificação profissional (CUT, 1998).

Souza (1999) relata que o PFI é oriundo de um convênio firmado entre a CUT e a SEFOR/MTb e que o Projeto pretendia criar metodologias de trabalho voltadas ao aprimoramento da educação profissional no Brasil. Para sua completa realização, contou-se com o apoio financeiro do FAT e a gerência/execução da Rede Nacional de Formação da CUT das sete escolas sindicais e das CUT's estaduais.

Esse programa trazia, desde sua concepção, elementos diferenciadores quando comparados a outros projetos de qualificação e requalificação propostos pela CUT. Sendo assim, pretendia contribuir para:

---

<sup>35</sup> Alguns exemplos de programas regionais e nacionais organizados pela CUT ao longo dos anos: **Em âmbito regional:** Programa Flor de Mandacaru (Escola Sindical Nordeste); Programa Semear (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo); Programa Terra Sólida (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná); Programa de Hotelaria e Turismo (Escola Sindical Sul); Programa Vento Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima); Programa Educação Integrada do Trabalhador para o Desenvolvimento Sustentável e Solidário no Brasil Central (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás); Programa de Qualificação e Requalificação Profissional dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (Escola Sindical Sul). **Em âmbito nacional:** Programa Integração (corresponde a 16 Estados mais o Distrito Federal: RS, SC, ES, MG, GO, BA, PB, PE, RN, PA, RO, AM e AC); Programa Integrar (abrange 12 Estados: AM, BA, CE, MA, MG, PA, PR, PE, RJ, SC, SP); Programa Nacional de Qualificação de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais (abrange todas as unidades da Federação).

[...] o debate sobre a constituição de um sistema público de emprego e de Formação Profissional; concorrer para formulação de propostas de Formação Profissional e de alternativas de geração emprego e renda; articular as ações sindicais no campo da Formação Profissional, orientando a atuação dos cutista frente, de um lado, às políticas e iniciativas públicas e, de outro, aos projetos de Requalificação Profissional desenvolvidos pelas estruturas verticais e horizontais da Central. (CUT, 1998, [s.p.])

Uma outra característica marcante do *Programa de Formação Integral* da CUT era sua composição, que se dividia em três programas distintos, mas, ao mesmo tempo, vinculados e próximos entre si. O primeiro deles buscava articular os projetos, as ações e as intenções da CUT no segmento de propostas referente à Requalificação Profissional. Na busca de resultados concretos, a Central cria uma série de eventos e instituições que pudessem, de alguma maneira, acelerar os resultados. Assim sendo, é criada uma Câmara Técnica responsável pela organização e difusão das experiências e iniciativas no segmento de qualificação e requalificação de operários (SOUZA, 1999). Por sua vez, os dois programas restantes referiam-se à capacitação de conselheiros para atuarem nas Comissões Estaduais e/ou Municipais de Trabalho e Emprego e na formação de Formadores responsáveis pelos cursos de educação profissional (SOUZA, 1999).

Para a realização dos cursos, os sindicatos e a CUT utilizavam verbas públicas e institucionais originadas de financiamentos de políticas de emprego, como, por exemplo, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), o Sistema Nacional de Emprego (SINE) dos respectivos Estados da Federação e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (CUT, 1996). A aquisição de recursos e seu posterior emprego eram encarados como responsabilidade social, por se tratar de dinheiro público. Por isso mesmo, a CUT deveria ser implacável em sua aplicação<sup>36</sup>. A Central aconselhou que seus sindicatos associados buscassem apoio logístico para os cursos de qualificação profissional em escolas técnicas e universidades públicas.

---

<sup>36</sup> De acordo com um documento da entidade, “É de fundamental importância zelar pelo bom uso dos recursos já que se trata de dinheiro que deve efetivamente servir para atender os desempregados. A CUT deve ser inflexível em denunciar todo e qualquer desvio de recursos ou uso espúrio ou malversação dos mesmos” (CUT, 1995, p. 27).

Os financiamentos dos sindicatos, obtidos junto aos órgãos federais, bem como a aproximação de escolas técnicas e universidades públicas para a realização dos cursos, levantaram algumas hipóteses que merecem reflexões mais acuradas e verticalizadas. Contudo, algumas impressões referentes à relação entre as políticas de sindicato cidadão, em especial aquelas voltadas para a qualificação de trabalhadores, e o governo devem ser destacadas.

A reconfiguração política orquestrada no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso provocou uma reviravolta nas relações políticas, econômicas e sociais. Nesse momento, como observa Marise Ramos (2006), uma nova forma de compreender a gestão do mercado e das políticas públicas começou a ganhar o centro da tela. Intensificaram-se as políticas de modernização e racionalização que culminaram na desregulação e na privatização de setores estratégicos.

Como forma de garantir a estabilidade social e econômica, difundiu-se amplamente a noção de que os indivíduos deveriam estar competitivamente adaptados à realidade de um mercado mais exigente e seletivo. Portanto, o investimento no capital humano passou a ser encarado como ferramenta responsável pela diminuição dos efeitos colaterais da competitividade e, conseqüentemente, da destituição da importância do labor humano<sup>37</sup>.

Seguindo tais regras, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso investe verbas públicas nas políticas educacionais, abrangendo os níveis fundamental, médio, superior e profissionalizante. A consolidação de tal projeto aconteceu mediante a promoção de uma ampla reforma educacional que atingiu os quatro segmentos. Aqui,

---

<sup>37</sup> A respeito do discurso da nova economia mundial, esclarece Ramos (2006, p. 02): "Uma aliança entre organismos internacionais e o poder local difundiu a ideologia de que os indivíduos devem ser tornar competitivamente adequados às exigências do mercado. Incorporando uma preocupação com a estabilidade social, o princípio da competitividade autêntica, pautada pelos investimentos em capital humano e pela convergência entre competitividade e sustentabilidade social, crescimento econômico e equidade social, deveria se sobrepôr à competitividade perversa, baseado na degradação do valor do trabalho, do meio ambiente e da qualidade de vida. A ampliação da dimensão social do mercado associou educação e produtividade aos objetivos de combate a pobreza, de equidade social e de distribuição de recursos para patrocinar serviços básicos para todos".

cabe introduzir questões que, talvez, caracterizem uma ligação entre as políticas de sindicalismo cidadão — principalmente aquelas voltadas para qualificação de mão-de-obra — e o Governo Federal, através de verbas e financiamentos públicos oriundos do Estado.

A educação profissional foi alvo de transformações políticas, ancoradas na reestruturação produtiva e nas privatizações. A mudança mais importante foi a desarticulação do ensino técnico e profissionalizante do sistema regular de ensino e sua abordagem voltada para a capacitação dos trabalhadores (RAMOS, 2006). As escolas técnicas começaram a oferecer cursos especificamente direcionados a esse tipo de público, como observa Ramos:

A formação destinada aos trabalhadores de baixo nível de escolaridade passou a ser compartilhada pelos Ministérios da Educação e do Trabalho. As ações engendradas por ambos os Ministérios, entretanto, mantiveram-se desarticulados entre si, em relação à educação básica e a políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (RAMOS, 2006, p. 04)

Com base na citação, é possível compreender que o Estado promove a educação profissional em parceria com a sociedade civil, com associações educacionais e com os sindicatos de trabalhadores que buscavam a (re)qualificação de seus sócios. Parte considerável do financiamento e manutenção dos cursos provinha do Governo Federal, através de Ministérios e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A distribuição dos recursos públicos, por um lado, dinamizava a expansão da educação profissionalizante, com a apresentação de cursos organizados pelas mais diferentes associações sindicais. Por outro lado, os investimentos em infra-estrutura, distribuídos pelo Governo Federal, criaram um novo tipo de relação de proximidade entre os sindicatos e o governo, através da distribuição de recursos orçamentários e de benesses advindos.

A suposta aproximação poderia ser confirmada pelas “interferências” do Estado na condução dos cursos, através do estabelecimento dos conteúdos pedagógicos, das formas de avaliação e das políticas educacionais. Para Ramos (2006, p. 10), “Esse

ideário configurou os pressupostos ético-políticos e psicopedagógicos da submissão da escola aos interesses imediatos do capital e, assim, da privatização dos espaços e das atividades públicas, durante os anos 90 e início dos 2000”.

Outro indício que leva a considerar que os cursos oferecidos pelos sindicatos os aproximou cada vez mais do Estado foi a criação, pelo Ministério do Trabalho no ano de 1995, do *Plano Nacional de Formação Profissional* (PANFLOR), que foi amadurecido e desenvolvido pelas organizações de trabalhadores. Recebendo verbas públicas do FAT, o PANFLOR foi responsável pela mobilização e articulação de uma gestão tripartite composta pelo governo, empresários e sindicatos, que objetivava qualificar trabalhadores empregados e desempregados. A execução dos cursos aconteceu de forma descentralizada, através das Secretarias Estaduais do Trabalho — responsáveis pelos *Planos Estaduais de Qualificação* (PEQS) —, que serviam de base para as instituições empresariais, sindicais entre outras, que pudessem ofertar cursos de qualificação profissional de acordo com as especificações do Governo Federal (RAMOS, 2006).

O que se vê, portanto, são pistas esparsas que apontam para a construção de uma relação de dependência e proximidade dos atores sindicais com o Governo Federal, iniciado com Fernando Henrique Cardoso. É fundamental deixar claro que o que foi levantado são apenas conjecturas e não evidências que correlacionem a aproximação dos sindicatos com o Estado através dos cursos de qualificação profissional, organizados pelas propostas de sindicalismo cidadão. É necessário reiterar que uma pesquisa mais aprofundada sobre a temática ainda precisa ser realizada, com a devida atenção que o tema merece.

Analisando as resoluções do *V Concut*, percebe-se claramente a predisposição da entidade em associar a educação sindical a uma formação mais aberta e ampla. Temas relativos ao mundo do trabalho, à política e à cultura compunham o leque de opções metodológicas que balizavam os cursos oferecidos.

A iniciação dos cursos aconteceu precisamente no ano de 1996, quando a CUT criou projetos de educação e formação profissional voltados para esse fim<sup>38</sup>. Ressalta-se que, quatro anos depois, portanto em 2000, houve a unificação de todos os projetos educacionais, que foram convertidos no *Programa Nacional de Qualificação Profissional da CUT* (PNQP-CUT). A seguir, é refeita a trajetória que culminou na criação do PNQP-CUT.

O primeiro programa de formação e educação profissional gestado pela CUT recebeu o título de *Projeto Integrar*. Nasceu em 1996 e foi implantado definitivamente um ano depois, em 1997. Sua proposta era desenvolver um curso de formação profissional com um olhar alternativo, que tivesse como fulcro o desemprego estrutural e a dominância no cenário nacional de um discurso de empregabilidade (VÉRAS, 2002). Na verdade, o *Projeto Integrar* teve sua execução restrita apenas ao estado de São Paulo, mas serviu de piloto para outros programas que tiveram seu escopo ampliado nacionalmente.

Em 1998, o *Projeto Integrar* foi reestruturado em dois subprogramas: *Integrar Nacional* e *Programa Integrar Desempregos*. O primeiro referia-se a uma pesquisa-diagnóstico sobre a reestruturação produtiva no ramo metalúrgico e sobre a formação profissional no mesmo setor, entre outras atividades realizadas no segmento metalúrgico. Já o segundo, de maior envergadura, compreendia todos os estados que tinham base metalúrgica, e seus principais atrativos eram os cursos de qualificação profissional, articulados com a certificação de Ensino Fundamental e outras atividades relacionadas (VÉRAS, 2002).

No final de 1997, com vistas à sua completa execução em finais de 1998 ou começo de 1999, é apresentado outro programa educacional. Intitulado *Programa*

---

<sup>38</sup> A concretização dos projetos cutistas se dará através de alguns empreendimentos, como relembra Souza (1999, p. 127): “Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical, o Projeto de Pesquisa e Formação Sindical — CUT/FINEP, o Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores — PCDA, o Programa de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego e o desenvolvimento da Escola Temática-Metodológica (ETM/ORIT)”.



*Integral*, dividia-se em duas partes complementares, a saber: *Formação de Formadores e Programa de Capacitação de Conselheiros*. Os dois módulos contaram com o apoio técnico das sete escolas sindicais da CUT.

O *Programa de Formação de Formadores*<sup>39</sup> tinha como objetivo criar formadores para os cursos de Educação Profissional oferecidos pela Central. Constituindo-se como um programa específico e de âmbito nacional, foi realizado mediante a convênios firmados entre o MTb/SEFOR e SNF/CUT. Além disso, tinha a previsão de participação do CODEFAT, objetivando contemplar, no biênio 1998/1999, mil formadores (SOUZA, 1999). Procurando dinamizar a Formação de Formadores, o curso foi dividido em três módulos que visavam o desenvolvimento de uma pedagogia própria, que servisse de alternativa para os tradicionais cursos de Formação Profissional. O princípio pedagógico do programa afirmava que a educação é um processo contínuo e dinâmico, feito a partir da realidade do trabalhador, possuindo tanto um caráter coletivo quanto individual<sup>40</sup> (SOUZA, 1999).

O formador teria um papel imprescindível nessa relação. Caberia a ele articular três pontos estratégicos: o saber, o saber-fazer e as metodologias de ensino. Por outro lado, as características de um bom formador deveriam centrar-se em três pressupostos básicos: a técnica, a psicopedagógica e a interpretação da realidade (SOUZA, 1999). Caberia ao primeiro aspecto o domínio dos conteúdos, as habilidades pessoais em sala de aula e os graus de relacionamento/conhecimento das profissões. Já o segundo relaciona-se com as categorias referentes ao domínio do cotidiano docente. Finalmente, a interpretação da realidade é construída pela capacidade objetiva de se fazer uma

---

<sup>39</sup> Cumpre esclarecer que, por opção metodológica, apenas serão abordados aspectos relacionados ao *Programa de Formação de Formadores* gestado pela CUT.

<sup>40</sup> Para a Central, "O processo do conhecimento deve sempre levar em consideração a prática social dos indivíduos ou grupos e a teoria que elabora a partir da sistematização dessa prática servirá como guia para a ação transformadora. Pressupõe-se que para a elaboração coletiva do conhecimento deve haver uma relação de troca entre os sujeitos envolvidos, sem negar com isso o papel diretivo, de orientação, de condutor do processo educativo que tem o formador" (CUT, 1998, p. 05).

leitura crítica da realidade material, social e cultural que cerca os formadores (SOUZA, 1999).

Entretanto, como ressalva Souza, uma aparente contradição se faz sentir: apesar de propor uma educação livre e transformadora, inspirada na realidade do educando, acaba impondo aos formadores conteúdos previamente determinados, como mostra o autor:

Tal fato permite preliminarmente inferir que, apesar de a CUT defender uma educação de base transformadora, articula à emancipação política e à transformação da realidade, a preparação de seu quadro de Formadores, daqueles que irão mediar aquele processo, se pauta em modelos que restringem o desenvolvimento do Formador a parâmetros predeterminados. (SOUZA, 1999, p. 32)

O rápido desenvolvimento do debate em torno da educação e da formação profissional<sup>41</sup> vai verticalizar ainda mais as intenções da Central em relação ao quesito. Acreditando que era preciso superar definitivamente a dicotomia existente entre as propostas educacionais e a realidade do trabalhador brasileiro — que não era perfeitamente contemplada —, a CUT iniciou as formulações de um programa único, que conseguisse articular com sucesso todas as tentativas anteriores da entidade. Esse novo empreendimento educacional cutista deveria associar, na sua plenitude, os ensinamentos básico, médio e profissionalizante, tendo como figura central o próprio trabalhador.

---

<sup>41</sup> O debate sobre educação e a formação profissional não é recente dentro do movimento sindical. Mesmo de modo titubeante, a discussão já faz parte do cenário operário desde o começo do século XX. Essa era uma das principais demandas das agendas de negociação do sindicalismo organizado.

### **3.1.2. Plano Nacional de Qualificação Profissional da CUT: uma concepção de educação aliada às novas opções metodológicas**

Os debates sobre a qualificação profissional no interior da Central Única dos Trabalhadores começam a ganhar força e voz no começo dos anos de 1990, quando se intensificam as discussões e as reflexões sobre quais seriam os reais impactos, para os trabalhadores, da utilização de novas tecnologias no parque industrial. Todavia, para além da discussão, começou-se a propor algumas estratégias que permitiriam aos trabalhadores conquistar garantias e espaços importantes num mercado de trabalho que primava essencialmente por qualificação profissional. Nesse sentido, a ênfase na educação apresenta-se como uma tendência quase natural, tanto por parte dos trabalhadores quanto do capital (CUT, 2003).

Do ponto de vista do trabalhador, a elevação da escolaridade somada a uma sólida formação cultural garantiria, ou mesmo permitiria, a manutenção no mercado formal de trabalho. Quando pensada do ponto de vista do capital, a qualificação profissional acarretaria, inevitavelmente, o aumento da produtividade, uma vez que o trabalhador estaria mais adaptado às novas tecnologias (CUT, 2003).

Com relação ao modelo de educação profissionalizante instituído no Brasil, a CUT já mostrava algumas incoerências e dicotomias históricas provenientes desse modelo educacional. A principal crítica cutista relacionava-se ao descompasso existente entre a educação básica e a profissionalizante. O argumento desenvolvido pela Central mostrava que o ensino básico assentava sobre uma base sólida de formação geral, baseada em uma pedagogia propedêutica e regular. Enquanto isso, do outro lado, o ensino profissional era direcionado a trabalhadores, com conteúdos nitidamente marcados por

conteúdos defasados, elaborados pelo corpo empresarial brasileiro, desde os primórdios da industrialização no País<sup>42</sup>.

Estaria aí, talvez, um dos motivos que levaram a CUT a formular propostas de intervenção voltadas à educação operária e sindical. Desse modo, a concepção do projeto focalizaria a educação integral, tomando o trabalho como fonte educativa privilegiada para a construção de um conhecimento prático acumulado historicamente, possibilitando ao aluno um enriquecimento cultural e científico, completamente diferente dos antigos modelos educativos. A citação deixa clara essa nova opção:

Dessa forma, a CUT insere-se num campo de disputa de um novo paradigma de formação profissional no País, que possibilite aos trabalhadores uma formação ampla e crítica, que considere as múltiplas dimensões dos sujeitos, superando as formas historicamente instituídas de formação profissional oferecidas aos trabalhadores, restritas ao mero treinamento de habilidades e desenvolvidas de forma fragmentada (CUT, 2003, p. 18).

A busca de um ensino instrumentalizado, amparado em perspectivas teóricas mais sólidas, pretendia proporcionar aos trabalhadores — especialmente àqueles aliados dos bancos escolares — as condições necessárias para uma existência mais digna no mercado formal de trabalho. Dessa maneira, a associação entre Educação Profissional e Educação Básica era inevitável e, ao mesmo tempo, necessária para a concretização do empreendimento que a associava como um direito básico de todos os operários.

Pois bem, inspirada e emocionada pelas necessidades educacionais dos trabalhadores, a CUT começa a articular, a partir de 1996, programas regionais e nacionais, voltados à educação profissionalizante. Assim, buscava criar novas

---

<sup>42</sup> Para maiores detalhes sobre o tema, ver, entre outros, os interessantes trabalhos de: Acácia Kuenzer (2002), Iracy Silva Picanço (1996), Jorge Nagle (2001), Sílvia Maria Manfredi (1996) e Wener Market (1996).

metodologias de ensino, que pudessem proporcionar aos trabalhadores conteúdos que os aproximassem de um modelo diferente de cidadania<sup>43</sup>.

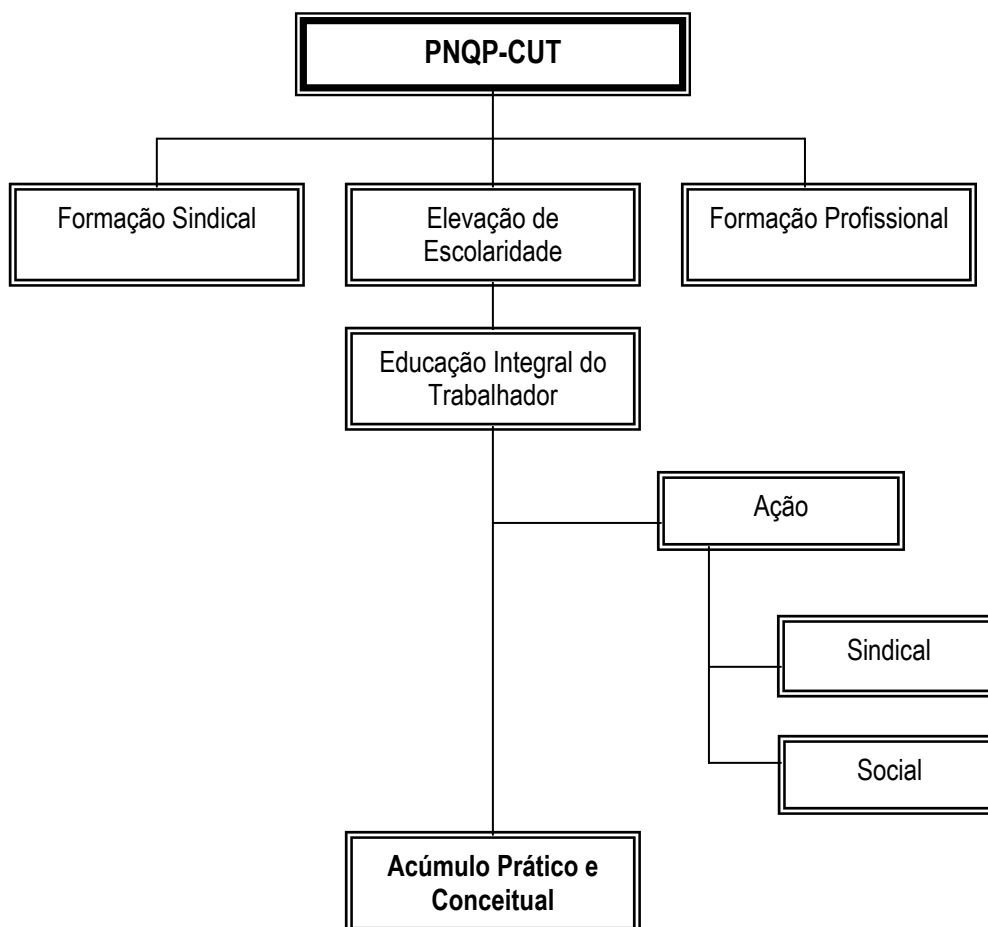
Imbuído no avanço e na articulação de um programa eficaz de qualificação profissional, que conseguisse organizar as três dimensões do processo educativo global<sup>44</sup>, é criado o *Plano Nacional de Qualificação da Central Única dos Trabalhadores* (PNQP-CUT). Seu principal desafio foi complementar as ações no campo da qualificação profissional com a elevação da escolaridade, sempre voltada a um tipo de público especial, ou seja, aqueles trabalhadores que se encontram excluídos do mercado de trabalho e do cotidiano das ações sindicais.

O organograma que se segue dimensiona o perfil desejado do PNQP-CUT, no qual prevalecem as relações com a estratégia sindical (horizontal e vertical), assim como as relações com a sociedade e o Estado.

---

<sup>43</sup> Segundo o entendimento cutista, “A formação profissional é, numa concepção cutista, parte de um projeto educativo global e emancipador. Portanto, deve ser entendida como o exercício de uma concepção radical de cidadania. A CUT recusa a concepção de formação profissional como simples adestramento ou treinamento ou como mera garantia de promoção de competitividade dos sistemas produtivos” (CUT, 1995, p. 52).

<sup>44</sup> Seriam elas: formação sindical, elevação de escolaridade e formação profissional.



Através dessa estratégia, buscava-se articular as identidades político-metodológicas do PNQP à Política Nacional de Formação, solidificando o avanço conceitual e metodológico, aprimorando as formulações e intervenções do sindicalismo nas negociações e contratações, na busca de um novo padrão de regulação das relações entre capital e trabalho. De outro turno, buscava-se formular alternativas de desenvolvimento social, econômico, de geração de emprego e renda, através da educação operária e de trabalhadores. Por fim, visava-se a fortalecer a participação e o

controle social na definição e gestão públicas, objetivando a democratização do Estado e a participação dos trabalhadores (CUT, 2003).

Para seu bom funcionamento, o PNQP articulava-se em torno de sete eixos temáticos que versavam sobre: educação e trabalho; desenvolvimento sustentável e solidário; sindicalismo e transformações no mundo do trabalho; sindicalismo, Estado e sociedade; relações sociais de gênero; políticas afirmativas de raça e saúde do trabalhador (CUT, 2003).

Procurando aperfeiçoar o desempenho institucional, a CUT dividiu seu foco de atuação em cinco campos complementares. Todavia, as ações empreendidas em cada um deles se assemelhavam apenas em alguns aspectos. A explicação pode estar assentada nos diferentes públicos pretendidos pela Central. Dessa forma, no campo de número 1 — voltado aos trabalhadores desempregados — as ações centravam-se na elevação da escolaridade, na geração de trabalho e renda (economia solidária) e nas intervenções nas políticas públicas (organização de trabalhadores, ação sindical nas políticas públicas) (CUT, 2003).

O campo 2 caracterizava-se pelos trabalhadores sob risco iminente de desemprego e desocupação. Suas ações ocorriam na negociação e contratação da qualificação profissional, na elevação da escolaridade, na formação profissional e, finalmente, na organização sindical (CUT, 2003).

Por sua vez, o campo de ação 3 buscava acomodar os trabalhadores autônomos, os cooperados, os associados, os auto-geridos e os empreendedores solidários. Para melhor atender tal clientela, os focos de ação centravam-se em torno de: DSS, formação profissional, organização sindical e elevação de escolaridade (CUT, 2003).

No campo de número 4, inseriam-se dirigentes, lideranças sociais, conselheiros e formadores. Por isso, as atividades desenvolvidas especificamente para esse grupo giravam em torno de questões como: elevação de escolaridade, formação profissional, políticas estratégicas de ação sindical e políticas públicas (CUT, 2003).

Por fim, no 5º e último campo de ação, o público era formado essencialmente pelos participantes do PNQP, por egressos, pelas entidades públicas e privadas (Sistema “S”, CEFET’S e Universidades). Suas ações concentrariam em torno da gestão administrativa e financeira, avaliação externa, supervisão e acompanhamento, acompanhamento de egressos e difusão das propostas cutistas para a sociedade (CUT, 2003).

A constituição do organograma básico do PNQP é formatada a partir de núcleos que procuram expressar as mudanças nas práticas pedagógicas dos cursos oferecidos pela CUT. A intenção seria articular um eixo comum que conduziria o núcleo de formação da Central. Por esse prisma, os núcleos seriam pensados como eixos aglutinadores, responsáveis pela ligação entre a Central, os sindicatos e a sociedade. Pelas circunstâncias sociais e trabalhistas, pode-se dizer que os dois núcleos mais importantes seriam os Núcleos Sindicato – Estado – Sociedade e o Núcleo Educação do Trabalhador, pois ambos garantiriam identidade política e metodológica às ações desenvolvidas no interior da Política Nacional de Formação da CUT (CUT, 2000).

Ressalta-se que a pretensão cutista, ao conceber esses dois principais núcleos (Sindicato – Estado – Sociedade e Educação do Trabalhador), era proporcionar uma aproximação entre as ações organizadas pela Central Única dos Trabalhadores e seus sindicatos associados, as ações da sociedade e outros movimentos sociais organizados. Dessa forma, o marco pedagógico desse processo entendia a educação como a busca de conhecimentos que permitissem ao indivíduo interagir consigo, com a natureza e com os outros. Por essa ótica, sua aquisição ocorre nas relações de trabalho<sup>45</sup> (SOUZA, 2002).

---

<sup>45</sup> O argumento de Souza (2002) sobre a construção de projetos pedagógicos que têm o trabalho e seus correspondentes sociais como pano de fundo evidencia que a ferramenta necessária para o ganho de conteúdo e conhecimento acontece em função do intercâmbio entre a educação e a realidade de trabalho dos participantes.



A matriz teórica, baseada em Gramsci, partia da premissa que, no contexto da disputa entre capital e trabalho, a educação da classe operária devia ser preparatória e engajada na sociedade, evitando-se, com isso, a conciliação oportunista (SOUZA, 2002). Sua efetivação passava pela aprovação de um conteúdo programático com atividades político-culturais construídas em função do conjunto de trabalhadores participantes. Porém, Souza (2002) adverte que essa formação não deveria se restringir somente a conteúdos abstratos e pouco inteligíveis do ponto de vista racional e prático. Pelo contrário, seu sucesso estaria na aproximação entre a teoria e a ação no campo educacional.

As propostas da CUT estabeleciam um vínculo direto entre a educação e o trabalho. Através dessa relação, procurou-se desenvolver habilidades e conhecimentos técnicos destinados à manutenção de postos de emprego, quanto à especialização tecnológica de trabalhadores para a produção industrial. Dessa forma, buscou-se traçar um paralelo entre o cotidiano do operário e a ordem social que o cercava. Em outros termos, constituía-se um espaço que abrigava teoria e prática, trabalho manual e intelectual (SOUZA, 2002).

A implantação e a manutenção dos dois núcleos demandaram custos financeiros para a Central Única dos Trabalhadores. Todavia, não foi possível saber qual o montante final destinado a cada um deles. A pesquisa não teve acesso às despesas com cada curso. As normas internas da CUT para a distribuição de verbas também não foram reveladas.

Não obstante, a entrada da CUT no segmento educacional — como informa a publicação *Educação Integral dos Trabalhadores: Práticas em Construção* (2003) — possibilitou aos operários a aquisição de uma formação mais sólida, e não um mero treinamento de habilidades. A nova fase encarava as múltiplas dimensões do sujeito, centrando as ações educativas na realidade instrumental do aluno. Buscava-se, com isso, criar novas metodologias para a educação integral dos trabalhadores.

Com esse pensamento, todos os programas foram unificados em um só: nascia, dessa maneira, em 2000, o *Plano Nacional de Qualificação Profissional da CUT* (PNQP-CUT). Caberia, portanto, ao PNQP-CUT, organizar e articular o campo político-pedagógico, bem como os princípios metodológicos da *Política Nacional de Formação da Central* (PNF). Isso contribuiu decisivamente para uma perspectiva de educação integral de trabalhadores jovens e adultos. De acordo com as resoluções da entidade:

[...] a concepção cutista de Educação Integral de Trabalhadores está intimamente ligada à PNF/CUT e compreende a articulação entre a Formação Política e Sindical, Educação Básica e Profissional. As ações pedagógicas levadas a efeito junto aos educandos favorecem a participação ativa e crítica dos mesmos e dos demais sujeitos participantes, enquanto construtores de conhecimentos, ligados à transformação pessoal e social e à emancipação humana, sempre partindo de suas práticas cotidianas, no trabalho, na vida familiar, na sociedade, na política e na cultura. (CUT, 2003, p. 20)

É importante mostrar que ao mesmo tempo em que se desenvolviam os projetos voltados à formação profissional, acontecia a ampliação e/ou diversificação de outras possibilidades de atuação social. Uma delas, que também pode ser classificada como sindicalismo cidadão, é a participação em políticas públicas de emprego.

Assim, foi criado, em fins de 1999 / começo de 2000, a *Central de Trabalho e Renda*. Sediada na cidade de Santo André, procurava promover a intermediação de mão-de-obra, articulando ações voltadas à qualificação profissional, seguro desemprego, programas de geração de emprego e renda e informações sobre o mercado de trabalho (VÉRAS, 2002). O sucesso da *Central de Trabalho e Renda* possibilitou o desenvolvimento da *Agência de Desenvolvimento Solidário* da CUT, para que, através de financiamentos oriundos de agências internacionais, fossem consolidados, a médio e longo prazo, projetos de geração de renda, além de possibilitar a estruturação de um *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo* (VÉRAS, 2002).

A afirmação de uma agenda sindical cidadã evidenciava as transformações das práticas sindicais — que se solidificavam notoriamente com propostas referentes a

iniciativas até então pouco usais para o sindicalismo brasileiro. Propostas referentes à economia solidária, desenvolvimento energético sustentável, geração de emprego e renda, poder local e muitos outros temas tornam-se comuns nas discussões e encaminhamentos realizados pela Central.

Véras (2002) deixa claro que a afirmação de propostas cidadãs ocorre em virtude do *VI Concut*. O balanço político e organizativo da gestão 1997-2000, ao que parece, confirma a hipótese levantada pelo autor:

A principal marca da atual gestão foi a afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. Desenvolveu-se a partir das resoluções políticas do 4º e 5º concuts, nos quais foi definida uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo e da necessária vinculação dos interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia” aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido. (CUT, 2000, p. 22)

A citação esclarece que, no atual estágio de desenvolvimento econômico, era imprescindível a criação de diferentes eixos de defesa e ataque frente ao quadro estrutural desfavorável aos trabalhadores e também a outros movimentos sociais. Não obstante, para a concretização desse projeto, era preciso o estabelecimento de um diálogo quase constante com outros atores políticos e, sobretudo, seria necessário agregar, à pauta sindical, novas possibilidades de inserção em outras atividades paralelas àquelas comumente exercidas pelos sindicatos.

A idéia prática do sindicalismo cidadão é o estabelecimento de ligações e contatos aprofundados entre os antigos espaços e os novos, recentemente conquistados pelos sindicatos. Um desses campos de ação era o espaço público, doravante percebido como não estatal, mas central para as ações cutistas em sociedade (VÉRAS, 2002). O estabelecimento de uma nova visão sobre o espaço público permitiu a ascensão de novas modalidades de convivência e afinidades com outros campos de ação. Encarado

como um lugar privilegiado para o desenvolvimento político, torna-se um espaço para o desenvolvimento de uma “cidadania ativa”<sup>46</sup>.

Admitindo o espaço público como possibilidade concreta e real de ampliação das esferas participativas que transcendiam o corporativismo fechado e ortodoxo, a CUT (mesmo com críticas externas e internas<sup>47</sup>) resolveu assumir a condição de defesa dos direitos sociais, democráticos e cidadãos de maneira mais contundente, desconstruindo (nos termos de Jacques Derrida) antigas posturas, resignificando-as em novos termos.

Faz-se necessário enfatizar que existem diferenças de concepção entre o velho corporativismo praticado pelo movimento sindical nacional e as atuais políticas programáticas de sindicalismo cidadão. No primeiro contexto, os atores sindicais — controlados por um Estado interventor — marcavam sua conduta de acordo com exigências externas, independentemente dos anseios da massa de filiados. Essa conjuntura de estagnação política levava ao afastamento da direção em relação a sua categoria, como também ao isolamento proposital dos sindicatos oficiais em relação a outros grupos políticos não sindicais. Pode-se afirmar que as ações operárias e sindicais ocorriam sempre em função das prioridades propostas via Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que pretendia criar uma relação de harmonia entre as duas pontas da cadeia produtiva.

---

<sup>46</sup> O termo “cidadania ativa” designa um conjunto de práticas e ações cotidianas que procuram garantir a participação social dos mais diversos segmentos políticos. Ela é construída cotidianamente por entidades e associações que lutam por uma qualidade de vida, na acepção mais ampla termo, mais digna e saudável, seja no trabalho, na escola, no bairro, no partido político, no sindicato, em comunidades culturais e assim por diante. Habitualmente, há uma confusão histórica entre democracia e cidadania. José Murilo de Carvalho (2003), Aloísio Ruscheinsky e (1999) Jaime Pinsky (2003) concordam que cidadania e democracia são instâncias diferentes, ou seja, o direito de votar e ser votado não pressupõe, sob nenhuma circunstância, garantias de cidadania. De outra parte, a cidadania não se resume apenas ao sufrágio universal. Nesse sentido, a cidadania pode ser classificada como um árduo e contínuo exercício de ação política pela ampliação dos direitos e da participação comum a todos.

<sup>47</sup> A efetivação das práticas de sindicato cidadão articuladas pela CUT sofreu tanto críticas externas quanto internas. Parte dos movimentos sociais organizados, especialmente aqueles com um perfil político mais de esquerda, contra argumentavam, desqualificando a tomada de posição cutista em relação à “abertura” iniciada. O eixo central dos julgamentos assentava-se na idéia de que esse não era o papel de origem do movimento sindical: caberia às agremiações tão somente a defesa intransigente e irascível dos direitos trabalhistas que começavam a ser dilapidados. De outra margem, internamente, o cerne das discordâncias era o mesmo. Isto é, a construção de agendas alternativas, talvez advindas de um amadurecimento da Central, que ultrapassavam a relação capital-trabalho. A nova proposta articulava outras frentes de atuação e não somente as antigas. Era justamente essa textura que causava desconforto para os militantes que ainda concebiam um sindicalismo fechado em si mesmo. Daí o motivo de críticas e reclamações de setores conservadores, tanto do movimento sindical quanto de outras organizações sociais.

A tentativa de se construir um paraíso trabalhista no Brasil passava, inevitavelmente, de acordo com a literatura, pela conciliação entre as classes envolvidas na disputa política, para que se criasse um clima de compreensão e parceria com o Estado. Para tal, foi necessário o enquadramento dos sindicatos pelo poder público, como a única condição necessária para o recebimento dos benefícios oriundos da nova Carta Constitucional. Desse modo, a independência dos sindicatos, frente ao Estado, tornou-se praticamente impossível, visto que a obtenção de benefícios sociais dependia da adesão dos atores sindicais ao corporativismo estatal<sup>48</sup>.

Os sindicatos teriam um papel de destaque e não seriam meros coadjuvantes. A eles foi designada a função de coordenação e organização da massa de trabalhadores urbanos por ramo de atividade. Como garantia de sobrevivência do sindicalismo corporativista ou cupulista, foi proibida a pluralidade sindical para que as possíveis manifestações operárias não extrapolassem os limites permitidos pelo governo federal.

Já a criação do sindicalismo cidadão na década 1990 acontece mediante a articulação de outros atores sociais que priorizavam organizações diferentes para diferentes modalidades de trabalhadores, com demandas particulares. O diálogo com os outros movimentos sociais para a tomada de decisões relativas às políticas públicas torna-se presente na agenda sindical, a partir daquele momento. As atenções se voltam para a ampliação da cidadania no Brasil. As centrais sindicais passam a colocar, no centro do debate, temas pertinentes à conquista de recentes espaços institucionais.

A adoção do sindicalismo cidadão proporcionou a abertura do campo de possibilidades concretas à entidade e aos seus associados. Entre essas possibilidades, ressalta-se o diálogo com outros setores organizados da sociedade, que também buscavam se articular, organizando suas demandas coletivamente. Embora ainda se

---

<sup>48</sup> Maria Celina D'Araujo (2003) argumenta que a regulação governamental não acontecia somente pelo lado operário. A estrutura sindical abarcava a classe empresarial, que tinha seus passos monitorados. A autora afirma que o rigoroso controle acontecia tanto nas atividades ligadas ao trabalho como ao capital. Em outras palavras, os dois mundos — o empresarial e o laboral — se viram tutelados pelo governo.

mostrasse incipiente e sujeito a oscilações, o sindicato cidadão já era uma realidade inquestionável, como observa Vêras:

No campo das possibilidades extremas (ideais, no sentido de Max Weber), a uma “democracia” que busca se afirmar sem política e sem forma, pode corresponder, adequadamente, um sindicalismo “cidadão” (nos termos da “parceria”, resignado, situado entre o serviço aos sócios, a filantropia e o negócio) ou um sindicalismo cidadão (entre o serviço aos sócios, a filantropia e o negócio) ou um sindicalismo cidadão (que, através do dissenso, criativamente se utilizando de infundáveis estratégias, as articule na perspectiva de reinvenção da democracia). Mas na complexidade do mundo real, entre dois extremos há, no entanto, infundáveis possibilidades, que na sua ambigüidade constitutiva podem, a princípio, favorecer mais uma ou mais outra perspectiva. Tudo fica a depender da “elaboração cidadã”. (VÉRAS, 2002, p. 476)

O autor ainda ressalta que

[...] está posto o desafio de, para afirmar-se como sindicalismo cidadão (no sentido que atribuímos aqui), tornar-se capaz de construir uma ponte (sob o signo da autonomia e da cidadania) entre os segmentos diretamente por elas representados e aqueles que em uma palavra fulminante têm sido designados por excluídos. Trata-se de uma possibilidade ainda em aberto. (VÉRAS, 2002, p. 476)

O desafio a que se refere Vêras (2002) e a superação dos riscos que o sindicalismo cidadão pode oferecer: tornar-se uma prática meramente assistencialista, desprovida de qualquer conteúdo político ou, ainda, não conseguir criar consistência e solidez, indispensáveis para seu perfeito funcionamento.

É com esse espírito e precaução, que o Sindieleto começa a organizar, em Belo Horizonte e outras cidades de Minas Gerais, propostas relativas a um sindicalismo mais aberto, menos corporativo, com pautas reivindicatórias recheadas de discussões sobre o desenvolvimento do mercado e suas repercussões para os trabalhadores. A preocupação central do Sindicato dos Eletricitários era criar condições locais/regionais favoráveis ao operário para que ele consiga colocar-se dignamente dentro desse novo e fluido cenário.

Configurou-se, com isso, uma nova realidade na qual o Sindieleto começa a propor novos rumos e novas possibilidades, pautando sua ação em um foco

local/regional. Para tal, busca apoio de outros movimentos sociais, como ONG's, entidades representativas, movimentos de bairro, associações profissionais, poder público e, até mesmo, os empresários. A constituição dessas parcerias visa a constituição de espaços onde é possível estimular e promover políticas públicas locais, destinadas ao atendimento dos eletricitários, funcionários da Cemig e de cidadãos comuns. A incorporação desse novo perfil sindical permitiu ao Sindieletro conquistar espaços institucionais até então impensados ou proibidos ao sindicalismo tradicional, fortalecendo ainda mais a entidade e o relacionamento com seus filiados.

Em seguida, são enfocadas as incursões do Sindieletro pelo sindicalismo cidadão, destacando-se o desenvolvimento/amadurecimento desse tipo de alternativa sindical, suas principais realizações na área e suas frentes de atuação.

### **3.2. O Sindieletro e a Construção de uma Agenda Sindical Cidadã**

Anteriormente, foram abordadas as aproximações da Central Única dos Trabalhadores com o sindicalismo cidadão, destacando-se a trajetória da entidade por essa seara. Os cursos de qualificação profissional oferecidos pela CUT e a posterior elaboração do PNQP-CUT foram sublinhados com cores de tonalidades fortes, evidenciando a importância do projeto para trabalhadores que encontravam-se aliados do mercado formal de emprego e para aqueles que necessitavam de treinamento e requalificação profissional para que continuassem formalmente empregados.

Dando continuidade a essa proposta, aborda-se, a partir de agora, a recepção das propostas de sindicato cidadão pelo Sindieletro, pela sociedade e pelos seus filiados. É bom e necessário ressaltar que a expressão pode designar uma miríade de propostas

pensadas pelos sindicatos envolvidos no projeto. Com o Sindieleto não foi diferente. Isto é, o sindicato propõe uma série de ações que se inscrevem dentro da área de atuação do sindicalismo cidadão.

Seguindo esse raciocínio, são abordadas, aqui, três realizações do Sindieleto na área<sup>49</sup>. Num primeiro momento, são trabalhadas as incursões do sindicato nos cursos de elevação cultural e formação profissional, enfatizando alguns cursos realizados pelo sindicato, em parceria com outras entidades. O segundo momento é dedicado ao projeto de energia renovável e álcool combustível, desenvolvido juntamente com assentados rurais do MST em Betim — região metropolitana de Belo Horizonte. O terceiro e último assemelha-se ao segundo, por tratar também de questões relativas à produção de uma energia mais barata e acessível a todos os consumidores. Nessa parte, são sublinhadas as propostas e as ações do Sindieleto para a construção de um programa de energia elétrica.

Ao que tudo indica, a intenção do sindicato era associar o corporativismo a um contexto social mais amplo. No entanto, de forma alguma se pretendia descartar a luta corporativa em detrimento da social; tinha-se a intenção, apenas, de combinar dois aspectos necessários à prática sindical. A fala de um sindicalista entrevistado parece corroborar com a assertiva:

O corporativismo tem que ser feito. Ele tem que ser feito senão a direção do sindicato perde as eleições. Agora a ação de um sindicato, até mesmo no plano corporativo, deve abranger um contexto social mais amplo, caso contrário é um sindicato pelego [...]. Quero dizer que esse modelo de gestão que se impõe como sindicalismo cidadão é a conscientização do trabalhador sobre as questões sociais [...] não existem ações sindicais separadas da sociedade. Acho que são demandas, que quando bem executadas, podem conscientizar a categoria. Eu acho que a função do sindicato não é como antigamente; não existe diferença entre as atividades no âmbito sindical ou na sociedade, até porque eu não diferencio trabalho corporativo do trabalho social. (Sindicalista 01)<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> A escolha desses três programas se deu em função da importância que possuem para o Sindieleto. Sem sombra de dúvidas, podem ser consideradas como o “carro chefe” das propostas cidadãs articuladas e executadas pelo Sindieleto em Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais.

<sup>50</sup> Entrevista realizada em Uberlândia, em 22/07/2005.



A observação do sindicalista suscita algumas indagações que merecem ser detalhadas. Quando o entrevistado de Uberlândia argumenta em favor do corporativismo sindical, expõe que essa é, talvez, uma garantia de manutenção e conquista de votos em períodos eleitorais. Nenhuma associação sindical e de trabalhadores descarta completamente o corporativismo, que ainda se faz necessário. Contudo, é necessário, também, conjugar o corporativismo com outras atitudes que vão para além da relação corporativa inteiramente fechada. A fala ainda remete a uma possível falta de direção e uma insegurança quanto à aplicação do sindicalismo cidadão, quando o sindicalista aponta que não existem diferenças entre uma e outra concepção sindical. Isso evidencia a pouca clareza acerca do melhor caminho a ser seguido.

O depoimento de outro diretor sindical revela que o alargamento das fronteiras sindicais é resultado de uma nova concepção cutista, que afeta seus sindicatos associados:

Essa é uma concepção da CUT; concordamos inteiramente com esse posicionamento. Quando trabalhamos com a questão de uma sociedade mais justa e mais igualitária, ela passa pelo envolvimento da população na luta contra a privatização da Cemig, contra o reajuste de tarifas, contra a política de dividendos aprovada recentemente, que retira dinheiro da Cemig e aumenta para os investidores, e assim por diante. É papel do Sindieletro, juntamente com a sociedade, denunciar, não se calar. É uma luta que extrapola o corporativismo. (Sindicalista 22)<sup>51</sup>

Quando analisadas com atenção, as duas citações revelam que não é intenção do Sindieletro, ou até mesmo da CUT, extinguir por completo o corporativismo sindical. Pelo contrário, o concebem como um escudo protetor contra as intempéries e as oscilações as quais estavam submetidos os movimentos sociais organizados. Na verdade, o que buscavam era uma redefinição da política corporativa, com a incorporação de novos elementos exteriores — por exemplo, a parceria com outras entidades de trabalhadores e

---

<sup>51</sup> Entrevista realizada em Itabira, em 06/07/2005.

a incursão em outras frentes sociais —, como mostra a fala de um sindicalista de Belo Horizonte:

Outro aspecto é a inclusão social. Nós temos projetos de geração de renda em que ajudamos ou patrocinamos. A formação política é outro importante ponto. Buscamos, através dela, esclarecer algumas dúvidas e, sobretudo, ampliar o horizonte de nossos filiados e da comunidade. Então, entendo que um dos principais papéis dos sindicalismos é a questão corporativa. Ela é nossa obrigação. No entanto, devemos ampliá-la, pois a cidadania também é nossa obrigação. (Sindicalista 02)<sup>52</sup>

A realização dos cursos de qualificação profissional e elevação cultural, oferecidos pelo Sindieleiro a seus associados e outros grupos, talvez tenha sido motivada pela tentativa de reorientação dos antigos modelos corporativistas e pela incorporação de novos elementos à prática sindical daquela entidade.

### **3.2.1. Por uma educação operária e integrada: as incursões do Sindieleiro no campo educacional**

Seguindo o legado cutista, o Sindieleiro desenvolveu, organizou e promoveu cursos de formação profissional e formação cultural, destinados à sua base de filiados e à comunidade em geral. Normalmente, os cursos podem ser divididos em duas linhas complementares. Enquanto no primeiro grupo encontram-se os cursos referentes à qualificação profissional, no segundo estão inseridos os cursos destinados à formação cultural dos eletricitários. A seguir, são contempladas as duas frentes em que estão divididos os cursos ofertados pelo Sindieleiro.

Os que se referem essencialmente aos processos de qualificação profissional visam a atribuir, à sua base de filiados e à comunidade em geral, melhores e mais dignas

---

<sup>52</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 04/06/2005.

condições profissionais para atuarem no segmento pretendido. O objetivo precípua dos cursos seria preparar os candidatos, eletricitários ou não, para que conseguissem acompanhar as constantes inovações tecnológicas do setor elétrico. Pretendia-se, através dos cursos, oferecer garantias, ainda que mínimas, a seus participantes, para que pudessem, através de uma preparação melhor e mais completa, responder às demandas de um mercado cada vez mais excludente e seletivo.

Para a realização dos cursos dessa natureza, o Sindieletrô buscou respaldo técnico do *Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais* (CEFET-MG), como também financiamentos originários do FAT e de outros organismos governamentais, como atesta um sindicalista entrevistado: “Uma vez falamos aqui em recursos do FAT. Chegamos até a utilizar quando propomos um curso de qualificação profissional em eletroeletrônica, mas foi a única vez. Na verdade, eu nem sei por que não continuamos utilizando esta verba pública [...]” (Sindicalista 24)<sup>53</sup>. A afirmação do dirigente sindical 24 pode ser classificada de, no mínimo, estranha. Como é possível que não se saiba como e por que o sindicato parou de utilizar verbas públicas para a consecução dos futuros cursos?

Ouvindo um ex-dirigente do Sindieletrô, percebe-se que as opiniões emitidas sobre a utilização de recursos públicos, especialmente advindos do FAT, se assemelham. Em outras palavras, nota-se um receio muito grande, um desconforto, no emprego da verba pública. Pequenos indícios podem ser descobertos pelas palavras de um ex-dirigente:

Sempre preferimos utilizar verbas internas do sindicato em nossos cursos. Mas chegamos a fazer alguns trabalhos com o FAT, que está também muito vinculado à questão do sindicato cidadão. Na oportunidade, fizemos um convênio com o CEFET-MG. Montávamos os cursos e captávamos recursos do FAT [...]. (Sindicalista 03)<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 12/08/2005.

<sup>54</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 05/07/2005.

Novamente não ficou claro quais são os critérios para a utilização das verbas destinadas à execução dos cursos e qual era o montante financeiro disponibilizado para os mesmos. Essa era uma preocupação constante do Sindieletro: o uso espúrio ou a má utilização dos recursos obtidos juntos ao CODEFAT<sup>55</sup>. Por outro lado, argumentavam que a entidade possuía recursos financeiros próprios e uma estrutura administrativa que permitia o financiamento dos cursos realizados pelo sindicato. O depoimento de uma diretora do Sindieletro, a respeito do tema, não elucida satisfatoriamente quais os motivos que levaram apenas ao uso de recursos internos. A explicação do stress causado pela captação do dinheiro junto ao FAT e sua posterior utilização não retrata, de fato, os anseios do sindicato quanto ao mal uso de verbas advindas do Governo Federal. Diz ela:

Normalmente, utilizamos verbas internas. Aí entra outra questão, que é a parte administrativa do sindicato. Acharmos que é muito estressante captar recursos do FAT, e também sua utilização. Por isso, quase não os utilizamos. De maneira geral, é mais fácil para o sindicato utilizar o próprio dinheiro. Com dinheiro em caixa e sem dívidas, você pode fazer um planejamento estratégico, com orçamento destinado para os cursos de qualificação profissional e cultural, tudo isso com verba do Sindieletro. (Sindicalista 15)<sup>56</sup>

Portanto, parte considerável dos cursos que o sindicato ofereceu aos filiados não teve suporte financeiro do FAT<sup>57</sup>. Antes de discutir os cursos oferecidos pelo Sindieletro em parceria com outras entidades governamentais, ou realizados somente pelo sindicato, é premente esclarecimentos referentes aos recursos destinados a cada um dos cursos.

É preciso dizer que, para a realização dos cursos de qualificação profissional e de formação cultural, o Sindieletro investe recursos financeiros no fomento dos mesmos. Todavia, a disponibilização dos valores empregados em cada um dos cursos, bem como

---

<sup>55</sup> Ao longo da pesquisa, foram realizadas 30 entrevistas orais semi-estruturadas com diretores e ex-diretores do Sindieletro. Os anos de 2004 e 2005 foram reservados para cumprir a meta estipulada, sendo necessário percorrer algumas cidades de Minas Gerais. Todavia, quando questionados sobre a utilização de verbas públicas, especialmente originárias do FAT, todos foram unânimes nas respostas: a preferência era sempre pela utilização de recursos internos do sindicato.

<sup>56</sup> Entrevista realizada em Sete Lagoas, em 13/10/2005.

<sup>57</sup> As entrevistas revelaram que a utilização de recursos caseiros daria mais transparência ao processo, além de evitar a burocracia governamental, que poderia atrapalhar todo o planejamento anual do Sindieletro.

as despesas e o balancete final, não foram abertos para esta pesquisa. O roteiro das entrevistas orais semi-estruturadas<sup>58</sup> continha indagações a esse respeito. Porém, quando se questionou sobre os dispêndios e as verbas aplicadas, não foram obtidas respostas conclusivas, apenas considerações vagas e imprecisas. Essa importante informação não foi conseguida junto aos dirigentes sindicais ouvidos. Somente um dos entrevistados disse que o sindicato não buscava verbas públicas porque preferia utilizar dinheiro interno, recolhido junto à categoria: “Os recursos são nossos. Não pegamos subvenção governamental e muito menos da CUT. Aliás, somos nós que a sustentamos. O nosso dinheiro vem da contribuição da categoria” (Sindicalista 27)<sup>59</sup>. Mesmo deixando claro que preferencialmente o sindicato usava verbas internas, oriundas da contribuição mensal de seus associados, o sindicalista ainda não esclareceu quais seriam os valores e as formas de emprego dos recursos.

No período pesquisado, o Sindieletrô ofereceu, em parceria com o CEFET-MG, seis cursos voltados para a qualificação profissional dentro do setor elétrico. Os cursos foram oferecidos gratuitamente aos funcionários da Cemig, das empreiteiras, funcionários terceirizados e para todos aqueles que, porventura, manifestassem interesse em cursá-los. Além da gratuidade, o sindicato ofereceu vale transporte e lanche aos participantes. Ao total, foram ofertadas 284 vagas, sendo a seleção dos candidatos de inteira responsabilidade do CEFET-MG. Em contrapartida, o candidato deveria preencher obrigatoriamente alguns pré-requisitos.

Os cursos disponibilizados pelo sindicato, seus programas, as exigências para a seleção dos participantes e a escolaridade foram os seguintes:

---

<sup>58</sup> Ao final da presente pesquisa, encontram-se em anexo os roteiros semi-estruturados das entrevistas orais utilizadas como recurso metodológico e de pesquisa.

<sup>59</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 01/08/2005.

### Quadro 8

#### Cursos Oferecidos pelo Sindieletro

Curso	Programa	Escolaridade
<b>Instalador Predial</b>	Princípios básicos de eletricidade e interpretação de desenhos e normas; tecnologia das instalações elétricas prediais e de equipamentos especiais.	4º série do 1º grau, com conhecimento de eletricidade.
<b>Comandos Elétricos</b>	Princípios básicos de eletricidade; motores elétricos; tecnologia de equipamentos industriais; acionamentos e motores elétricos e introdução aos CLPS.	4º série do 1º grau, com conhecimento de eletricidade.
<b>Projeto de Manutenção Predial</b>	Princípios básicos de eletricidade; projetos elétricos; de instalações prediais; tecnologia de materiais elétricos; instalações elétricas prediais.	1º grau completo, com conhecimento de eletricidade.
<b>Programação e Aplicação de PLC'S</b>	Linguagens de programação básica; funções de contagem e temporização; funções intermediárias e aplicações especiais.	2º grau completo com conhecimento em eletricidade
<b>Informática Aplicada à Automação</b>	Princípios e aplicações computacionais na indústria; programação estruturada para controles dedicados; interfaces computacionais e processos; sistema supervisórios e aplicações práticas.	Pós-técnico em eletrônica, instrumentalização e eletromecânica.
<b>PLC Avançado</b>	Funções de lógicas e aritméticas; tipos variáveis industriais; processos de mediação de controle; malhas de controle; filosofia de controle e malha fechada.	Pós-técnico em eletrônica, instrumentalização e eletromecânica.

Fonte: SINDIELETRO (2000).

Esses cursos foram, talvez, os poucos, senão os únicos, que receberam financiamento de fora, oriundo do FAT<sup>60</sup>. Possuíam uma carga horária total de 250 horas, das quais 205 horas foram destinadas exclusivamente aos conteúdos voltados para área

<sup>60</sup> Como mencionando anteriormente, não se obteve nenhuma resposta por parte dos sindicalistas sobre o valor que o Governo Federal, através do FAT, destinou ao sindicato para a realização dos cursos em eletroeletrônica.

de eletroeletrônica. Essa etapa coube aos professores do CEFET-MG, que articularam o programa de cada uma das subáreas abordadas, como ficou evidente no quadro anterior. As outras 45 horas restantes ficaram sob inteira responsabilidade do sindicato. Sendo assim, a entidade apresentou uma proposta de preenchimento das horas restantes voltadas prioritariamente para a formação política e humanista dos participantes, sendo que o tema escolhido foi: “Brasil são outros 500”.

Nesse curso, os monitores e os professores enfatizaram aspectos da História do Brasil, destacando, em especial, as seguintes temáticas: comunicação e poder; meio ambiente; cultura; economia; política atual; direitos sociais e trabalhistas; conjuntura política. Eis, aí, segundo os diretores do sindicato, um componente diferenciador: oferecer aos alunos uma visão da realidade brasileira. A fala de um diretor do Sindieletro parece caminhar nessa direção:

Este tipo de curso normalmente não é destinado à base. Eles se destinam a jovens da periferia de Belo Horizonte e de cidades próximas da capital. Por isso mesmo, é necessário fornecer a esse tipo de público uma visão mais ampla da nossa realidade. Por isso optamos por esse módulo de Brasil são outros 500. (Sindicalista 03)<sup>61</sup>

Embora não esteja explicitado no depoimento, nota-se um forte componente doutrinário e ideológico<sup>62</sup> na formatação do curso em eletroeletrônica, sobretudo, quando são abordados aspectos relacionados ao módulo “Brasil são outros 500”<sup>63</sup>. Naturalmente, todo e qualquer empreendimento é precedido de intenções subjacentes a ele. Não poderia ser diferente com os cursos e as programações realizadas pelo Sindieletro,

---

<sup>61</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 05/07/2005.

<sup>62</sup> A utilização do termo leva em consideração sua polissemia. No entanto, retrata um conjunto de crenças mais ou menos comuns e coerentes com aquele determinado grupo político e sindical que se encontrava na direção da entidade. Dessa forma, a expressão aqui utilizada marca o posicionamento diante do mundo e as maneiras de interpretá-lo e recriá-lo. De qualquer modo, vale frisar que o conceito de ideologia utilizado pelos dirigentes sindicais do Sindieletro, remonta às teses marxistas, que a habilitavam como ordenamento de crenças, representações, regras e normas que surgem independente das condições materiais. No entanto, existem argumentos contrários que mostram a impossibilidade do surgimento de ideologias afastadas das condições materiais de existência de determinadas classes sociais. Por esse prisma, ideologia encontra-se umbilicalmente relacionada à idéia de alienação.

<sup>63</sup> Entretanto, como será mostrado mais adiante, alguns cursos de formação cultural oferecidos pelo Sindieletro possuíam propostas bastante ideológicas e doutrinárias. A intenção seria, como relata um ex-diretor do sindicato, “[...] despertar a consciência política dos jovens, mostrando-lhes outras opções políticas”.

principalmente quando grande parte do público era composta por adolescentes da periferia de Belo Horizonte e cidades circunvizinhas à capital.

O entendimento que se retira é a percepção da educação como instrumento de organização do trabalho e do próprio trabalhador, como também uma forma segura de emancipação da classe trabalhadora. Compartilhando com Acácia Kuenzer (2002) da idéia de que o operário também é um produtor de conhecimento<sup>64</sup>, o curso é realizado visando contemplar o maior número de pessoas deslocadas do mercado de trabalho.

As informações obtidas junto aos entrevistados levam a crer que o módulo de 45 horas tinha por objetivo proporcionar aos educandos a possibilidade de se posicionarem criticamente diante das transformações no campo político, social e do trabalho. Por outro lado, estavam convencidos de que não seria uma tarefa simples. A conscientização viria mediante ao esforço de ambas as partes envolvidas no processo de aprendizagem.

Seria papel exclusivo do aluno o interesse em aprender, experimentar, analisar, questionar, discutir, cobrar, descobrir as circunstâncias que o cercavam. Somente assim, iria construindo, passo a passo, sua própria ação, elaborada a partir do seu saber fazer (KUENZER, 2002). Essa possibilidade extrapola os limites convencionais da educação e do próprio trabalho. De acordo com Kuenzer:

Assim, articulando com o saber sobre o trabalho, ele vai desenvolvendo um saber social, que, no caso específico em estudo, é propiciado, contraditoriamente, pela própria fábrica, que lhe ensina exercer seus direitos de cidadãos, a enfrentar a burocracia com seu aparato jurídico na busca de solução para seus problemas financeiros, de habitação, de saúde, de educação, de relacionamento familiar etc., ao mesmo tempo em que vai aprendendo a racionalizar todas as instâncias de sua vida pessoal. (KUENZER, 2002, p. 183)

A citação ressalta o argumento utilizado pelo Sindieleiro na construção do curso em eletroeletrônica. Mais do que formação técnica na área, o sindicato procurava

---

<sup>64</sup> Para Kuenzer (2002, p. 183), “Se o conhecimento é, portanto, elaborado socialmente a partir do trabalho dos homens que estabelecem relações entre si na produção da existência, processo pelo qual se constitui a sua consciência, é inegável o fato que o operário produz conhecimento. Mesmo em sua condição subalterna, de mero executor de tarefas predeterminadas e parciais, ele se defronta cotidianamente com questões que a prática concreta se lhe apresenta, as quais ele se resolve”.



oferecer uma formação política consistente que demarcasse uma posição de repúdio e oposição ao sistema em voga. Para tal, a formação/conscientização política era fundamental e obrigatória: era esse o papel do Sindieletro e de seus cursos de qualificação profissional e elevação cultural. Mais uma vez, o componente ideológico e doutrinário se fazia presente.

Ainda dentro deste contexto de qualificação profissional, o Sindieletro disponibilizou aos filiados um curso preparatório para a obtenção de registro profissional junto ao CREA<sup>65</sup>. Segundo informações colhidas junto ao sindicato, a Cemig começou a exigir o registro profissional junto ao órgão federal para cargos que até então eram preenchidos por auxiliares técnicos. Alegando que a medida impossibilitaria a ascensão profissional dentro da empresa, o sindicato resolveu fornecer curso preparatório aos interessados. O Sindieletro ainda alertava a seus sócios sobre a existência de outra forma de obter o registro junto ao CREA: através do exame de supletivo.

Para isso, os interessados deveriam procurar a Secretaria de Estado de Educação, bem como as Delegacias Regionais de Educação, e requisitarem os exames supletivos. Lá, os candidatos obteriam todas as informações necessárias para se candidatarem ao exame supletivo. Além da habilitação na área de eletrônica, foram disponibilizados exames nas áreas de enfermagem, agrimensura, edificações, higiene dental, mecânica, mineração, nutrição e dietética, óptica, prótese odontológica, radiologia médica, secretariado, telecomunicações, transações imobiliárias e secretariado escolar<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Esse curso possuía características e significados diferentes dos demais realizados pelo sindicato. Ele visava preparar funcionários da Cemig que precisavam adquirir, junto ao CEA-MG, o registro profissional. Dessa forma, funcionava como um curso estritamente preparatório.

<sup>66</sup> Dos cursos citados, apenas os três mais procurados foram abertos em todo o Estado.

Um outro modelo de curso oferecido pela instituição, em parceria com a Cemig e a Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE), diz respeito aos estudos do ensino fundamental para os empregados que não possuíam esse nível de escolaridade<sup>67</sup>.

O programa e o método, patrocinados pela Cemig, seriam em regime de ensino a distância, individualizado, monitorizado com funcionamento nas dependências da empresa. Cada trabalhador poderia fazer seu horário de estudo, obedecendo a sua jornada de trabalho e de acordo com sua disponibilidade de horário, sem nenhum ônus em seu salário mensal. Seria de inteira responsabilidade da Cemig a instalação de núcleos de estudos nos diversos setores, inclusive no interior do estado, sendo a periodicidade das avaliações semanais e mensais.

Num outro plano, o sindicato ofereceu, à sua base de filiados, cursos de formação voltados para a cultura geral dos trabalhadores, que objetivavam dar aos inscritos uma compreensão geral dos aspectos culturais, políticos e sociais que envolveram o Brasil e, seguramente, outras partes do mundo. Assim, as temáticas diferem enormemente daquelas abordadas nos cursos de qualificação profissional e elevação de escolaridade: “Alguns cursos não se enquadram nos perfis originalmente concebidos pelo Sindieleiro. Por exemplo, acabei de fazer um curso para discutirmos a idéia de gênero e sindicalismo. Esse curso teve a duração de quatro dias. Foi fantástico!” (Sindicalista 14).<sup>68</sup>

Outro sindicalista entrevistado faz o seguinte relato:

É claro que nós temos um projeto único de formação. O que procuramos fazer é tentar adaptar o projeto de acordo com a realidade das regionais. Temos um projeto de fazer cursos de cultura itinerantes, como, por exemplo: a viagem a Itabira: terra de Carlos Drummond de Andrade, Cordisburgo na casa de João Guimarães Rosa, cursos em Contagem e

---

<sup>67</sup> A criação desse programa de educação básica e complementação de estudos do ensino fundamental retrata a importância que o Sindieleiro dava à educação e à qualificação de seus filiados e demais trabalhadores da Cemig e empreiteiras associadas. Porém, é digno de retratar a parceria construída entre o sindicato e a empresa — fato que personifica uma das características edificantes do sindicalismo cidadão: a capacidade de promover uniões com os mais diversos grupos, até mesmo patronais, em busca de interesses comuns.

<sup>68</sup> Entrevista realizada em Ipatinga, em 13/07/2005.

outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre outros. (Sindicalista 08)<sup>69</sup>

Diferentes assuntos foram tratados nesses cursos de elevação cultural, tais como: *História da Música Popular Brasileira: dos Primórdios ao Século XX*, em que se discutiu a trajetória dos gêneros da música popular brasileira, a partir de referências históricas, sonoras e bibliográficas. O objetivo do curso era possibilitar a interpretação sociocultural das variadas fases da música no Brasil. A monitoração ficou sob a responsabilidade do coordenador do Curso de Licenciatura em Música da Escola de Música da UFMG.

Outra opção foi o mini-curso *Previdência Social e Fundo de Pensão*, que teve como monitores um especialista em previdência social, uma diretora do sindicato e uma médica do trabalho, assessora do Sindieletrô. Ali, se discutiu a idéia da previdência social e dos fundos de pensão. Com um forte tom ideológico<sup>70</sup> (como já foi mostrado anteriormente, a partir de outros cursos do sindicato), buscava-se fornecer aos participantes condições para atuarem propositivamente no fundo de pensão dos funcionários da Cemig.

Com outra temática e uma proposta diferente do anterior, foi realizado em parceria com a Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, um curso intitulado *Viagem ao Mundo de Carlos Drummond de Andrade*. Encarado como uma homenagem ao centenário do nascimento do poeta, a idéia era percorrer os “Caminhos Drummondianos” em sua cidade natal, passando por lugares que Drummond freqüentou na sua infância<sup>71</sup>.

O curso sobre *Negociação Coletiva*, por sua vez, procurava fazer uma reflexão sobre o atual momento vivido pelo sindicalismo nacional, através dos acordos e das

---

<sup>69</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 04/08/2005.

<sup>70</sup> A intenção do Sindieletrô fica clara quando se lê a proposta do curso no folder informativo: “A Previdência Social foi transformada, por vias tortas, desde a época do governo Collor de Melo, num grande fato político nacional e, ainda hoje, é manchete nos jornais, sempre envolvida em escândalos de corrupção. Nesse emaranhado de disputas, é preciso que tenhamos consciência e ação para participarmos efetivamente da gestão do nosso fundo de pensão” (SINDIELETRO, 2002).

<sup>71</sup> Parte desse curso foi realizada na cidade do poeta mineiro: Itabira.

negociações coletivas feitas entre o Sindieleto e a Cemig<sup>72</sup>. Sob a monitoria da diretora da regional do Dieese em Minas Gerais e o economista da subseção do órgão no sindicato, foi realizada uma digressão sobre a reorganização do movimento sindical no Brasil, do novo sindicalismo até a atual situação.

*Globalização e Neoliberalismo: que bichos são esses?* foi oferecido claramente como fator de resistência ao modelo econômico que, para grande parte dos militantes sindicais, seria o responsável pela situação desalentadora dos movimentos sociais, entre eles os sindicatos. Organizado por um ex-assessor de formação do Sindieleto, baseava-se nas propostas oposicionistas defendidas pelo geógrafo Milton Santos. Aliás, a inspiração para a criação do curso nasceu da leitura das obras do autor, como relatou esse antigo assessor.

Muito parecido e com o mesmo formato do curso sobre Carlos Drummond, o Sindieleto realizou o *Viagem ao Mundo de Guimarães Rosa*. Coordenado pelo grupo Miguilim, responsável pela preservação e divulgação da obra do escritor, possibilitou aos participantes um mergulho no panorama da literatura de Guimarães Rosa e de sua memória<sup>73</sup>.

Com o título *História do Movimento Sindical*, outro curso procurou traçar um perfil histórico e evolutivo do sindicalismo no Brasil. Sob a monitoria de um diretor do Sindieleto e presidente da CUT-MG, oferecia uma visão, de dentro, sobre o movimento sindical<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> Muitas vezes não são levadas em consideração as especificidades dos locais onde os cursos são realizados, o que gera problemas de adaptação e até mesmo de entendimento dos participantes. Os exemplos mais notórios acontecem justamente nos cursos cuja temática é a negociação coletiva, que, normalmente, são realizados também no interior de Minas Gerais, nas regionais do sindicato. O cerne do problema é que, em algumas situações, os acordos coletivos firmados em Belo Horizonte obedecem a uma pauta própria, que normalmente não se encaixa à realidade profissional de operários de usinas de geração de energia que se localizam no Triângulo Mineiro.

<sup>73</sup> O encerramento do referido curso foi uma excursão à cidade mineira de Cordisburgo, onde nasceu Guimarães Rosa e guarda parte da memória do escritor.

<sup>74</sup> Possivelmente, esse curso foi construído a partir de impressões de militantes sindicais, tornando-o, em certa medida, apaixonado, como é perceptível em: "O movimento sindical brasileiro foi o responsável por todas as grandes conquistas trabalhistas da história do Brasil. Qual o papel que pode cumprir o movimento sindical neste mundo em constante transformação? No momento em que pretendem retirar nossos direitos, é mais que necessário conhecermos a história do movimento sindical" (SINDIELETRO, 2002).

Diante da crise de energia pela qual passou o país, o Sindieletrô propôs um minicurso voltado para o tema. *Matriz e Alternativas Energéticas para o Brasil* propunha aos participantes o estudo de matrizes alternativas para geração de energia em Minas Gerais. Assim, procurava analisar as prováveis fontes energéticas alternativas e suas opções para o estado. Esse curso ficou a cargo da secretaria de políticas energéticas do Sindieletrô.

O último desses cursos recebeu o nome de *História das Revoluções Socialistas* — oferecido e coordenado por um ex-assessor do sindicato e por um chargista de Belo Horizonte. A proposta era analisar as causas e imperfeições que levaram à queda da ex-URSS e ao colapso do socialismo real. Mais do que apresentar um histórico das idéias socialistas e revolucionárias, buscava os ensinamentos que podiam ser tirados da experiência.

Vale frisar que os cursos foram divididos em módulos mensais, compostos normalmente por três etapas, podendo variar de acordo com o curso. Ao final, os participantes receberam um certificado de participação e conclusão.

Quando perguntado sobre qual a importância, a necessidade e os objetivos desses cursos, um entrevistado argumentou:

A compreensão dos aspectos culturais, políticos, científicos e econômicos que envolvem o Brasil e o mundo é fundamental para o desenvolvimento do ser humano. É com essa finalidade que o Sindieletrô promove os cursos [...]. Acreditamos que, dessa forma, estaremos contribuindo para disseminar o conhecimento, propiciando um espaço para o pensamento e a reflexão sobre o mundo do trabalho e sobre a sociedade em que vivemos. (Sindicalista 09)<sup>75</sup>

Normalmente, a participação nesse tipo de curso era restrita apenas aos eletricitários e familiares. Portanto, ao contrário do *Curso de Qualificação em Eletroeletrônica*, que era aberto à comunidade, esses últimos, de formação cultural, foram oferecidos somente aos filiados:

---

<sup>75</sup> Entrevista realizada em Patos de Minas, em 12/07/2004.

Geralmente, neste tipo de curso a participação era de eletricitários. Mas sempre primamos por incentivar os dirigentes sindicais e a própria base a levarem seus familiares, caso existissem vagas ociosas. Nestes casos, você tinha muitos companheiros ou companheiras com família, filhos e filhas participando dos cursos conosco. (Sindicalista 03)<sup>76</sup>

A procura, bem como a participação nos cursos, foi relativamente elevada, principalmente daqueles que proporcionaram viagens aos participantes, como foi o caso dos cursos sobre Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade. Na ocasião, em virtude da grande demanda, o Sindieleto teve que limitar o número de participantes, como relembra um assessor sindical:

Tivemos que abrir inscrições visando o teto máximo de participantes, chegando ao determinado limite, tínhamos que fechar as inscrições. Quanto aos cursos de Guimarães Rosa e Drummond, o sindicato pagou os ônibus, almoço e os guias turísticos. Por isso mesmo, deveriam ser reduzidos a um determinado número de participantes. (Sindicalista 03)<sup>77</sup>

Algumas considerações mais técnicas sobre os cursos de formação cultural do Sindieleto merecem ser feitas. A concepção e execução das atividades eram de inteira responsabilidade da Secretaria de Formação Sindical. Sua função original era organizar as atividades e, ao mesmo tempo, possibilitar formação política à base e aos diretores. Portanto, o planejamento estratégico dos cursos era incumbência dessa secretaria que, no início de cada ano, decida sobre os temas, sobre quem seriam os ministrantes, que normalmente eram os próprios dirigentes sindicais, à exceção de cursos cuja temática mais particularizada exigia um profissional na área.

O planejamento anual continha as projeções de despesas que cada atividade iria gerar para o Sindieleto e, também, a média de participantes estimados para os cursos. Com relação ao quesito participação, vale salientar que a média de público em cada curso não oscilou significativamente. Segundo dados do Sindieleto, o número de

---

<sup>76</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 05/07/2005.

<sup>77</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 05/07/2005.

peças freqüentes foi bastante alto, sempre de acordo com o título de cada curso. Acredita-se que parte do público participou de uma, ou mais, atividade educativa. Por outro lado, os cursos sobre os escritores Carlos Drummond e Guimarães Rosa foram os mais requisitados em função das viagens feitas ao final de cada um deles.

Objetivamente, os Eletricários de Minas Gerais foi um dos primeiros sindicatos do estado a propor e organizar atividades de sindicalismo cidadão, tornando-se, com o tempo, referência para outras agremiações de trabalhadores que desejavam se aventurar por esse caminho. Dessa forma, o Sindieleto disponibilizava a Secretaria de Formação e Cultura para organizar os cursos e para captar os recursos financeiros necessários para a concretização das atividades.

As entrevistas esclarecem que, apesar de oficialmente os cursos de qualificação profissional e elevação cultural ficarem sob a estrita responsabilidade da secretaria, todas as outras também se envolviam. Cada uma contribuía com a especificidade de sua secretaria para a criação e posterior divulgação das atividades junto à categoria e à sociedade de um modo geral. Todavia, a responsabilidade de contratação de pessoal qualificado (quando o curso exigia) e do pagamento era tarefa da Secretaria de Formação e Cultura, atividade que não era dividida com outros segmentos administrativos do Sindieleto.

Outra atividade que em momento algum era compartilhada com outros braços da diretoria do sindicato era a execução dos cursos depois de finalizado. A função era feita pelo assessor de formação do sindicato, que comandava de perto o andamento dos cursos, a seleção dos candidatos, o local de realização, entre outras atividades burocráticas. Nas palavras de um ex-assessor de formação sindical, as funções de assessoria se caracterizavam da seguinte maneira:

Fui contratado como assessor de formação. Essa era minha principal atividade no sindicato. Lá dentro eu desenvolvia atividades voltadas para a formação cultural e profissional dos diretores e da categoria. Porém, uma atividade não existe separada das outras; elas se completam. Além do planejamento dos cursos de formação, aí incluído as contratações,

valores e toda a infra-estrutura, também era responsável pelas mobilizações, na condução dos acordos coletivos, nas panfletagens nas portas da Cemig, na condução das assembleias e assim por diante. Eu acredito que a assessoria de formação sindical é que dá vida para o sindicato. (Sindicalista 03)<sup>78</sup>

Apesar das limitações naturais, os cursos aqui mencionados eram encarados, tanto pelo sindicato como pelos seus participantes, como peças fundamentais para a superação da realidade, que os colocava como passivos reprodutores de suas práticas laborais cotidianas. Concordando com Kuenzer (2002), que percebe a sala de aula como um espaço privilegiado de democratização do saber, que capacita o aprendiz a superar seus limites, os cursos de formação cultural e qualificação profissional do Sindieleiro tinham essa preocupação fundadora. Em outras palavras, o processo educativo era elaborado concretamente a partir da realidade objetiva do trabalho. Posicionava-se como oposição a uma educação parcial, com um saber fragmentado e acrítico — o que não permitia ao eletricitário e demais trabalhadores o controle pleno de suas possibilidades profissionais. Pode-se dizer que a proposta de educação profissional do Sindieleiro permitia a criação de um corpo técnico qualificado, revestido de conteúdo político. A aquisição desse saber fortaleceria a categoria, preparando-a conscientemente para superar as relações de dominância exercida pelos patrões<sup>79</sup>.

Quando indagados sobre o preceito articulador dos cursos ofertados pelo Sindieleiro, todos os 30 sindicalistas entrevistados são unânimes ao afirmarem que, tanto os de qualificação profissional quanto os de elevação cultural, são organizados tendo como pano de fundo o mundo do trabalho e suas diversidades.

Caracterizando a educação como voltada exclusivamente ao trabalho, atingia um dimensionamento diferente dos tradicionais cursos profissionalizantes que se

---

<sup>78</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 05/07/2005.

<sup>79</sup> Acreditando que a educação operária é um recurso de oposição ao atual sistema de exploração trabalhista, diz Kuenzer (2002, p. 189): “Controlando o acesso ao saber e dificultando sua aquisição em outras instituições, a fábrica pretende formar um corpo qualificado na medida exata de suas necessidades, e politicamente submisso e disciplinado. Esse controle é fundamental para manutenção das relações de dominação, na medida em que a qualificação é um poder que o operário exerce em seu trabalho e que pode trazer problemas ao patronato”.



preocupavam somente com a especificação técnica, esquecendo da dimensão política e cultural, indispensáveis à formação operária e sindical. Sendo assim, o conteúdo específico foi complementado por matérias relativas à história sindical, história do Brasil e contemporânea, literatura, entre outras. Enfim, buscava-se oferecer aos alunos uma visão mais crítica da situação política do Brasil e de outros lugares:

Em síntese, deve-se levar em conta os conteúdos revestidos de atualidade e que compõe os diversos campos do conhecimento e que são indispensáveis para que o trabalhador possa entender a sociedade e ao mesmo tempo integrar-se nela pelo trabalho na medida em que ele domine suas formas de aplicação prática. (KUENZER, 2002, p. 192)

Por uma questão de clareza, é preciso afirmar que, a exemplo do curso de eletroeletrônica<sup>80</sup> e de outros disponibilizados pelo Sindieleto, a preocupação em fornecer aos participantes conteúdos que buscavam uma complementação política e cultural não era criação do sindicato, mas sim proposta integrante do PNQP-CUT.

O Sindieleto organizou e promoveu seus cursos de formação profissional e elevação cultural referenciados pelas diretrizes do PNQP-CUT. Não obstante, seguiam com autonomia e liberdade as programações da PNF e do PNQP-CUT. A fala de um sindicalista entrevistado parece corroborar com a afirmação: “Acho que seguimos o programa com muita liberdade. Na verdade, temos nossas demandas e prioridades nos cursos e na sua formatação, de acordo com o contexto do Estado de Minas Gerais” (Sindicalista 17)<sup>81</sup>. Já para outra sindicalista, a base é sempre o PNQP, mas adaptando-se de acordo com a realidade vivenciada no momento pelo sindicato ou pela categoria representada:

Fazemos nosso planejamento estratégico uma vez por ano. Então, colocamos num quadro quais são os cursos mais interessantes para aquele ano. Daí treinamos os formadores. Claro que a referência é sempre o PNQP, mas temos toda a liberdade aqui dentro para

---

<sup>80</sup> Lembra-se que das 205 horas de curso, 45 foram disponibilizadas para o estudo de conteúdos não específicos, mas voltados para formação política dos participantes.

<sup>81</sup> Entrevista realizada em Patrocínio, em 26/07/2005

modelarmos os cursos de acordo como nossas expectativas. Por exemplo, estamos pensando em oferecer cursos que discutam a reforma sindical e a questão das CIPAS. Portanto, os cursos são planejados dentro do Sindieleto e viabilizados aqui dentro. (Sindicalista 15)<sup>82</sup>.

Ao que parece, as opiniões de alguns diretores são semelhantes quando o assunto é o PNQP-CUT, ao concordarem que o sindicato seguia as diretrizes do PNQP com muita liberdade e autonomia, como enfatiza um entrevistado:

Eu acho que temos muita liberdade na utilização do PNQP, muita liberdade mesmo [...]. Seguimos algumas diretrizes, mas sempre de olho nas nossas especificidades regionais. Eu acho também que, normalmente, a escolha dos cursos e os critérios metodológicos que serão seguidos dependem do assessor de formação que esteja ocupando o posto na época. (Sindicalista 04)<sup>83</sup>

Outro sindicalista, de Itabira, confirma a fala dos anteriores. Todavia, acrescenta que, embora exista certa liberdade de ação e execução dos cursos de qualificação profissional e cultural, seguem quase plenamente a concepção inicial da CUT e do PNQP. Ele argumenta que o propósito era utilizar o plano como uma referência, um norte a ser seguido.

Nós temos liberdade. Temos nossa linha, mas a concepção da CUT é referência para todas as nossas ações nesse sentido. Nosso planejamento estratégico sempre busca os princípios do PNQP-CUT, para que não desviemos muito dos objetivos contidos no plano de qualificação da Central. (Sindicalista 22)<sup>84</sup>

As falas dos dirigentes sindicais revelam a importância do PNQP-CUT para a execução dos cursos realizados pelo Sindieleto. Mesmo com toda a liberdade de ação, autonomia na concepção, planejamento e execução dos cursos, o PNQP foi uma referência importante e balizadora para o sindicato, no campo educacional e cidadão. No entanto, as investidas do Sindieleto nas políticas de qualificação profissional e formação cultural não podem ser consideradas unanimidade. Ou seja, existem poucas vozes

---

<sup>82</sup> Entrevista realizada em Sete Lagoas, em 13/10/2005.

<sup>83</sup> Entrevista realizada em João Monlevade, em 09/08/2005.

<sup>84</sup> Entrevista realizada em Itabira, em 06/07/2005.

dissonantes e contrárias ao projeto<sup>85</sup>. Nesse caso, o que chama atenção é o fato de dois dirigentes sindicais, do interior de Minas Gerais, posicionarem-se contrários aos projetos de formação profissional do Sindieletrô. Basicamente, o argumento desenvolvido por um dos diretores joga a responsabilidade de treinamento e qualificação dos eletricitários para a Cemig, como é evidente na seguinte fala: “Ora, se a Cemig quer qualificar seus funcionários, ela que busque parcerias e as empresas que tenham condições para realizar o treinamento e a qualificação de seus empregados, sem necessariamente usar dinheiro do FAT” (Sindicalista 05)<sup>86</sup>.

Já o outro mostra sua desconfiança quando se discute os resultados das políticas de qualificação e educação profissional, como é relatado no trecho que se segue:

Esse é um debate que ainda não foi vencido no Sindieletrô. Fomos nós que trouxemos novamente à tona [...]. Essa questão de buscar pessoas lá fora para qualificá-las não pressupõe um melhoramento da situação, porque não conseguem entrar no mercado de trabalho. O que o sindicato anda fazendo é cortina de fumaça, pois, independentemente de qualificação ou não, o mercado de trabalho não assumirá esse pessoal. (Sindicalista 25)<sup>87</sup>

Contudo, a manifestada oposição dos dois entrevistados não abalou a continuidade dos cursos oferecidos pelo Sindieletrô e muito menos a certeza sobre a eficácia de seus resultados finais. Assim, até o presente momento, continua desenvolvendo cursos voltados para sua base de trabalhadores, assim como para um público formado essencialmente de não eletricitários.

A manutenção e continuidade dos cursos desenvolvidos pelo Sindieletrô — seja com o apoio financeiro do FAT ou com recursos próprios, seja em parceria com outras instituições ou realizados individualmente, seja voltados exclusivamente para os eletricitários ou abertos ao público em geral — tem sua origem na esperança de que,

---

<sup>85</sup> A título de informação, quando perguntados sobre os cursos de qualificação promovidos pelo Sindieletrô, 28 entrevistados, de um total de 30, responderam favoravelmente, afirmando sua utilidade para os trabalhadores participantes e para o sindicato. Apenas 2 sindicalistas, num total de 30, argumentaram contra o projeto elaborado pelo Sindieletrô.

<sup>86</sup> Entrevista realizada em Uberaba, em 01/12/2005.

<sup>87</sup> Entrevista realizada em Uberaba, em 01/12/2005.

através da educação operária e sindical, os trabalhadores e o sindicato consigam conquistar novos espaços nesse momento adverso. Talvez, seja esse o mote do sindicalismo cidadão.

As incursões do Sindieletro não se restringiam somente aos cursos de qualificação profissional e elevação de escolaridade oferecida aos operários. A priorização de uma agenda sindical cidadã significa a ampliação do campo de atuação dos sindicatos. Em outros termos, passam a trabalhar com questões que ultrapassam a relação salarial, buscando atuar em temas como raça, sexo, escolaridade, previdência, fundo de pensão. Assim, o Sindieletro começou a caminhar em novas frentes, trazendo para seu mundo experiências diversas que somaram ainda mais na conquista da cidadania plena (VÉRAS, 2002). A idéia prática do sindicalismo cidadão era estabelecer um elo entre as tradicionais demandas e as modernas demandas sindicais (VÉRAS, 2002).

Pretende-se mencionar outras “práticas cidadãs” que já fazem parte da agenda do Sindieletro. Entre elas, talvez a mais vistosa e reconhecida seja a criação de um amplo programa de produção de energia alternativa, auto-sustentável e mais barata. Sem dúvida, esse era um projeto ambicioso e extenso que solidificou definitivamente o Sindieletro como uma das entidades sindicais mineiras responsáveis pelo emprego de uma agenda cidadã. Acreditavam que assim poderiam intervir socialmente, buscando a solidariedade como contraponto ao individualismo político. O tom de um entrevistado parece confirmar a idéia: “O sindicato cidadão, para mim, é um sindicato radical. Radical significa ir à raiz, ir fundo nos problemas sociais. Não adianta ficar correndo atrás de salário se você não vai à causa do problema. Eu acho que sindicato cidadão é isso” (Sindicalista 26)<sup>88</sup>.

A imensidão desse programa permite dividi-lo em duas partes: a primeira refere-se a um projeto de economia solidária, destinada à produção de energia renovável e

---

<sup>88</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 07/10/2005.

álcool combustível, enquanto a segunda discute as intervenções do Sindieletro na construção de uma matriz energética para Minas Gerais.

### **3.2.2. O Sindieletro e a construção de uma matriz energética alternativa: alguns apontamentos**

Esse não é um debate recente dentro do sindicato. Ele remonta ao ano de 1996, momento de unificação entre o Sindieletro e o Sindelt. Procurava-se, naquele momento, analisar as fontes energéticas de Minas Gerais e as demandas de energia no estado, a fim de detectar qual seria o modelo de energia mais adequado para o perfil de Minas Gerais.

A busca por uma matriz energética alternativa deveria ser pensada levando-se em consideração diferentes aspectos. Um deles, talvez o mais importante para esse modelo, são os recursos naturais, como, por exemplo: a terra, a água, o sol, as reservas minerais, entre outros.

Para o Sindieletro, o desenvolvimento de novas fontes de energia acarretaria o desenvolvimento econômico, a geração de renda e, principalmente, a geração de empregos dentro de Minas Gerais. Enfim, contribuiria para a completa estabilidade energética e para a diminuição dos impactos ambientais. Para um sindicalista:

Com a crise de energia, várias alternativas passaram a ser debatidas pelo sindicato. Estamos apresentando variáveis energéticas e socioeconômicas estudadas pela Cemig, que servem como instrumento para a definição de uma matriz energética que favoreça o desenvolvimento do Estado. (Sindicalista 06)<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 07/10/2005.

Percebida como uma demanda cidadã, o Sindieletro começa a desenvolver um programa de energia que articulasse geração de renda e o enorme potencial energético do estado. De acordo com essa teoria, caberia ao estado gerar valor agregado, promovendo a infra-estrutura necessária para a geração de energia. Argumentavam que, com a crise mundial de energia e com a previsão do fim das reservas de petróleo, vários países, em especial o Japão, começavam a implantar bases energéticas em Minas Gerais, devido à capacidade de produção de energia renovável, carvão vegetal e hidroeletricidade (SINDIELETRO, 2006).

Acreditando que é papel dos sindicatos realizarem uma intervenção mais propositiva junto à sociedade — atuando em demandas diferentes daquelas tradicionalmente conhecidas (seria essa uma das principais características do sindicalismo cidadão) —, o Sindieletro começa a desenvolver uma proposta para um programa alternativo de geração de energia para Minas Gerais.

Tendo como destaque as principais fontes alternativas energéticas, mostrava-se quais seriam as demandas de energia por fonte e setor (SINDIELETRO, 2006). A tabela a seguir mostra a oferta de energia no mundo, no Brasil e em Minas Gerais:

**Tabela 2**  
**Oferta de Energia**

<b>Fontes</b>	<b>Mundo</b>	<b>Brasil</b>	<b>Minas Gerais</b>
Petróleo e Derivados	34,9%	39,0%	31,1%
Gás Natural	21,2%	8,9%	XXXXXXXXXX
Carvão Mineral	23,5%	6,6%	13,9%
Urano	6,8%	1,5%	XXXXXXXXXX
Hidráulica e Eletricidade	2,2%	14,4%	13,3%
Biomassa	11,4%	29,6%	41,7%

Fonte: Balanço Energético Nacional – BEN 2004.  
Balanço Energético de Estado de Minas Gerais – BEEMG 2004

Fica muito evidente, pela tabela, que em Minas Gerais o potencial energético encontra-se na biomassa<sup>90</sup> — e essa era uma das frentes em que o Sindieleiro procurava colocar sua marca de sindicato cidadão. O desenvolvimento dos trabalhos com esse tipo de energia começou a ser proposto em parceria com assentados rurais. Conhecido como uma proposta de Economia Solidária, destinada à produção de energia renovável e álcool combustível, foi implantado como projeto piloto pelo sindicato no assentamento rural Dom Orione<sup>91</sup>, pertencente ao MST e localizado em Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte.

O projeto de ação solidária e cidadã tinha a intenção de construir uma microdestilaria de álcool combustível dentro do assentamento, sob os auspícios do *Programa Nacional do Alcool e do Leite*<sup>92</sup> (PRONAL), para a geração de outras modalidades de energia não poluente, verde e renovável através da biomassa, como a mandioca, a mamona, o dendê, o babaçu, entre outros.

Através de sua Secretaria de Reforma Agrária, o Sindieleiro intensifica sua relação com o *Movimento dos Sem Terra* (MST), afinando a parceria em torno de questões referentes à produção de energia renovável. De acordo com um documento produzido pelo sindicato:

Nós, trabalhadores da Cemig, não estamos alheios a esta situação e estamos indignados. Indignação é o primeiro passo para despertarmos para uma Ação Solidária. Solidários com os desempregados. Solidários com todas as pessoas, entidades e movimentos que buscam transformar esta situação (SINDIELEIRO, 2002, p. 01).

---

<sup>90</sup> A energia da biomassa é toda aquela proveniente das plantas nativas de países tropicais, como cana de açúcar, mandioca, dendê, além, é claro, de florestas de crescimento rápido capazes de serem transformadas em energia líquida, sólida, gasosa ou elétrica.

<sup>91</sup> O assentamento rural Dom Orione encontra-se no município de Betim, Minas Gerais, desde 1997. Lá estão assentadas pelo INCRA 39 famílias que produzem hortaliças orgânicas, feijão, milho, mandioca. Existe, em pleno funcionamento, uma pequena agroindústria de produção de biscoitos caseiros e artesanais e uma escola de alfabetização de adultos. Sua área total é constituída de 215 hectares, sendo 30% destinados à reserva de mata, 40% a hortaliças e o restante a outras culturas (SINDIELEIRO, 2001/2004).

<sup>92</sup> O PRONAL é um projeto que se destina à produção de álcool em pequenas propriedades, gerando, com isso, renda e emprego no interior do estado.

Continuando, o documento destaca a importância de apoiar o MST na sua luta pela reforma agrária e ressalta o apoio dos trabalhadores da Cemig aos assentados rurais:

Basta percorrermos as estradas de Minas para constatarmos a existência de milhares de terras improdutivas e ao mesmo tempo, milhares de famílias carecendo de terras para nelas viverem e criarem suas famílias. Há um provérbio popular que diz que "juntou a fome a vontade de comer". Este provérbio pode muito bem ser aplicado ao nosso projeto. Existem milhares de hectares de terras improdutivas. Existem milhares de trabalhadores rurais dispostos a trabalhar. Existem 400 mil pequenas propriedades rurais em Minas Gerais em estado falimentar. Existe um déficit de 650 milhões de litros de álcool em Minas Gerais, que poderiam estar sendo produzidos dentro do estado de Minas Gerais. Existem suportes governamentais tais como a orientação de implantação do Pronal — Programa Nacional de Álcool e Leite, aprovado pela ALMG, no Seminário Desemprego e Direito ao Trabalho, e o Programa Mineiro de Biomassa Energética — Probiomassa aprovado no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado do Governo do Estado de Minas Gerais. Existe a disponibilidade dos trabalhadores da Cemig de apoiar um projeto de produção de energia através da biomassa. (SINDIELETRO, 2002, p. 03)

O sindicato se dispunha a viabilizar essa parceria, dando todo o suporte técnico e assessoria<sup>93</sup> para os assentados rurais que desejavam atuar na área energética, contribuindo para a redefinição da matriz energética do País. Assim, para maior dinamização da produção de energia renovável e não poluente, foram organizadas unidades familiares com capacidade de produzir álcool e integrar os subprodutos à propriedade, como o bagaço de cana para a alimentação animal; o vinhoto para fertilizante das lavouras e na alimentação animal; o bagaço para queima da caldeira que serviria para produção de açúcar, mascavo e cachaça (SINDIELETRO, 2001/2004).

---

<sup>93</sup> O Sindieletro havia preparado uma tabela de custos e materiais necessários para a montagem de uma microdestilaria de álcool combustível. De acordo com o planejamento orçamentário: Custo total: R\$ 35.000.00; Plantação: 3,5 hectares de cana-de-açúcar; Correção do solo, preparação do solo, insumos, mudas e mão-de-obra; Equipamentos e obras civis; Engenho: 500 litros/hora; Motor trifásico; Fermentação; Chapa: 1,50 metros de altura; Espessura: 3 mm (três unidades); Destilação: alambique, coluna em cobre com capacidade de 100 litros; Transporte: latões de polietileno de 50 litros (trinta e duas unidades); Obra civil: barracão de 5x20 metros, telhados de amianto; Caldeiras de baixa pressão.



Nessas pequenas propriedades rurais, foram construídos alambiques de álcool<sup>94</sup> para a operacionalização da demanda de álcool no assentamento rural.

Além da produção principal, conseguia-se extrair alguns subprodutos da cana-de-açúcar: da ponta da cana retirava-se olho e folhas que, trituradas, serviam à alimentação bovina; do vinhoto, além de servir de alimentação para o gado, era utilizado como fertilizante natural. O bagaço da cana era aproveitado também para a alimentação bovina na forma de sasharina e, finalmente, a água utilizada no resfriamento para destilação era totalmente reciclada e reutilizada em outras funções (SINDIELETRO, 2001/2004).

A participação do Sindieletro não se restringiu somente ao incentivo financeiro e técnico. A entidade ofereceu em sua sede, na cidade de Belo Horizonte, e nas regionais de Governador Valadares, Ipatinga, Barbacena, Montes Claros, Uberlândia e Divinópolis, cursos de qualificação profissional destinados a pequenos e médios produtores rurais, a assentados da reforma agrária, a produtores individuais, a produtores organizados em cooperativas, a associações de produtores, a desempregados da área rural e a produtores em estado pré-falimentar (SINDIELETRO, 2001).

Ao propor essa parceria com outros grupos sociais, em especial com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Sindieletro afina ainda mais seu discurso e sua prática cidadã, que buscava criar condições locais/regionais para a construção de uma nova identidade política em Minas Gerais. Configurou-se, com isso, uma realidade na qual o sindicato começa a propor novos rumos e novas possibilidades, pautando sua ação por um foco local/regional. Para tanto, buscam apoio de outros movimentos sociais, como as ONG's, as entidades representativas, os movimentos de bairro, as associações profissionais, o poder público e até mesmo dos empresários. A constituição dessas

---

<sup>94</sup> De acordo com dados técnicos do Sindieletro, os alambiques de álcool funcionariam da seguinte forma: Industrialização de 1 tonelada de cana-de-açúcar por dia; Tempo necessário para fermentação do caldo: 18 a 22 horas; Procedimentos: a cana é moída pela manhã, com duração de aproximadamente 2 horas/homem/dia. Após a moída da cana, os alambiques são reabastecidos, iniciando o processo de destilação; operação estimada em 06h30min horas/homens/dias; Produção dia: 50 a 55 litros/dias de álcool combustível; Área plantada: 3,5 hectares; Duração da safra: 200 dias/ano; Moagem: deverá se estender por mais dias/anos, pois sempre irá existir cana nas propriedades vizinhas.

parcerias visa constituir espaços onde é possível estimular e promover políticas públicas locais destinadas ao atendimento de uma gama de operários e cidadãos comuns. Através da posse desses espaços, o sindicalismo da CUT procura reparar a diminuição de seu poder de barganha e pressão política, advindos da globalização e do neoliberalismo, com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e ao aumento das taxas de emprego, de geração de renda, saúde, moradia e assim por diante.

Realizado em parceria com as Universidades Federais de Viçosa e Lavras, o programa de qualificação profissional no PROAL (Programa Estadual de Produção de Álcool e de Leite) buscava oferecer, aos participantes, conhecimento sobre o programa de descentralização da produção de álcool e leite, bem como geração de alimentos, energia e adubos orgânicos. Por outro lado, os alunos tiveram aulas sobre a produção de energia da biomassa provenientes de plantas, como a cana, a mandioca e a mamona (SINDIELETRO, 2001).

De acordo com informações colhidas junto ao sindicato, o curso sobre o PROAL destinava diminuir a incidência de expulsão do homem do campo para as grandes cidades e, conseqüentemente, reduzir o percentual de pobreza nas capitais. Como qualquer outra iniciativa de sindicato cidadão, o programa e o curso de qualificação possibilitaram, através de assessorias, a instalação de torres de destilação. A idéia era transformar simples alambiques em produtores de álcool, homogeneizados no padrão de comercialização a 96 graus.

Não obstante, o programa de geração de matrizes energéticas, pleiteado pelo Sindieletro, foi adquirindo, com o passar do tempo, proporções agigantadas, atingindo a CUT nacional. Nesse sentido, a Central realizou, em 23 de agosto de 2004, um seminário nacional, intitulado *A CUT e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel*.

Esse encontro nasceu em função de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que queria estudar a viabilidade da utilização, em grande escala, de óleo vegetal (biodiesel), como fonte alternativa de energia. Através do Decreto Presidencial de 2 de

julho de 2003, o GTI, composto por diversas entidades e setores da sociedade civil, entre eles o Sindieletro e a CUT, reuniu-se para deliberar sobre o tema. O resultado final dos debates foi a assinatura, em conjunto, de um documento que expunha as considerações e propostas para a viabilização da produção e uso do biodisel. Finalizado os trabalhos do GTI, cada setor ficou responsável pela montagem de reuniões e discussões sobre o Programa de Produção e Uso de Biodisel.

Dessa forma, coube a CUT e ao Sindieletro a articulação de formação de um minigrupo de trabalho, que recebeu o título de *Força e Trabalho*. Entendendo o programa como um fator social e cidadão, que poderia interagir na priorização e geração de emprego e renda através da agricultura familiar, a entidade convocou os trabalhadores para participarem do processo, priorizando a agricultura familiar e a geração de emprego e renda. Com essa preocupação em mente, a CUT cria o seminário nacional<sup>95</sup> para que seus filiados pudessem discutir o Programa de Produção e Uso do Biodisel e, posteriormente, avançar na elaboração de propostas que garantiriam prioridade à agricultura familiar.

Regionalmente, o projeto cresceu e procura desenvolver, em regiões remotas do estado, pequenas termoelétricas de combustão a lenha, para o fornecimento de energia elétrica e irrigação em assentamentos rurais e pequenas comunidades carentes de infraestrutura básica.

Outro projeto recente do sindicato é a mudança de enfoque da política florestal mineira com a participação do produtor rural. A nova política florestal deverá levar em consideração que a mata tropical rebrota com intensidade elevada. Dessa forma, não é o manejo que destrói a floresta nativa, mas as destocas e inundações. Assim, o slogan da atual campanha de sindicalismo cidadão do Sindieletro é *Manejar é conhecer, regenerar, plantar, enriquecer e usar* (SINDIELETRO, 2001/2004).

---

<sup>95</sup> Com programação prevista apenas para o dia 23 de agosto de 2004, o seminário contou com palestras sobre o tema e, ao final do dia, foram realizados os encaminhamentos de posição, as tarefas e os pontos que deveriam ser aprofundados em outras oportunidades.

Do ponto de vista organizacional, podem ser evidenciados: o sindicalismo cidadão permitiu ao Sindieletro se aproximar ainda mais de sua categoria, fortalecendo o vínculo entre diretoria e filiados. Além disso, o diálogo com outras vertentes do movimento social trouxe um peso político consistente para o Sindieletro, transformando-o na principal referência do estado em políticas de sindicalismo cidadão. Os ganhos políticos, econômicos e sociais, diretos e indiretos, são, talvez, os grandes trunfos do Sindieletro.

A participação da base nos cursos de qualificação profissional e de elevação cultural é intensa. Sempre há demandas para novos cursos, gerando uma receita financeira interessante para a entidade. Em outras palavras, a utilização desse tipo de prática gera frutos tanto para a base — pois qualifica os trabalhadores, tornando-os mais preparados e aptos para acompanhar as constantes transformações tecnológicas do setor elétrico — quanto para o sindicato — que se consolida política e economicamente como uma das principais entidades de trabalhadores de Minas Gerais.

As vantagens para o sindicato são nítidas e estão expostas para que todos vejam. Contudo, ainda é cedo para afirmar com convicção que essa é a solução definitiva para o Sindieletro. Novos vôos ainda continuam sendo ensaiados

Enfim, o sindicato cidadão é mais do que uma simplória ampliação das bases de atuação e da transmigração do confronto direto à negociação. É uma rearticulação do sindicalismo brasileiro, que busca novos espaços de participação, porém com suas contradições e retrocessos. Lembrando Roberto Vêras (2002), “Trata-se de uma possibilidade ainda em aberto”.

## **CAPÍTULO 4**

**Descobrimo Novas Possibilidades de Luta: a unificação sindical e a construção de um Sindieletro mais forte**

Compreendida recentemente como opção contrária e de resistência à diminuição de poder pelo qual passa o movimento sindical organizado, a unificação sindical, ao contrário do sindicato cidadão, afeta toda a estrutura das entidades envolvidas no processo, acarretando profundas mudanças institucionais (RODRIGUES, 1999).

Como se pode imaginar, as unificações sindicais são respostas que alteram o funcionamento dos sindicatos participantes. Ocorrem, normalmente, em função de duas situações distintas e não idênticas. A primeira delas expressa situações consideradas como defensivas, pois se originam, em grande medida, da acentuada queda na taxa de sindicalização e/ou alterações substanciais no mundo do trabalho. Por sua vez, a segunda hipótese é derivada de circunstâncias favoráveis, resultantes de períodos de estabilidade e crescimento dos sindicatos com a adesão de novos filiados e o aumento de receita. Essas são consideradas situações ofensivas.

A exposição das duas hipóteses mencionadas reafirma a idéia do repertório de ações desenvolvido por Charles Tilly. Segundo o autor, os movimentos sociais e suas ações podem ser divididos em duas esferas distintas: ações coletivas ofensivas e defensivas<sup>1</sup>. Guardadas as proporções, as fusões sindicais também ocorrem em circunstâncias favoráveis e desfavoráveis, ora se firmando como ações coletivas ofensivas, ou o seu contrário, revelando-se defensivas.

Leôncio Rodrigues, mostrando que as fusões sindicais ocorrem necessariamente a partir dessas duas premissas, recupera suas dimensões antagônicas em que são evidenciados os dois momentos: a realidade defensiva e a ofensiva. Com relação à

---

<sup>1</sup> Para Tilly, a disposição para classificar as ações de ofensivas e defensivas depende invariavelmente do grau de comprometimento dos movimentos sociais de seus executores. Portanto, o sucesso ou o insucesso de qualquer organização dependeria da conformação social dos grupos envolvidos. Mesmo podendo apresentar diferentes nuances, as ações coletivas são as conexões entre integrantes de um mesmo grupo político.

primeira, diz o autor: “As fusões de sindicatos foram estimuladas pelas dificuldades do sindicalismo nos últimos anos. Nos EUA, entre 1980 e 1994, a taxa média de fusão subiu 41% em comparação com os anos precedentes, com uma fusão por ano [...]” (RODRIGUES, 1999, p. 276).

Já recuperando os exemplos relacionados ao segundo momento, o autor ainda comenta:

Nem sempre fusões, ou ao contrário, multiplicação do número de sindicatos foram respostas a um ambiente hostil ou a uma conjuntura particularmente desfavorável para o sindicalismo [...]. Por outro lado, as fusões, absorções ou eliminações de sindicatos não necessariamente significam aumento ou diminuição das taxas nacionais de sindicalização, cuja variação, como já foi visto, depende de muitas outras razões. (RODRIGUES, 1999, p. 280)

Ancorado por essas duas perspectivas, o presente capítulo se dedica às análises sobre fusão sindical, observando suas conexões, aproximações e resultados. Para tanto, será abordado, como objeto de análise, o processo de fusão sindical vivenciado pelo Sindieletro no ano de 1996.

#### **4.1. A Fusão Sindical como uma Resposta Organizatória Radical**

A busca por fusões sindicais teve um aumento considerável nos anos recentes, especialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos (RODRIGUES, 1999). Como resultado mais imediato, estatisticamente, o autor considera que, no primeiro país, no ano de 1992, a quantidade de sindicatos decaiu de 453 para 268. Já alguns anos depois, em fins de 1994, o número de entidades sindicais decaiu ainda mais, perfazendo um total de

243. Não obstante, a redução mais drástica ocorreu com os sindicatos associados à Central TUC: de 170 filiados, em 1970, para 74 sócios (RODRIGUES, 1999).

A explicação para o elevado percentual de fusões naquele país, talvez, esteja associada à fundação histórica do operariado no Reino Unido e à antiga formação industrial inglesa<sup>2</sup>. Parte preponderante dos sindicatos ou associações operárias reunia trabalhadores qualificados e com um ofício definido. Vale lembrar que essas entidades eram restritas a novos sócios. Em outras palavras, não era permitida a entrada ou a filiação de trabalhadores braçais ou de membros que não possuísem qualificação profissional. De outro turno, existiam associações trabalhistas abertas, que aceitavam filiações das mais diversas modalidades de trabalhadores<sup>3</sup>.

A rápida expansão industrial ocorrida em concomitância com o desenvolvimento do capitalismo acelerou a criação de unidades produtivas com alto grau de mecanização, intensificando a produção, aumentando o ritmo da cadeia, gerando grandes conglomerados empresariais sólidos. Tinha-se aí uma relação de profunda desigualdade política: de um lado complexos industriais agigantados e, noutro extremo, pequenos sindicatos de ofício.

Como bem aponta Rodrigues (1999), a solução encontrada pelos sindicatos naquele momento foi à busca por fusões<sup>4</sup> ou até mesmo a transformação de entidades sindicais por ofício em sindicatos de trabalhadores industriais. Nessa situação, a fusão seria a responsável pela constituição de organizações mais fortes e preparadas para encarar a nova realidade que se fazia anunciar.

---

<sup>2</sup> Para maiores detalhes sobre o assunto ver a indispensável obra de Edward Thompson *A Formação da Classe Operária Inglesa*.

<sup>3</sup> Foi Thompson, talvez, o historiador que mais realçou poeticamente as sociedades operárias de Londres. Trabalhando com fontes impressas e manuscritos de fins do século XVIII e meados do XIX, o autor num belo lance narrativo reflete sobre limites de membros associados: “Naquela noite, oito dos nove presentes se tornaram membros fundadores (o nono refletiu e se uniu a eles na semana seguinte) e pagaram sua primeira subscrição semanal de um pênì [...]. Ao cabo de uma quinzena, estavam registrados vinte e cinco membros, e a soma em mãos do tesoureiro subia a quatro xelins e um pênì. (Seis meses depois, a associação anunciava ter mais de 2.000 membros.) A admissão era simples, e o teste consistia numa resposta afirmativa a três perguntas [...]” (THOMPSON, 1977, p. 15).

<sup>4</sup> Rodrigues (1999) aponta que entre os anos de 1911 a 1993 foram realizadas, no Reino Unido, 1.093 fusões sindicais.



Todavia, mesmo entendendo que as fusões podem ocorrer em diferentes momentos da vida ativa de um sindicato, ultimamente elas foram estimuladas pelas dificuldades que o sindicalismo enfrentou diante de um novo quadro estrutural. O fato é que os sindicatos encontram-se defensivos diante do desemprego, da reestruturação produtiva que são práticas comuns nesses tempos. Relembrando Carvalho Neto (2001), o poder de pressão e de representação dos sindicatos ainda continua timidamente reduzido. Porém, a fusão de sindicatos pode ser considerada o esboço de uma reação iniciada em diferentes países, entre eles o Brasil.

Caracterizada como uma resposta essencialmente interna, a fusão de sindical visava criar alternativas ao esfacelamento do poder sindical, resultado da gradativa diminuição de recursos oriundos principalmente da queda nas taxas de sindicalização (CARVALHO NETO, 2001).

A explicação para a redução na taxa de filiação, acrescenta o autor, relaciona-se às mudanças tecnológicas e às novas configurações do cenário industrial. Nesse contexto de fluidez das relações trabalhistas, os sindicatos menores e pouco estruturados teriam menos poder de fogo e mobilização de recursos, para usar uma terminologia de Olson (1999), acarretando imperfeições nas formas de representação de sua base de associados<sup>5</sup>.

Com o respaldo de Chaison (1996), que estuda o fenômeno das fusões sindicais em países como Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos e outros, percebe-se a estratégia como forma de adaptação à nova realidade política e social e não como uma resposta definitiva ou como panacéia dos problemas dos atores sindicais. Todavia, tem a capacidade de construir e remodelar novos sindicatos mais preparados e fortalecidos estruturalmente para representarem seus sócios com mais dignidade e competência política.

---

<sup>5</sup> Carvalho Neto (2001) traz dados alarmantes ao prever que no Reino Unido, país que tem uma longa tradição em fusões sindicais, os sindicatos que tiverem menos de 70.000 filiados não sobreviverão num futuro próximo, devido ao atual momento pelo qual passam as relações de trabalho coetâneas.

Talvez, o caso mais conhecido aconteceu nos Estados Unidos em função da unificação/absorção do Sindicato dos Trabalhadores do Vidro, da Cerâmica e dos Plásticos pelo Sindicato dos Moldadores e Trabalhadores em Atividades Conectas. De acordo com Rodrigues (1999), o primeiro sindicato perdera aproximadamente 1/4 de seus filiados devido a problemas relacionados à demissão de muitos trabalhadores da área e ao fechamento de fábricas. Com uma situação desfavorável e de extrema fragilidade, o sindicato não teria condições e recursos suficientes para representar seus trabalhadores filiados. Assim, a solução foi o processo de fusão/absorção da entidade pelo Sindicato dos Moldadores e Trabalhadores em Atividades Conectas (RODRIGUES, 1999).

O autor, seguindo as pistas deixadas por Chaison (1996), apresenta um outro caso bem sucedido de unificação sindical. Porém, dessa feita, as personagens centrais eram associações com grande representatividade. De um lado, o Sindicato dos Trabalhadores da Borracha — com aproximadamente 98 mil membros ativos — e, de outro, o Sindicato dos Trabalhadores do Aço. Após uma longa e frustrada greve contra a companhia de pneus Bridge/Firestone, ocorrida em 1994, o Sindicato dos Trabalhadores em Borracha perdeu seu fundo reserva, sustentando os dez meses de paralisação, além de mais da metade de seus filiados. Como era previsível, o sindicato contraiu pesadas dívidas financeiras. A solução encontrada foi a sua absorção pelo Sindicato dos Trabalhadores do Aço, liberando um fundo de greve de mais de 160 milhões de dólares (RODRIGUES, 1999).

Os exemplos retratados mostram dois processos ocorridos nos Estados Unidos, ocasionados por situações de debilidade dos sindicatos envolvidos. Não seria exagero colocar que os dois casos são pequenos pontos diante da crise internacional que paira sobre o sindicalismo organizado. Muitas vezes, as causas são conhecidas e

exaustivamente discutidas por inúmeros autores que enfatizam, entre outras razões, a queda na taxa de sindicalização e a diminuição do poder político dos sindicatos<sup>6</sup>.

Entretanto, no cerne de todo o desgaste da representação sindical está o desemprego e a política de terceirizações adotada pelas grandes empresas<sup>7</sup>. A somatória desses dois pontos contribui negativamente para a construção de estatísticas desfavoráveis ao sindicalismo internacional, expondo, abertamente, toda a sua incapacidade de reação.

Esta é uma tendência, como mostra Carvalho Neto (2001), ao longo dos anos 90: as taxas de desindicalização são extremamente elevadas em alguns países europeus e americanos. O Canadá talvez seja uma exceção, como decorrência de um ligeiro aumento nos índices de filiação. O mesmo pode ser observado para a Suécia, que registra um extraordinário e continuado crescimento desde a década de 1970 (CARVALHO NETO, 2001).

O autor comprova os dados através de uma tabela que aponta, precisamente, as quedas nas taxas de sindicalização em alguns países, destacando as suaves como nos Estados Unidos e na França, as significativas como as observadas no Reino Unido e as acentuadas como o exemplo da Austrália. A reprodução integral dessa tabela contribuirá para a visualização dos nove países e as oscilações no número de sindicalização.

---

<sup>6</sup> Por esse prisma Carvalho Neto (2001, p. 77) elenca nove sinais que evidenciam a crise pela qual passa os sindicatos: “[...] as acentuadas quedas na taxa de sindicalização; queda na taxa de greves; dificuldade de representação de uma força de trabalho cada vez mais heterogênea, com interesse e histórico de participação sindical muito diferenciados; dificuldade de representar os trabalhadores de empresas subcontratadas, temporárias e/ou part-time; incapacidade de se integrar de forma significativa e permanente a importantes movimentos sociais, falhando na representação das reivindicações de boa parte da força de trabalho como mulheres e os negros; individualização crescente das relações de trabalho, em contraposição a valores fundamentais do sindicalismo, como solidariedade e ação coletiva; aumento das negociações coletivas no nível da empresa; poucos ganhos em organização; diminuição da influência política e do poder de barganha”.

<sup>7</sup> Um dado extremamente importante também deve ser levado em consideração, quando se discute o enfraquecimento do poder de representação sindical: notadamente, as empresas têm propositalmente criado um clima anti-sindical como tentativa de barrar o amadurecimento do sindicalismo naquele determinado país.

**Tabela 3**  
**Sindicalização nos Países Avançados (%)**

Países	1970	1980	1988	*1970-80	*1980- 88	1994-1996	*1988-94/6
Suécia	68	80	85	+12	+5	91,1	+6,1
Alemanha	33	37	34	+4	-3	28,9	-5,1
Canadá	31	35	35	+4	Manteve	37,4	+2,4
Austrália	50	56	53	+6	-3	35,0	-18,0
Itália	36	49	40	+13	-9	-----	-----
Reino Unido	45	51	41	+6	-10	32,9	-8,1
EUA	30	23	16	-7	-7	14,2	-1,8
Japão	35	31	27	-4	-4	24,0	-3,0
França	22	19	12	-3	-7	9,1	-2,9

Fonte e Elaboração: CARVALHO NETO (2001).

A tabela fornece preciosas pistas sobre as circunstâncias estruturais (a queda no número de sindicalização é a principal delas) que levam os sindicatos a procurarem alternativas de sobrevivência, como as fusões e as absorções com outras entidades. Como é possível constatar, a diminuição crescente de sindicatos provocou um surto de fusão, consolidando uma realidade defensiva que procurava se contrapor à diminuição constante do número de membros efetivos e as constantes e rápidas alterações no mercado de trabalho e na evolução da tecnologia empresarial, como comprova a citação: “As fusões nas últimas décadas têm sido respostas defensivas do sindicalismo que, como se notou, decorrem do declínio do número de associados e/ou mudanças no mercado de trabalho e na tecnologia da produção [...]” (RODRIGUES, 1999, p. 279).

Leôncio Martins Rodrigues, tomando como base os anos de 1980, 1985, 1990 e 1995, evidencia a situação de onze países que, desde o começo da década de 80, atravessam momentos relativamente parecidos, de instabilidade e redução de sindicatos. Entretanto, como ressalta Rodrigues (1999), a explicação para o fenômeno deve ser dada com certo cuidado e parcimônia, uma vez que o cerne da crise é diferenciado de país para país. Assim, as explicações não podem ser homogeneizadas; elas devem levar

em consideração aspectos relativos a cada país inserido no contexto como, também, suas respectivas estruturas de formação sindical e operária<sup>8</sup>.

A indicação de que os problemas de queda na taxa de entidades sindicais podem variar de localidade para localidade é muito bem delineada a partir da tabela construída pelo autor:

**Tabela 4**  
**Número de Sindicatos em Alguns Países**

<b>Países</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>
Alemanha	xxxxxx	xxxxxx	17 (1991)	16 (1994)
Austrália	325	323	295	142
Dinamarca	xxxxxx	138 (1987)	131	95
EUA	304*	xxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
Holanda	xxxxxx	xxxxxx	37	xxxxxx
Irlanda	xxxxxx	100 (1988)	95	73 (1984)
Japão	72693	74499	72202	71674 (1994)
Nova Zelândia	265*	259	66 (1991)	82 (1994)
Reino Unido	438	370	287	243 (1994)
Suécia	xxxxxx	xxxxxx	68 (1991)	67 (1994)
Suíça	25	24	23	26 (194)

Fonte: RODRIGUES (1999).

Pois bem, cabe dizer que, seguindo as orientações de Chaison (1996), Leôncio Rodrigues conseguiu mostrar que, em cada um dos países elencados, a situação sindical é diversa e não se assemelha. Os exemplos contidos na tabela retratam precisamente a discrepância de localidade para localidade. O país que mais perdeu em número de associações sindicais foi a Alemanha, seguida de perto pela Suíça. Em ambos, o

<sup>8</sup> Segundo Rodrigues (1999, p. 279), “No caso do Japão, em que vigora o sindicalismo por empresa [...], o número de sindicatos é extremamente elevado e sofreu pouca variação. A Alemanha encontra-se numa situação oposta, com um número baixo de sindicatos (somente 16), os quais representam setores econômicos tais como metalurgia, construção, serviços públicos, têxtil e vestuário agricultura, polícia etc.”

decréscimo foi sentido de maneira muito lenta ao longo de cinco anos. Todavia, foram quedas extremamente importantes que, sem sombra de dúvidas, afetaram a constituição operária nos dois países europeus.

Por outro lado, o Japão, quando comparado com o desempenho de outros países retratados, apresenta estatísticas mais favoráveis, oscilando muito pouco de 1980 até 1995. Um outro detalhe diferencia o Japão dos demais: de 1980 para 1985 houve um crescimento de 2%, fato que não se verificou em nenhum outro país. As explicações para o caso japonês podem ser diversas e, entre elas, podem ser ressaltadas: o sindicalismo por empresa; as negociações centralizadas por empresas; o emprego vitalício; o regime fabril centrado na relação de cooperação entre o capital e o trabalho; trabalhador engajado nos objetivos da empresa; sentimento de identificação, compromisso e pertencimento àquele ambiente; concessão de benefícios (materiais ou simbólicos); revalorização do saber operário; políticas de qualificação permanentes (CATTANI, 2002).

De outro prisma, não é possível visualizar se as diminuições sindicais nesses onze e diferentes países foram resultados diretos de processos de fusão sindical ou contingências de longos períodos de crise nas relações de trabalho. Contudo, é fácil supor que a diminuição dos sindicatos acontece com mais frequência em função da primeira opção e não somente por processos de fusão sindical. Em outros termos, a diminuição de sindicatos ocorre pelas dificuldades encontradas no caminho das organizações de trabalhadores espalhadas pela Europa, Ásia e Américas. Comentando sobre a queda nas taxas de sindicalização do Leste Europeu, Carvalho Neto (2001) destaca a redução do número de sindicatos em países como a República Tcheca (50,6%), Polônia (45,7%), Hungria (38,0%).

Com base nos dados da OIT (1997), o autor supõe que o responsável pelos índices de desindicalização foi a liberalização da lei de filiação compulsória dirigida pelos partidos comunistas de cada país. No entanto, o autor alerta que mesmo com o elevado percentual de queda, os níveis de sindicalização desses países ainda continuam

elevados: “Na República Tcheca, o índice de sindicalização, mesmo com a brusca queda mantinha-se em 42,8% em 1995; no mesmo ano, na Polônia mantinha-se em 33,8% e na Hungria invejáveis 60% (OIT, 1997)” (CARVALHO NETO, 2001, p. 85).

Mesmo havendo exceções, a queda da quantidade de sindicatos parece confirmar a suposição: o principal responsável pelos baixíssimos percentuais de sindicalização ocorre pela gradativa e constante redução das entidades e associações representativas de trabalhadores. Um alerta deve ser feito: é preciso relativizar e ter muito cuidado com informações desse calibre. Os percentuais negativos são observados com mais vitalidade nos Estados Unidos e na França, sendo que, nos demais países, a média não é muito oscilante e mantém-se dentro do previsto<sup>9</sup>.

As fusões seriam, na verdade, consideradas como propostas alternativas, voltadas contra o fenômeno — observado em diferentes localidades — que restringe o poder político e representativo dos sindicatos, seja através da redução de sócios, seja pelo encerramento de suas atividades. Por essa ótica, as fusões/unificações/absorções de sindicatos eram concebidas como o contraponto natural ao momento de intensa turbulência política e financeira, pelo qual passavam esses atores.

De certa forma, parte da crise pode ser credenciada a momentos de instabilidade no ciclo evolutivo de capitalismo, fato que pode afetar a disposição e o centro de equilíbrio dos sindicatos<sup>10</sup>. Nesse sentido, a fusão buscava consolidar entidades estruturalmente mais fortes, capazes de suportar com solidez as “idas e vindas” de um sistema marcado pelas constantes oscilações e, sobretudo, por uma incrível adaptabilidade de mercados.

---

<sup>9</sup> Nas palavras de Carvalho Neto (2001, p. 86): “No entanto, ainda assim, a queda média de 20% em 35 países que se encontram nos mais variados graus de desenvolvimento, apurada pela OIT (1997) entre 1985-95, mostra que, como discutido acima, quedas muito bruscas como ocorreram nos EUA e França são mais a exceção do que a regra. É preciso, portanto, cautela nas generalizações”.

<sup>10</sup> Não possível entender o sindicalismo como o inimigo número um do capitalismo, muito menos, conceber sua existência somente com o objetivo de destruí-lo. Os sindicatos e o capitalismo são partes integrantes do mesmo contexto e completam-se em determinadas situações. Em outros termos, a relação entre os dois pontos é tão imbricada que *stricto sensu*, a consolidação das forças sindicais só foi realmente viabilizada pela conjugação de quatro fatores complementares: desenvolvimento industrial, aperfeiçoamento do sistema produtivo, avanço de algumas disposições legais e certa dose de liberdade (NORONHA, 1992).

Entretanto, a união de sindicatos não é uma solução milagrosa; ao contrário, é bastante limitada por esbarrar em problemas de representação política e jurisdicional em função de questões legais, como, por exemplo: divisão dos postos de comando, estabelecimento de bases de atuação da nova estrutura sindical, repartição dos cargos e funcionários. Em alguns casos, os problemas decorrentes de malfadados processos de unificação podem gerar graves conflitos de poder nem sempre fáceis de sanar.

Do ponto de vista jurídico, os sindicatos norte-americanos esbarraram em questões não solvidas relacionadas à representação de segmentos profissionais, gerando graves transtornos para seus filiados, principalmente no que concerne a taxas de manutenção, mensalidades e outras mais. Isso porque, antes da unificação, cada sindicato tinha previamente estabelecido as tabelas de custos e serviços, e após a concretização do processo, a realidade apresentou-se totalmente alterada, prejudicando os envolvidos. Os sindicatos menores, provavelmente, com despesas fixas condizentes com sua realidade, sofreram um terrível impacto financeiro depois de efetivada a unificação, fato que pode acarretar transtornos até a completa adaptação à nova realidade.

O exemplo levantado por Rodrigues (1999) ilustra perfeitamente as dificuldades jurídicas que podem ser encontradas quando dois ou mais sindicatos se fundem. As dificuldades ocorreram com o Sindicato Internacional dos Tipógrafos, um dos mais antigos e tradicionais dos Estados Unidos. Com o crescimento tecnológico na área associada às transformações na edição e impressão, os empregados filiados ao sindicato dos tipógrafos tiveram que se deslocar para atividades dentro do setor de redação.

A migração de trabalhadores para outras áreas, somado ao uso de novas tecnologias, foi danosa para o sindicato. Contando com uma baixa representatividade, as greves obtiveram resultados pífios e desalentadores. O poder de barganha daquele sindicato, como consequência, perdeu progressivamente sua vitalidade e força, gerando um sério déficit de resultados para a categoria.



O sindicato, ao antever possíveis dificuldades de representação e de enfraquecimento político, inicia a discussão acerca da possibilidade de se unificar ao Sindicato dos Jornalistas. A primeira tentativa ou ensaio se frustrou logo nos momentos iniciais. Como atesta Rodrigues (1999), as motivações contrárias ao projeto inicial sinalizaram muitos conflitos, que, de certa forma, indicavam conjuntamente a raiz das divergências que culminaram no desgaste prematuro da proposta de fusão.

A discórdia teria como eixo aglutinador aspectos relacionados à manutenção de poder e prestígio das entidades envolvidas no processo em discussão. A discrepância entre os dois sindicatos era enorme: enquanto o Sindicato dos Jornalistas era pequeno, o Sindicato dos Tipógrafos contava com a participação de 32 mil sócios ativos (RODRIGUES, 1999). Assim sendo, as necessidades eram diferentes e, às vezes, pouco coincidentes, principalmente quando se tratavam de questões financeiras, relativas à cobrança de mensalidades dos membros. A autonomia sindical, também, foi outro foco de divergências. Por ser um sindicato menos expressivo, os jornalistas tiveram receio de que interesses próprios e comuns à categoria fossem relegados ao segundo plano (RODRIGUES, 1999).

Entretanto, apesar de frustradas num primeiro momento, as negociações ainda continuaram a ser realizadas, culminando com a criação, em setembro de 1982, do Sindicato Internacional da Mídia (RODRIGUES, 1999). Sua completa aprovação aconteceu um ano depois em 1983. Ainda assim, o novo sindicato procurou outras parcerias que pudessem aglutinar forças.

Caminhando por essa trilha, foi tentada (e fracassada) uma negociação de incorporação do Sindicato dos Teamsters, que representava trabalhadores de entrega de jornais e motoristas de caminhão responsáveis pelo transporte desse tipo de mercadoria (RODRIGUES, 1999). A não concretização da fusão não ocorreu em virtude da desconfiança dos Teamsters, que temia o aumento do poder de pressão e barganha do sindicato dos Tipógrafos (RODRIGUES, 1991).

Já em 1987, os tipógrafos uniram-se definitivamente com o Sindicato dos Trabalhadores da Comunicação da América. Uma vez incorporados a esse sindicato, criaram, internamente, uma subseção semi-autônoma, intitulada Trabalhadores do Setor de Imprensa, Edição e Mídia (RODRIGUES, 1999).

Leôncio Rodrigues ainda cita o exemplo do Canadá. O destaque especial trabalhado pelo autor é relativo à média de fusões por ano ocorridas no país. Relembra que o percentual foi de 1,5% fusões/ano na década de 1960. Dez anos depois, como salienta Rodrigues (1999), a quantidade de fusões sindicais realizadas no Canadá subiu para 2,6%. Já nos anos de 1980, a média aumentou para 2,9% fusões/ano. Não obstante, o salto qualitativo aconteceu no começo da década de 1990, quando se observou um crescimento das unificações sindicais na ordem de 4,8% (RODRIGUES, 1999).

Ressalta-se que a consolidação dos números relativos à fusão de sindicatos no Canadá ficou circunscrita a poucas entidades de trabalhadores. Em grande parte dos casos, as fusões aconteceram como absorções de pequenos sindicatos por outros maiores e mais consolidados. Os campeões no quesito foram: o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Automobilística do Canadá, seguido de perto pelo Sindicato dos Empregados Públicos do Canadá (RODRIGUES, 1999).

O crescimento constante dos processos de unificação sindical no Canadá (média bem superior ao dos Estados Unidos) não resolveu e muito menos erradicou os problemas enfrentados por aqueles atores. Em algumas situações bastante específicas, as fusões contribuíram para o surgimento de outras e diferentes modalidades de situações aflitivas. De todos os percalços, o mais sentido, talvez, foi à formação de grandes e burocráticos complexos sindicais.

Esse foi o efeito colateral mais perverso produzido pelas fusões. Em outras palavras, elas foram responsáveis pela criação de sindicatos que abrigavam, em seu interior, diferentes categorias profissionais. Esses sindicatos “multiprofissionais”, usando

uma expressão de Rodrigues (1999), em nada lembravam os antigos sindicatos que representavam um único grupo profissional. Com certo ar de ceticismo, Rodrigues reflete sobre o nascimento dessa nova modalidade de sindicatos:

[...] esses sindicatos estão se tornando organizações multijurisdicionais, negociando em muitas indústrias mas sem força real em qualquer delas, a não ser, talvez na sua base tradicional. Em alguns casos, essa política de crescimento ao acaso, na verdade, teria aumentado a desunião dos empregados dentro da indústria [...]. (RODRIGUES, 1999, p. 278)

Não seria complicado supor que a citação expõe a chaga de um processo de unificação sindical conturbado e mal resolvido, que não conseguiu despertar, em seus novos associados, a *paixão* e a *razão*: componentes fundamentais e imprescindíveis para a elaboração de políticas de identidade e pertencimento<sup>11</sup>. Portanto, quando as fusões são realizadas sem critérios previamente estabelecidos, o resultado final pode ser desastroso, aumentando ainda mais a heterogeneidade daquela composição de sindicatos.

Seria esse o problema mais sério a ser enfrentado e vencido pelo novo sindicato. Em outros termos, caberia à nova entidade criar um espírito de coletividade mais homogêneo, tarefa nem sempre fácil de ser realizada, mas fundamental para o sucesso do empreendimento que se iniciava.

Caso não houvesse a criação de um consenso, ainda que superficial, os resultados poderiam ser desastrosos. Rodrigues (1999) alerta que, se não alcançado um consenso mínimo, o sindicato pode esfarelar-se, transformando em pequenas e frágeis

---

<sup>11</sup> Determinados eventos políticos, dentre os quais podem ser incluídos os processos de unificação sindical, devem ser movidos por duas forças complementares: a razão e a paixão. Movimentos que convulsionam o sindicalismo organizado não podem ser concebidos como apenas frios cálculos racionais, como é proposto por Mancur Olson. Pois bem, como acrescentam Maria Stella Bresciani (2002) e Pierre Ansart (2002), a dimensão afetiva deve ser considerada na vida política, embora ainda constitua um domínio de conhecimento restrito e um desafio ainda a ser vencido. De outra perspectiva a paixão, associada à razão política, desperta sentimentos de identificação e pertencimento àquele determinado grupo ou entidade política.

subseções de micro interesses pessoais. Por assim dizer, a heterogeneidade imputaria aos sindicatos uma condição desfavorável ao evidenciar múltiplos interesses<sup>12</sup>.

A não realização/concretização das propostas de fusão sindical implicaria, inevitavelmente, na decadência daquela agremiação sindical, gerando, como resultado negativo, um alto número de desfiliações. O saldo final seria no mínimo desastroso, visto que os trabalhadores não mais teriam uma barreira de contenção das inseguranças e dos riscos iminentes ao mundo do trabalho.

Compartilhando dessa mesma percepção, José Ricardo Ramalho (2003) relatam que a “decomposição social” da máquina de representação operária originou novas e pouco usuais formas de expressão das demandas políticas e sindicais. Com a fragmentação das instituições de trabalhadores, questões trabalhistas, realizadas sob a condução dos sindicatos, transformam-se em clamores dirigidos diretamente ao Estado, sem a percepção de quaisquer vestígios de participação sindical. Veja-se com Ramalho:

Assim, as reivindicações e aspirações, que poderiam ser unificadas, canalizadas e instrumentalizadas pelas organizações sindicais, se transformam em apelos diretos ao Estado, às margens de todos os procedimentos e meios de expressão que constituíam exatamente esse social. (RAMALHO, 2003, p. 22)

O trecho indica uma das muitas deformidades que podem surgir através de um malfadado processo de unificação sindical. As distorções contribuiriam para a deterioração das bases de sustentação dos sindicatos — revelando uma situação preocupante a atingir, impetuosamente, cada porção formadora do movimento sindical.

É correto apontar para uma situação problemática: quando mal realizadas, as unificações, ao invés de deterem o refluxo sindical, intensificam seu ritmo, gerando

---

<sup>12</sup> Rodrigues (1999, p. 279) tece reflexões sobre os efeitos que a dispersão de objetivos ocasionaria: “A heterogeneidade da representação coloca também o problema da coesão sindical numa escala inteiramente nova [...], ponto que se relaciona com os da fragmentação dos interesses das classes trabalhadora tratados anteriormente”.

situações constrangedoras para os sindicatos e para sua nova e ampliada base de filiados como, por exemplo, o enfraquecimento do poder de pressão política.

Não seria justo, por outro lado, colocar que a principal circunstância definidora dos momentos de refluxo nas relações sindicais esteja associada somente a exemplos negativos e frustrantes de fusão de sindicatos. Essa seria uma característica dominante da atual situação do movimento sindical internacional. Portanto, o recuo do sindicalismo organizado é um fenômeno relativamente comum, embora possa apresentar variações de localidade para localidade<sup>13</sup>.

Nesse sentido, as repercussões negativas sobre os modelos de organização dos trabalhadores foram enormes, e os efeitos diferenciados de país para país, de trabalhador para trabalhador. Com esse novo perfil mais débil, a coesão sindical muito se compromete e os laços de solidariedade são, facilmente, desconstruídos pelo novo perfil sindical. Em que pese todas as possibilidades contrárias, o refluir enfraqueceu a capacidade dos sindicatos se organizarem efetivamente (RAMALHO; SANTANA, 2003).

Huw Beynon, sociólogo e diretor da *School of Social Sciences da Cardiff University* da Inglaterra, tem uma posição semelhante, quando argumenta que o crescimento exacerbado dos momentos de retração da força sindical coloca um ponto de interrogação no futuro dos trabalhadores, em especial os empregados em tarefas manuais (BEYNON, 2003).

Tal como mostra Armando Boito Jr. (2003), dois pontos lineares e cruciais são os retratos mais fiéis do refluxo sofrido pelo movimento sindical organizado nos tempos recentes. Para esse autor, os indicadores da severa crise sindical podem ser resumidos na queda dos índices de sindicalização e na expressiva redução da quantidade de greves.

---

<sup>13</sup> Normalmente, a oscilação no recuo das forças sindicais estava ancorada à realidade estrutural dos países. Em alguns deles, o refluxo não foi tão severo, apresentando evidentes sinais de recuperação nos últimos anos. Já para outros países a situação encontra-se mais agravada, sendo mais complicada a retomada da situação original de bonança em longo prazo.

Ao contrário do que se possa supor, o refluxo do sindicalismo, como conseqüência de processos frustrados de unificação ou como um reflexo da crise econômica e social, deve ser analisado com critérios a ficar circunscritos ao seu local de origem. Em outras palavras, não é um movimento homogêneo e difere de acordo com o ambiente e com o ritmo de cada envolvido<sup>14</sup>.

Não se pode afirmar que a desaceleração do sindicalismo foi igual em todos os países. Ela deve ser analisada considerando suas especificidades e suas ressalvas. O alerta também vale, sem dúvida alguma, para os exemplos de fusão sindical no Brasil como em outras partes.

Ainda com as atenções voltadas para as propostas de unificação, algumas situações chamam a atenção por suas características similares e pouco antagônicas. Entre elas, podem ser citadas as condições nas quais têm ocorrido as fusões nos últimos dez anos. Nesse sentido, Leôncio Rodrigues é enfático ao observar que, recentemente, as fusões de sindicatos em países da Europa, em especial na Inglaterra, são resultados de situações desagradáveis que repercutiram negativamente na organização dos trabalhadores. O autor argumenta que os responsáveis principais pela situação desconfortável experimentada pelo movimento sindical europeu e o inglês poderiam ser condensados em duas frentes similares, resumidas em dois pontos essenciais: o declínio por sindicatos do número de associados e as mudanças no mercado de trabalho e na tecnologia da produção (RODRIGUES, 1999).

As fusões, genericamente, podem ser realizadas como alternativas contrárias aos momentos de instabilidade sindical, embora, em algumas situações, não consigam reverter as perdas sofridas e, nem mesmo, evitar as futuras. Todavia, uma particularidade

---

<sup>14</sup> A longa citação de Boito Jr. (2003, 323) é bastante esclarecedora: "O ritmo e a intensidade do refluxo sindical variam muito de acordo com o setor econômico e o país considerado. Em alguns países, como os Estados Unidos e a França, a queda nos níveis de organização sindical foram muito maiores que em outros, como a Inglaterra e a Alemanha. Há o caso do Canadá, que manteve os mesmos níveis de sindicalização ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Há inclusive a situação particular dos países escandinavos, nos quais, a despeito da tendência dominante na Europa ocidental, o sindicalismo cresceu. No que diz respeito aos níveis de sindicalização, os países escandinavos atingiram um patamar de organização inimaginável até pouco tempo atrás. Na Suécia, praticamente todos os trabalhadores estão sindicalizados."

foi diagnosticada pelo autor. Ele chama a atenção para o fato de que as fusões ocorreram nos momentos de consolidação das agremiações sindicais (RODRIGUES, 1999).

As observações anteriores preocupam-se com as medidas adotadas pelos sindicatos europeus e norte-americanos que, em maior ou menor medida, tentam, na prática, encaminhar alternativas mais amplas que, indubitavelmente, atingiram a antiga natureza das instituições sindicais. Cabe ainda colocar, que as investidas nesse campo são condicionadas por fatores próprios e pertencentes àquele determinado país no qual a ação se consolida<sup>15</sup>.

Em outros termos, as unificações sindicais são alternativas que, quando bem aplicadas, podem salvaguardar importantes setores da economia notadamente ligados à produção industrial. Nesse contexto, as novas e readaptadas estruturas sindicais contribuiriam para o amadurecimento do sistema econômico e político.

Nessa mesma trajetória de raciocínio, compreende-se que a situação atual do movimento sindical organizado inspira cuidados e atenções redobradas. Entretanto, a crise conjuntural não é de forma alguma irreversível, ao contrário. Fios de esperança indicam um lento, mas contínuo, fortalecimento das entidades de trabalhadores e sindicais. Os países escandinavos ilustram perfeitamente a afirmação. Nesses locais, os índices de filiação e adesão aos sindicatos cresceram substancialmente nas últimas décadas.

A fusão de sindicatos, bem como outras modalidades de respostas geridas por esses atores, representa opções capazes de transformar o perfil originário das instituições sindicais. Portanto, as tentativas de mudanças respondem, inicialmente, a

---

<sup>15</sup> Leôncio Martins Rodrigues é categórico ao observar que as fusões sindicais — ou qualquer outro mecanismo adotado pelos atores sindicais como forma de defesa — reflete o momento vivido pelo sindicalismo naquele determinado país onde foi gestado. Em outros termos, traduz o nível das relações trabalhistas. O exemplo mais vistoso, segundo Rodrigues (1999), aconteceu nos Estados Unidos onde a necessidade de alteração na Lei Nacional de Relações Industriais levou a uma quebra de dispositivos por parte dos empregadores. O mais impactante é que, de outro lado, constantes alterações nas legislações trabalhistas diminuem o poder de barganha dos sindicatos norte-americano (RODRIGUES, 1999).

demandas sociais voltadas tanto para conjuntura política quanto econômica. Nesse sentido, é necessário propor saídas que consigam relacionar a ampliação das fronteiras sindicais com a diminuição do corporativismo e orientações que concebam a participação na reorganização política e econômica na sociedade organizada<sup>16</sup>.

Seria insensato supor que, ao seguirem corretamente as orientações de um novo modelo de sindicato, os conflitos trabalhistas entre as duas forças opostas, de acordo com a clássica tradição marxista, diminuiriam de maneira inversamente proporcional ao aumento da colaboração entre sindicatos, empresas e o Estado<sup>17</sup> (VELLOSO; RODRIGUES, 1992).

Contudo, a adoção de uma posição mais conciliadora em detrimento de uma mais conflitiva gerou algumas imperfeições nas práticas representativas, enfraquecendo as possibilidades de luta corporativa voltadas exclusivamente para aquela determinada categoria profissional. A tradicional ação sindical parece condenada ao desaparecimento num futuro não muito distante. Cabe, portanto, a contínua busca por novas possibilidades e formas de ações mais condizentes com as mudanças da sociedade:

O sindicalismo deverá aprender a viver em sociedade em um processo de rápida transformação derivada de iniciativas que partem de grandes organizações empresariais e sobre as quais têm escassa capacidade de controle. Mais do que nunca, o futuro da instituição sindical dependerá das opções estratégicas que suas lideranças fizerem hoje. (VELLOSO; RODRIGUES, 1992, p. 41)

---

<sup>16</sup> Fruto de um seminário realizado na cidade de São Paulo no dia 23 de junho de 1992, que reuniu entidades sindicais, poder público e pesquisadores sobre tema, o texto organizado por João Paulo dos Reis Velloso e Leôncio Martins Rodrigues (1992) trazia as seguintes considerações sobre as preocupações que deveriam condicionar as atuações sindicais: “Como aconteceu, em toda parte, todas as vezes que os sindicatos, em nome de interesses de tipo corporativo, tentaram se opor ao progresso técnico e à modernização econômica, acabaram por ser derrotados. Nesse quadro, as estratégias de contestação e de recusa da participação e da apresentação de propostas alternativas, por um lado, e as reivindicações que tendem a desconsiderar as possibilidades da economia e da empresas, por outro, dificilmente apresentarão os resultados que tiveram num passado recente. Aparentemente, as ações que podem oferecer os melhores resultados numa conjuntura recessiva e de mudança tecnológica desfavorável para o sindicalismo implicam estratégias que aceitam a legitimidade do lucro, que não se opõe à mudança tecnológica nem ao aumento da produtividade, mas que procuram resguardar os interesses dos trabalhadores afetados pela modernização das empresas” (VELLOSO; RODRIGUES, 1992, p. 38).

<sup>17</sup> Seria muito prematuro acreditar que o fim da luta de classes estaria próximo. Observa-se que ela, de acordo com as novas feições do movimento sindical, com o passar dos anos, é apresentada de modo diferente daquela forma clássica e industrial. Em outras palavras, a luta de classes ou o conflito não é mais o mesmo, tal como as classes empresarial e operária e, por isso, devem ser consideradas levando em conta certos cuidados e precauções para não cair em uma armadilha conceitual.



Assim, quando bem empregadas, as fusões podem propiciar aos sindicatos longos períodos de estabilidade política e econômica gerando uma associação mais forte e capaz de resistir às mudanças conjunturais e políticas da máquina estatal.

De uma outra perspectiva de análise, as unificações sindicais resultaram em entidades mais fortes, menos burocratizadas e, portanto, mais ágeis e com melhor preparo para representar uma gama maior de trabalhadores, etnias, grupos políticos e religiosos, entre outros. A ampliação proporcionada pela união de sindicatos é percebida com mais propriedade no momento em que as demandas sindicais são naturalmente ampliadas e encaradas como questões que se referem às práticas cidadãs de seus filiados junto à sociedade. Rodrigues (1999) lembra que, nessa classe de reivindicações, o escopo é aumentado, concentrando questões que se referem ao meio ambiente, gênero e envolvendo trabalhadores aposentados.

As fusões, notadamente, criam estruturas sindicais maiores e com braços mais longos, capazes de envolver distintas áreas e subáreas pertencentes ao campo de atuação dos sindicatos na esfera pública. As práticas cotidianas de um sindicato unificado apresentam mais possibilidades de desenvolvimento junto a sua ampliada base.

A explicação advém de um fato bastante simples: o aumento do número de filiados, consequência natural de um processo de fusão sindical, acarreta para o sindicato um poder maior de barganha e pressão política. O sindicato que passa por uma experiência vitoriosa de unificação com outra entidade de trabalhadores, indiscutivelmente, consegue contemplar outros caminhos que, até então, pareciam inóspitos e pouco atraentes ao sindicalismo organizado. Não obstante, é preciso ter claro que algumas escolhas não refletiam a verdadeira função dos sindicatos, causando enormes desconfiâncias em alguns analistas.

Uma delas seria encarada como estratégia empresarial, com o propósito de melhorar a oferta de serviços aos associados, oferecendo-lhes garantias, produtos e benefícios. Existia, aqui, uma inversão de valores, ou seja, o sindicalizado ganha *status*

de consumidor. Para Rodrigues (1999, p. 284), “A tentativa de melhorar a oferta de serviços para associados, que é uma estratégia de tipo empresarial, tenderia a fazer com que o status de consumidor garanta mais benefícios do que o de sindicalizado.”

As observações deixam claro que os sindicatos começam a propor novas formas de intervenção junto ao Estado e ao empresariado. Uma delas seria a diminuição das intervenções baseadas exclusivamente no confronto aberto para a busca do diálogo e da cooperação<sup>18</sup> com os setores empresariais. Leôncio Rodrigues (1999) considera que essa opção foi tomada pelos sindicatos britânicos com o intuito de estancar a avalanche de desfiliações dos últimos tempos. O autor considera que o amainar dos ânimos sindicais se deu em virtude das políticas neoliberais.

Richard Hyman (1994) avança um pouco mais ao considerar a possibilidade de formação de quatro modalidades de sindicato na Inglaterra. Essas modalidades seriam definidas por suas capacidades de criar estratégias de sobrevivência.

A primeira delas dizia respeito aos sindicatos como órgãos de prestação de serviços a seus associados. A sua concretização demandou uma mudança institucional, isto é, aconteceu um deslocamento das ações coletivas para ações voltadas para o indivíduo. Essa formação sindical lembrava aquelas primeiras associações operárias mutualistas de ajuda e nada semelhantes com o atual modelo de sindical (RODRIGUES, 1999).

O segundo modelo levantado por Hyman (1994) seria o oposto da anterior. A ênfase seria dada na cooperação e na colaboração com as empresas daquele determinado setor produtivo. A intenção subjacente estaria ancorada na tentativa de aumentar a produção, gerando com isso maiores possibilidades de consumo e renda

---

<sup>18</sup> Leôncio Rodrigues registra que a cooperação entre os sindicatos e as empresas acontecia por motivos comuns aos dois pólos. Em outras palavras, buscavam segurança no emprego, estabilidade, formação profissional continuada, acesso a informação, negociações mais justas e coerentes, ganhos de produtividade, saúde do trabalhador (RODRIGUES, 1999).

para a classe trabalhadora. Esse seria um sindicato de empresas com forte tendência à participação e cooperação (RODRIGUES, 1999).

A terceira alternativa é a constituição de sindicatos enquanto “parceiros sociais” do governo. Em outras palavras, as agremiações sindicais atuariam juntamente com o governo em políticas de seguro desemprego, saúde do trabalhador, doenças laborais, aposentadorias. Neste exemplo, os sindicatos estariam submetidos ao governo e legitimados por orientações e dispositivos oriundos do Estado (RODRIGUES, 1999).

O quarto e último modelo pensado por Hyman (1994) e reproduzido por Rodrigues (1999) foi concebido como um sindicalismo de ligações com outros movimentos populares. A proposta levantada pelo autor mostra que a constante disputa por interesses corporativos de caráter economicista foi a marca de muitos sindicatos europeus. Portanto, haveria um distanciamento dos outros movimentos sociais. Recentemente, aconteceu uma aproximação do sindicalismo com outros movimentos sociais, inclusive incorporando demandas comuns (RODRIGUES, 1999).

Após apresentar os quatro modelos de sindicalismo, Hyman (1994) chega à conclusão: atualmente não é possível a nenhuma entidade sindical filiar-se completamente a qualquer dos quatro modelos de sindicato. No entanto, nesses tempos de dificuldades pelos quais passam o sindicalismo organizado, era necessário tomar partido de um dos segmentos acima expostos (RODRIGUES, 1999).

Em meio a todo esse contexto sindical marcado por fusões, absorções onde esses atores tentam através desse tipo radical de iniciativa ganhar mais fôlego e disposição para o enfrentamento dos problemas de origem política e econômica que são apresentados cotidianamente ao movimento sindical organizado, como compreender a situação do sindicalismo brasileiro? O movimento sindical nacional tem tradição nesse segmento?

A partir de agora, objetiva-se discutir as participações do sindicalismo nacional em processos de unificação sindical. Como objeto privilegiado de estudo, será analisada a

fusão do Sindieletro com o Sindelt ocorrida em 1996 na cidade de Belo Horizonte. Ressalta-se que, talvez, seja esse o exemplo mais bem sucedido de unificação sindical já realizada no Brasil.

#### **4.2. É hora de recomeçar! As experiências do Sindieletro no campo da unificação sindical**

Esta parte do trabalho inicia-se mediante uma constatação: há pouco material disponível sobre fusão sindical no Brasil. A presente pesquisa esbarrou no obstáculo de escassez de fontes documentais disponíveis para aqueles que pretendem abordar um tema de relevância para as ciências sociais e áreas afins.

Diante da falta de material que assegurasse a condução do processo de pesquisa, recorreu-se a dois importantes órgãos federais, na tentativa de obtenção de dados mais consistentes sobre as fusões sindicais no Brasil. Dessa forma, foi feito contato com o Dieese e com o Ministério do Trabalho. Com esse último, o contato foi mais intenso, ao contrário do primeiro que foi superficial e pouco proveitoso. Na oportunidade, foi estabelecido um contato com um abalizado técnico do Ministério do Trabalho que se prontificou, de imediato, a buscar informações junto aos arquivos da instituição federal referentes à unificação de sindicatos no Brasil, em especial aquelas ocorridas na década de 1990. No entanto, logo que foi informado sobre o tema da pesquisa, esse servidor público federal imediatamente alertou sobre a possibilidade de não encontrar muitos registros. Em outros termos, o técnico pretendia dizer, de fato, que no ministério quase

não existiam registros sobre as unificações sindicais, por esta ser uma alternativa relativamente ainda pouco empregada no Brasil<sup>19</sup>.

A partir de então, vários contatos foram feitos, via telefone ou *e-mail*, com o referido funcionário do Ministério do Trabalho, sempre procurando obter informações, mesmo que mínimas e superficiais, sobre as fusões sindicais no país. Novamente, pouca coisa a respeito do tema foi encontrada. Ao final de quase quatro meses de buscas, telefonemas e *e-mails* para esse técnico do Ministério do Trabalho, o que se encontrou foram pequenos pontos que permitiram desenvolver e amadurecer o campo de pesquisa<sup>20</sup>.

Vencido o estupor inicial, é iniciada a busca por indícios que apontassem por qual trilha seguir, sendo reveladas duas vertentes possíveis e articulares. A primeira delas é centrada exclusivamente no sindicato pesquisado. A segunda hipótese é concentrada em torno de outras entidades que em algum momento de sua trajetória de representação operária passaram por essa experiência<sup>21</sup>.

Assim sendo, a parte da pesquisa dedicada ao Sindieleiro foi construída sobre diferentes eixos. Como principal recurso investigativo, uma metodologia qualitativa de trabalho foi utilizada, buscando articular diferentes modalidades de campo em torno de um objetivo comum. Utilizaram-se as seguintes estratégias: a) pesquisa bibliográfica,

---

<sup>19</sup> As causas da pouca utilização das propostas de unificação sindical no Brasil sejam, talvez, a falta de maturidade de algumas organizações de trabalhadores no emprego dessa técnica radical. Por outro lado problemas de representação política e diminuição de prestígio de antigos diretores inviabilizam ainda mais a proposta.

<sup>20</sup> Faz-se premente acrescentar que de concreto sobre as fusões sindicais foram encontrados apenas dois registros materiais. De um lado, a unificação entre os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo com o de Santo André. Nesse caso, como fonte privilegiada de pesquisa, utilizou-se um jornal de circulação no ABC paulista (Jornal do Grande ABC de 12 de fevereiro de 2006), além da tese de doutorado de Roberto Vêras (2002). O outro registro dizia respeito à fusão entre o Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieleiro) e o Sindicato dos Eletricitários do Triângulo Mineiro (Sindelt), ocorrida em 1996. Como esse processo era o objeto inicial da pesquisa, os materiais disponíveis foram mais fartos e divididos em fontes documentais escritas, de vídeo e orais.

<sup>21</sup> Em alguns momentos, indiscutivelmente, a tarefa revelou-se complicada devido às raras informações encontradas sobre a unificação de sindicatos. O que se encontrou foram apenas relatos superficiais e pouco reveladores que, minimamente, deixavam transparecer tímidos detalhes sobre aquele acontecimento.

visando incorporar análises interpretativas sobre o tema<sup>22</sup>; b) pesquisa documental abrangendo a imprensa sindical do Sindieletro<sup>23</sup> entre os anos de 1987 e 2004; c) pesquisa documental referente às resoluções dos encontros que antecederam o congresso de unificação; utilização de outras publicações e documentos produzidos pela militância sindical<sup>24</sup>; d) complementando as análises documentais, foram realizadas 30 entrevistas orais semi-estruturadas com sindicalistas que participaram de todos os momentos desse processo<sup>25</sup>; e) uma ampla pesquisa iconográfica que catalogou dezenas de fotografias referentes ao Sindieletro<sup>26</sup>; f) utilização de uma fita de vídeo com 2 horas de gravação sobre o congresso de unificação de 1996<sup>27</sup>.

Esse conjunto metodológico propiciou uma análise mais acurada de todo o processo de unificação sindical pelo qual passaram o Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletro) e o Sindicato dos Eletricitários do Triângulo Mineiro (Sindelt).

Ressalta-se que a contribuição das fontes mencionadas foi parcial, exceto as entrevistas orais e o vídeo do congresso que foram fundamentais, indispensáveis para construção deste capítulo. As demais se mostraram incipientes quando se tratava da unificação dos dois sindicatos. Em outras palavras, o que os documentos forneceram

---

<sup>22</sup> Não foram encontradas referências bibliográficas que abordassem diretamente o tema fusão de sindicatos, tanto no Brasil como em outras partes do mundo. O que existe são fragmentos que mostram processos de unificações sindicais na Inglaterra e Estados Unidos mais enfaticamente e, em outros países europeus, rápidas referências. Em se tratando do caso brasileiro, as bibliografias que abordam a temática são inexistentes.

<sup>23</sup> A utilização dos jornais do Sindieletro permitiu mapear desde os primeiros passos iniciados no ano de 1987 até o momento final com o congresso de unificação ocorrido em 1996. A leitura desses periódicos possibilitou o entendimento de questões cruciais para o bom desenvolvimento do tema.

<sup>24</sup> O uso desses documentos, fontes privilegiadas produzidas pelos dois sindicatos envolvidos, serviu para descortinar as impressões de lado a lado e as posturas antagônicas por parte dos dois sindicatos.

<sup>25</sup> As entrevistas orais semi-estruturadas foram realizadas em diferentes cidades de Minas Gerais, procurando, sempre, tentar capturar dos dirigentes e antigos líderes sindicais pontos de similitude e de contradição que os documentos escritos não apresentavam. Essa metodologia de análise ajudou na construção da pesquisa, preenchendo espaços que porventura os documentos escritos e oficiais do Sindicato dos Eletricitários não conseguiram.

<sup>26</sup> É importante anotar que as fotografias não se referem apenas ao congresso de unificação. Elas também retratam as incursões do sindicato pelo sindicalismo cidadão, seja através dos cursos de qualificação profissional ou de formação cultural, seja através dos projetos de energia renovável não poluente em parceria com o assentamento rural Dom Orião. Ao final da tese, em Anexo intitulado *Sindieletro em Imagens*, existem várias fotos com suas respectivas legendas.

<sup>27</sup> Esse vídeo e as entrevistas orais foram os instrumentos que mais forneceram subsídios para elaboração da presente tese. Parte da dificuldade pela falta de documentos mais precisos sobre o tema foi dirimida pelo seu uso.

foram pequenos e fracos indícios que apontavam, em algum momento, para a fusão como uma alternativa capaz de gerar um sindicato mais coeso e harmonioso.

De outro ângulo, é possível mencionar que o Sindicato não guarda em seus registros uma farta documentação relativa ao congresso de unificação e seus momentos anteriores. O material disponível para consulta, referente ao tema, não trazia muitos detalhes, no máximo rápidas notas e menções superficiais sobre o assunto.

Se, por um lado, a pesquisa no sindicato esbarrou nessa dificuldade, a busca por exemplos de unificação no Brasil foi ainda mais complicada de ser resolvida. Mesmo com uma intensa pesquisa junto a órgãos sindicais como o Dieese nacional e sua subseção de Minas Gerais, junto a CUT nacional e sua regional em Minas — pesquisa realizada na Escola Sindical Sete de Outubro situada em Belo Horizonte —, como, também, junto ao Ministério do Trabalho, não foi possível colher material farto sobre o assunto.

O que foi possível constatar, portanto: existem poucos materiais disponíveis para consulta, fato que gerou dificuldades para construção do atual capítulo. Contudo, essa barreira foi superada com a opção, de caráter metodológico, de se analisar apenas o exemplo mais conhecido de fusão sindical já ocorrido no Brasil, representado pela unificação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André em 1993, formando o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Ressalvas serão apontadas, referentes à experiência dos metalúrgicos do ABC paulista. Logo adiante, as atenções estarão voltadas para a unificação dos eletricitários de Minas Gerais realizada em 1996.

Em virtude do I Congresso dos Metalúrgicos do ABC, realizado no ano de 1993, algumas medidas foram tomadas visando principalmente a reorientação das ações sindicais junto à sociedade e às empresas da região (VÉRAS, 2002). Um dos pontos altos do projeto foi à proposta de unificação dos Sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, como atesta Vêras:

Entre eles, os mais importantes: a fusão dos Sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Santo André, para criar o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SMABC; a constituição dos Comitês de Empresa – CSE, como forma de representação sindical no interior das fábricas; e a constituição do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da CUT – SNM, em substituição à Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – CNM. (VÉRAS, 2002, p. 366)

A formação do SMABC foi resultado de uma intensa negociação entre os principais sindicatos de metalúrgicos do ABC. A única exceção foi a do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, que não possuía posições afinadas com os demais envolvidos no projeto<sup>28</sup>. A intenção inicial, que diz respeito à proposta de fusão entre as associações sindicais, era a de tentar diminuir os efeitos das transformações que já vinham ocorrendo na base metalúrgica da região. Nesse sentido, a resolução do I Congresso dos Metalúrgicos do ABC é bastante reveladora:

Ao contemplar com êxito a fusão que criou um novo sindicato, somando 150 mil trabalhadores e trabalhadoras decididos a exigir seus direitos de cidadãos, esta categoria combativa junto a nossa Central, desafia a maré de pessimismo que se espalha pelo Brasil. Reforma sua disposição de lutar para melhorar as condições de vida dos trabalhadores de sua base, exercendo assim sua função primeira como sindicato. No lugar do desânimo a afirmação da esperança apoiada na luta. Em vez do pessimismo, a criatividade transformadora. Contra o corporativismo uma unificação que só foi possível com a ação política e o espírito unitário de todos. A unificação é uma resposta à profunda crise gerada pelas elites. Passamos a ter mais força para combater os ‘ajustes econômicos’ que, até hoje, só fracassaram no combate à inflação e na solução das dívidas externa e interna, enquanto os bancos acumulam fortunas com a ciranda financeira e as grandes empresas exibem altas taxas de lucro (*apud* VÉRAS, 2002, p. 367).

O desejo de unificação, historicamente, remonta ao ano de 1983 em ocasião da Fundação da CUT. As propostas de trabalho e atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (tendo a frente Lula como sua principal liderança) e do Sindicato de Santo André (um dos mais antigos em atividade no Brasil) eram afinadas e coesas. Nesse

---

<sup>28</sup> Vêras (2002) admite que os metalúrgicos de São Caetano não aderiram à empreita devido às suas posições consideradas conservadoras quando comparadas com os sindicatos da região.



mesmo período, houve uma aproximação das duas diretorias em virtude da filiação das entidades na Central Única dos Trabalhadores.

A concretização do desejo de unificação foi plenamente realizada em julho de 1993, em virtude do I Congresso dos Metalúrgicos do ABC. Sob a presidência Vicente de Paulo da Silva — o Vicentinho —, o sindicato de São Bernardo e Diadema é unificado com o de Santo André, formando uma base de 125 mil trabalhadores.

Para Vicentinho, que se auto-intitula “presidente da unificação”, no período imediatamente posterior a fusão, o SMABC tornou-se a força mais poderosa de representação metalúrgica da região. Numa entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2006 para o Jornal Diário do Grande ABC, o ex-presidente relembra o episódio, como um dos mais marcantes para os sindicatos envolvidos:

Fui o presidente da unificação reforçando uma decisão tomada nas assembléias. Esse foi um dos melhores momentos para os metalúrgicos do grande ABC, foi um momento de articulação de campanhas salariais mais amplas, com uma pauta única em toda região. (Jornal Diário do Grande ABC de 12 de fevereiro de 2006)

No primeiro ano de funcionamento do novo sindicato, as diferenças políticas eram resolvidas e contornadas em reuniões, plenárias e votações da diretoria. Essas atitudes, que solidificavam nacionalmente o SMABC, concederam visibilidade aos seus principais líderes no cenário político nacional.

No segundo semestre de 1995, o desgaste entre as duas forças componentes do novo sindicato foi exposta, revelando problemas e dissidências políticas. Com receio de perderem espaço e prestígio junto aos metalúrgicos, os dirigentes da regional de Santo André se fecharam com receio de que o grupo de São Bernardo os alijasse da diretoria executiva nas subseqüentes eleições<sup>29</sup>. O fracasso da união fomentou o crescimento da

---

<sup>29</sup> As suspeitas vindas da regional Santo André tinham certo sentido, na medida em que diretores de São Bernardo do Campo discordavam frontalmente de algumas medidas administrativas tomadas pela regional. Estava configurado o primeiro desentendimento nos interiores do SMABC.

Central Força Sindical e o aparecimento de uma intensa área de conflito sindical pela representação dos trabalhadores metalúrgicos da base de Santo André.

O racha que culminou no processo de separação foi encabeçado por Cícero Firmino da Silva, alcunhado de Martinha, que ordenou o fim da unidade Santo André, tomando de assalto à sede logo após uma derrota eleitoral<sup>30</sup> na Cofap, em março de 1996 (Jornal Diário do Grande ABC, 2006). Alegando uma eleição fraudulenta com o nítido objetivo de prejudicá-lo, Martinha, com apoio da Força Sindical, recorreu à Justiça reivindicando a condição de Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Entretanto, o cerne do descontentamento era maior, como se percebe na fala do próprio sindicalista:

Com a unificação, começamos a ter muitas dificuldades. Toda estrutura ficou centralizada em São Bernardo. Os mesmos diretores ficaram nas suas bases, e na prática ficamos como antes da unificação, só que como menos dinamismo, com movimentação restrita (Jornal Diário do Grande ABC de 12 de fevereiro de 2006).

De seu lado, o ex-secretário do sindicato unificado, Carlos Alberto Grana, deu uma declaração ao mesmo jornal, alegando que as motivações foram essencialmente políticas: “O problema estava na origem. Havia disputas internas no sindicato de Santo André antes da unificação. Quando criamos um único sindicato, a divisão continuou” (Jornal Diário do Grande ABC de 12 de fevereiro de 2006).

De imediato após a divisão, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André pede formalmente seu afastamento da CUT e se filia à Força Sindical<sup>31</sup>. Alegou-se que a Central não reconheceu a separação, encaminhando todo o apoio ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Para complicar ainda mais a já delicada situação, Martinha perdeu o cargo de coordenador regional da CUT e passou a ser hostilizado dentro PT, partido ao qual era filiado (Jornal Diário do Grande ABC, 2006).

---

<sup>30</sup> Nessas eleições, o grupo de Martinha (atualmente filiado a Força Sindical) não conseguiu eleger diretores ligados ao grupo, perdendo para o grupo de Carlos Alberto Grana que, à época, era secretário geral do sindicato unificado.

<sup>31</sup> Sobre esse mesmo momento, afirma Paulinho, presidente da Central Força: “Para a Força Sindical, a rejeição da CUT foi boa, porque conseguimos ampliar nossa base no Grande ABC, uma região muito importante para o movimento sindical” (Jornal Diário do Grande ABC de 12 de fevereiro de 2006).

Até hoje a separação dos dois sindicatos é motivo de disputa na Justiça. Em setembro de 2004, uma resolução do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pronunciou-se favoravelmente à separação do sindicato de Santo André. Mesmo com o parecer propício ao sindicato de Santo André, o Sindicato de São Bernardo do Campo ajuizou um embargo de declaração junto ao Superior Tribunal do Trabalho (TST), pedindo um esclarecimento mais pormenorizado da decisão (Jornal Diário do Grande ABC, 2006).

A separação das duas entidades gerou uma disputa em torno da base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Como ainda não reconheceu a validade da divisão, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema cultiva atividades na base territorial da outra agremiação. A intervenção dos metalúrgicos do ABC é tão grande que o sindicato disponibilizou comitês sindicais em algumas empresas<sup>32</sup>, bem como uma sub-sede na cidade. Enfim, a rivalidade está longe de ser sanada e sempre há enfrentamento entre os sindicalistas por causa da negociação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

Não obstante, seria complicado afirmar que todo exemplo de unificação sindical, necessariamente, termina abruptamente em função de brigas internas constantes e disputas pelo poder político e de mando dentro da nova instituição. Do lado oposto, existem exemplos de uniões sindicais bem sucedidas que conseguiram dinamizar o desempenho da entidade e fortalecer as categorias envolvidas.

Pois bem, Minas Gerais foi palco de um caso vitorioso de fusão sindical, quando, em 1996, o Sindicato dos Trabalhadores em Energia de Minas Gerais (Sindieletro) se unificou ao Sindicato dos Eletricitários do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas (Sindelt).

---

<sup>32</sup> É interessante mencionar que algumas empresas da região não reconhecem os comitês sindicais estabelecidos pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e, por isso mesmo, negociam com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Já nas pequenas empresas a filiação a CUT é hierarquicamente superior (Jornal Diário do Grande ABC, 2006).

O desejo de unificar todos os sindicatos que representavam os eletricitários de Minas Gerais<sup>33</sup> é antigo. Ele remonta ao ano de 1987, período que a categoria começa a se organizar e planejar com mais efetividade sua agenda anual de lutas. O sentimento pró-unificação torna-se maior quando, em janeiro de 1989, o Sindieletro decide-se, após longos debates que culminaram na aprovação dos trabalhadores pela filiação à CUT.

A década foi recheada de conquistas para os eletricitários, sobretudo a partir de 1987, quando os eletricitários: a) conquistaram o direito a creches para os filhos e filhas com até seis anos de idade; b) garantiram a quantidade de treze delegados sindicais para o interior e de quatro representantes de trabalhadores ativos no conselho curador da Forluz; c) conquistaram a equiparação salarial envolvendo eletricitários da capital e do interior; d) organizaram o trabalho das mulheres eletricitárias com a criação de uma secretaria de gênero do Sindieletro e, depois, com a instituição de uma comissão de mães eletricitárias; e) conquistaram o direito ao anuênio, ao pagamento do sobreaviso. Além disso, foram implantados grupos sindicais de base nos locais de trabalho, e foram conquistas importantes, também, as garantias do tíquete-refeição e do emprego por um ano (SINDIELETRO, 2004).

Além das conquistas mencionadas, o Sindieletro formaliza campanhas que, segundo o relato de sindicalistas ouvidos, serviram para solidificar o sindicato enquanto uma associação de representação operária. Entre elas, figuram protestos contra as privatizações, as terceirizações, as demissões em massa, além das campanhas em prol da saúde e da segurança do trabalhador, dentre outros.

A entrada dos anos 90 traz consigo a certeza de que já se fazia necessária e urgente a unificação da categoria para que se pudesse engrossar diversos movimentos,

---

<sup>33</sup> Todos os trabalhadores pertencem aos quadros de funcionários da empresa Cemig. Antes do processo de unificação, existiam cinco diferentes sindicatos que representavam os eletricitários a partir de suas regiões que se dividiam de acordo com os seguintes critérios: Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas (Sindsul); Sindicato dos Eletricitários do triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas (Sindelt); Sindicato dos Eletricitários de Juiz de Fora e região; Sindicato dos Eletricitários de Santos Dummont; Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletro). Cada uma dessas entidades representava trabalhadores de pequenas empresas de energia anteriores à chegada da Cemig, fundada em 22 de maio de 1952 pelo então governador mineiro Juscelino Kubitschek.

envolvendo: a defesa da empresa pública, a luta contra a privatização, as melhorias nas condições de saúde do trabalhador eletricitário, uma gestão mais democrática e transparente da Forluz, a luta contra a demissão de dirigentes sindicais e contratação de “apadrinhados” da Cemig, dentre outros. O depoimento de um ex-diretor sindical de Varginha realça a postura do sindicato:

A unificação se impôs como uma tarefa urgente para dar aos trabalhadores um instrumento de representação mais eficiente para as lutas sindicais. A atual estrutura enfraqueceu a classe trabalhadora, que hoje vive uma situação de arrocho salarial e desemprego. Somente um sindicalismo unido, livre, com estruturas classistas nacionais fortes e democráticas pode permitir que a classe trabalhadora conquiste seus direitos, seu espaço político no cenário nacional e internacional. Dentro desse entendimento, a unificação dos eletricitários em Minas Gerais, construiu uma organização unida, forte e democrática, descentralizando o máximo de sua ação de modo a permitir um avanço significativo de suas organizações de base, nos locais de trabalho, e a participação efetiva dos trabalhadores em todas as etapas do processo. (Sindicalista 28)<sup>34</sup>

Para outro dirigente sindical da capital mineira, a unificação seria um antídoto contra: “[...] a unicidade sindical, contra a divisão sindical atual. A unificação gerou uma estrutura mais democrática, participativa, centralizada e unitária [...]” (Sindicalista 08)<sup>35</sup>.

Com o objetivo de fortalecer o projeto de unificação entre os sindicatos de eletricitários do Estado, o Sindieleto incentivou a implantação de regionais a partir de junho de 1993. Por traz do ato, existiu a intenção de apressar e efetivar o processo de unificação que começava a ser vislumbrado naquele momento. Assim, a partir de critérios estabelecidos pelo sindicato<sup>36</sup>, foi organizada, de modo mais eficiente, a divisão territorial do Sindieleto com o estabelecimento de regionais espalhadas por sete regiões de minas, a saber: a) norte; b) leste; c) Mantiqueira, d) sul; e) oeste; f) triângulo; g) centro.

Cada uma das regiões se constituía como uma estrutura sindical territorial básica, com organização própria, finanças particulares e tarefas específicas relacionadas com as

---

<sup>34</sup> Entrevista realizada em Varginha, em 20/07/2004.

<sup>35</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 04/08/2005.

<sup>36</sup> Os critérios estabelecidos pelo Sindieleto para a constituição das sete regionais foram construídos a partir da divisão adota pela empresa Cemig no seu setor de distribuição energética.

demandas trabalhistas da região. Cada unidade possuía sua direção local, seu conselho deliberativo, cujos membros eram definidos dentro de critérios de proporcionalidade.

Ficou acordado que a escolha dos candidatos que concorreriam à direção regional seria de responsabilidade dos filiados daquela determinada localidade. Caberia a eles, também, a escolha dos dirigentes que deveriam ser liberados quanto a seus representantes no conselho deliberativo do sindicato.

A regional seria responsável pela criação, definição, implementação e condução de sua agenda, dentro das linhas políticas e programáticas traçadas pelo sindicato: a utilização dos recursos disponíveis para manutenção de suas sedes e sub-sedes, enfim, pela infra-estrutura e atividades promovidas viria da regional executora. O papel dos diretores responsáveis pelas regionais era responder aos desafios de sua localidade, garantindo o cumprimento dos acordos coletivos previamente firmados. As regionais só poderiam recorrer direção estadual quando, de fato, houvesse necessidades reais.

Cada região, a partir da elaboração de suas instâncias de representação, seria a responsável pela contribuição e decisão, através de seus delegados, dos congressos, programas e pelas linhas políticas que conduziria a sindicato.

O segundo passo rumo à unificação foi o estabelecimento de uma intersindical que reuniu vários sindicatos representativos dos diferentes estratos de trabalhadores da Cemig. Coube a intersindical organizar os empregados da empresa e propor a realização do I Congresso dos Eletricitários de Minas Gerais<sup>37</sup> (I Comel).

A proposta de unificação dos sindicatos que representavam os eletricitários de Minas Gerais começou a ser discutida no I Comel<sup>38</sup>, realizada em agosto de 1991. Esse

---

<sup>37</sup> O I Congresso dos Eletricitários Mineiros foi realizado nos dias 16,17 e 18 de agosto na Fundação Helena Antipoff, em Ibirité, contando com a participação de 132 delegados representando 22 mil trabalhadores do setor elétrico de Minas Gerais.

<sup>38</sup> Alguns dados sobre o I Congresso dos Eletricitários de Minas Gerais: a) Número de delegados credenciados: 230 delegados credenciados (Homens: 121; Mulheres: 11); b) Delegação por sindicato: Sindelt: 26; Sindsul: 27; Sindieletro: 55; Senge: 06; Aposentados: 02; Juiz de Fora: 08; Cataguases: 04; Administradores: 02; Sintest: 02; c) Outros participantes: Observadores: 14; Organização: 17; Pesquisa: 10; d) Idade dos delegados (média): Mulheres: 31 anos; Homens: 32,7 anos; e) Tempo de empresa: Homens: 10,9 anos; Mulheres: 9 anos; f) Grau de instrução: Mulheres: 19% secundário, 81% superior; Homens: 11% primário, 65% secundário, 24% superior; g) Funções: Geração/distribuição/transmissão: 84%; Técnico Administrativo: 33%; Apoio: 17%.

encontro intersindical teve a virtude de reunir diferentes entidades de trabalhadores que pertenciam aos quadros de funcionários da Cemig. Cada um deles, dependendo de sua categoria profissional, era representado por uma associação ou sindicato diferente. Em outras palavras, além das diversas agremiações sindicais que aglutinavam os eletricitários, existiam também sindicatos dos engenheiros, administradores, economistas, secretárias, dentre outros. A explicação para essa profusão de entidades classistas é encontrada na fala de um sindicalista: “Antes da Cemig, existiam empresas distintas que possuíam diferentes sindicatos de trabalhadores. Quando a empresa encampa todas as outras, as entidades sindicais permaneceram intocadas. Então é daí que se origina esse leque de sindicatos” (Sindicalista 05)<sup>39</sup>.

A tabela abaixo é uma tentativa de ilustrar o depoimento do sindicalista da cidade de Uberaba e, ao mesmo tempo, apresentar todos os participantes e suas respectivas categorias profissionais:

---

<sup>39</sup> Entrevista realizada em Uberaba, em 01/12/2005.

**Tabela 5**  
**Entidades Participantes do I Comel**

<b>Sindicatos</b>	<b>Nº. de trabalhadores</b>	<b>Participantes do I Comel</b>	<b>Empresas</b>
<b>Sindieletro</b>	11.500	98	Cemig
<b>Sindelt</b>	3.500	32	Cemig, Furnas, Triângulo Mineiro.
<b>Sindsul</b>	3.000	27	Cemig, Furnas, Sul de Minas.
<b>Cataguases</b>	720	07	Cataguases, Leopoldina
<b>Senge</b>	1500	15	Todas
<b>Economistas</b>	120	03	xxxx
<b>Eletricitários JF</b>	500	06	Cemig
<b>Eletricitários SD</b>	50	03	Cemig
<b>Administradores</b>	500	06	Cemig
<b>Contabilistas</b>	135	03	Cemig
<b>Rodoviários</b>	xxxx	03	Cemig
<b>Tec. Segurança</b>	xxxx	03	Cemig
<b>Aposentados</b>	2.545	23	Cemig
<b>Total de Delegados</b>	xxxx	230	xxxx

Fonte: Jornal do Comel, julho de 1991

JF: Juiz de Fora

SD: Santos Dummont

A tabela expõe claramente que os eletricitários de Minas Gerais têm, pelo menos, treze sindicatos que os representa. Alguns deles estão organizados por ramos de atividade, que se dividiam em profissionais do setor elétrico, engenheiros, administradores, economistas, contabilistas, rodoviários e técnicos em segurança. O objetivo do I Congresso dos Eletricitários era o de propor formas cabíveis de organização e estruturação das entidades que compunham o universo profissional em torno dos eletricitários de Minas Gerais.

A preocupação central desse encontro foi a organização da categoria, debate que, naquele momento, ainda estava muito incipiente entre as diretorias dos sindicatos



participantes. O encontro serviu para que os delegados eleitos<sup>40</sup> pudessem iniciar um debate mais amplo com todos os trabalhadores. De acordo com o depoimento de um sindicalista,

As respostas para essas questões são importantes. Afinal estamos falando é da organização dos trabalhadores, que converge para todas as posições que eles têm sobre seu trabalho, sobre os patrões, o governo, e a vida. O sindicato é uma das do dia-a-dia dos eletricitários. (Sindicalista 04)<sup>41</sup>

Procurando melhores formas de organizar a classe eletricitária, foram criados, no Comel, grupos de trabalho para a discussão do projeto de unificação e organização dos sindicatos dos eletricitários. Além disso, esforços foram investidos na integração dos trabalhadores, através de propostas de formação cultural que, por sua vez, culminaram na criação de um jornal intersindical com circulação em todo o estado. A preocupação com os problemas de organização dos eletricitários passava, também, pela tentativa de incorporação dos trabalhadores terceirizados de empreiteiras que prestavam serviços para a Cemig.

Quando questionado sobre a importância do I Comel para os eletricitários, um antigo dirigente sindical que atuou na linha de frente do congresso assim respondeu:

O saldo final do congresso foi positivo, não tenho dúvidas. Foi um grande passo na organização dos trabalhadores, esse foi o principal resultado do I Congresso dos Eletricitários Mineiros. Conseguimos envolver trabalhadores de todas as empresas de energia elétrica de Minas Gerais. Uma das principais deliberações foi o início do processo de discussão sobre a unificação ou não dos sindicatos de eletricitários da Cemig (Sindicalista 26)<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> É imprescindível esclarecer que no I Comel a participação foi restrita somente aos delegados sindicais. Eram delegados, somente, os diretores dos sindicatos participantes. Assim sendo, o Congresso contou apenas com a participação dos dirigentes sindicais.

<sup>41</sup> Entrevista realizada na cidade de João Molevade, em 09/08/2005.

<sup>42</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 07/10/2005.

Nesse encontro intersindical, que reuniu todos os sindicatos dos eletricitários do Estado<sup>43</sup>, foi retomada a discussão, que iniciara meses antes, em janeiro do mesmo ano. Ao final, foi lançado um documento comum que afirmava a urgente necessidade de fusão de todos os sindicatos que representavam e dois mil trabalhadores em energia.<sup>44</sup> O documento em questão possuía pontos que visavam uma melhor compreensão do processo de unificação sindical que se debatia. A sua intenção era esclarecer as propostas futuras de fusão para os sindicatos representantes dos trabalhadores em eletricidade de Minas Gerais. Nesse sentido, foram apresentados sete tópicos referentes à nova formatação da entidade, caso o processo de fusão sindical realmente ocorresse. Os temas contidos nessa carta de intenções eram:

1. Princípios da Unificação: Dentro desse entendimento, a fusão dos sindicatos dos eletricitários em Minas Gerais objetiva construir uma organização unida e forte; além de descentralizar suas ações, permitiria, com isso, o avanço de suas organizações de base nos locais de trabalho com a efetiva participação dos trabalhadores.
2. Organização Territorial: Uma vez unificado, o sindicato único seria dividido em sete regiões, em consonância com os critérios adotados pela empresa.
3. Instâncias Regionais: Cada região se constituirá como uma estrutura sindical territorial autônoma em todas as acepções do termo.
4. Unidade Política: A unidade territorial e jurídica de um único sindicato dos eletricitários no estado de Minas Gerais refletiria sua unidade política. Por isso, suas ações deveriam ser resultados da decisão de todas as instâncias sindicais.
5. Unidade Administrativa: Sendo uma só entidade jurídica, sua administração deveria ser necessariamente unificada, integrando as regionais com a coordenação estadual.
6. Direção: A direção do sindicato teria as seguintes instâncias decisórias: Conselho Deliberativo (CD); Direção Regional (DR). Conselho Deliberativo Estadual (CDE); Direção Estadual (DE); Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo Regional seria composto por uma quantidade de dirigentes sindicais proporcional ao número de trabalhadores eletricitários de sua base. Sua função seria eleger seus liberados e

---

<sup>43</sup> Segundo dados fornecidos pelo Sindieletro.

<sup>44</sup> Convocados pelas organizações sindicais atuantes no setor elétrico de Minas, a realização do I Comel foi o passo decisivo na direção da unificação das lutas dos eletricitários.

seus representantes no Conselho Deliberativo Estadual (CDE), bem como substituí-los.

7. Eleições Sindicais: O processo eleitoral seria unificado em todo estado.

Seriam esses os princípios que regeriam o sindicato unificado. Todos os esforços e dedicações ocorreram no sentido de possibilitar a unificação dos sindicatos. De acordo com uma representante do Sindsul, a unificação foi:

Necessária e urgente. A unificação trouxe inúmeras vantagens para os trabalhadores, os sindicatos e a própria empresa. O movimento sindical hoje exige novas formas e estratégias de lutas em função de uma nova realidade, onde palavras-chaves para o mercado de trabalho são: globalização, terceirização, mais produtividade e qualidade. A unificação é uma dessas formas e estratégias para ganharmos mais agilidade para enfrentarmos a nova realidade. (Sindicalista 24)<sup>45</sup>

Já para outra dirigente sindical, representante do Sindieletro, a unificação representou:

[...] um dos fatos mais importantes para os trabalhadores da empresa nos últimos 10 anos. A unificação marcará um processo que se iniciou em 1987, quando a oposição ganhou a diretoria do Sindieletro, passando pela criação da intersindical, que para mim foi o embrião da unificação. É também resultado de muitos esforços. A categoria só ganhou com a unificação que é um novo tipo de visão política do sindicalismo. Um sindicato único significa uma categoria mais forte e organizada. A unificação dos sindicatos da base da Cemig foi um marco no movimento em Minas. (Sindicalista 15)<sup>46</sup>

Quando questionado sobre as vantagens que a fusão trouxe para os sindicatos da Cemig, um dirigente do Sindelt assim respondeu:

Uma das grandes vantagens, por exemplo, foi a financeira. Hoje gasta-se muito enquanto a produção é baixa. Com a unificação gastamos menos e produzimos mais. Administrativamente nos tornamos mais ágeis e conquistamos mais recursos humanos, tanto funcionários quanto diretores. Assim, conseguimos dar a devida atenção a base. Já politicamente ficamos mais unidos e fortes. (Sindicalista 09)<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> Entrevista realizada em Pouso Alegre, em 21/07/2004.

<sup>46</sup> Entrevista realizada em Sete Lagoas, em 13/10/2005.

<sup>47</sup> Entrevista realizada em Patos de Minas, em 12/07/2004.

Outro sindicalista, pertencente ao antigo Sindelt, ressalta os benefícios da unificação:

A unificação só tem vantagens. Além da economia de recursos financeiros e material, houve também economia de recursos humanos e a força do sindicato e dos trabalhadores aumentou [...]. A unificação é hoje a grande saída para o movimento sindical. A partir daí a categoria tornou-se mais conscientizada da necessidade de um sindicato racional, unido e fortalecendo todos os trabalhadores. (Sindicalista 01)<sup>48</sup>

O depoimento dos quatro dirigentes sindicais deixa claro que a fusão foi necessária, imprescindível e inevitável. Dessa maneira, ela foi aprovada sem maiores sobressaltos no I Congresso dos Eletricitários de Minas Gerais (I Comel), em agosto de 1991. Imaginando uma sobrevida melhor e prevendo o fortalecimento da categoria e pessoal, os sindicatos começaram o trabalho de articulação de suas bases, preparando-as para o processo de fusão sindical que começava alvorecer.

Desse modo, as três agremiações envolvidas (Sindieleto, Sindelt e Sindsul) começaram organizar de forma colegiada o planejamento estratégico tendo como prioridade básica a unificação da categoria no Estado e, em segundo plano, a inserção dos eletricitários no contrato coletivo de trabalho e nas estruturas das confederações e federações aprovadas pela CUT. Além disso, os sindicatos, de comum acordo, resolveram tirar algumas diretrizes para trabalhar, com a categoria, temas como a qualidade total na empresa Cemig.

Tendo como argumento central a estruturação dos sindicatos por ramo de atividade<sup>49</sup>, os sindicatos pretendiam, através da unificação, iniciar o primeiro passo nessa direção. De outro campo, a necessidade de se unificar assentava na criação de condições objetivas para uma atuação mais integrada, diante das mudanças organizacionais da empresa e do sistema produtivo global. Para um sindicalista,

---

<sup>48</sup> Entrevista realizada em Uberlândia, em 22/07/2005.

<sup>49</sup> A estruturação dos sindicatos por ramo de atividade é uma deliberação cutista. No caso dos sindicatos dos eletricitários de Minas Gerais, eles se encontravam dentro dos Urbanitários que conglomeravam as seguintes categorias profissionais: energia, água, esgoto e gás.

O Brasil hoje é um dos países que mais tem sindicatos em todo mundo. São 19 mil entidades, somente na Cemig nós somos 13 sindicatos. Eles negociam juntos através da intersindical, mas não tem uma atuação integrada. Do outro lado, precisávamos nos preparar para as dificuldades que enfrentaríamos tanto na empresa como no sistema produtivo global. (Sindicalista 27)<sup>50</sup>

Trabalhando com a perspectiva de organizar uma unificação consensual<sup>51</sup>, o Sindieleto, Sindelt e Sindsul organizaram longas reuniões nas três sedes, com o propósito de preparar o terreno para o projeto que ganhava corpo e consistência com seu amadurecimento político. Por outro lado, os encontros itinerantes serviram como espécie de palco para que os conflitos e as posições divergentes fossem superados, como relembra um entrevistado:

As individualidades já chegaram ao congresso bastante atenuadas. O que nós fizemos foi organizar exaustivas reuniões nas sedes dos sindicatos [...]. Então as demandas chegaram lá bastante simplificadas, ou seja, os conflitos principais aconteceram antes, nas reuniões de preparação para a unificação. (Sindicalista 01)<sup>52</sup>

Tal sentimento é compartilhado por um antigo diretor do Sindelt, que encabeçou a proposta de união das entidades, que relatou: “Foi um congresso muito tranquilo, não tinha disputas não. Tudo transcorreu muito bem graças ao preparo anterior das diretorias. Posso dizer que foi um processo sereno e sem traumas [...]” (Sindicalista 13)<sup>53</sup>.

Portanto, as resistências de alguns setores, se não puderam ser totalmente dirimidas, foram pelo menos abrandadas com as reuniões e encontros que precederam o congresso de unificação dos eletricitários de Minas Gerais. Os pontos mais problemáticos — como, por exemplo, a construção do estatuto do novo sindicato unificado — foram decididos anteriormente por duas vias: pelo voto direto ou no plenário, mas sem nenhum trauma aparente. Como foi possível perceber, todos os participantes tinham como meta a

---

<sup>50</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 01/08/2005.

<sup>51</sup> Os sindicatos se organizaram de acordo com seus estatutos. O Sindieleto e o Sindsul realizaram assembleias e o Sindelt um plebiscito com a participação de 2/3 da categoria. Paralelamente, foram realizadas assembleias para a eleição de delegados que representaram a categoria durante o congresso.

<sup>52</sup> Entrevista realizada em Uberlândia, em 22/07/2005

<sup>53</sup> Entrevista realizada em Uberlândia, em 22/07/2005.

fusão entre os sindicatos e, por isso mesmo, todos os possíveis focos de atrito foram superados coletivamente.

Em outras palavras, a realização de diversas reuniões intersindicais foi essencial para o amortecimento dos conflitos, das divergências políticas de todas as partes. Há uma unanimidade ao considerar esses encontros como o momento ideal para o confronto de posições, para que o congresso de unificação transcorresse sem nenhum sobressalto<sup>54</sup>. Encontrado um ponto comum, começaram as articulações para a montagem da comissão responsável pela organização do encontro.

No começo de 1995, a diretoria do Sindsul realizou uma pesquisa junto aos seus associados, com o objetivo de referendar a unificação. Os dados revelaram que 55% dos participantes desejavam a fusão com os outros sindicatos de eletricitários<sup>55</sup>. Com o respaldo dos trabalhadores, a diretoria do referido sindicato entrou, juntamente com o Sindieletro e Sindelt, na comissão responsável pelo congresso de fusão.

Contudo, em fevereiro do mesmo ano, alegando outras prioridades, o Sindsul resolveu abandonar o projeto que se consolidava. Não foi encontrada uma justificativa convincente pela qual o sindicato pudesse respaldar sua atitude. A fala de um sindicalista do Sindieletro revelou todo o ressentimento causado pela desistência, de última hora, do sindicato:

Sinceramente, não entendo. Em fevereiro de 1995 numa reunião da diretoria do Sindsul, ficou deliberado apesar do voto contrário de alguns diretores, que a unificação seria levada para discussão com a categoria em assembléias. Infelizmente, dizendo que teriam necessidades mais urgentes a serem tratadas, a diretoria do Sindsul remeteu ao Sindieletro ofício assinado pelo seu presidente, comunicando que achou por bem não participar do processo de unificação. De duas, uma: a diretoria do Sindsul agiu de má fé, participando da discussão de forma oportunista

---

<sup>54</sup> Um dado precisa ser ressaltado. Ao longo da pesquisa, foram realizadas 30 entrevistas orais semi-estruturadas com sindicalistas que, direta ou indiretamente, participaram de todo o processo que culminou com a fusão do Sindieletro e do Sindelt em abril de 1996. Quando questionados sobre os preparativos para o Congresso de Unificação, todos os entrevistados, sem exceção, confirmaram que o evento foi feito num clima de bastante cordialidade devido as incontáveis reuniões preparatórias, encaradas pelos dirigentes sindicais como o momento apropriado para superar possíveis rusgas e cizânias dos três lados.

<sup>55</sup> Fonte: Jornal da unificação, 12 a 18/03 de 1996.

com o objetivo de nos enrolar e pular fora na hora h, ou é mais atrasada que a diretoria do Sindicato de Juiz de Fora. (Sindicalista 17)<sup>56</sup>

Pela pesquisa de campo, também não foi possível compreender os reais motivos da saída do Sindsul de um processo que se iniciou em razão de sua participação. Todas as respostas, quando eram dadas, se mostravam vagas, imprecisas e pouco reveladoras. Talvez os dois indícios mais fortes fossem a derrota da chapa de oposição<sup>57</sup> apoiada pelo Sindieleiro, que concorria às eleições no Sindsul, a discordância e a resistência que o sindicato tinha em relação a CUT<sup>58</sup> e a seus princípios constitutivos.

Mesmo com a desistência prematura do sindicato do Sul de Minas, os outros dois restantes deram continuidade ao processo, unificando-se no ano seguinte, em 1996.

O Congresso de Unificação dos eletricitários transcorreu nos dias 26, 27 e 28 de abril de 1996 no Sesc Venda Nova na cidade de Belo Horizonte. A palestra inaugural, segundo alguns participantes o ponto alto do encontro, foi proferida pelo atual Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva. Na oportunidade, ele elogiou a unificação dos eletricitários, colocando-a como um exemplo de maturidade política capaz de construir um instrumento forte dedicado à classe trabalhadora. Quando perguntado qual foi o momento mais importante do congresso, um participante respondeu:

O ponto alto do Congresso de Unificação foi a participação do Lula, que nos deu uma aula de sindicalismo. Ele chegou com um discurso que dizia que dividir para governar é uma ferramenta da diretoria, o movimento que estávamos fazendo, passava por cima de qualquer vaidade pessoal ou de cargo político, por isso mesmo, ele não tinha dúvidas que seria vitorioso. (Sindicalista 05)<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> Entrevista realizada em Patrocínio, em 26/07/2005.

<sup>57</sup> A chapa em questão, intitulada pró-CUT, contava com o apoio formal do Sindieleiro, do Sindelt, do Sindicato dos Eletricitários de Campinas e de Santa Catarina. A bandeira levantada pela chapa era em favor da unificação dos eletricitários mineiros.

<sup>58</sup> Dos sindicatos que se propuseram unificar, apenas o Sindsul, que não era filiado a CUT. A entidade estava associada a três organismos que declaradamente faziam oposição a Central. São eles: Federação dos Trabalhadores Urbanos (URBANOS), filiada a Confederação dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), quer por sua vez fazia parte da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

<sup>59</sup> Entrevista realizada em Uberaba, em 01/12/2005.

O objetivo do congresso foi criar um sindicato único dos eletricitários, reunindo o Sindieletro e o Sindelt. Para gestão provisória do novo sindicato único dos eletricitários mineiros, os delegados elegeram no congresso uma diretoria composta por 102 diretores, para mandato de um ano, com a função de estruturar tecnicamente o sindicato, aprovando seu novo estatuto, viabilizando jurídica e administrativamente a unificação.

Coube aos delegados a aprovação das políticas que seriam adotadas pela diretoria, bem como o encaminhamento das pautas de discussões, que foram amplas e diversificadas, contendo temas que não ficaram restritos ao enfoque central do congresso. Além da conjuntura nacional de 1996, foram discutidas as reformas: agrária, jurídica, política, administrativa e tributária.

Durante os três dias de congresso, a participação dos delegados foi maciça, enriquecendo os debates e as discussões. Entretanto, segundo os participantes entrevistados, o que imperou foi o alto nível das relações políticas, sempre procurando o consenso das propostas de ambos os lados. Como já se observou, as desavenças políticas e ideológicas foram, todas, desfeitas nas reuniões preparatórias<sup>60</sup> que antecederam ao congresso de fusão de 1996.

O evento significou um marco para a categoria e a afirmação da parceria entre o então Sindelt (hoje regional triângulo) e o Sindieletro, que já existia anteriormente. Na prática, os dois sindicatos já trabalhavam juntos e, com o congresso, isso foi reafirmado e efetivado: “Ao contrário dos outros sindicatos da Cemig, tínhamos uma relação muito boa com o Sindelt. Eu te diria que era de camaradagem e parceria, porque o Sindelt era também da CUT antes da unificação de 1996 [...]” (Sindicalista 06)<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Foi nos encontros anteriores que os interesses políticos dos dois sindicatos vieram à tona com força e disposição. Portanto, fica subentendido que as reuniões que antecederam ao congresso de unificação contribuíram decisivamente para o clima ameno e respeitoso e assim o encontro transcorreu. Em última instância, pode-se afirmar, com toda segurança, que o congresso serviu apenas para discutir o novo estatuto, pois os impasses políticos estavam previamente resolvidos. Então, a decisão de unificar não partiu diretamente do congresso, mas das reuniões e assembléias realizadas anteriormente junto aos trabalhadores que pertenciam aos dois sindicatos envolvidos. Na verdade, o congresso de 1996 serviu como ratificação de um fato já consumado.

<sup>61</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 07/10/2005.



Um outro dirigente sindical do Sindieletro quando questionado sobre a parceria entre as duas instituições afirmou:

Não vejo muita diferença entre nossa maneira de agir com o pessoal do antigo Sindelt. Conseguíamos estabelecer parceria e prioridades, mesmo com algumas dificuldades. Nossa relação sempre foi próxima, sentávamos antes e combinávamos nossas metas e formas de atuação. (Sindicalista 22)<sup>62</sup>

O depoimento desse diretor expõe que a relação entre as duas agremiações não era marcada, somente, pela cordialidade e pela cumplicidade política e sindical. Existiam elementos que ocasionavam discordâncias e dificuldades no momento do planejamento conjunto das ações.

Normalmente o cerne das relutâncias estava associado às diferenças regionais as quais as categorias estavam submetidas. Existiam, também, discordâncias com relação à condução da político-administrativa de cada sindicato. A mais séria, e que causava mais polêmica, era a devolução do imposto sindical obrigatório. O Sindieletro posicionava-se contrário, por entender que o imposto sindical contribuía para o fortalecimento da associação e, por isso mesmo, o seu uso era lícito e voltado para manutenção do sindicato. Já o Sindelt tinha uma posição radicalmente contrária, devolvendo o imposto sindical para seus membros. O argumento que viabilizava sua restituição assentava-se na idéia de um sindicalismo livre, longe das amarras burocráticas do Estado que prejudicavam o seu amadurecimento político. Em que pese todas as opiniões divergentes, acreditavam os diretores do antigo Sindelt que o imposto sindical travava as potencialidades classistas do sindicato. Palavras de um ex-diretor do Sindelt:

Nós tínhamos um outro problema, que foi complicado sanar. O Sindelt devolvia o imposto sindical e o Sindieletro não, fato que acabava gerando desentendimento político. O Sindelt entendia que o imposto sindical amarrava os sindicatos, e sindicalismo é livre, você tem toda a liberdade de se filiar ou não. Dessa forma, nós devolvíamos a

---

<sup>62</sup> entrevista realizada em Itabira, em 06/07/2005.

contribuição a todo filiado através de um cheque com o valor do imposto. (Sindicalista 09)<sup>63</sup>

Um outro entrevistado mostrava qual exatamente era o ponto de discórdia entre as duas agremiações, quando se tratava do imposto sindical:

Nós restituíamos a contribuição sindical obrigatória, e isso nos gerava um crescimento extraordinário para o sindicato, criava um respaldo incrível junto a nossa base. O pessoal do Sindieletro nos criticava afirmando que nós não poderíamos fazer aquilo, pois estávamos jogando dinheiro fora que nos faria falta. (Sindicalista 30)<sup>64</sup>

Embora, as entrevistas não deixem transparecer, a devolução do imposto sindical era uma estratégia que o Sindelt utilizava como forma de aproximação de sua base e de outros movimentos sociais da região. Não obstante, as diferenças com relação às formas de utilização da contribuição compulsória sindical não inviabilizaram ações conjuntas entre as entidades classistas, muito menos foi um empecilho para a união dos dois sindicatos<sup>65</sup>.

Assim, o Congresso de Unificação foi a reafirmação de uma situação de parceria política, embora com algumas discordâncias e atritos, entre os dois principais sindicatos de base da Cemig. Naquela época, os eletricitários de Minas Gerais sabiam que a consolidação do sindicato passaria pela aprovação da proposta de união entre os dois sindicatos<sup>66</sup>. O Congresso foi o espaço para ampliar o diálogo com a sociedade e com os trabalhadores, como argumenta um entrevistado:

Demos um passo acertado com a unificação, conseguimos dar mais vigor ao sindicato e aos trabalhadores, conquistamos uma fabulosa fatia

---

<sup>63</sup> Entrevista realizada em Patos de Minas, em 12/07/2004.

<sup>64</sup> Entrevista realizada em Patos de Minas, em 12/07/2004.

<sup>65</sup> É importante mencionar que a relação entre os dois sindicatos foi ainda mais intensificada quando o Sindieletro seguindo o exemplo do Sindelt se filia a CUT. Esse momento consolidou os laços de solidariedade e de companheirismo, afinando o discurso e a prática dos dois sindicatos.

<sup>66</sup> O sentimento que habitava o imaginário dos dois lados admitia que a fusão entre o Sindieletro e o Sindelt representou a unificação da força com a potência. A força seria o Sindieletro que possuía proporcionalmente o maior número de trabalhadores filiados, além é claro de Belo Horizonte ser a sede da direção da empresa. Já a força do Sindelt era representada pelas usinas de transmissão de energia localizadas no Triângulo Mineiro.

de ação política com a união do Sindieletro e do Sindelt. Uma vez formado esse novo Sindieletro-MG, temos conseguido vitórias extraordinárias para os trabalhadores da Cemig. Mas não é só isso, estamos organizando atividades fora do sindicato, estabelecendo a conexão de sindicato cidadão. (Sindicalista 14)<sup>67</sup>

O encontro serviu para demarcar a posição do sindicato contra a privatização da Cemig<sup>68</sup> e de qualquer outra empresa pública, afirmando que o controle deveria ficar nas mãos do Estado e da população. Além da posição contrária a venda das estatais e da defesa do patrimônio público, o congresso ratificou o apoio do Sindieletro ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com a criação de uma secretaria para apoiar essa modalidade de movimento social.

As ações do sindicato junto com o MST começaram, inicialmente, com o Sindelt e se intensificaram após a unificação das duas associações. De acordo com o coordenador do MST na região do Triângulo Mineiro, o Sindieletro foi o primeiro sindicato a declarar apoio ao movimento. Todavia, não ficou restrito somente ao político: o sindicato fez doações para compra de sementes e plantio de cereais<sup>69</sup>.

A criação de uma secretaria de apoio ao MST e a outros movimentos sociais e o apoio consensual contra a venda da Cemig e de outras estatais não revelaram os desentendimentos ao longo dos três dias de congresso. Houve brigas internas de ambos os lados, divergências políticas e ideológicas tanto internas quanto externas.

À época da unificação, existiam tendências políticas contrárias que, de certa forma, atrapalharam o fluxo natural dos acontecimentos. As divergências quase colocaram em risco o congresso e todo o processo que já vinha sendo gestado desde 1987, como relata um ex-sindicalista:

Teve muita divergência. Muitas! Só para você ter uma idéia, nós ficamos mais de um ano planejando a unificação, chamamos todos os outros

---

<sup>67</sup> Entrevista realizada em Ipatinga, em 13/07/2005.

<sup>68</sup> Um ano depois do Congresso de Unificação, 33% do controle acionário da Cemig foi vendido para um grupo internacional.

<sup>69</sup> A construção da microdestilaria de álcool combustível e de biomassa no pelo Sindieletro no assentamento rural Dom Orione é a prova mais cabal da parceria existente entre o MST e o sindicato.

sindicatos, pensando que conseguiríamos abrandar as divergências, não foi o caso. No congresso isso gerou enormes problemas políticos e ideológicos que por pouco não afetaram o congresso. (Sindicalista 26)<sup>70</sup>

Quando outro sindicalista foi questionado sobre as apresentações de propostas por parte dos sindicatos em pleno congresso de unificação, um sindicalista de Patos de Minas, pertencente ao antigo Sindelt, apresenta uma resposta que não condiz com a versão oficial do encontro:

No congresso, lá em Belo Horizonte, teve muito choque de propostas. Nós do Sindelt tínhamos uma linha de negociar, já o pessoal do Sindieletro tinha enormes divergências políticas até pela forma como o sindicato era gerido. O sistema de gestão do Sindieletro era muito verticalizado o que gerava uma disputa entre as tendências para ver quem seria o coordenador, o tesoureiro do sindicato [...]. Particularmente acho que o Sindieletro aprendeu muito com o processo de unificação. (Sindicalista 09)<sup>71</sup>

O encontro, oficialmente, não apresentou nenhuma divergência política devido ao intenso e longo preparo que precedeu a realização do congresso. Porém, alguns relatos convergentes apresentaram uma versão contrária, ao focalizarem a existência de conflitos e desconfianças vindas dos dois sindicatos envolvidos no processo de unificação. As divergências se materializaram em questões patrimoniais e de prestígio político. Em outras palavras, o medo recorrente era convertido no receio da ostensiva diminuição de recursos dos sindicatos, como é demonstrado pela fala de um dirigente: “O momento foi de calor das correntes políticas e também muitas dúvidas de ambos os sindicatos. O sindelt tinha receio se nós íamos mesmo ocupar o patrimônio do triângulo, as correntes manifestavam-se contrariamente, foi um momento de muita imaturidade [...]” (Sindicalista 02)<sup>72</sup>.

Já para uma sindicalista, o encontro foi marcado pelo confronto de posicionamentos e tendências políticas:

---

<sup>70</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 07/10/2005.

<sup>71</sup> Entrevista realizada em Patos de Minas, em 12/07/2004.

<sup>72</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 04/06/2005.

Dentro do Sindieleiro tínhamos pessoas organizadas em tendências políticas, embora não existia um grupo hegemônico politicamente, as tomadas de decisão lá dentro são muito bem discutidas. Por exemplo, nosso atual presidente é de uma corrente política chamada TM, e só existem dois membros dentro do sindicato, e ele é o presidente. (Sindicalista 15)<sup>73</sup>

Um outro membro do Sindieleiro é mais explícito, ao se referir às correntes políticas que habitavam o sindicato:

No Sindieleiro tínhamos disputas que ocorriam devido às tendências. A gente, na época, tinha uma disputa forte, aqui dentro tinham algo em torno, de quatro o cinco tendências políticas [...]. Lá no Triângulo Mineiro não existia tanta corrente, deviam existir duas, no máximo três. Então no congresso as disputas ocorreram nesse nível, no nível das tendências políticas. (Sindicalista 21)<sup>74</sup>

Já para um sindicalista morador da cidade de Patrocínio, localizada no Triângulo Mineiro, que participou de todo o processo de discussão da fusão, relatou que a disputa ocorria sempre em torno de questões de representatividade e manutenção de poder, como bem lembrou na seguinte passagem:

Basicamente no congresso as pessoas tentaram retirar a estabilidade e a segurança do poder. As disputas aconteceram quando alguém tentava retirar o poder de um sindicato e ter mais flexibilidade, e nós segurando para que isso não acontecesse. Depois, na hora de definir as secretarias a disputa política foi grande. A secretaria de reforma agrária foi extremamente complicada. (Sindicalista 17)<sup>75</sup>

Por outro lado, a versão de que existiam apenas divergências políticas e ideológicas dentro do Sindieleiro antes da unificação foi contestada por um ex-diretor do sindicato. Ele afirma que as pressões e interesses políticos internos ocorreram com mais frequência no Sindelt. Segundo esse dirigente sindical, as divergências estavam

---

<sup>73</sup> Entrevista realizada em Sete Lagoas, em 13/10/2005.

<sup>74</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 06/08/2005.

<sup>75</sup> Entrevista realizada em Patrocínio, em 26/07/2005.

associadas a questões de atraso político, de apego ao patrimônio e a cargos na direção do sindicato, como fica claro no seu depoimento:

Aqui não existia muita diferença ideológica, mas no Sindelt sim. Fazemos a seguinte avaliação: a pressão política era, na verdade, uma questão de atraso político, de apego ao patrimônio a cargos de coordenação. Lá existia uma parcela que era contrária à unificação, mas, à medida que a proposta foi se solidificando nas assembleias, ela foi se tornando mais igualitária. (Sindicalista 13)<sup>76</sup>

É notório que o congresso foi marcado pelas divergências de grupos políticos predominantes, tanto no Sindieletro quanto no Sindelt. Cada um das correntes imaginava uma condução para o processo, fato que causou desentendimentos em todos os níveis. O mais sério deles, talvez, dizia respeito à arrecadação e à distribuição das verbas sindicais.

Um outro foco de divergência foi com relação aos repasses referentes à arrecadação do Sindicato. De acordo com a proposta elaborada pelo Sindelt, a agremiação deveria ficar com 20% do arrecadado, mesma cota que seria destinada ao Sindieletro. Em sua defesa, o primeiro sindicato alegava que esse seria um valor relativamente interessante para sua manutenção, já que a região concentrava a maior base do sindicato como, também, as usinas de energia do Estado de Minas Gerais. A contra-argumentação feita pelo Sindieletro procurou definir que a sede em Belo Horizonte, por comportar um número maior de filiados, precisava desse valor compreendido como bastante satisfatório tanto para a realidade do Sindieletro como para a do Sindelt.

Pois bem, sanado o impasse, é aceito o valor de 20% do total arrecadado para a regional Triângulo. Porém, o conflito estava longe de ser solucionado. Mesmo com o aceite nas mãos, o Sindelt ainda exigiu que o seu repasse fosse diferenciado em relação às outras regionais do sindicato, como relembra um diretor:

---

<sup>76</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 14/07/2005.

Eles vieram com uma proposta de 20% para a regional daquilo que o sindicato arrecadava. Até aí ótimo, só que a regional deles seria a segunda maior depois daqui. Se você pegar 20% do que se arrecada em Belo Horizonte é muito dinheiro para uma simples regional [...]. Então topamos, aí eles falaram que o repasse deveria ser diferenciado, que a cota deles deveria ser maior. (Sindicalista 24)<sup>77</sup>

A versão do antigo Sindelt (atual regional Triângulo Mineiro) mostra que a questão da distribuição do repasse foi evidenciada no congresso de unificação por ser considerada vital para o sindicalismo e, principalmente, para a nova estrutura que se formou:

Talvez a única coisa que causou mais polêmica no congresso foi o repasse da arrecadação do sindicato. Propusemos 20% daquilo que o Sindieletro ganhasse, foi uma disputa tremenda para conseguirmos chegar ao consenso. Sinceramente, essas questões para o Sindelt, mesmo como uma regional, são muito latentes. (Sindicalista 17)<sup>78</sup>

As duas entrevistas orais revelam que a arrecadação e o repasse das verbas configuraram-se no problema de difícil solução. De acordo com os dados obtidos através da pesquisa de campo, a negociação foi tensa e complicada. Sua resolução final só foi possível com o aceite do acordo, que se deu nos seguintes termos: a regional Triângulo Mineiro receberia mensalmente 20% do total arrecado pelo sindicato, com uma cota maior em relação às outras regionais. Aparadas as arestas, a unificação fluiu como mais naturalidade, atingindo seu objetivo central que era a união dos dois sindicatos de eletricitários. Os delegados decidiram que o nome do novo sindicato continuaria Sindieletro. O antigo Sindelt: a Regional Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas.

A entidade passou a representar mais de 80% dos eletricitários do estado<sup>79</sup>. Nessa nova fase, passou a contar com 102 diretores, incluindo os conselheiros fiscais. O

---

<sup>77</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 12/08/2005.

<sup>78</sup> Entrevista realizada em Patrocínio, em 26/07/2005.

<sup>79</sup> Fonte: Jornal Chave Geral/Transformador (Jornal Unificado), 30/04 a 06/05 de 1996.

novo sindicato criou novas secretarias, com destaque para duas em especial: Reforma Agrária<sup>80</sup> e Geração de Emprego e Renda<sup>81</sup>. Os passos seguintes foram: legalizar a nascente entidade e comunicar à Cemig.

Consolidado o processo, o sindicato encontrou enormes dificuldades e resistência da Cemig, que não aceitava integralmente a unificação, levantando algumas barreiras que diziam respeito à legalidade da nova agremiação sindical:

Logo após a união, a Cemig começou a criar algumas dificuldades. Não gostou de forma alguma da fusão e estabeleceu uma série de empecilhos para o sindicato, como por exemplo, liberação de dirigente, ameaçando diminuir o número de dirigentes liberados, não reconhecendo nossa estabilidade e outras barbaridades. (Sindicalista 01)<sup>82</sup>

O argumento tecido pela empresa mostrava que, juridicamente, a unificação não possuía nenhum respaldo legal, como lembra um sindicalista que participou intensamente das negociações com a empresa:

Ela tentou dificultar, a Cemig procurou dar alguns nós em relação a nossa legalidade. Aí nós tratamos a situação como uma questão política, mas, obviamente, tivemos que apresentar documentação, a ata de assembléia comprovando que a unificação foi feita não só politicamente, foi feita juridicamente também. (Sindicalista 13)<sup>83</sup>

Um outro dirigente do Sindieleto apresenta mais argumentos que convalidavam a posição da empresa de energia de Minas Gerais:

Pois é. Aí que veio o problema. Quando apresentamos um estatuto com cerca de cento e dois diretores, porque na verdade foi um somatório, ela rejeita imediatamente. Não aceita, se opõe dizendo vai reconhecer

---

<sup>80</sup> O Sindieleto sempre manteve estreitas relações com outros movimentos sociais, especialmente com o MST. O sindicato, através da secretaria de Reforma Agrária, destina um valor entre 2.5 a 5% para aquisição de materiais e utensílios para os assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>81</sup> A criação da secretaria reflete fortemente o interesse do Sindieleto por questões que ultrapassam a luta corporativa em função de uma atuação mais plural e cidadã. A preocupação com o emprego e a geração de renda é uma constante no Sindieleto manifestada pelos cursos de qualificação profissional que procuravam garantir melhores oportunidades para seus participantes.

<sup>82</sup> Entrevista realizada em Uberlândia, em 22/07/2005.

<sup>83</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 14/07/2005.



unicamente o que está contido no BNT, e aí tivemos muitas dificuldades na negociação. (Sindicalista 02)<sup>84</sup>

A liberação dos diretores para as atividades sindicais foi o ponto de discórdia mais debatido entre as duas frentes. O Sindieletro unificado solicitou, em documento oficial<sup>85</sup> junto a Cemig, a liberação de 13 dirigentes, sendo nove com ônus para empresa e quatro sem encargos para estatal, com custos para o sindicato. Por seu turno, a Cemig insistia que o sindicato deveria continuar com 76 diretores e 10 dirigentes liberados como anteriormente: “A diferença é que antes eram 10 diretores liberados para o Sindieletro e 3 para o Sindelt. Como não existia mais o Sindelt, o que reivindicávamos é que mantivesse o mesmo número de diretores liberados, só que em nome do sindicato unificado” (Sindicalista 08)<sup>86</sup>.

A liberação dos 13 diretores havia sido decidida anteriormente no congresso de unificação, realizado no primeiro semestre de 1996. O sindicato alegava, como foi demonstrado com o depoimento acima, que antes da unificação, dez diretores do Sindieletro e três do Sindelt eram isentos das suas atividades laborais. Uma vez consolidada a unificação, a exigência era a manutenção da mesma quantidade de dirigentes liberados para o exercício da atividade sindical.

As negociações com a empresa foram exaustivas e complicadas. A Cemig não reconhecia oficialmente a unificação das duas instituições. O caminho encontrado pelo Sindieletro, na tentativa de solucionar a questão, passou pelo auxílio do então presidente da CUT, Vicentinho, e do presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), como mostra um entrevistado: “Nossa última e definitiva cartada foi à presença do Vicentinho. Trouxemos o presidente da CUT na época para se reunir com o presidente da

---

<sup>84</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 04/06/2005.

<sup>85</sup> Segundo a imprensa sindical, “E mais uma vez a Cemig está enrolando o Sindieletro sobre a liberação dos diretores do sindicato unificado. O assunto consta da pauta de reivindicação e, certamente, só será discutido na mesa de negociação [...]” (Chave Geral/Transformador, 15 a 21/10/1996).

<sup>86</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 04/08/2005.

Cemig, e ele, por sua vez, se comprometeu a buscar uma solução para o nosso impasse” (Sindicalista 25)<sup>87</sup>.

Num primeiro momento, o presidente da Cemig e o colegiado de diretores, disseram que a empresa não oficializaria os 102 diretores porque os outros sindicatos que representam os trabalhadores da estatal haviam feito um pedido formal para a diretoria da empresa, exigindo o não reconhecimento da quantidade de diretores.

Considerada falaciosa e sem nenhuma sustentação<sup>88</sup>, a resposta dada pela presidência da Cemig foi imediatamente refutada pela diretoria do Sindieletro e pelo presidente da CUT. Pressionada, a diretoria da empresa admitiu atender a reivindicação, desde que o sindicato formalizasse um documento assinado pelos demais sindicatos dando conta que não se posicionavam contrários ao número de diretores. Assim foi feito, e o aceite por parte da Cemig foi inevitável.

Não obstante, mesmo depois de referendada, a empresa tentou, ainda, derrubar a cláusula na justiça, gerando, assim, infundáveis atritos com o sindicato, como coloca um diretor:

A briga lá se dá até hoje! Nós pensamos no sindicato único em Minas Gerais, um sindicato que teria base em mais de setecentos municípios mineiros, aí chegamos à conclusão que não deveríamos abrir mão de uma direção com 102 diretores. A Cemig não aceita, essa briga é intensa até hoje [...]. Já abrimos mão da campanha salarial de 2000 para noventa e seis dirigentes. A empresa, no tribunal em audiência coletiva, baixou nossa diretoria para vinte e quatro, então essa briga é constante e nós vamos continuar por quanto tempo for necessário. (Sindicalista 21)<sup>89</sup>

A unificação não alterou a relação do Sindieletro com a Cemig que permaneceu como antes, ou seja, sujeita às oscilações: ora mais amenas, ora mais ríspidas, dependendo do governo estadual. Entretanto, todos admitem que a empresa, após a

---

<sup>87</sup> Entrevista realizada em Uberaba, em 01/12/2005.

<sup>88</sup> Segundo informações colhidas no Sindieletro, antes de se reunirem com o presidente da Cemig, o sindicato havia feito consultas com todas as entidades de trabalhadores da empresa e não encontrou nenhum tipo de resistência com relação à quantidade de diretores.

<sup>89</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 06/08/2005.

fusão, passou a respeitar mais o sindicato. A força política dos trabalhadores aumentou sensivelmente, como é confirmado através do relato: “Em que aspecto melhorou? Eu acho que melhorou no aspecto que fortaleceu o nosso poder de barganha. Os trabalhadores são mais respeitados, a categoria ficou mais fortalecida” (Sindicalista 20)<sup>90</sup>.

Os canais de negociação com a empresa também não foram muito alterados após a unificação. Em outras palavras, continuaram como antes, cordiais em alguns momentos, menos em outros, mas, acima de tudo, cordiais. A explicação para as poucas transformações na mesa de negociação é bastante simples. Antes de se unificarem, os dois sindicatos já discutiam coletivamente com a Cemig através de uma pauta de reivindicações comum as duas agremiações. As ações políticas sempre ocorreram de modo afinado e continuaram assim depois de unificados.

O diferencial estava na ação política do sindicato, que ganhou mais amadurecimento, mais consistência e profundidade na reflexão e na discussão das pautas reivindicatórias. Parte considerável da força do novo sindicato e do seu aumentado poder de barganha e pressão vieram juntos com o Sindelt e sua base. As maiores usinas da Cemig estão na região do Triângulo Mineiro: portanto, sob o controle do antigo Sindelt<sup>91</sup>. Uma vez completada a união entre as duas agremiações, o Sindieleiro acabou herdando essa importante base política, fato que gerou mais agilidade na sua atuação e em contrapartida desconforto para Cemig.

Com o intuito de se resguardar, a empresa começou a criar algumas dificuldades para o Sindieleiro, desde a liberação do número de dirigentes sindicais, passando pela indicação de alguns diretores. Por mais estranho e inconcebível que possa parecer, foi

---

<sup>90</sup> Entrevista realizada em Uberlândia, em 22/07/2005.

<sup>91</sup> O Sindelt sempre teve uma postura mais aguerrida e combativa. O fato das usinas de transmissão de energia pertencerem à sua base jurídica lhe proporcionava um poder de fogo maior quanto comparado com outros sindicatos de eletricitários da Cemig. Apelidados de os “tratores da CUT”, devido a sua forma de negociar com a empresa estatal, sempre margeando o confronto direto, o Sindelt trouxe para a relação unificada o vigor e a disposição para o choque quando esse se fizesse necessário. O exemplo desse ativismo aconteceu em 1989, quando o Sindicato dos Eletricitários do Triângulo Mineiro organizou uma greve de ocupação nas usinas da região que durou vinte e um dias e seu desfecho só foi possível com intervenção federal e do exército.

esse o jogo organizado pela empresa. Quando o sindicato pleiteava a liberação de um sindicalista mais combativo, a empresa vetava o nome e, em seu lugar, sugeria outro diretor para ser liberado e o liberava imediatamente das atividades profissionais. O sindicalista de Uberlândia conta em depoimento a situação por ele vivida:

Dificuldade, por exemplo, na liberação de companheiros para as atividades no sindicato. Tem diretor que a Cemig não libera de jeito nenhum, já outros ela nos oferece: não, leva esse diretor, o fulano, por isso mesmo diretores já se desligaram do sindicato [...]. Isso já aconteceu comigo, a Cemig não quis me liberar, então peguei minhas coisas e saí da usina e fui para o sindicato. Imediatamente marquei minhas férias nesse intervalo de tempo, porque a empresa queria me pegar por abandono de emprego, então perceberam que eu tinha saído de férias, aí não teve jeito de me pegarem. (Sindicalista 01)<sup>92</sup>

Uma outra medida extrema adotada pela Cemig foi a proibição de acesso de todos os diretores às usinas de geração de energia. Todos os dirigentes sindicais seriam barrados na portaria, com ordens expressas para não entrarem no local<sup>93</sup>. Segundo esse sindicalista: “Para você ter uma idéia, a Cemig nos proibiu o acesso a todas as instalações das principais usinas daqui da região, nenhum dirigente liberado pode entrar. Isso é uma retaliação ao antigo Sindelt” (Sindicalista 01)<sup>94</sup>

Os problemas com a empresa Cemig persistiram durante os primeiros anos da unificação com muita força e intensidade. Em várias oportunidades, houve ameaças, por parte da estatal, de não reconhecimento da legitimidade do processo de fusão de 1996. Contudo, com o tempo, as hostilidades foram caindo no seu ritmo normal e a situação entre o Sindieleto e a Cemig foi normalizada, o que não quer dizer resolvida.

Amainadas as pendengas com a empresa, o sindicato, após a unificação, tentou consolidar a nova estrutura, para que, segundo alguns dirigentes, pudesse melhor atender os eletricitários espalhados pelo Estado. Por esse caminho, foram criadas sete

---

<sup>92</sup> Entrevista realizada em Uberlândia, em 22/07/2005.

<sup>93</sup> Essa proibição foi estabelecida como uma tentativa de limitar o foco de ação dos ex-militantes do Sindelt, uma vez que 50% das bases do Triângulo Mineiro são compostas por usinas de distribuição e geração de renda.

<sup>94</sup> Entrevista realizada em Uberlândia, em 22/07/2005.

novas regionais, visando descentralizar o sindicato e sua base territorial de 440 para 515 municípios. Estaria aí a prova incontestável, como diriam alguns sindicalistas, do sucesso da unificação. Opinião compartilhada por quase todos os sindicalistas entrevistados. Nota-se que o sentimento de conquista ainda é muito vivo e presente em todos aqueles que trabalharam para sua concretização. Alguns depoimentos ilustram o orgulho dos eletricitários mineiros realizadores da fusão: “Com a fusão, inegavelmente, percebemos que os trabalhadores saíram mais fortalecidos, com uma representação mais consistente, agora temos um norte para nos guiar. Do ponto de vista financeiro a unificação equilibrou as finanças do sindicato” (Sindicalista 04)<sup>95</sup>.

Para outro sindicalista:

Com certeza! E muito! O resultado nós percebemos no acordo coletivo. Os nossos acordos coletivos são os mais bem sucedidos do Brasil, temos aqui vantagens que só nossa categoria conseguiu, temos uma empresa que não foi privatizada, assim não precisamos falar mais nada. (Sindicalista 14)<sup>96</sup>

Na opinião de outro dirigente sindical, a fusão foi importante e vitoriosa, pela sua capacidade de fortalecer a categoria:

Eu não tenho a menor dúvida que a categoria saiu mais fortalecida, hoje depois de alguns anos conseguimos perceber como foi fundamental para os eletricitários que os dois maiores sindicatos se unissem. Eu acho que a unificação foi ótima, mesmo com todos os problemas houve um belo casamento. (Sindicalista15)<sup>97</sup>

Na opinião de outro entrevistado: “Com certeza saímos mais fortalecidos da unificação. Seria muito pior se tivéssemos hoje dois sindicatos diferentes brigando pela mesma coisa. Apesar de termos mais trabalho e novas preocupações, a categoria como um todo ganhou muito com a unificação” (Sindicalista 08)<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> Entrevista realizada em João Monlevade, em 09/08/2005.

<sup>96</sup> Entrevista realizada em Ipatinga, em 13/07/2005.

<sup>97</sup> Entrevista realizada em Sete Lagoas, em 13/10/2005.

<sup>98</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 04/08/2005.

De outra parte, alguns ressentimentos pós-unificação ainda permanecem latentes:

Eu acho que a categoria teve ganhos consideráveis com a unificação, mas ela não está sendo informada desses ganhos, ela não está tendo consciência porque o sindicato se ausentou do debate com a categoria, mas isso é da natureza do sindicato hoje em dia, não só do Sindieletro. (Sindicalista 17)<sup>99</sup>.

Tal sentimento é compartilhado com outro entrevistado: “Acho que a unificação vai ser boa ou ruim dependendo da categoria. O que não dá é sair bradando o seguinte: a fusão é a salvação! A fusão pode ser um fator positivo para as categorias e para outras não. No nosso caso, só o tempo para responder sua pergunta” (Sindicalista 22)<sup>100</sup>.

Já para outro sindicalista, a unificação é um processo permanente, sendo constituído no cotidiano das relações entre o sindicato e seus sócios e também com a Cemig, como demonstrado a seguir: “Eu costumo dizer o seguinte: a unificação nós fizemos lá no congresso, mas sua cristalização é só o tempo que poderá fazer [...]. Então para mim o processo de unificação continua em construção” (Sindicalista 01)<sup>101</sup>.

A unificação entre o Sindieletro e o Sindelt ocorrida em 1996 foi uma consequência natural de um processo discutido desde 1987. É completamente inviável que, numa mesma empresa, pudessem existir cinco diferentes sindicatos de eletricitários com posicionamentos políticos diversos e muitas vezes antagônicos.

É evidente que a unificação poderia ter sido ampla e irrestrita, mas entraves classistas barraram a proposta. Atualmente, o Sindieletro procura canais de aproximação com os outros sindicatos de eletricitários da Cemig, pleiteando, quem sabe, um futuro debate sobre um novo processo de união. As investidas têm se mostrado decepcionantes e pouco objetivas.

Para que algo de essencial se resuma: a fusão de sindicatos não é uma solução milagrosa e, muito menos, a panacéia definitiva. Como toda resposta oriunda do

---

<sup>99</sup> Entrevista realizada em Patrocínio, em 26/07/2005.

<sup>100</sup> Entrevista realizada em Itabira, em 06/07/2005.

<sup>101</sup> Entrevista realizada em Uberlândia, em 22/07/2005.

movimento operário e sindical, ela carece de tempo e maturação suficientes para ser elevada à categoria de salvadora dos males sindicais. Transcorridos quase dez anos de sua unificação, o Sindieletro procura, a cada dia, amadurecer seu processo iniciado em 1996.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Pode-se dizer que, de uma maneira geral, o sindicalismo nacional enfrentou momentos antagônicos durante sua trajetória. O mais interessante, contudo, é que a cada nova configuração ele se manteve aberto e receptível aos diversos contextos sociais e políticos. Ao arrostar as contingências que lhe confrontavam, alterou sua prática discursiva, posicionando-se vicejante frente à nova realidade, trazendo, com isso, novas determinações.

A cada novo momento, os sindicatos adotaram posturas e estratégias diferentes. Foi assim no início da República Velha, no período varguista, com a criação do corporativismo classista, com o populismo, na ditadura militar de 1964, na década de 1990 e agora com a implantação de novas ações coletivas de sindicalismo cidadão e fusão de sindicatos.

Conforme foi apresentado aqui, a vigência do golpe ditatorial militar em 1964 e suas leis de exceção trouxeram mudanças significativas para a vida associativa brasileira. Eliminaram-se quaisquer vestígios de participação política. Os prejuízos foram enormes e as perdas ainda maiores.

Por essa direção, Leôncio Martins Rodrigues observa que o choque inicial com a ditadura militar foi suficiente para anular os opositores ao golpe. Em outras palavras, a oposição foi silenciada. Ele argumenta que, nos primeiros momentos, o contraponto ao militarismo era feito pelo movimento estudantil. Ali estavam concentradas diversas forças políticas aglutinadas em torno de um projeto comum e alternativo.

Ao mesmo tempo em que o movimento estudantil se organizava com a incorporação de outros atores sociais, ele encontrava seu ponto de desequilíbrio. O declínio final ocorreu com a promulgação do Ato Institucional número cinco (AI5) em dezembro de 1968. O dispositivo fez com que muitas lideranças estudantis se filiassem à

luta armada clandestina, engrossando ainda mais as vozes dissonantes contrárias ao militarismo.

É nesse turbilhão que se encontrava o movimento sindical organizado. Os sindicatos, entre outros, foram eleitos como legítimos opositores do regime militar e, por tal razão, se apresentavam como passíveis de serem vigiados e controlados através de restrições e dispositivos legais.

Os sindicatos se transformaram em entidades prestadoras de serviços, totalmente assistencialistas. Cabia à entidade o oferecimento de serviços odontológicos, médicos e, raras vezes, jurídicos. Os dirigentes sindicais que se indispunham contra a nova estrutura eram eliminados pelo regime militar.

Todavia, apesar de todo o recrudescimento instituído no final de 1968, reprimindo violentamente o movimento sindical organizado, foi iniciado um movimento que ainda mais arrefeceu a oposição de trabalhadores. As cidades de Contagem e Osasco presenciaram manifestações grevistas contrárias ao regime militar.

O saldo final dos dois movimentos foi extremamente importante. Dos movimentos surgiram lideranças sindicais mais combativas que usaram as inalteradas estruturas sindicais para o financiamento de greves, publicações operárias, cursos de formação política e outras atividades. Nascia, naquele momento, o primeiro germe do movimento conhecido como novo sindicalismo.

Como lembra Eduardo Noronha (1992), o novo sindicalismo foi o segundo momento mais importante no processo de transição política. O primeiro foi a maciça vitória eleitoral do MDB em 1974. O novo sindicalismo teve a virtude de promover uma evolução, nada silenciosa, no sindicalismo brasileiro, através, principalmente, de sua práxis social e cotidiana, como acrescenta Leila Maria Blass:

A proposta do novo sindicalismo enquanto idéia e proposta, é construído e reconstruído no efetivo de acontecer dos inúmeros protestos sociais e manifestações operárias que eclodem nas várias cidades brasileiras e nos vários setores produtivos, a partir do final dos anos 70 e começo dos 80. (BLASS, 1999, p. 34)

A autora dá seqüência ao seu pensamento:

Partindo de um conjunto de estratégias sindicais, onde inclui a politização do cotidiano direto e na interlocução política com representantes patronais e/ou governamentais para a conquista de reivindicações econômicas e sociais, busca estabelecer as regras mínimas de controle e fiscalização dos acordos assinados com o objetivo de viabilizar a sua aplicação nas empresas (BLASS, 1999, p. 34).

Entre as ações coletivas empregadas pelo novo sindicalismo, as greves foram, sem dúvida, os principais instrumentos de reivindicação política utilizado pelos sindicatos no final dos anos 70. O movimento grevista organizado pelas oposições sindicais em 1978, deixaram marcas enormes no quadro político brasileiro. Enquanto ações coletivas, as manifestações grevistas serviram de cartão de entrada para as classes trabalhadoras na sociedade brasileira.

Além das ações coletivas, outro momento marcante do novo sindicalismo, foi a criação da *Central Única dos Trabalhadores*, em 1983. Talvez esse tenha sido o mais ambicioso e, ao mesmo tempo, vitorioso projeto político-sindical do Brasil. Atuando como importante força aglutinadora das relações sociais e políticas do país, a CUT ajudou a construir um sindicalismo renovado e consistente, colocando o trabalhador definitivamente no cenário brasileiro.

Se as décadas de 1970 e 1980 podem ser consideradas produtivas para o movimento sindical organizado, os anos 90 foram o contrário. A inserção do Brasil nas políticas neoliberais e de mercado provocou mudanças nas relações sindical-trabalhistas. Essa opção foi percebida no aumento do desemprego estrutural, na precarização das relações de trabalho, na diminuição do emprego formal, assim como na desarticulação das associações de trabalhadores.

Como já se observou, setores produtivos da sociedade tiveram seu pleno funcionamento comprometido, refletindo negativamente no sindicalismo. Suscetíveis ao novo padrão de acumulação que priorizava a busca pela elevação do lucro, os sindicatos

experimentaram enormes perdas. A principal delas se refere à acentuada queda nas taxas de sindicalização e ao declínio do número de greves (RODRIGUES, 1999).

Os fenômenos, como apontam vários autores, são oriundos da precarização do trabalho individual e do aparecimento recente de outras categorias de trabalhado. Normalmente, os terceirizados, os subcontratados, os trabalhadores em domicílio não pertencem a sindicatos estruturados, desmobilizando o poder de luta e as ações coletivas propostas por essas entidades.

A intervenção sindical nesse momento de alterações nos setores produtivos e na natureza do trabalho tornou-se gradativamente mais complicada e de difícil resolução. As antigas ações coletivas, assentadas principalmente nas greves e manifestações de protestos, não conseguiram mais responder as demandas de um novo perfil de trabalhador e de mercado.

A nova realidade colocou o movimento sindical em uma posição defensiva e completamente antagônica com relação ao sindicalismo dos anos anteriores. Dois momentos distintos do movimento sindical foram apresentados: o primeiro representava um novo sindicalismo forte, atuante e combativo, ao contrário do segundo que, por sua vez, apresentou sindicatos diferentes dos anteriores, com ações coletivas mais defensivas, tímidas e menos impetuosas.

Não existiria mais lugar para o movimento do novo sindicalismo na atual conjuntura? As ações coletivas como base no antigo corporativismo estaria desaparecendo? Quem estaria em crise: o movimento sindical como um todo ou aquele modelo de sindicalismo de 1978?

Existem, pelo menos, duas posições teóricas referentes às questões. A primeira não percebe a crise circunscrita a um determinado período histórico. Ela atinge os sindicatos indistintamente colocando em declínio todos os atores sindicais. A outra vertente acredita na ausência de uma crise geral da representação sindical. O que existe,

portanto, é um tipo de sindicalismo corporativo e classista comprometido com os novos modelos de produção. Observa-se que,

Para alguns, esse processo aponta para um declínio inexorável do sindicato, enquanto outros consideram que a crise não é da instituição de representação de trabalhadores, mas de um tipo de sindicato atingido duramente pelas transformações na produção (RAMALHO, 2003, p. 24).

Atualmente, uma considerável parte da produção acadêmica e intelectual sobre as ações coletivas, relações de trabalho e movimento sindical procuram seus entendimentos considerando a complexa realidade — que pode variar conforme a região, o país, o ramo industrial e econômico, produtivo, de contrato (RAMALHO, 2003). Portanto, as recentes análises sindicais procuram retratar os sindicatos inseridos em uma perspectiva local/regional ainda que, com certo vagar, adquirem uma dimensão mais global.

Isso quer dizer que o movimento sindical atual buscou agregar, com maior ou menor eficácia, a defesa de seus representados com uma agenda social mais ampla que, em certos momentos, extrapola as relações trabalhistas em busca de conquistas mais amplas que envolvam toda a sociedade.

O novo sindicalismo procurou, também, ampliar os horizontes dos atores sindicais. Foram estabelecidas parcerias, assim como adesões a outros movimentos sociais, com uma clara definição político-ideológica revolucionária e de esquerda — uma engrenagem motriz dos processos revolucionários de transformação social.

Como é possível perceber, necessita-se que os diferentes momentos históricos sejam considerados nas respostas aos questionamentos sobre a crise do movimento sindical, seja na atualidade ou naquele modelo de ação coletiva instituída com o novo sindicalismo. Se existem realmente alternativas de saída ou se o fim do movimento sindical é definitivo, tudo depende das escolhas teóricas dos analistas:

Todos esses aspectos históricos, organizativos e políticos têm sido levados em conta na avaliação das dificuldades por que passa o sindicalismo nos países industrializados. Porém, nas análises

sociológicas o seu peso tem variado conforme a ênfase – otimista ou pessimista – no que se refere à capacidade de reação dos sindicatos aos desafios postos pelo novo cenário. Como pano de fundo, as análises trazem o debate acerca dos destinos do sindicalismo (RAMALHO, 2003, p. 25).

Seria mais uma crise do movimento sindical, ou seu último suspiro?

A todo instante, este trabalho procurou mostrar que o movimento sindical vive um momento de crise, talvez uma crise de dimensões agigantadas que o enfraqueceu. Porém, em momento algum, considerou o momento como catastrófico e definitivo para os atores sindicais.

Os sindicatos, apesar das condições estruturais adversas, conquistaram outros espaços com a criação de novas estratégias e ações coletivas, de modo a incorporar diferentes camadas sociais e, principalmente, o trabalhador expurgado do mercado formal de trabalho. Como confirma o autor,

[...] um sindicalismo comunitário que justamente, com outros movimentos sociais, voltar-se-ia para atender as necessidades dos que se encontram excluídos do mundo do trabalho [...]. Isso a nosso ver, resgataria em muito uma tradição que foi se enfraquecendo ao longo da história do movimento do operário mundial, muito por conta dessa institucionalização (RAMALHO, 2003, p. 28).

Assim sendo, o poder de adaptação dos atores sindicais foi fundamental para a criação de novos modelos de ação coletiva. Foi necessário pensar a formulação de outras respostas organizatórias adaptadas à heterogeneidade de um mercado de trabalho mais complexo e competitivo que, naturalmente, excluía quaisquer formas de representação coletiva. Por outro lado, não poderiam mesmo ser descartadas as propostas de ação corporativas e classistas:

Portanto, a partir dessas e de outras experiências, há um consenso de que os sindicatos devem adaptar sua organização, sua estrutura e sua ação à heterogeneidade do mundo do trabalho, sem, no entanto, negligenciar as forças que tendem a conservar o sistema de representação coletiva. (RAMALHO, 2003, p. 30)

A primeira e mais importante mudança das ações coletivas sindicais veio com a mudança de foco: a prioridade deixou de ser a briga por salários mais justos e dignos, como ocorria no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, emergindo uma agenda de lutas que buscava garantir a manutenção dos empregos e o combate ao desemprego, como pode ser confirmado: “Se nos anos de 1980 a questão econômico-salarial tinha prioridade, nos anos 1990 (principalmente em sua segunda metade), a temática da garantia de emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumem o primeiro plano” (RAMALHO, 2003, p. 32).

Essa alteração de metas possibilitou, aos sindicatos e as centrais sindicais de maior consistência política, a ampliação de seus horizontes, além do seu engajamento em projetos diversos do tradicional “mundo sindical”. Os cursos de *Qualificação Profissional e de Formação Cultural*, como outros braços do sindicalismo cidadão, são as mais perfeitas traduções desse novo perfil de sindicato:

Nesse sentido, as centrais sindicais de maior relevo acabaram por se envolver em projetos os mais variados em termos de formação profissional, constituição de cooperativas de trabalho e intermediação entre trabalhador e emprego, através de agências e centros de solidariedade. (RAMALHO, 2003, p. 32)

Prossegue o autor:

Nesse sentido, ganham importância temas como a relação entre a baixa qualificação/escolarização da força de trabalho e os novos processos produtivos e suas consequências em termos de emprego e precarização das relações de trabalho; e a contradição entre propostas modernizantes e a presença constante de trabalho infantil e trabalho forçado nas pontas das cadeias produtivas (RAMALHO, 2003, p. 36).

O Sindicato dos Eletricários de Minas Gerais (Sindieletro), objeto de estudo da presente pesquisa, procurou aliar as antigas práticas a um novo arranjo institucional, envolvendo outros tipos de iniciativa e parcerias que antes não faziam parte da realidade dos Eletricários. Abriu-se espaço para diversas entradas do movimento no campo social,

com a modificação de antigas práticas, com a conquista e diversificação dos campos de atuação.

Os Cursos de Qualificação e Formação Cultural e o projeto de produção de álcool combustível e energia renovável não poluente foram e são trabalhos desenvolvidos pelo Sindieleto junto aos filiados e outros movimentos sociais organizados de Minas Gerais.

A incessante busca pela conciliação entre o local e o regional trouxe para o sindicato ganhos materiais consideráveis. O principal deles é a constante renovação de ações coletivas empreendidas em conjunto com sua base de filiados.

Os dados finais da pesquisa mostraram que para todos os membros do Sindieleto, incluindo diretoria e associados, os cursos e as parcerias firmadas com outras entidades populares foram a solução para os problemas de afastamento dos trabalhadores do sindicato. Em outros termos, as políticas de sindicalismo cidadão construídas pelo Sindieleto serviram como forma de integração entre entidade e filiados.

Como já foi discutido no capítulo dedicado ao sindicalismo cidadão, a preparação de trabalhadores e trabalhadores desempregados era, de fato, encarada como um ato de cidadania. A conquista de um novo emprego, o aumento de salário e as oportunidades advindas de uma formação profissional mais sólida eram tomados como um ato de dignidade e cidadania.

De outro lado, a fusão de sindicatos é outra ação coletiva, ainda que mais radical por alterar toda a estrutura das entidades envolvidas. Seus resultados práticos podem não ser satisfatórios, quando questões pessoais tornam-se mais importante do que as coletivas.

Quando os interesses das categorias envolvidas sobressaem, os resultados podem ser bastante significativos para os sindicatos que adquirem mais força política, poder de barganha e negociação. Nesse contexto, os filiados ganham uma entidade mais forte e revigorada.



A unificação do Sindieletro com o Sindelt, em 1996, significou um momento especial para o sindicalismo mineiro e brasileiro. Era antiga a proposta de unificar todos os sindicatos de eletricitários pertencentes à empresa Cemig. As primeiras menções são datadas dos anos 1980 quando, no Sindieletro, assumiu uma diretoria afinada com as diretrizes do novo sindicalismo.

Sendo assim, buscou-se a integração das entidades através de reuniões e assembléias que culminaram no *I Congresso dos Eletricitários Mineiros* (I Comel), realizado em agosto de 1991. Ali se decidiu pela unificação dos sindicatos.

Apesar da desistência repentina do Sindsul, o Congresso de Unificação foi realizado nos dias 26, 27 e 28 de abril de 1996 e, ao final, foi selada a fusão entre o Sindieletro e o Sindelt — este último tornando-se Regional Triângulo Mineiro.

A fusão de sindicatos não é uma solução milagrosa e muito menos uma panacéia definitiva. Como toda ação coletiva oriunda do movimento sindical, ela carece de tempo e maturação suficientes. Assim foi encarado o processo de unificação do Sindieletro: um processo iniciado em 1996, mas que, rotineiramente, continua sendo amadurecido.

É um momento especial e de renovação para os sindicatos. As antigas e corporativas práticas não mais conseguem reverter o grave quadro de instabilidade que assola o movimento sindical e trabalhista. O rumo para onde caminham os sindicatos ainda é incerto. Todavia, o sindicato cidadão e a fusão apresentam-se como propostas capazes de, no mínimo, estancar a hemorragia. O debate está posto e este trabalho tem o propósito de, com ele, contribuir.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANSART, Pierre. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? (1820-1848). In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. da UNB, 2002. p. 199-216.

ANTUNES, Ricardo. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1988.

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia (Org.) *O Brasil republicano: tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 161-189.

BEYNON, Huw. O sindicalismo tem futuro no século XXI? In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

BLASS, Leila Maria. Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 33-49.

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991

BOITO JR., Armando. A crise do sindicalismo. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 319-334.

BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BORDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, Willian. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos – Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. da UNB, 2002. p. 31-46.

BUSCH, Hans. Exteriorização e economia: a teoria hegeliana do trabalho e da sociedade civil. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 88-112.

CARVALHO NETO, Antonio. *Relações de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio*. Belo Horizonte: Vozes, IRT, PUC.Minas, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CATTANI, Antonio David (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHAISON, Gary. *Union mergers in hard times: the view from five countries*. [s.l.]: ILR Press, Cornell University Press, 1996.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

CRUZ, Antônio. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. *Educação integral dos trabalhadores: práticas em construção*. São Paulo: CUT, 2003a.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. *Reforma sindical: quem somos, de onde viemos, para onde vamos*. Cadernos de Subsídio. São Paulo: CUT, 2003.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. *Resoluções da 5ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo, 15 a 18 de julho de 1992. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/downloads>>.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. *Resoluções da 7ª Plenária Nacional Zumbi dos Palmares*. São Paulo, 30 de agosto a 2 de setembro de 1995. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/downloads>>.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. *Resoluções da 8ª Plenária Nacional Canudos*, São Paulo, 28 a 30 de agosto de 1996. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/downloads>>.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. *Resoluções do III Concut*. Belo Horizonte, 7 a 11 de setembro de 1988. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/downloads>>.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. *Resoluções do IV Concut*. São Paulo, 4 a 8 de setembro de 1991. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/downloads>>.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. *Resoluções do V Concut*. São Paulo, 19 a 22 de maio de 1994. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/downloads>>.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. *Resoluções do VI Concut*. São Paulo: CUT, 1997. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/downloads>>.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. Secretaria Nacional de Formação da CUT. *Política Nacional de Formação*, 2000. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/downloads>>.

DANIEL, Celso. Uma experiência de desenvolvimento econômico local: a Câmara Regional do Grande ABC. In: VÉRAS, Roberto (Org.). *Ação sindical no espaço local*. Caderno de formação. v. 2. São Paulo: Escola Sindical, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: NEVES, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 213-240.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENRIQUEZ, Eugène. *Organizações em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e prática*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERRAZ, Marco Alexandre. *Da cidadania salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário: o sindicalismo-CUT e os desafios para inventar uma nova cidadania*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

FRIEMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo: Cultrix, 1962.

GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT ontem e hoje*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 1990.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HEGEL, Georg Wihelm. *Coleção os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HIRANO, Sedi. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

HIRSCHMAN, Albert. *Saída, voz e lealdade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HYMAN, Richard. *Understanding European trade unions: between market, classes and society*. London: Sage, 2001.

HYMAN, Richard. La représentation syndicale des intérêts dans une Europe en mutation. *Sociologie du travail*, n. 2, 1994.

HYMAN, Richard. Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Cidade do México, ano 2, n. 4, p. 9-28, 1996.

HYMAN, Richard. Sistemas nacionais de relações industriais e os desafios da transnacionalização: um balanço bibliográfico. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Cidade do México, ano 5, n. 9, p. 115-142, 1999.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

KUENZER, Acácia. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 2002.

LE VEN, Michel. *Trabalho e democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros*. 1988. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1988.

LIMA, Almérico. *Rumo ao sindicalismo cidadão? Qualificação profissional e políticas públicas em tempos de reestruturação produtiva*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

MANFREDI, Silvia Maria. *A formação sindical no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editoras, 1996.

MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

MARKET, Wener. Introdução. In: MARKERT, Wener (Org.). *Trabalho, qualificação e politecnia*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 13-33.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

MARX, Karl Marx; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, Karl. *O capital: a crítica da economia política*. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MCLIROY, John. *Trade unions Britain today*. Manchester: Manchester University Press, 1995.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. *Em busca de novos caminhos: o Sinttel de Minas Gerais e a privatização da Telemig (1994-2000)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC.Minas), Belo Horizonte: 2002.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. *Sindicalismo em vermelho: a CUT e as eleições presidenciais de 1999*. 1998. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC.Minas), Belo Horizonte, 1998.

MERCURE, Daniel. Adam Smith: as bases da modernidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 115-136.

MERCURE, Daniel; SPURK Jan. Introdução. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 9-14.

MIGEOTTE, Léopold. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 17-36.

MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MONSMA. Introdução. In: TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

MÜLLER, Hans-Peter. Trabalho, profissão e vocação: o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 234-258.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: DP&A, 2001.

NEVES, Magda de Almeida. A agenda sindical mineira nas últimas décadas: permanências e desafios. In: Rodrigues, Iram Jácome (Org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 185-210.

NEVES, Magda de Almeida. *Impactos da reestruturação produtiva sobre a relação capital/trabalho: o caso da FIAT-MG*. São Paulo: Cebrap, 1996.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores. In: CONGRESSO ALAS. 1988. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1998.

NORONHA, Eduardo Garuti. A explosão de greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NORONHA, Eduardo Garuti. *Entre a lei e a arbitrariedade: mercados e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: LTR, 1991.

NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1992.

O'DONNELL, Guilherme. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. In: O'DONNELL, Guilherme; REIS Fábio Wanderley (Org.). *Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: Santos, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

PARSONS, Talcoot. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Biblioteca Pioneira das Ciências Sociais, 1974.

PASTORE, José. Relações de trabalho em economias competitivas. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; RODRIGUES, Leôncio Martins (Org.). *O futuro do sindicalismo*: CUT, Força Sindical e CGT. São Paulo: Nobel, 1992. p. 43-60.

PICANÇO, Iracy Silva. Trabalho, qualificação e desemprego. In: MARKET, Wener (Org.). *Trabalho, qualificação e politécnica*. Campinas: Papirus, 1996. p. 111-115.

PINSKY, Jaime. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

QUINTANEIRO, Tânia. *Labirintos simétricos*: introdução à teoria sociológica de Talcott Parson. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

QUINTANEIRO, Tânia. *Um toque de clássicos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalhadores e sindicatos e a nova questão social. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). *Além da fábrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-43.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). *Além da fábrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, Marise. O público e o privado nas políticas de educação profissional no Brasil. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). *O público e o privado na educação*: interfaces entre o Estado e a sociedade. São Paulo: Xamã, 2006.

RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JR, Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 137-180.

RODRIGUES, Iram Jácome. *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e desenvolvimento regional: a experiência dos metalúrgicos do ABC. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2004. 2-31.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política*: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 11-43.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT*: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, 1999.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. *Metamorfoses da cidadania: sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1999.
- RÜSEN, Jörn. *A razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. da UNB, 2001.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram e cena: experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 37-62.
- SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 35-50, jul. 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCHÜRMAN, Betina. *Sindicalismo e democracia: os casos do Brasil e do Chile*. Brasília: Ed. da UNB, 1998.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SINDIELETRO. *Jornal Chave Geral*. Belo Horizonte, 1988. [Periodicidade quinzenal].
- SINDIELETRO. *Jornal Chave Geral*. Belo Horizonte, 2001. [Periodicidade quinzenal].
- SINDIELETRO. *Jornal Chave Geral*. Belo Horizonte, 2002. [Periodicidade quinzenal].
- SINDIELETRO. *Jornal Chave Geral*. Belo Horizonte, 2006. [Periodicidade quinzenal].
- SMITH, Adam. *Coleção os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOUZA, Donaldo Bello *et al.* Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.
- SOUZA, José dos Santos. *Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil*. Campinas: Editores Associados, 2002.
- SPURK, Jan. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 189-211.
- TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. *Crise econômica e interesses organizados*. São Paulo: Edusp, 1996.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

TIRYAKIAN, Edward. O trabalho em Émile Durkheim. In: MERCURE, Daniel; SPURK Jan (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 215-233.

TOLEDO, Enrique de la Garza (Org.). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; RODRIGUES, Leôncio Martins (Org.). *O futuro do sindicalismo*: CUT, Força Sindical e CGT. São Paulo: Nobel, 1992.

VÉRAS, Roberto. *Sindicato cidadão: novos rumos do sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Escola Sindical de São Paulo, 2000.

VÉRAS, Roberto. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

VERÁS, Roberto. Sindicalismo metalúrgico, o “festival de greves” e as possibilidades do contrato coletivo nacional. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 251-282.

VISSER, Jelle. Lês syndicats européens: la grande mutation. *Problèmes Économiques*, [s.l.], jul. 1989.

VISSER, Jelle. *Traditions and transitions in the industrial relations: a European view*. London: Sage, 1996.

WATERMAN, Peter. A new union model for a new world order. IN: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (Ed.). *Labor worldwide in the era of globalization*. London: Macmillian Press, 1999.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999a.

WEBER, Max. *Ciências e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2001.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. da UNB, 1999b.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAPATA, Francisco. *Autonomía y subordinación en el sindicalismo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### O Sindieleto em Imagens



#### EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

Alunos do **Curso de Biomassa**, ministrado no CEFET com recursos do FAT  
Foto: Benedito Maia



#### MULHER

Curso de **Formação em Igualdade de Remuneração**, realizado no Hotel Taquaril  
em BH, de 31/05 a 02/06/2004  
Foto: Benedito Maia



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Curso de **Formação Sindical**  
Foto: Benedito Maia



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Curso de **Formação e Cultura “Viagem ao Mundo de Guimarães Rosa”**  
Foto: Marcelo Borges



#### EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

Curso de Formação e Cultura sobre “Previdência Social e Forluz”, realizado no Sindieletro, tendo como palestrantes: José Prata de Araújo e Cláudia Moinhos Ricaldone  
Foto: Marcelo Borges



#### EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

Curso de Formação e Cultura “Globalização e Neoliberalismo”, realizado no Sindieletro.  
Foto: Marcelo Borges



#### EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

Curso de Formação e Cultura “Globalização e Neoliberalismo”, realizado no Sindieletro.  
Foto: Marcelo Borges



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Curso de Formação e Cultura sobre “Negociação Coletiva”.  
Foto: Marcelo Borges



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Curso de Formação e Cultura “Globalização e Neoliberalismo”, realizado no Sindieletrô.  
Foto: Marcelo Borges



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Curso de **Formação e Cultura**  
“**Globalização e Neoliberalismo**”, realizado  
no Sindieleto.  
Foto: Marcelo Borges



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Curso de **Formação e Cultura** do Sindieleto promove viagem ao mundo de  
Carlos Drummond de Andrade em Itabira.  
Foto: Marcelo Borges



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**

Curso de **Formação e Cultura** do Sindieletrô promove viagem ao mundo de Carlos Drummond de Andrade em Itabira.

Foto: Marcelo Borges

**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**

Curso de **Formação e Cultura** do Sindieletrô promove viagem ao mundo de Carlos Drummond de Andrade em Itabira.

Foto: Marcelo Borges

**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**

Candidatos a uma vaga do Curso de **Requalificação Profissional** fazendo inscrição no Sindieleto.

Foto: Benedito Maia

**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**

Alunos do Curso de **Requalificação Profissional** assistem à aula de História.

Foto: Benedito Maia



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Alunos do Curso de **Requalificação Profissional** do FAT aprendendo eletricidade predial.  
Foto: Benedito Maia



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Alunos do Curso de **Iniciação** do PLC ministrado no CEFET com recursos do FAT.  
Foto: Benedito Maia



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Alunos do Curso de **Requalificação Profissional** do CEFET.  
Foto: Benedito Maia



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Alunos do Curso de **Formação e Cultura sobre “História das Revoluções Socialistas”**.  
Foto: Marcelo Borges



**EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**  
Alunos do Curso de **Formação e Cultura sobre “História das Revoluções Socialistas”**.  
Foto: Marcelo Borges



#### EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

Alunos do Curso de **Formação e Cultura** sobre a “**História da Música Popular Brasileira**”, ministrado pelo Coord. do Curso de Licenciatura em Música da Escola de Música da UFMG.

Foto: Marcelo Borges



#### EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

Alunos do Curso de **Formação e Cultura** sobre a “**História da Música Popular Brasileira**”, ministrado pelo Coord. do Curso de Licenciatura em Música da Escola de Música da UFMG.

Foto: Marcelo Borges



#### CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

Delegados aprovam a unificação do Sindieletró e Sindelt no **Congresso de Unificação**, realizado nos dias 26, 27 e 28/04/1996 no SESC Venda Nova.

Foto: Benedito Maia



#### CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

**Congresso de Unificação**, realizado nos dias 26, 27 e 28/04/1996.

Foto: Regional Triângulo



**CONGRESSOS E SEMINÁRIOS**  
Mesa Diretora dos trabalhos do **Congresso de Unificação**, realizado nos dias 26, 27 e 28/04/1996 no SESC Venda Nova.  
Foto: Benedito Maia



**CONGRESSOS E SEMINÁRIOS**  
Plenária de abertura do **Congresso de Unificação**, realizado nos dias 26, 27 e 28/04/1996 no SESC Venda Nova.  
Foto: Rodrigo Fonseca



**CONGRESSOS E SEMINÁRIOS**  
Abertura do **Congresso de Unificação**, realizado nos dias 26, 27 e 28/04/1996 no SESC Venda Nova.  
Foto: José Gentil



### REFORMA AGRÁRIA

Produtores rurais do **Assentamento Dom Orione**, em Betim, onde o Sindieleiro desenvolve o projeto de uma microdestilaria de álcool combustível.

Foto: Benedito Maia





#### **REFORMA AGRÁRIA**

Equipamentos adquiridos para a construção de uma microdestilaria de álcool combustível, numa do Sieletro com o Assentamento Dom Orione.

Foto: Benedito Maia



#### **REFORMA AGRÁRIA**

Caldeira para produção de melado e álcool combustível, instalada Dom Orione em Betim, onde o Sindieletro desenvolve de projeto de uma microdestilaria de álcool combustível.

Foto: Benedito Maia



## ANEXO 2

### Roteiro para entrevistas semi-estruturadas em Belo Horizonte (SINDIELETRO)

- Trajetória política e profissional dentro da cemig e no sindicato.
- Pequeno histórico do Sindicato dos Eletricitários do Triângulo (SINDELT).
- Representatividade do SINDELT junto aos eletricitários do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.
- Principais ações do sindicato.
- Relacionamento com os outros sindicatos de base da Cemig antes e depois da unificação.
- Relação do sindicato com a Cemig.
- Canais de negociação com a empresa.
- A empresa sentava a mesa para negociar com o Sindelt
- Relação entre o sindelt e o sindieletro antes da fusão
- Propostas e ações conjuntas.
- Idéia da fusão
- Congresso de fusão ocorrido em 1996.
- Quem apresentava no congresso a maioria das propostas
- Os interesses políticos e de poder foram de algum modo uma barreira
- Houve disputas internas.
- Depois da fusão que houve de ganhos e perdas para a categoria.
- Aceitação da Cemig
- As formas de negociação com a empresa melhoraram após a fusão.
- A categoria saiu mais fortalecida dessa experiência.
- Políticas de sindicalismo cidadão.

### ANEXO 3

#### Roteiro para entrevistas semi-estruturadas no interior de Minas Gerais (SINDIELETRO)

- Trajetória política e profissional dentro da Cemig e no sindicato.
- Pequeno histórico do Sindieletro
- Representatividade do Sindieletro junto aos eletricitários antes do processo de fusão.
- Relacionamento com os outros sindicatos de base da Cemig antes e depois da unificação.
- Principais ações do sindicato.
- Relação do sindicato com a Cemig.
- Canais de negociação com a empresa.
- A empresa sentava a mesa para negociar com o Sindieletro (antes e depois da fusão)
- Relação entre o Sindelt e o Sindieletro antes da fusão
- Propostas e ações conjuntas.
- Idéia da fusão
- Congresso de fusão ocorrido em 1996.
- Quem apresentava no congresso a maioria das propostas
- Os interesses políticos e de poder foram de algum modo uma barreira
- Houve disputas internas.
- Depois da fusão que houve de ganhos e perdas para a categoria.
- Aceitação da Cemig
- As formas de negociação com a empresa melhoraram após a fusão.
- A categoria saiu mais fortalecida dessa experiência.
- Formulação das propostas de sindicalismo cidadão;
- O Sindieletro foi o primeiro sindicato de MG a utilizar a estratégia.
- O sindicato segue as formulações do PNQ-CUT, ou tem certa liberdade.
- Aquisição das verbas/parcerias empreendidas.
- Como são planejados os cursos, como eles se dividem, há uma consulta na base
- Participação da base nos cursos
- Quais os próximos cursos
- Outras práticas de sindicato cidadão, que extrapolem os cursos de qualificação e re-qualificação
- O sindicalismo cidadão e a unificação sindical são realmente alternativas institucionais viáveis frente à crise sindical